



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E  
BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**Diretor Geral**

Haroldo Borges Rodrigues Lima

**Diretores**

Allan Kardec Duailibe Barros Filho

Magda Maria de Regina Chambriard

**Relatório de Gestão 2010**

**Coordenação**

Murilo Mota

Secretário Executivo

**Coordenação Executiva**

Eduardo Marcelo Vianna de Menezes

Ricardo Gandolpho da Rocha

**MARÇO/2011**



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA-MME

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E  
BIOCOMBUSTÍVEIS-ANP

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que a Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno constante na Portaria CGU nº 2.546/2010.

Rio de Janeiro, 31/03/2011

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

AAPG - American Association of Petroleum Geologists  
ABI - Agência Brasileira de Inteligência  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ABPIP – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural  
Ae – Dias de atraso na distribuição aos estados  
AEHC - Álcool etílico hidratado combustível  
AFRMM – Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante  
AIC – Assessoria de Assuntos Internacionais e Cerimonial  
AIN – Assessoria de Inteligência  
Am – Dias de atraso na distribuição aos municípios  
AMCHAM – Câmara de Comércio Americana  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores  
ANP – Agência Nacional do Petróleo  
ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre  
ANTTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaterrestre  
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
AO - Autorização de Operação  
APPOM – Associação de Empresas de Petróleo e Gás Natural  
AUD - Auditoria  
BA - Bahia  
BAR – Boletim Anual de Reservas  
BDEP – Banco de Dados de Exploração e Produção  
BEN - Balanço Energético Nacional  
BMP – Boletins Mensais de Produção  
BRATEC – Câmara de Comércio Brasil-Texas  
BV – Bureau Veritas do Brasil Sociedade Classificadora e Certificadora  
CA – Cargo de Assessoria  
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica  
CCL – Coordenadoria de Conteúdo Local  
CCT – Cargo Comissionado Técnico  
CD – Cargo de Direção  
CDC – Coordenadoria de Defesa da Concorrência  
CDI – Centro de Documentação e Informação  
CEFET – Centro de Educação Federal de Tecnologia  
CENPES- Centro de Pesquisas da PETROBRAS  
CGC - Comitê Gestor de Capacitação  
CGE – Cargo de Gerência Executiva  
CGPEG - Coordenação Geral de Petróleo e Gás  
CGU – Controladoria Geral da União  
CIEE - Centro Integração Empresa- Escola  
CIPP – Comunicações de Início de Perfuração de Poço  
CMA - Coordenadoria de Meio Ambiente  
CMA – Coordenadoria de Meio Ambiente  
CMGN- Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural  
CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

CNP – Conselho Nacional do Petróleo  
 CNPE – Conselho Nacional de Política Energética  
 CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente  
 CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária  
 COR - Coordenadoria do Orçamento  
 CPAC – Concurso Público de Alocação de Capacidade  
 CPD – Centro de Processamento de Dados  
 CPRM – Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais  
 CPT – Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas  
 CPT – Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas  
 CRC – Centro de Relações com o Consumidor  
 CRG - Corregedoria  
 CSI - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações  
 CSO – Coordenadoria de segurança Operacional  
 CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público  
 CTC – Coordenadoria de tecnologia e Formação de RH  
 CTDUT – Centro de Tecnologia de Dutos  
 CTMA – Câmara Técnica de Meio Ambiente  
 CT-PETRO – Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás  
 DP – Desvio Padrão  
 DCPD – Demonstrativo de Controle de Produto Processado  
 De – Dias de distribuição aos estados ( 14º dia do mês)  
 DEFMM – Departamento do Fundo da Marinha Mercante  
 DG – Diretoria Geral  
 DILIC- Diretoria de Licenciamento  
 DIR 1 – Diretoria 1  
 DIR 2 - Diretoria 2  
 DIR 3 - Diretoria 3  
 DIR 4 - Diretoria 4  
 Dm – Dias de distribuição aos municípios (24º dia do mês)  
 DNC – Departamento Nacional de Combustíveis  
 DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral  
 DNV – Det Norske Veritas  
 DPC - Departamento de Portos e Costas  
 DPF – Delegacia de Polícia Federal  
 DPMP – Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos  
 E & P – Exploração e Produção  
 DPMP – Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos  
 E & P – Exploração e Produção  
 ESA – Escritório de Salvador  
 ESI - Escritório de Segurança da Informação  
 FDC – Ficha de Delegação de Competência  
 FEP – Fundo Especial do Petróleo  
 FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
 FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
 FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
 GAB - Gabinete  
 GAP - Gestão e Administração do Programa



GARSOL – Gasodutos Urucu- Coari  
 GASCOM – Gasodutos Coari-Manaus  
 GASENE – Gasoduto de Interligação Sudeste-Nordeste  
 GLP – Gás Liquefeito do Petróleo  
 GMC - Grupo Mercado Comum  
 GN – Gás Natural  
 GNC- Gás Natural Comprimido  
 GNL – Gás Natural Liquefeito  
 GNV - Gás natural veicular  
 GRU – Guia de Recolhimento da União  
 GT – Grupo de Trabalho  
 GTPEG – Grupo de Trabalho de Petróleo e Gás  
 i ADM – índice de Eficiência Administrativa  
 I PAD – Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta  
 IBAMA – Instituto Brasileiro do meio Ambiente  
 IBP – Instituto Brasileiro do Petróleo  
 ICRARD – International Committee on Regulatory Authorith Research and Development  
 INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente  
 INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia  
 INT – Instituto Nacional de Tecnologia  
 i-PAD – Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliadas  
 IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas  
 JBRJ – Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro  
 JPF - Sistema Julgamento Processual de Fiscalização  
 LIGABOM – Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares  
 LMC - Livro de Movimentação de Combustíveis  
 LOA - Lei Orçamentária Anual  
 LPMC - Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis  
 Me – Média  
 MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia  
 MJ – Ministério da Justiça  
 MME – Ministério de Minas e Energia  
 MJ – Ministério da Justiça  
 MPF – Ministério Público Federal  
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
 NCDP – Notificações de Codificação de Poço  
 NFP- Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural  
 NIN – Núcleo de Informática  
 NPA – Número de Planos de Avaliação  
 NR – Normas Regulamentadoras  
 NSO – Núcleo de Segurança Operacional na Exploração e Produção  
 OBC – Ocean Bottom Cable  
 OEMA – Organização de Estudos do Meio Ambiente  
 OIE – Oferta Interna de Energia  
 OLADE - Organização Latino- Americana de Energia  
 OTC – Offshore Technology Conference  
 P&D – Produção e Desenvolvimento  
 P&G – Petróleo e Gás

PA's – Planos de Avaliação  
 PAA - Plano de Ação Anual  
 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
 PAD – Planos de Avaliação de Descoberta  
 PAD – Processo Administrativo Disciplinar  
 PAP – Programas Anuais de Produção  
 PAT – Programas Anuais de Trabalho  
 PD – Plano de Desenvolvimento  
 PDPETRO – Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Petróleo e Gás  
 PE – Participação Especial  
 PI – Proposta Irrevogável  
 PLANGÁS – Plano de Antecipação da Produção de Gás  
 PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual  
 PMC - Produtos de Marcação Compulsória  
 PMQC – Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis e Lubrificantes  
 PMQL - Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes  
 PMS - Programa de Marcação de Solventes  
 PNPC - Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível  
 PNQP – Plano Nacional de Qualificação Profissional  
 PPA - Plano Plurianual  
 PRG - Procuradoria Geral  
 PMC - Produtos de Marcação Compulsória  
 PMQC – Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis e Lubrificantes  
 PMQL - Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes  
 PMS - Programa de Marcação de Solventes  
 PNPC - Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível  
 PNQP – Plano Nacional de Qualificação Profissional  
 PPA - Plano Plurianual  
 PRH –ANP – Programa de Recursos Humanos da ANP  
 PRJ – Plano de Reabilitação de Jazidas  
 PROCONVE- Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores  
 PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural  
 RNEST – Refinaria do Nordeste  
 RPAT - Relatórios de Participação em Cursos e Eventos Científicos  
 RTM – Regulamento Técnico de Medição  
 RTSGI – Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento  
 SAB – Superintendência de Abastecimento  
 SAEI-GSIPR - Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete  
 SAOF – Sistema de Apuração de Ofertas  
 SAT - Setor de Análises Técnicas  
 SBDC - Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência  
 SBGF – Sociedade Brasileira de Geofísica  
 SBQ – Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos  
 SCBP - Sistema de controle de bens patrimoniais  
 SCI – Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional  
 SCM – Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo e seus Derivados e Gás Natural  
 SDB – Superintendência de definição de Blocos

SDE – Secretaria de Direito Econômico  
 SDE – Secretaria de Direito Econômico  
 SDP – Superintendência de Desenvolvimento e Produção  
 SDT – Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos  
 SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda  
 SEC – Secretaria Executiva  
 SECOB – Secretaria de Obras  
 SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil  
 SEFID – Secretaria de Fiscalização e Desestatização  
 SEFIP – Secretaria de Fiscalização de Pessoal  
 SEMAG – Secretaria de Macroavaliação Governamental  
 SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública  
 SEP – Superintendência de Exploração  
 SFA – Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa  
 SFI – Superintendência de Fiscalização do Abastecimento  
 SGCL – Sistema de Gestão de Conteúdo Local  
 SGSO – Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional  
 SGTSIC-PEGANCOR – Superintendência integra o Subgrupo de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis  
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
 SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal  
 SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
 SICAFI – Sistema de Cadastramento de Fornecedores  
 SICONV - Sistema Integrado de Convênio  
 SIGEP – Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção  
 SIGI – Sistema Integrado de Gestão de Informação  
 SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
 SIMP – Sistema de Movimentação de Produtos  
 SIN/LIAM – Sistema de Informações de Incidentes e Licenciamento Ambiental  
 SINDIGÁS - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito  
 SINDTRR – Sindicato dos Transportadores Retalhistas  
 SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão  
 SPG – Superintendência de Controle das Participações Governamentais  
 SPL – Superintendência de Promoção de Licitações  
 SPP – Superintendência de Planejamento e Pesquisa  
 SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil  
 SRH – Superintendência de Gestão de recursos Humanos  
 SRP – Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural  
 STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
 TAG – Transportadora Associada de Gás S.A.  
 TCA - Termo de Coleta de Amostra  
 TCJ - Termo de Conciliação Judicial  
 TCU – Tribunal de Contas da União  
 Ti – Tempo a ser considerado  
 TLD – Teste de Longa Duração  
 TNS – Transportadora Nordeste Sudeste S.A.  
 TRR – Transportadoras Revendedoras Retalhistas  
 UFL – Unidade de Fracionamento de Líquidos de Gás Natural

UFRN – Universidade do Rio Grande do Norte  
UG – Unidade Gestora  
UGR - Unidade gestora responsável  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UNIFACS – Universidade Católica de Salvador  
UPGN – Unidade de Processamento de Gás Natural  
USP – Universidade de São Paulo  
WPC – World Petroleum Congress  
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

## Lista de Gráficos, Tabelas e Figuras

Gráfico 2.1.	Evolução das reservas provadas de petróleo (2004-2010) .....	26
Gráfico 2.2.	Evolução das reservas provadas de gás natural (2004-2010) .....	26
Gráfico 2.3.	Produção de Petróleo, em milhões de barris, por localização (2004-2010) ...	27
Gráfico 2.4.	Produção e Oferta Líquida Nacional de Gás Natural (2004-2010) .....	27
Gráfico 2.5.	Vendas de Derivados pelas Distribuidoras (2004-2010).....	28
Gráfico 2.6.	Vendas de Derivados Por Tipo (2004-2010).....	28
Gráfico 2.7.	Importação (2004-2010) .....	29
Gráfico 2.8.	Exportação (2004-2010) .....	29
Gráfico 2.9.	Volume de Petróleo Refinado por Origem (2004-2010).....	30
Gráfico 3.1.	Amostras analisadas por ano no âmbito do contrato 9.131/08.....	37
Gráfico 5.1.	Evolução dos processos de Cessão de Direitos (posição de dezembro de 2010).	50
Gráfico 5.2.	Total de páginas digitalizadas até dezembro de 2010 (acumulado).....	52
Gráfico 6.1.	Evolução anual do número de Contratos e Blocos Vigentes.....	53
Gráfico 6.2.	Distribuição, por Operadores, de Contratos em fase exploratória em 2010...	54
Gráfico 7.1.	Produção de Petróleo em 2010 (Mil bbl/dia).....	60
Gráfico 7.2.	Produção de Gás Natural em 2010 (Mm³/dia).....	61
Gráfico 7.3.	Queima de Gás em 2010(Mm³/dia) .....	63
Gráfico 10.1.	Evolução das Participações Governamentais.....	77
Gráfico 10.2.	Municípios Recebedores de Royalties por Decisão Judicial .....	78
Gráfico 11.1.	Valores anuais das obrigações por concessionário (R\$ milhões) .....	82
Gráfico 13.1.	Número de Produtores de Combustíveis Autorizados pela ANP .....	96
Gráfico 13.2.	Fiscalizações por Ação 2008/2010 .....	98
Gráfico 13.3.	Autorizações outorgadas 2008/2010.....	99
Gráfico 16.1.	Evolução dos Percentuais de conformidade dos combustíveis.....	115
Gráfico 16.2.	Percentuais de Não-conformidade de Lubrificantes .....	116
Gráfico 16.3.	Processos de Registro de Produtos Analisados em 2010.....	117
Gráfico 17.1.	Evolução de denúncias recebidas e atendidas.....	121
Gráfico 17.2.	Evolução do número total de ações de fiscalização por regiões .....	122
Gráfico 19.1.	Atos publicados 2009/2010.....	134
Gráfico 19.2.	Reuniões de Diretoria 2009/2010 .....	135
Gráfico 19.3.	Composição do Orçamento e Execução da ANP 2006 a 2010.....	145
Gráfico 19.4.	Consultas e Pesquisas ao CDI.....	148
Gráfico 19.5.	Empréstimos e publicações.....	149
Gráfico 19.6.	Trabalhos do PRH recebidos - CTC .....	150
Gráfico 22.1.	Modalidades de licitações realizadas .....	173
Gráfico 22.2.	Resultados obtidos nas licitações concluídas em 2010.....	173
Gráfico 22.3.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos	
Originários da ANP .....		182
Gráfico 24.1.....		198
Gráfico 24.2.	Área de Bacias Sedimentares Concedidas (Milhares de Km²) .....	198
Gráfico 24.3.	Reservas Provadas de Gás Natural (Milhões de m³).....	199
Gráfico 24.4.	Reservas Provadas de Petróleo (Milhões de barris).....	199

Figura 1.1.	Organograma ANP .....	25
Figura 3.1.	Projetos de geologia e geofísica contratados previamente a 2010. ....	34
Figura 3.2.	Mapas de progresso de vôo em (A) 31/12/09 e (B) 24/05/10 (). ....	36
Figura 3.3.	Classificação da origem dos hidrocarbonetos através da análise de isótopos de carbono, indicando a presença de gás termogênico na Bacia do Parnaíba .....	38
Figura 3.4.	Localização dos projetos de geologia e geofísica contratados pela ANP em 2010. ....	39
Figura 3.5.	Mapa de localização da Bacia de Santos com indicação dos poços 2-ANP-RJS e 2-ANP-2A-RJS.....	42
Figura 3.6.	Visão 3D exibindo o mapa estrutural da base do sal em profundidade com indicação dos poços 2-ANP-1-RJS (Franco) e 2-ANP-2A-RJS (Libra). ....	43
Figura 3.7.	Seção geológica esquemática do prospecto Franco indicando os depósitos das fases Sag, Rifte Superior, Rifte Inferior e Embasamento. ....	44
Figura 3.8.	Localização da área do Pré-sal da Bacia de Santos, com destaque para as oportunidades exploratórias avaliadas. ....	45
Tabela 2.1.	Resumo setorial .....	30
Tabela 3.1.	Relação dos projetos executados e contratados em 2010. ....	32
Tabela 3.2.	Projetos de geologia e geofísica contratados antes de 2010. ....	33
Tabela 3.3.	Relação dos projetos contratados pela ANP/SDB em 2010. ....	38
Tabela 4.1.	Evolução do Acervo de Dados do BDEP em 2009 .....	46
Tabela 5.1.	Resumo estatístico de acesso ao site www.brazil-rounds.gov.br em 2010. ...	51
Tabela 6.1.	Relação de Contratos Vigentes e Blocos sob Concessão em 31/12/2010 .....	54
Tabela 6.2.	Notificações de Descoberta em 2010 por bacia e ambiente .....	55
Tabela 6.3.	Poços exploratórios iniciados em 2010 por categoria .....	55
Tabela 6.4.	Levantamentos sísmicos exclusivos executados em 2010 por categoria .....	56
Tabela 7.1.	Processos auto infração anp/sdp/nfp.....	64
Tabela 9.1.	Empresas credenciadas .....	72
Tabela 10.1.	Participações Governamentais de 2002 a 2010 (em R\$ milhões).....	76
Tabela 11.1.	Evolução da Quantidade de Bolsas Concedidas - Período 1999-2010 .....	81
Tabela 11.2.	Evolução dos Investimentos Realizados no Período de 1999-2010 (R\$1,00) 81	
Tabela 11.3.	Investimentos em P&D – Número de Projetos e Valor Autorizado por Concessionário (Valores em R\$ mil) .....	83
Tabela 11.4.	Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Tipo de Despesa (Valores em R\$ mil).....	83
Tabela 11.5.	Investimentos em P&D relativos ao PNQP/PROMINP Número de Alunos Qualificados (*) 84	
Tabela 11.6.	Investimentos em P&D relativos ao PNQP/PROMINP (R\$1,00) .....	85
Tabela 11.7.	Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Área (R\$ mil).....	85
Tabela 11.8.	Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Região (R\$ mil) .....	86
Tabela 14.1.	Autorizações outorgadas .....	100
Tabela 15.1.	Autorização e revogação de agentes econômicos .....	106
Tabela 15.2.	Autorizações de contratos e quotas .....	107
Tabela 15.3.	Autorizações de importação e exportação .....	107
Tabela 15.4.	Resoluções publicadas .....	108

Tabela 15.5.	Minutas de resolução aguardando trâmite legal.....	108
Tabela 16.1.	Principais Resoluções sobre qualidade de produtos e biocombustíveis em 2010	113
Tabela 17.1.	Distribuição de ações de fiscalização .....	120
Tabela 17.2.	Número de atendimentos às denúncias recebidas de outras superintendências da Agência e de órgãos externos: .....	120
Tabela 17.3.	Denúncias recebidas.....	120
Tabela 17.4.	Distribuição do número total de ações de fiscalização por regiões .....	121
Tabela 17.5.	Distribuição de ações de fiscalização por estado e cidade.....	122
Tabela 17.6.	Número de municípios fiscalizados, por estado .....	123
Tabela 17.7.	Evolução de autuações .....	124
Tabela 17.8.	Volumes de combustíveis líquidos apreendidos .....	124
Tabela 17.9.	Evolução trimestral das apreensões em termos de recipientes de GLP modelo P-13:	125
Tabela 17.10.	Numero de ações de fiscalização conveniadas .....	125
Tabela 17.11.	Tabela comparativa de processos e multas nos últimos dois anos: .....	126
Tabela 18.1.	Evolução da Coleta de Preços .....	130
Tabela 19.1.	Normas inseridas 2008/2010.....	136
Tabela 19.2.	Normas Alteradas 2008/2010 .....	137
Tabela 19.3.	Programação de Despesas Correntes(em R\$) .....	142
Tabela 19.4.	Programação de Despesas de Capital (Em R\$).....	143
Tabela 19.5.	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência (Em R\$)	144
Tabela 19.6.	Limites de Movimentação e Empenho em 2010( Em R\$).....	146
Tabela 21.1.	Composição do quadro de recursos humanos – situação apurada em 31/12/2010	154
Tabela 21.2.	Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010 .....	155
Tabela 21.3.	Composição do quadro de recursos humanos por escolaridade – situação apurada em 31/12/2010 .....	155
Tabela 21.4.	Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2010	155
Tabela 21.5.	Composição do quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2010	156
Tabela 21.6.	Composição do quadro de estagiários.....	157
Tabela 21.7.	Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. (valores em r\$ 1,00) .....	158
Tabela 21.8.	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	159
Tabela 21.9.	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	159
Tabela 21.10.	Distribuição do pessoal contratado mediante contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....	161
Tabela 21.11.	Despesas com Benefícios de Servidores (em R\$).....	161
Tabela 21.12.	Nível de Escolaridade .....	162
Tabela 21.13.	Servidores por cargo que cursaram Pós-Graduação patrocinada pela ANP	163
Tabela 21.14.	Demonstrativo do quantitativo de treinamentos e de servidores treinados por mês:	163

Tabela 21.15.	Eventos internacionais com a participação de servidores:.....	164
Tabela 21.16.	Principais temas e quantidade de servidores certificados:.....	166
Tabela 21.17.	Composição do Quadro Efetivo de Servidores / Dezembro de 2010 .....	168
Tabela 21.18.	Outras atividades desenvolvidas pela SRH em 2010:.....	169
Tabela 22.1.	Gastos efetivados no ano pretérito pelos supridos da Administração: .....	171
Tabela 22.2.	Distribuição de modalidades de licitação .....	173
Tabela 22.3.	Licitações Realizadas em 2010 .....	176
Tabela 22.4.	Resultado das licitações homologadas no exercício 2010 .....	179
	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	181
Tabela 22.5.	Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da ANP .....	183
Tabela 22.6.	Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da ANP 184	
Tabela 22.7.	Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG) e por Portador (Valores em R\$ 1,00) .....	191
Tabela 22.8.	Despesas com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) .....	192
Tabela 24.1.	Execução Física e Financeira das Ações Realizadas .....	200
Tabela 25.1.	Indicadores apurados no período .....	214
Tabela 25.2.	A tabela a seguir sintetiza os resultados dos indicadores, por área. ....	217
Tabela 26.1.	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	273
Tabela 27.1.	Gestão de TI da UJ.....	275
Tabela 34.1.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União-UG: 323031 .....	323
Tabela 34.2.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros - UG:323031.....	323
Tabela 34.3.	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da ANP - 2010 .....	324
Tabela 34.4.	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união - ug: 323030.....	325
Tabela 34.5.	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros - ug: 323030	326
Tabela 34.6.	Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da ANP .....	326



## Sumário

### APRESENTAÇÃO

1.	Responsabilidades Institucionais e Estratégia de Atuação .....	24
2.	A indústria do petróleo .....	26
2.1.	Análise de Mercado .....	26
3.	Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural. 31	
3.1.	Aspectos gerais .....	31
3.2.	Rodadas de Licitações .....	31
3.3.	Estudos de Geologia e Geofísica (PPA) .....	31
3.3.2.	Projetos em Execução .....	33
b.	Levantamento Sísmico na Bacia do São Francisco .....	34
c.	Levantamento Sísmico na Bacia dos Parecis .....	35
d.	Levantamento Sísmico na Bacia do Paraná .....	35
e.	Aerolevantamento Gravimétrico e Magnetométrico na Bacia do Paraná .....	35
f.	Aerolevantamento Gravimétrico e Magnetométrico na Bacia do Amazonas ..	36
g.	Levantamento Geoquímico na Bacia do Parnaíba .....	37
3.4.	Projetos contratados em 2010 .....	38
b.	Levantamento Geoquímico da Bacia do Araripe .....	39
c.	Processamento de Dados Sísmicos nas Bacias do Amazonas, Acre e São Luís	
d.	Levantamento Sísmico Bacia do Acre .....	40
e.	Levantamento Sísmico Bacia do Amazonas .....	40
f.	Levantamento Geoquímico (Piston Core) Bacia do Ceará .....	40
3.5.	Outras contratações em 2010 .....	41
a.	Estudos do Pré-Sal .....	41
b.	Perfuração dos Poços 2-ANP-1-RJS e 2-ANP-2A-RJS .....	41
3.5.2.	Avaliação das áreas do Pré-Sal e Contratação da Certificadora GAFFNEY & CLINE (GCA) 44	
4.	Gestão do Acervo de Informações das Bacias Sedimentares Brasileiras .....	46
4.1.	Administração do BDEP .....	46
4.2.	Informações técnicas sobre a gestão do acervo de dados .....	46
4.3.	Evolução do Acervo Técnico .....	46
4.4.	Gestão administrativa do BDEP .....	47
4.4.1.	Iniciativas implementadas .....	47
4.4.2.	Atendimento as solicitações de Dados .....	47
4.4.3.	Convenio CPRM – Serviço Geológico do Brasil .....	47
4.5.	Geoprocessamento .....	47
5.	Promoção de Licitações .....	48
5.1.	Editais e Contratos de Concessão .....	48
5.1.1.	Assinatura dos Contratos da Segunda Rodada de Licitações de Áreas Inativas contendo Acumulações Marginais .....	48
5.1.2.	Revisão dos Editais e dos Contratos de Concessão relativos a blocos exploratórios e áreas inativas contendo acumulações marginais .....	49
5.1.3.	Edital e Contrato de Partilha de Produção .....	49
5.2.	Cessão de Direitos .....	50
5.3.	Gestão da informação .....	50
5.3.1.	Sítio das Rodadas de Licitações: <a href="http://www.brasil-rounds.gov.br">www.brasil-rounds.gov.br</a> .....	51

5.3.2.	Email institucional rodadas@anp.gov.br.....	51
5.4.	Reuniões .....	51
5.5.	Processo de digitalização do acervo documental da Superintendência .....	52
6.	Exploração .....	53
7.	Desenvolvimento e Produção .....	59
7.1.	Controle da Produção de Petróleo e Gás Natural .....	59
7.2.	Práticas inovadoras .....	61
7.2.1.	Aquisição da Sala de Monitoramento da Produção .....	61
7.2.2.	Divulgação dos dados de produção .....	62
7.2.3.	Programa de Ajustes de Redução de Queima.....	62
7.2.4.	Processos de Auto de Infração.....	63
7.3.	Elaboração de Resoluções .....	64
8.	Segurança operacional .....	65
8.1.	Regulamentação .....	65
8.2.	Auditorias do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional em Instalações Marítimas de Perfuração e Produção (SGSO) .....	66
8.3.	Auditorias e inspeções para garantia da integridade estrutural da planta de processo .....	67
8.4.	Fiscalização de segurança operacional do Gasoduto Urucu-Manaus.....	67
8.5.	Pareceres Técnicos de Segurança Operacional para Antecipação da Produção de Campos Terrestres .....	67
8.6.	Acompanhamento do Acidente de <i>Blowout</i> no poço Macondo, no Golfo do México, e seus Desdobramentos.....	67
8.7.	Execução de perícias técnicas.....	68
8.8.	Monitoramento do tráfego marítimo .....	68
8.9.	Controle de Incidentes .....	69
8.10.	Consistência e Homogeneização da Atuação da Agência.....	69
8.11.	Articulação com os Agentes Governamentais .....	69
8.11.1.	Gt nr-30.....	69
8.11.2.	Gt nr-20.....	69
8.11.3.	Projeto Brasil sem chamadas.....	69
9.	Conteúdo local.....	71
9.1.	Fiscalização de conteúdo local .....	71
9.2.	Certificação de conteúdo local .....	71
9.3.	Desenvolvimento do sistema de gestão de conteúdo local.....	75
10.	Controle das Participações Governamentais .....	76
10.1.	Arrecadação, Distribuição e Cálculo das Participações Governamentais .....	76
10.2.	Ação de Transparência, divulgação de cálculos e resultados .....	77
10.3.	Representações dos Interesses Governamentais relativos ao pagamento de Participações Governamentais .....	77
10.4.	Controle e Fiscalização das Concessionárias .....	78
10.5.	Desenvolvimento e Aplicação de Ações Organizacionais .....	79
11.	Coordenação de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos.....	80
11.1.1.	Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor Petróleo e Gás Natural – PRH-ANP .....	80
11.1.2.	Gestão e Fiscalização da Cláusula de Investimentos em P&D .....	82
11.1.3.	Autorização prévia.....	83
11.1.4.	Fiscalização dos Investimentos Realizados .....	86

11.2.	Credenciamento das Instituições de P&D .....	87
11.3.	Apoio Técnico ao CT-PETRO/MCT .....	88
12.	Meio ambiente .....	89
12.1.	Atividades institucionais .....	89
12.1.1.	Inventário Nacional de Fontes Móveis .....	89
12.1.2.	Participação nos Projetos da Câmara Técnica de Meio Ambiente do PROMINP .....	89
12.1.3.	Plano Nacional de Contingência – PNC .....	90
12.1.4.	Conselho Estadual de Geodiversidade do Estado do Amazonas .....	90
12.1.5.	Capacitação de técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS/AM .....	90
12.1.6.	Revisão dos Padrões de Qualidade do Ar no Estado de São Paulo .....	91
12.1.7.	Primeiro Congresso Brasileiro de CO <sub>2</sub> na Indústria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis .....	91
12.1.8.	Plano de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a incidentes com produtos químicos perigosos (P <sub>2</sub> R <sub>2</sub> ) .....	91
12.1.9.	Participações em audiências convocadas pela Justiça Federal ou Ministério Público .....	91
12.1.10.	Colaboração com o Plano Nacional de Outorga Florestal - PAOF .....	92
12.2.	2. Atividades técnicas .....	92
12.2.1.	2.1. Elaboração de <i>Check-Lists</i> de Meio Ambiente para Apoio às Ações de Fiscalização das Atividades de E&P <i>Onshore</i> .....	92
12.2.2.	Implementação do Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental – LIAM .....	92
12.2.3.	Criação do Sistema de Licenças Ambientais – WEB-SLAM .....	92
12.2.4.	Outras atividades .....	93
a.	Análise da documentação de plataformas relativa à segurança operacional e preservação do meio ambiente, enviada para a ANP, por solicitação da CSO. ....	93
b.	Registro e recomendações relativas à reunião sobre o processo de cessão de direitos dos blocos BM-C-32, BM-C-34 e do Campo de Polvo da operadora <i>Devon</i> para a empresa <i>BP</i> ; .....	93
12.3.	Missões nacionais e internacionais .....	93
12.3.1.	Missão para Avaliação do Sistema de Separação de CO <sub>2</sub> do Gás Natural .....	93
12.3.2.	Fórum latino americano .....	93
12.3.3.	Missão da ANP à Noruega .....	94
12.3.4.	Second International Upstream Forum in Stavanger .....	94
12.3.5.	Planta de produção de GNL de Melkøya – Hammerfest/Noruega .....	94
12.3.6.	Seminário sobre Segurança Operacional no Offshore, em Luanda, Angola ....	94
12.3.7.	MOBEX 2010 - (International Mobilization Preparedness & Exercise Response) ocorrido na Amazônia – Manaus/AM .....	95
12.3.8.	Apresentações em Congressos .....	95
a.	SPE International Conference on Health, Safety and Environment in Oil and Gas Exploration and Production (10HSE) – Rio de Janeiro/RJ .....	95
b.	Rio Oil and Gas Expo and Conference – Rio de Janeiro/RJ .....	95
c.	Simulado de Emergência TBG – Brasil/Bolívia .....	95
13.	Refino e processamento de gás natural .....	96
13.2.	Regulamentação .....	97
13.3.	Fiscalização de Instalações Industriais Produtoras de Combustíveis .....	97

13.4.	Autorizações de Instalações Industriais Produtoras de Combustíveis	98
14.	Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural	100
14.1.	Autorizações concedidas	100
14.2.	Inspeções técnicas realizadas	101
14.3.	Atividades que visam à Promoção do Sadio Desenvolvimento da Indústria do Petróleo, seus Derivados e Gás Natural	101
14.3.1.	Lei do Gás	101
14.3.2.	Processo de Aprovação do Contrato de Serviço de Transporte e Verificação do Cálculo da Tarifa de Transporte de Gás Natural	102
14.3.3.	Chamada Pública para Contratação de Serviço de Transporte	102
14.3.4.	Acompanhamento da Parcela Compensatória no Âmbito do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT)	102
14.3.5.	Acompanhamento das Reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	103
14.3.6.	Elaboração do Boletim Mensal do Gás Natural	103
14.3.7.	Acompanhamento do Termo de Compromisso firmado entre a ANP, a <i>PETROBRAS</i> e a <i>TRANSPETRO</i>	103
14.3.8.	Atualização e Adequação do Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural	104
14.3.9.	Atividades Realizadas com outras Superintendências ou Entidades Externas	104
14.4.	Processo de Elaboração / Revisão de Normas	104
14.4.1.	Revisão da Resolução 41/07 (Distribuição de GNC)	104
14.4.2.	Proposição do Regulamento de Segurança Operacional de Dutos Terrestres	105
14.4.3.	Proposição da Instrução Normativa para Instrução de Processos para Enquadramento de Projetos no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI	105
15.	Abastecimento	106
16.	Qualidade de Produtos e Biocombustíveis	112
16.1.	Regulamentação	112
16.2.	Laboratório de estudo e avaliação de petróleos (leap)	115
16.3.	Programa de monitoramento da qualidade de combustíveis (pmqc)	115
16.4.	Programa de monitoramento da qualidade de lubrificantes (pmql)	116
16.5.	Programa de monitoramento da qualidade de aditivos (pmqa)	117
16.6.	Programa de marcação de solventes (pms)	117
17.	Fiscalização do abastecimento	119
17.1.	Apresentação dos resultados da SFI:	119
17.1.1.	Distribuição do número total de ações de fiscalização por tipo de agente de mercado	119
17.1.2.	Atendimento às denúncias recebidas	120
17.1.3.	Distribuição do número total de ações de fiscalização por regiões	121
17.1.4.	Número de ações realizadas por estado	122
17.1.5.	Número de municípios fiscalizados	123
17.1.6.	Histórico das autuações, interdições de estabelecimentos e apreensões de produtos	124
17.2.	Combustíveis líquidos apreendidos - destinação	124
17.3.	Gás Liquefeito de Petróleo – quantitativo de recipientes apreendidos	125
17.4.	Convênios	125
17.5.	Processos Julgados e Arrecadação de Multas	125

17.6.	Legislação e regulamentação .....	126
18.	Defesa da Concorrência.....	128
19.	Gestão Interna.....	133
19.1.	21.1 – Apoio à Diretoria e Processo Decisório .....	134
19.2.	Acesso à Legislação .....	136
19.3.	21.3 – Acompanhamento de Contratos, Termos de Cooperação e Convênios. 138	
19.4.	Gestão de Documentos e Arquivos da ANP .....	139
19.5.	Gestão Orçamentária.....	140
19.5.1.	Dotação e Execução Orçamentária em 2010 .....	140
19.5.2.	Créditos Suplementares .....	146
19.5.3.	O processo de Planejamento Orçamentário para 2011 .....	147
19.6.	Documentação e Informação.....	147
20.	Ações na Área de Informática .....	151
20.1.	Desenvolvimento e manutenção de sistemas .....	151
20.2.	Segurança da informação .....	153
21.	Gestão de Pessoas .....	154
21.1.	Composição Dos Recursos Humanos .....	154
21.2.	Estagiários .....	157
21.3.	Custos de Recursos Humanos .....	157
21.4.	Análise Do Quadro De Pessoal Terceirizado - Prestação De Serviços De Apoio Administrativo .....	158
21.5.	Benefícios De Servidores .....	161
21.6.	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	162
21.7.	Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos.....	163
21.8.	Ações de Capacitação por Unidades Organizacionais .....	164
21.9.	Comitê Gestor de Capacitação - CGC.....	165
21.10.	Cursos <i>In Company</i> de Curta Duração .....	165
21.11.	Análise Do Quadro Próprio De Pessoal .....	167
22.	Gestão Financeira e Administrativa .....	170
22.1.	Gestão administrativa .....	170
22.1.2.	Gestão coordenação de aquisições .....	172
22.1.3.	Resultados alcançados .....	172
22.1.4.	Resultados mais significativos: .....	174
a.	Pregão Eletrônico n.º 52/09*.....	174
b.	Consulta n.º 61/09*.....	174
c.	Pregão Eletrônico n.º 62/09*.....	174
d.	Pregão Eletrônico n.º 30/09*.....	174
e.	Pregão Eletrônico n.º 29/10.....	174
f.	Contrato Emergencial n.º 5.099/10-ANP-002.834.....	174
g.	Dispensa n.º 41/10.....	175
h.	Pregão Eletrônico n.º 42/10.....	175
i.	Pregão Eletrônico n.º 69/09*.....	175
j.	Pregão Eletrônico n.º 56/10.....	175
k.	Pregão Eletrônico n.º 68/10.....	175
l.	Pregão Eletrônico n.º 88/09*.....	175
m.	Inexigibilidade n.º 61/2010.....	176
n.	Concorrência n.º 73/09*.....	176

o.	Consulta n.º 60/10.....	176
p.	Consulta n.º 61/10.....	176
22.2.	Gestão Financeira .....	181
22.3.	Convênios .....	186
22.3.1.	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício em referência	186
22.3.2.	resumo dos instrumentos celebrados pela anp nos três últimos exercícios ....	187
22.3.3.	RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE	188
22.3.4.	RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA ANP NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE	189
22.3.5.	VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE.....	190
22.3.6.	Análise Crítica: .....	191
22.4.	Cartões de Crédito Corporativo.....	191
23.	Ações de Planejamento e Pesquisa.....	193
23.1.	Atividades .....	193
23.2.	Projetos .....	195
24.	Anexo A – Acompanhamento do PPA 2008 – 2011 .....	197
24.1.	Programa 0271 – Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis .....	197
24.1.1.	Indicadores do Programa .....	198
a.	Área Total Concedida nas Bacias Sedimentares Brasileiras .....	198
b.	Grau de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento.....	198
c.	Reservas de Gás Natural.....	198
d.	Indicador: Reservas de Petróleo .....	199
e.	Taxa de incremento da capacidade autorizada para a atividade de produção de biodiesel	199
24.2.	ações .....	200
24.2.2.	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	200
24.2.3.	10TP – Modernização Estrutural do Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas	201
24.2.4.	2000 – Administração da Unidade .....	201
24.2.5.	2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	202
24.2.6.	2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	203
24.2.7.	2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados .....	203
24.2.8.	2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados .....	204
24.2.9.	2050 – Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospeção de Petróleo e Gás Natural	204
24.2.10.	2379 – Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural .....	205
24.2.11.	2380 – Outorga de Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.....	206

24.2.12.2381 – Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.....	206
24.2.13.2388 – Regulamentação das Atividades da Indústria de Petróleo e da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis.....	207
24.2.14.2391 – Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis.....	208
24.2.15.2393 – Ouvidoria da Agência Nacional do Petróleo.....	208
24.2.16.4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	209
24.2.17.4641 – Publicidade de Utilidade Pública.....	209
24.2.18.6197 – Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo.....	210
24.2.19.6594 – Autorização das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis.....	211
24.2.20.6596 – Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural	211
25. Anexo B – Indicadores de Desempenho das Atividades da ANP para 2010	213
25.1. Resultados.....	214
25.2. Análise dos Resultados.....	217
25.3. Evolução dos Indicadores em relação aos anos anteriores.....	217
25.3.1. Upstream.....	221
25.3.2. Midstream.....	222
25.3.3. Downstream.....	223
25.3.4. Áreas-meio.....	224
25.3.5. Geral.....	225
25.4. Conclusões.....	226
25.5. Fichas dos Indicadores.....	227
25.5.1. CDC - Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido.....	227
25.5.2. CDC - Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido.....	228
25.5.3. CDC - Índice de acompanhamento do contrato da pesquisa de preços dos combustíveis	229
25.5.4. CMA - Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade.....	230
25.5.5. CMA - Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais.....	231
25.5.6. CSO - Fiscalização de Segurança Operacional.....	232
25.5.7. NIN - Indicador de Disponibilidade do Sistema Gerencial de Exploração e Produção - SIGEP	233
25.5.8. NIN - Indicador de Disponibilidade da Aplicação i-Simp.....	234
25.5.9. SAB - Índice de Pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Analisados.....	235
25.5.10. SAB - Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados.....	236
25.5.11. NFP - Inspeções de Medição.....	237
25.5.12. SBQ - Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC.....	238
25.5.13. SBQ - Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes.....	239
25.5.14. SBQ - Índice de atendimento de manifestações do CRC.....	240
25.5.15. SCI - Participação nos Principais Eventos do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.....	241

25.5.16.SCI – Comunicação com a Imprensa .....	242
25.5.17.SCI – Comunicação com públicos institucionais .....	243
25.5.18.SCM - Índice de Processos Analisados pela SCM .....	244
25.5.19.SCM – Índice de Relatórios de Vistoria em Instalações de Transporte e Transferência Emitidos .....	245
25.5.20.SDB – Fiscalização de Projetos .....	246
25.5.21.SDP – Controle dos Boletins Mensais de Produção (BMP).....	247
25.5.22.SDP – Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP.....	248
25.5.23.SDP – Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR).....	249
25.5.24.SDP - Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores	250
25.5.25.SDT - Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP - iBDEP.....	251
25.5.26.SDT - Tempo de resposta à solicitação de dados. iADM = índice de Eficiência Administrativa.....	252
25.5.27.SEP – iPoços - Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorados pela SEP 253	
25.5.28.SEP - iPAD - Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta.....	254
25.5.29.SFA - Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros 255	
25.5.30.SFI - Índice de ações de fiscalização .....	256
25.5.31.SFI - Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância ..	257
25.5.32.SPG - Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties .....	258
25.5.33.SPP – Emissão de Relatórios e Informações Mensais.....	259
25.5.34.SPP - Emissão do Informe Conjuntura & Informação .....	260
25.5.35.SPP - Emissão do Anuário Estatístico .....	261
25.5.36.SRH – Índice de Execução orçamentária do PAC .....	262
25.5.37.SRH – Execução do PAC anual .....	263
25.5.38.SRP – Índice de Análise de Informações Declaradas.....	264
25.5.39.SRP – Índice de Fiscalização de Instalações .....	265
25.5.40.SRP – Índice de Análise de Processos da SRP .....	266
25.6. GRÁFICOS DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES .....	267
26. ANEXO C – ITEM 10 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 273	
27. Anexo d – item 12 da parte “a” do anexo ii da dn tcu nº 107/2010.....	275
28. Anexo e – Cópia da Declaração do Contador.....	276
29. Anexo f – Cópia da Declaração da Área responsável atestando as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas no siasg e sinconv. ....	277
30. Anexo G – Declaração da Unidade de Pessoal.....	278
31. Anexo H – Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	279
32. Anexo I – Relatório de cumprimento das deliberações do TCU .....	287
Quadro A.15.1 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU .....	287
Quadro A.15.2 - Relatório das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício. ....	300
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU. ....	305
Quadro A.15.4 – Situação das Recomendações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício. ....	321
33. Anexo J – Demonstrativo Analítico das Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda 322	



34.	Anexo K – item 11 da parte “a” do anexo ii da dn tcu nº 107/2010.....	323
34.2.	ANÁLISE CRÍTICA – GESTÃO DE IMOBILIZADOS SOB RESPONSABILIDADE DA ANP- ESCRITÓRIO CENTRAL - UG 323031 __	325
	ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 _____	327
	Estrutura de controles internos da UJ.....	327

## APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão encontra-se estruturado de acordo com as normas emanadas do Tribunal de Contas da União-TCU (IN TCU 63/2010, DN TCU nº 107/2010 e Portaria TCU nº 277/2010) e da Controladoria Geral da União-CGU (Portaria CGU nº 2.546/2010), contemplando todas as exigências nelas contidas, com exceção dos itens nº 14 – Informações sobre Renúncia Tributária, por não ser pertinente a Unidade Jurisdicionada e item nº 3 – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, por não ter ocorrido no período.

O Brasil cegou a 2010 com índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 6%, o que acarretou problemas novos, típicos de um país que cresce. No setor do petróleo, gás natural e biocombustíveis, a situação não será diferente. Novos desafios apareceram.

No âmbito interno, os indicadores de crescimento são muitos, o mais expressivo dos quais foi a confirmação de grandes reservatórios no “pré-sal”. O caminho do petróleo no país, como não poderia deixar de ser, seguiu a trilha das grandes descobertas. Resultou na formação de um pólo petrolífero de grande importância na região sudeste, o que foi muito positivo, mas as bacias sedimentares terrestres, de 5 milhões de quilômetros quadrados, e precariamente conhecidas, ficaram em plano excessivamente secundário.

Há um fator mais geral a ser apreciado, premidos por uma consciência ambientalista que cresce, desenvolvem-se, em nível internacional, esforços pela substituição dos combustíveis fósseis. Todos esses fatores precisam ser apreciados na definição dos caminhos atuais do petróleo no Brasil e as reflexões feitas na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP dão algumas indicações.

Será importante o Congresso aprovar o marco regulatório para o “pré-sal”. Ademais, há um estrangulamento na longa e complexa cadeia de atividades da indústria do petróleo que passa pelo refino, transporte e distribuição dos derivados. A infraestrutura de suporte à movimentação, armazenagem e distribuição de derivados, na proporção da demanda é insuficiente. A superação desse “gargalo” cria uma janela de oportunidade para investimentos em abastecimento, os mais variados – do caminhão cisterna à base de abastecimento – espaço natural para o empresário local.

Em outro sentido, houve época em que se duvidava da existência de petróleo no Brasil. Provamos que ele existe. Descobrimos que são grandes. Mas não podemos aceitar que o petróleo só existe em 5% das bacias sedimentares brasileiras, onde já o descobrimos. Mantendo o foco nas grandes jazidas, devemos deslocar o esforço exploratório, precedido dos estudos da ANP, para as vastas bacias terrestres, onde prioritária atenção deverá merecer a margem equatorial do país, a partir da bacia do Solimões.

No espaço aberto para a exploração e produção principalmente nessas bacias terrestres, será importante o surgimento das pequenas, médias e mesmo grandes empresas petroleiras nacionais, para o que será necessária uma atenção especial do poder público, que se traduza em política e medidas específicas.

A descoberta de grandes acumulações de petróleo e gás sob a camada do pré-sal representa uma grande oportunidade para o Brasil dar um salto no seu desenvolvimento econômico e social. Para a ANP será um enorme desafio atuar como reguladora do setor de petróleo e gás num momento importante como esse.

O pré-sal vai favorecer a todos os brasileiros, os benefícios virão na forma de mais empregos, mais educação, mais investimentos em desenvolvimento tecnológico, em desenvolvimento sustentável, no combate à pobreza.

ITEM 1 - PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ  
RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério de Minas e Energia – MME			<b>Código SIORG:</b> 2852
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis			
<b>Denominação abreviada:</b> ANP			
<b>Código SIORG:</b> 25.281	<b>Código LOA:</b> 32.265	<b>Código SIAFI:</b> 323030	
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia			
<b>Principal Atividade:</b> Regulação			<b>Código CNAE:</b> 7513-2
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(21) 2112-8100	(21) 2112-8129	
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="http://www.anp.gov.br">http://www.anp.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.anp.gov.br/falecomaanp">http://www.anp.gov.br/falecomaanp</a>			
<b>Endereço Postal:</b> SEDE: SGAN, Quadra 603, Módulo 1, 3º andar, CEP 70830-903 Brasília DF e ESCRITÓRIO CENTRAL: Avenida Rio Branco, 65 do 12º ao 22º andar – Centro – Rio de Janeiro – CEP 20090-004			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Lei nº 9.478/98 de 6 de agosto de 1997 e alterações.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Decreto nº 2.475/98 de 14 de janeiro de 1998.			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
O Regimento Interno da Agência foi aprovado pela Portaria ANP nº 160 de 2 de agosto de 2004, publicado na edição do Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2004 e entrou em vigor no dia 31 de agosto de 2004.			
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
323031	Escritório Central		

## *1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO*

A Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis foi criada pela Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, e tem por finalidade promover a regulação, a promoção e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, gás natural e dos biocombustíveis.

A partir da definição das políticas nacionais para o petróleo, gás natural e combustíveis e tendo como foco a garantia do suprimento e a defesa dos interesses dos consumidores quanto a preço e qualidade e oferta de produtos, a ANP deverá:

- ✓ promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão das atividades de exploração, desenvolvimento e produção;
- ✓ regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera,
- ✓ promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;
- ✓ autorizar a prática das atividades de refinação, processamento, transporte, importação e exportação, na forma estabelecida nesta Lei e sua regulamentação;
- ✓ estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores;
- ✓ fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis,
- ✓ instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;
- ✓ fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;
- ✓ estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento;
- ✓ organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;
- ✓ consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação;
- ✓ fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991;
- ✓ regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.
- ✓ regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, importação, exportação, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biodiesel, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;
- ✓ especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis.

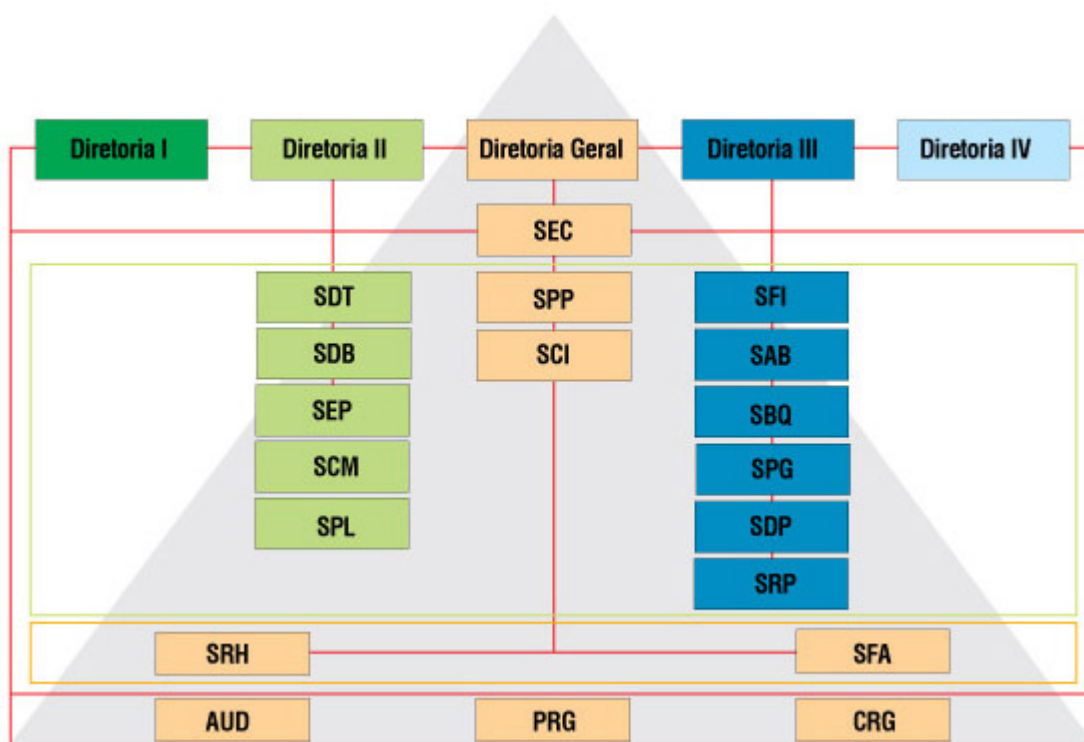
A gama de atividades reguladas pela Agência é muito variada, mas todas elas se inserem no contexto da busca da sustentabilidade econômica da qual o fornecimento de energia e insumos industriais é fator primordial.

O crescimento do setor tem como resultado maiores exigências em termos de:

- ✓ atualizar a regulamentação;
- ✓ modernizar dos procedimentos de fiscalização;
- ✓ dar celeridade e eficiência nos processos de autorização de novos agentes;
- ✓ estreitar as relações com os outros entes da federação para o combate a práticas lesivas aos consumidores e aos cofres públicos;
- ✓ estimular o desenvolvimento tecnológico e a qualificação de mão-de-obra;
- ✓ estimular, por meio das rodadas de licitação de blocos, a atração de investimentos, a geração de emprego e renda e ampliação das reservas de petróleo e, em especial, as reservas de gás natural.

A estrutura interna da ANP está disposta conforme organograma a seguir:

Figura 1.1. Organograma ANP



Fonte: SEC/ANP

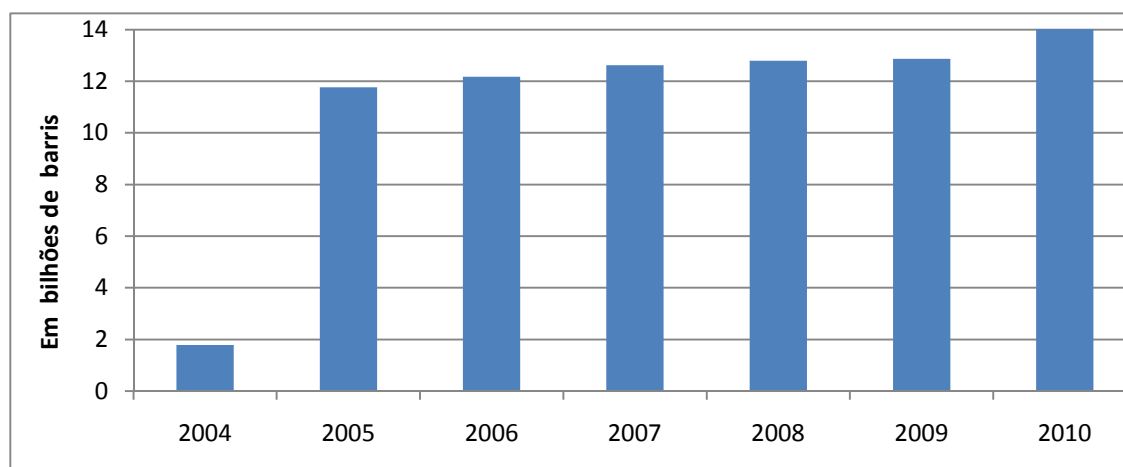
## 2. A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

As atividades finalísticas da Agência se dividem em três grandes grupos: o *upstream*, que envolve pesquisa, exploração e produção; o *midstream*, com refino, transporte e comercialização; e o *downstream*, que compreende o abastecimento e a respectiva fiscalização.

### 2.1. ANÁLISE DE MERCADO

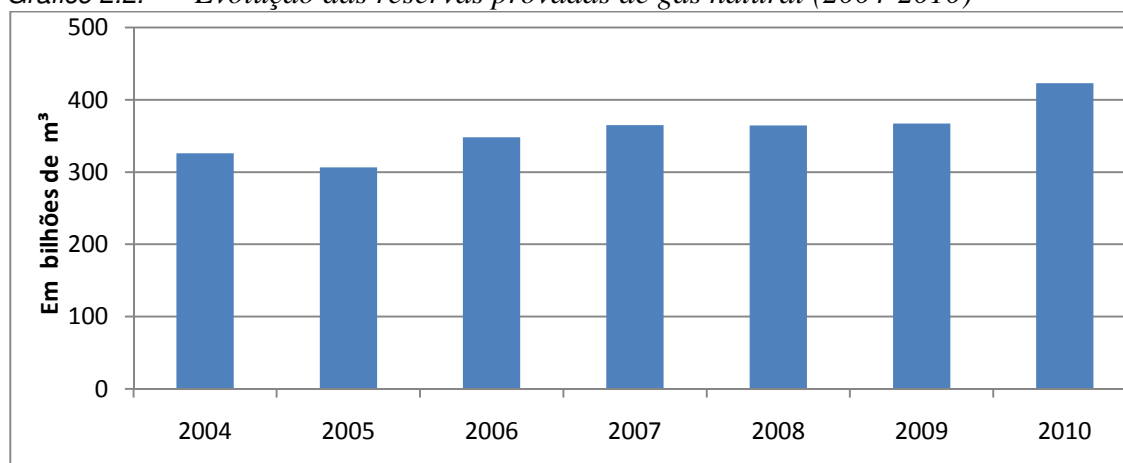
As reservas provadas de petróleo atingiram 14,25 bilhões de barris, em 2010, e excederam em 10,65% o total de 2009. As de gás natural subiram 15,23% no mesmo período, e situaram-se em 423 bilhões de m<sup>3</sup>.

Gráfico 2.1. Evolução das reservas provadas de petróleo (2004-2010)



Fonte: ANP

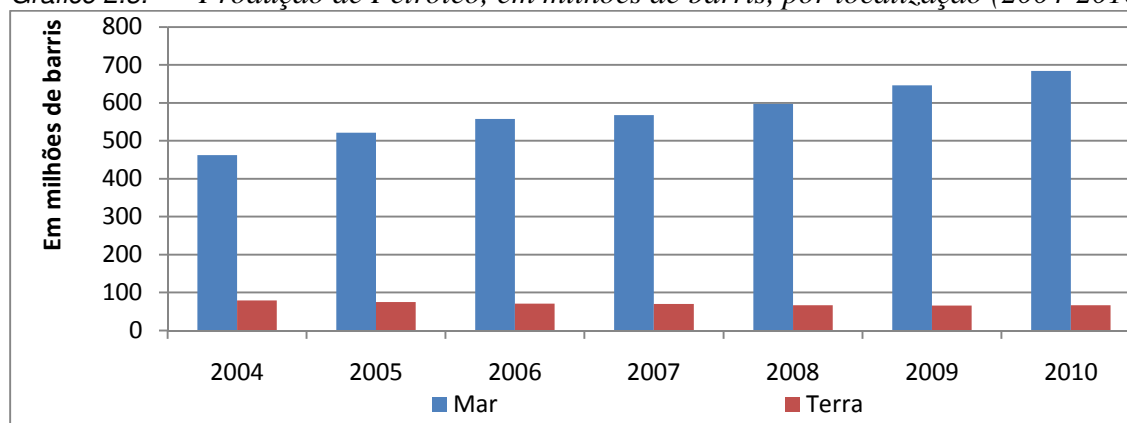
Gráfico 2.2. Evolução das reservas provadas de gás natural (2004-2010)



Fonte: ANP

Em 2010, foram produzidos 749,95 milhões de barris de petróleo, o que representou um aumento de 5,3% em relação a 2009 (711,82).

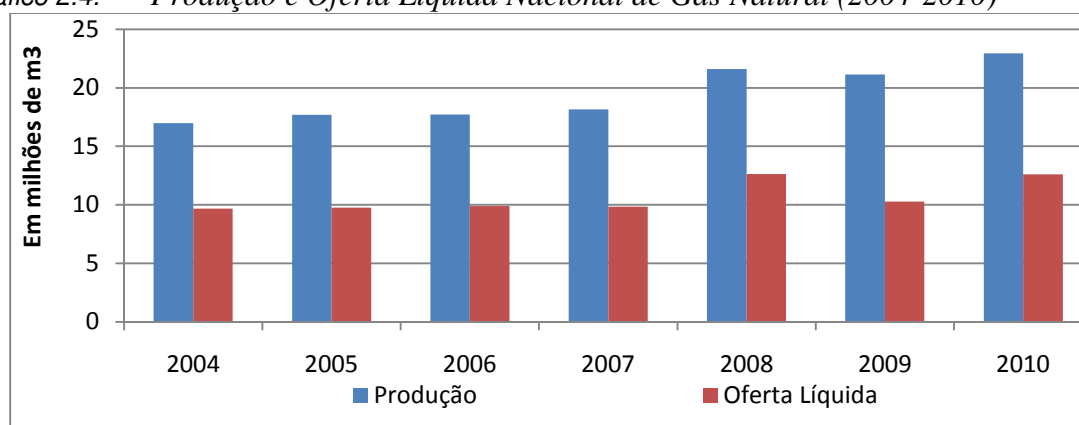
Gráfico 2.3. *Produção de Petróleo, em milhões de barris, por localização (2004-2010)*



Fonte: ANP

A produção de gás natural, por sua vez, registrou alta de 8,5%, passando de 21,14 bilhões de m<sup>3</sup>, em 2009, para 22,93 bilhões de m<sup>3</sup>, em 2010. A oferta líquida total deste produto foi de 12,6 bilhões de m<sup>3</sup>, representando um aumento de 22,6% se comparado a 2009, quando foi de 10,28 bilhões de m<sup>3</sup>.

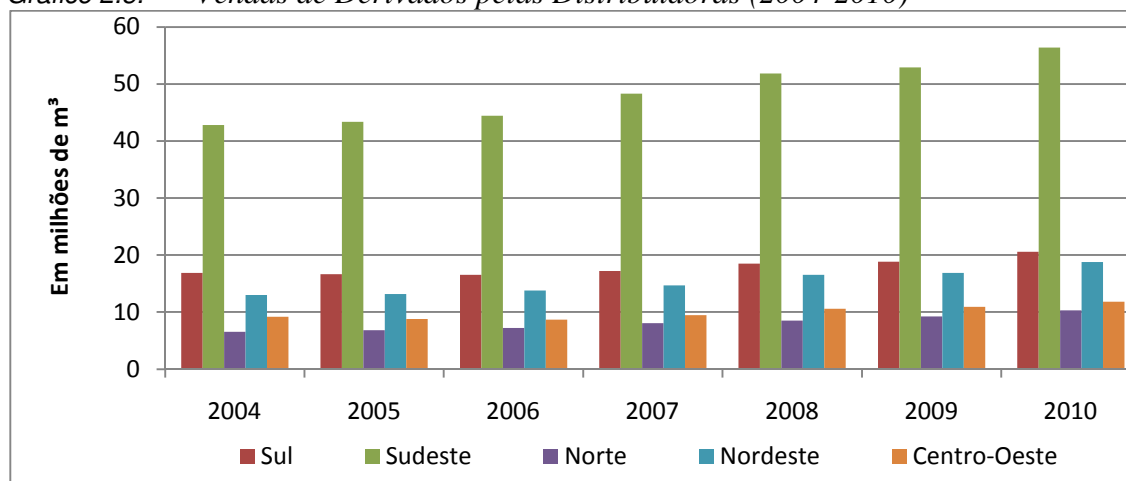
Gráfico 2.4. *Produção e Oferta Líquida Nacional de Gás Natural (2004-2010)*



Fonte: ANP

Em 2010, o consumo dos combustíveis derivados de petróleo, medido em milhões de m<sup>3</sup>, cresceu 8,41% no país. As vendas pelas distribuidoras dos derivados de petróleo aumentaram em todas as regiões brasileiras, nas seguintes proporções: Norte (11,8%), Nordeste (11,2%), Centro-Oeste (8,4%), Sudeste (6,6%) e Sul (9,3%).

Gráfico 2.5. *Vendas de Derivados pelas Distribuidoras (2004-2010)*



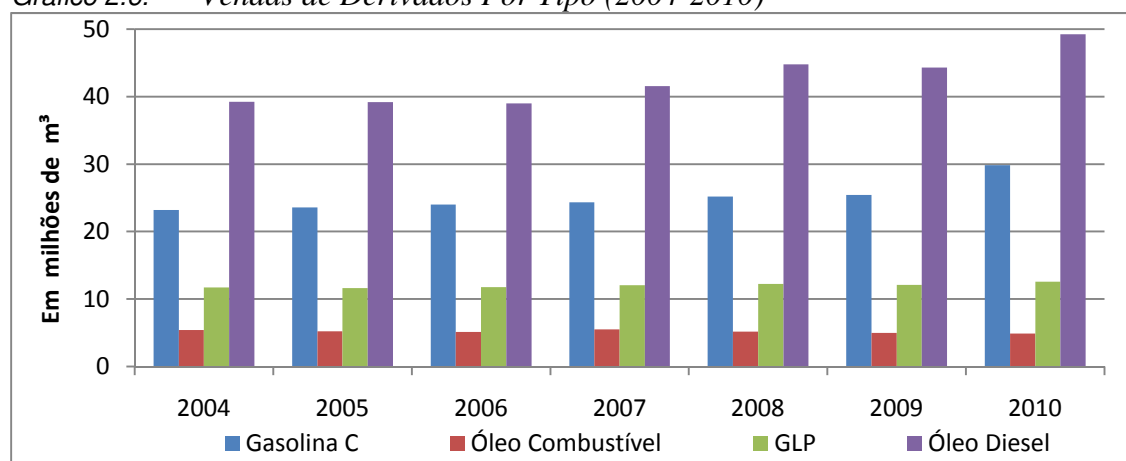
Fonte: ANP

Nota: A partir de 2008, a mistura de biodiesel puro (B100) ao óleo diesel passou a ser obrigatória. Entre janeiro e junho de 2008, era de 2%, e entre julho de 2008 e junho de 2009, de 3%, e entre julho e dezembro de 2009 era de 4%. A partir de 01/01/2010, o biodiesel passou a ser adicionado ao óleo diesel na proporção de 5% em volume, conforme Resolução CNPE nº 6 de 16/09/2009.

No ano de 2010, as vendas de óleo diesel subiram 11,15%. As de GLP registraram alta de 3,67%, enquanto as de gasolina C aumentaram 17,45%. As de óleo combustível, por sua vez, tiveram uma diminuição de 2,05%. Considerando-se o valor total das vendas desses derivados (em m³), o resultado foi uma alta de 11,19% neste período.

As vendas de QAV e gasolina de aviação cresceram, respectivamente, 15,14% e 11,32%, no período, enquanto as de querosene iluminante caíram 6%. O querosene iluminante vem apresentando queda nas vendas, nos últimos anos, em função da diminuição do uso do querosene de iluminação como solvente para adulteração da gasolina. O óleo combustível, por sua vez, é utilizado em algumas térmicas e, devido à grande quantidade de chuvas, muitas delas não despacharam energia elétrica, o que explicaria a queda no consumo desse energético.

Gráfico 2.6. *Vendas de Derivados Por Tipo (2004-2010)*

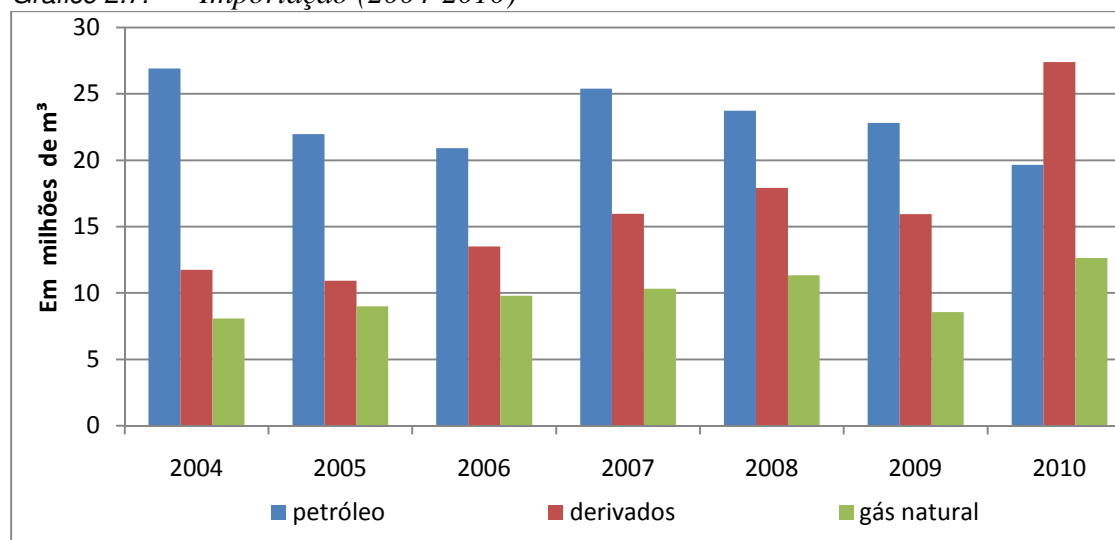


Fonte: ANP



A importação de gás natural teve alta de 48,04% em 2010, totalizando 12,6 bilhões de m<sup>3</sup>. Já a importação de petróleo diminuiu 13,84%, enquanto a de derivados aumentou 71,85%.

Gráfico 2.7. Importação (2004-2010)

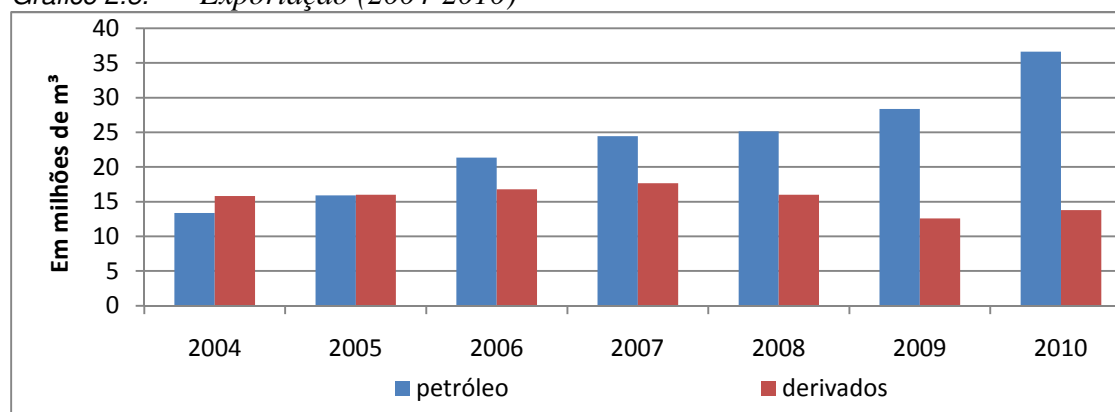


Fonte: ANP

A alta da cotação média do barril de petróleo que, em 2009, era de US\$ 63,88 e, em 2010, passou para US\$ 109,31 fez com que as receitas advindas das exportações de óleo cru aumentassem em 73,9%, totalizando US\$ 16,29 bilhões, enquanto o volume exportado teve alta de 20,13%.

Em sentido contrário, as exportações de derivados diminuíram 9,1%, totalizando 13,783 milhões de m<sup>3</sup>, em 2010, frente aos 15,1626 milhões de m<sup>3</sup>, em 2009.

Gráfico 2.8. Exportação (2004-2010)

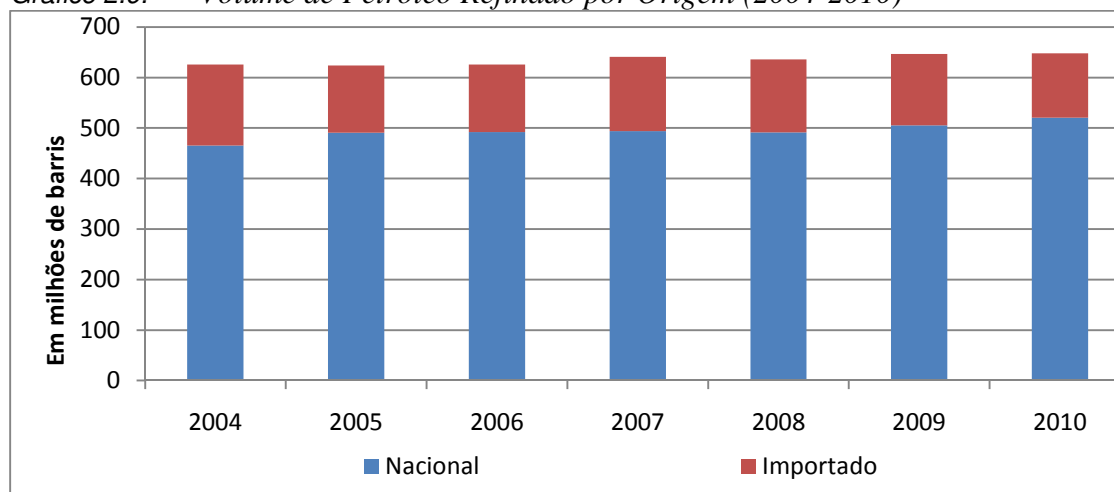


Fonte: ANP

Nota: a partir de novembro/06, a série de exportações de derivados passou a incluir os produtos **Combustíveis para Aeronaves** e **Combustíveis para Navios**. Desta forma, toda a série, desde janeiro de 2000, foi revisada.

No que tange ao volume processado pelas refinarias, o volume de petróleo importado refinado sofreu uma redução de 10,36%, totalizando 126,8 milhões de barris em 2010, enquanto o de petróleo nacional aumentou de 505,1 para 520,9 milhões de barris, o que correspondeu a uma alta de 3,11%.

Gráfico 2.9. Volume de Petróleo Refinado por Origem (2004-2010)



Fonte: ANP

A tabela abaixo apresenta um resumo dos principais dados estatísticos no período entre 2004 e 2010, bem como as variações registradas entre 2009 e 2010.

Tabela 2.1. Resumo setorial

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	% 10/09
Produção de Petróleo – Mar (barris)	462.084.935	521.292.441	557.956.514	568.125.507	596.938.378	646.418.298	683.883.555	5,80
Produção de Petróleo – Terra (barris)	78.632.103	74.962.183	70.840.894	69.892.876	66.337.047	65.464.588	66.070.289	0,93
Produção de LNG (barris)	22.457.302	28.943.228	31.532.245	30.903.093	31.627.503	28.716.894	30.203.542	5,18
Produção de Gás Natural (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	16.971.156	17.699.201	17.706.161	18.151.652	21.592.652	21.141.520	22.938.447	8,50
Produção de Derivados – Refinarias da PETROBRAS (m <sup>3</sup> )	98.212.126	100.429.069	102.071.610	103.956.615	104.270.184	104.613.817	105.384.927	0,74
Produção de Derivados – Mangueiros (m <sup>3</sup> )	939.529	457.459	167.639	78.202	23.594	59.884	331.332	453,29
Produção de Derivados – Riograndense (m <sup>3</sup> )	681.607	316.377	421.483	791.388	422.947	816.458	899.570	10,18
Produção de Derivados – Univen (m <sup>3</sup> )	274.097	122.938	180.085	323.941	135.872	452.838	510.993	12,8
Produção de derivados – Centrais Petroquímicas (m <sup>3</sup> )	1.062.211	1.020.759	1.115.588	1.004.009	915.112	915.772	821.309*	-10,31
Refino de Petróleo Nacional (barris)	465.727.154	490.835.194	492.261.996	493.780.665	491.712.036	505.127.940	520.852.624	3,11
Refino de Petróleo Importado (barris)	159.946.870	133.135.804	133.438.254	147.245.182	144.466.498	141.463.840	126.811.347	-10,36
Importação de Petróleo (m <sup>3</sup> )	26.912.603	21.974.140	20.908.120	25.379.663	23.722.129	22.816.759	19.658.526	-13,84
Importação de Petróleo (barris)	169.275.492	138.213.440	131.508.359	159.633.574	149.207.982	143.513.364	123.648.637	-13,84
Preço médio do barril de petróleo importado	39,98	55,85	68,57	74,72	108,68	63,88	109,31	54,01
Importação de Gás Natural (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	8.086.095	8.997.552	9.788.751	10.334.045	11.347.898	8.543.202	12.647.163	48,04
Importação de Derivados de Petróleo (m <sup>3</sup> )	11.744.402	10.921.636	13.501.297	15.959.523	17.913.741	15.936.725	27.386.551	71,85
Exportação de Petróleo (m <sup>3</sup> )	13.394.922	15.928.979	21.357.707	24.454.189	25.137.510	30.503.055	36.645.240	20,14
Exportação de Petróleo (barris)	84.251.682	100.190.450	134.336.184	153.812.509	158.110.477	191.858.801	230.492.050	20,13
Exportação de Derivados de Petróleo (m <sup>3</sup> )	15.796.237	15.990.997	16.774.766	17.647.877	15.986.371	15.161.898	13.782.901	-9,10
Consumo Aparente (10 <sup>3</sup> barris)	622.136	631.204	636.799	664.123	698.123	699.038	733.162	4,88
Vendas, pelas distribuidoras - Óleo Diesel (+ bio-diesel a partir de 2005) m <sup>3</sup>	39.225.675	39.167.155	39.008.397	41.558.180	44.763.952	44.298.463	49.239.039	11,15
Vendas, pelas distribuidoras – GLP (m <sup>3</sup> )	11.708.158	11.638.591	11.783.131	12.034.181	12.259.206	12.113.185	12.558.330	3,67
Vendas, pelas distribuidoras - Gasolina C (m <sup>3</sup> )	23.173.879	23.553.490	24.007.633	24.325.449	25.174.783	25.409.090	29.843.665	17,45
Vendas, pelas distribuidoras - Óleo Combustível (m <sup>3</sup> )	5.412.332	5.237.225	5.126.619	5.525.058	5.171.686	5.003.973	4.901.484	-2,05

Fonte: ANP

\* O valor da produção de derivados das centrais petroquímicas só está atualizado até novembro de 2010.

### 3. ESTUDOS E SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA APLICADOS À PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL.

#### 3.1. ASPECTOS GERAIS

As atribuições da Superintendência de Definição de Blocos (SDB) estão estabelecidas no Regimento Interno da ANP, Portaria 160/2004/ANP. De acordo com este regimento, cabe à SDB, promover estudos e levantamentos geológicos, geofísicos e geoquímicos para elevar o conhecimento sobre o potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras, com vistas às rodadas de licitações. Dentro deste contexto, a SDB é responsável pelos estudos das bacias sedimentares para as rodadas de licitações, planejamento e contratação dos levantamentos geológicos e geofísicos e pelo estudo das áreas do pré-sal.

#### 3.2. RODADAS DE LICITAÇÕES

A SDB é responsável pelo estudo e avaliação das bacias sedimentares para as rodadas de licitações, incluindo seleção das áreas, avaliação geológica, definição da atratividade exploratória, estimativas de volumes *in place*, além de fornecer subsídios técnicos para o cálculo do bônus de assinatura.

Embora as rodadas de licitações estejam paralisadas desde 2008, momento em que houve uma interrupção para discutir a criação de um novo marco regulatório para as descobertas do pré-sal, a SDB manteve os estudos para a 11ª Rodada de Licitações.

As áreas que integram a proposta para R11 foram definidas logo após a conclusão da 10ª Rodada de licitações. A seleção das áreas seguiu as premissas definidas pela Resolução CNPE 08/2003 (inclusão de áreas em bacias maduras e nova fronteira). Áreas nas bacias de elevado potencial (Campos, Santos e Espírito Santo) não foram selecionadas, pois naquele momento ainda estava em discussão a criação do novo marco regulatório.

Para compensar a ausência das bacias marítimas da margem continental brasileira, foram incluídas áreas nas bacias de margem equatorial, as quais apresentam potencial petrolífero altamente promissor, dada as inúmeras e significativas descobertas de hidrocarbonetos na margem oeste africana (Jubilee, Venus, Tweneboa, Owo, entre outros). Provavelmente, as bacias da margem equatorial brasileira apresentam potencial similar ou superior.

Em 2010 a SDB deu continuidade aos estudos das bacias sedimentares para a 11ª Rodada de Licitações. Além dos estudos técnicos, foram promovidas alterações na proposta original com inclusão e retirada de áreas, registradas por meio de notas técnicas e relatórios.

Foram produzidas 02 (duas) notas técnicas que resumem os estudos conduzidos pela SDB em 2010. A primeira trata da retirada e inclusão de áreas exploratórias (NT 20/2010/SDB) e a segunda, trata da atratividade exploratória das áreas sugerida para oferta (NT 085/2010/SDB).

#### 3.3. ESTUDOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA (PPA)

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem como uma de suas atribuições promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão ou contratação sob o regime de partilha de produção das atividades de exploração, desenvolvimento e produção conforme previsto no inciso II, art. 8º da Lei 9.478/97. Segundo a Portaria ANP 160/2004 cabe a Superintendência de Definição de Blocos (SDB), promover estudos e levantamentos geológicos, geofísicos e geoquímicos para elevar o conhecimento sobre o potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras.

Diante dessa atribuição legal, a SDB idealizou e submeteu à aprovação da Diretoria Colegiada da ANP o Plano Plurianual de Estudos de Geologia e Geofísica (2007- 2011). Este Plano visa à aquisição de dados geológicos e geofísicos nas bacias sedimentares brasileiras, com foco nas bacias de fronteira exploratória. Grande parte dos projetos do Plano Plurianual de Geologia & Geofísica da ANP está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

Em 2010 a ANP esteve empenhada em cumprir os compromissos estabelecidos no Plano Plurianual, tanto na contratação de novos empreendimentos, quanto na fiscalização da execução dos empreendimentos previamente contratados.

A Tabela 1 resume os projetos executados e contratados em 2010. Além dos projetos citados nessa tabela, a SDB trabalhou no planejamento de novas aquisições, como por exemplo, o levantamento magnetotelúrico nas bacias do Paraná, Parecis e Amazonas e o levantamento sísmico na Bacia do Jacuípe. Esses projetos estão em fase de contratação.

*Tabela 3.1. Relação dos projetos executados e contratados em 2010.*

BACIAS	PROJETOS PREVISTOS	SITUAÇÃO ATUAL
Acre/Madre de Deus	Sísmica 2D	CONTRATADO
Solimões	Aditivo aerolevanteamento	CONCLUÍDO
Amazonas	Sísmica 2D	CONTRATADO
	Reprocessamento	EM ANDAMENTO
Ceará (Piauí-Camocim, Acaraú e Icarai)	Geoquímica do tipo “ <i>Piston Core</i> ”	CONTRATADO
São Francisco	Sísmica 2D	CONCLUÍDO
Paraná	Sísmica 2D	EM ANDAMENTO
	Aerolevanteamento	CONCLUÍDO
Parecis	Sísmica 2D	EM ANDAMENTO
Araripe	Geoquímica	EM ANDAMENTO
Parnaíba	Geoquímica	CONCLUÍDO
Jacuípe	Geoquímica do tipo “ <i>Piston Core</i> ”	CONCLUÍDO

Fonte: ANP

Em 2010 estiveram em andamento três projetos de aquisição de dados sísmicos e gravimétricos nas bacias dos Parecis, São Francisco e Paraná. Estes projetos adquiriram 5.105 quilômetros lineares de dados sísmicos.

Além disso, foram finalizados dois aerolevanteamentos para aquisição de dados gravimétricos e magnetométricos nas bacias do Amazonas, Solimões e Paraná. Esses projetos totalizam 253.000 quilômetros lineares de dados aerogeofísicos.

Ainda no ano de 2010, foram realizados dois projetos de geoquímica terrestre. Foram coletadas 2.000 amostras na Bacia do Araripe e, na Bacia do Parnaíba, analisadas em laboratório 2.824 amostras.

Outro projeto contratado em 2010, mas cujo prazo de execução se estende para o ano de 2011, são os reprocessamentos de antigas linhas sísmicas adquiridas, que somam 210.000 registros de dados sísmicos. O referido projeto abrange três bacias sedimentares, Acre, Amazonas e São Luís. Durante o ano de 2010 foram executados 7,5 % do referido levantamento.

Além dos projetos supramencionados, a SDB trabalhou sistematicamente na conclusão de outros processos licitatórios. Foram finalizados três destes processos, quais sejam, le-

levantamento sísmico 2D na Bacia do Acre, levantamento sísmico 2D na Bacia do Amazonas e levantamento geoquímico do tipo “Piston Core” na Bacia do Ceará.

Alguns processos licitatórios previstos para conclusão em 2010 não foram finalizados, entre eles o levantamento magnetotelúrico nas bacias do Amazonas, Parecis e Paraná e o levantamento sísmico na Bacia do Jacuípe.

### 3.3.2. PROJETOS EM EXECUÇÃO

Os projetos em execução são aqueles contratados pela ANP/SDB anteriormente a 2010 e que continuaram a sua execução no corrente ano. Nesta tabela pode-se observar a localização por bacia, os recursos investidos e os objetos executados no ano de 2010.

Esses projetos fazem parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal que tem como base o investimento em infraestrutura para estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, gerar benefícios sociais para todas as regiões do país.

*Tabela 3.2. Projetos de geologia e geofísica contratados antes de 2010.*

Bacia estudada	Título	Contratos	Objeto executado em 2010	Total Pago até 31/12/2010	% valor do contrato/valor pago
Bacia do Paraná	Aerolevantamento gravimétrico e magnetométrico	9.123/08-ANP-004.952	25.000 km lineares	32.398.743,40	90%
Bacia do Paraná	Levantamento Sísmico	7.028/09-ANP-008.849	1.990,2 km lineares	48.331.884,95	78%
Bacia dos Parecis	Levantamento Sísmico	7.128/08-ANP-008.521	338,35 km lineares	24.689.072,96	42%
Bacia do São Francisco	Levantamento Sísmico	7.130/08-ANP-000.619	510,28 km lineares	42.201.380,00	100%
Bacias do Acre, Madre de Deus e Solimões	Aerolevantamento gravimétrico e magnetométrico	9.108/07-ANP-011.389	43.447,97 km lineares	25.399.523,99	98%
Bacia do Parnaíba	Levantamento Geoquímico	9.131/08-ANP-006.128	2.824 análises químicas	6.068.093,91	97%

Fonte: ANP

Figura 3.1. *Projetos de geologia e geofísica contratados previamente a 2010.*



#### b. LEVANTAMENTO SÍSMICO NA BACIA DO SÃO FRANCISCO

O Levantamento sísmico na Bacia do São Francisco, contrato 7.130/08-ANP-000.619, iniciou em 31/12/2008 e foi concluído em 14/07/2010. O objeto do contrato compreendia a aquisição de 1.450 quilômetros lineares de dados sísmicos com gravimetria associada na porção baiana da bacia. Este projeto foi executado pela empresa Geokinetics Geophysical do Brasil Ltda., vencedora do certame.

Em 2010 foram adquiridos 510,28 km lineares de dados sísmicos e 390 km lineares de dados gravimétricos, que correspondem, respectivamente, a 35% do total da aquisição sísmica e 26% do total em aquisição gravimétrica.

Entre 04 a 08 de março de 2010, servidores da ANP realizaram uma ação de fiscalização para verificar a recuperação de áreas do projeto. Nesta ação foram inspecionadas as condições de desativação do depósito de explosivos e as condições dos terrenos. A fiscalização sistemática em campo teve a finalidade de garantir a boa qualidade dos dados adquiridos e, conseqüentemente, do resultado final.

O andamento do projeto também foi acompanhado por meio de reuniões mensais. No ano de 2010 foram realizadas quatro reuniões de acompanhamento, que tiveram por objetivo avaliar o desenvolvimento do projeto, dirimir dúvidas e divergências, definir ou redefinir parâmetros técnicos e buscar soluções para problemas e imprevistos.

O Projeto foi concluído em Julho de 2010, e contribuiu com importantes informações sobre a disposição litológica da Bacia do São Francisco em sua porção baiana. Trata-se de um grande avanço em relação ao fomento da bacia, pois essa porção possui interesse mínimo na exploração de hidrocarbonetos, cabendo à parte mineira da bacia o maior interesse e, conseqüentemente, a captação de recursos por parte das empresas petrolíferas. Estes dados geram novas expectativas para a bacia.

#### c. LEVANTAMENTO SÍSMICO NA BACIA DOS PARECIS

O Levantamento Sísmico na Bacia dos Parecis, contrato nº 7.128/08-ANP-008.521, iniciou em 31/12/2008 e ainda está em andamento. O objeto desse contrato compreende a aquisição de 1.500 quilômetros de dados sísmicos 2D com gravimetria terrestre associada e está sendo conduzido pelo consórcio *Stratageo Soluções Tecnológicas Ltda. e Brain Tecnologia Ltda.* Em 2010 foram adquiridos 338,35 km lineares de dados sísmicos e 284,90 km lineares de dados gravimétricos, correspondentes, respectivamente a 22,55% e 18,99% do total do contrato.

A execução do contrato foi acompanhada por meio de inúmeras ações de fiscalização, que totalizaram 31 dias no decorrer de 2010. A fiscalização sistemática em campo teve o objetivo finalidade de garantir a boa qualidade dos dados adquiridos.

O andamento do projeto também foi acompanhado por meio de reuniões periódicas, que tiveram por objetivo avaliar o desenvolvimento do projeto, dirimir dúvidas e divergências, definir ou redefinir parâmetros técnicos e buscar soluções para problemas e imprevistos. Ao todo foram realizadas seis reuniões ao longo de 2010.

#### d. LEVANTAMENTO SÍSMICO NA BACIA DO PARANÁ

O Levantamento Sísmico na Bacia do Paraná, contrato nº 7.028/09-ANP-008.849, iniciou em 18/05/2009 e está na fase final. Tem como objeto a aquisição de 2.155 km lineares de dados sísmicos com gravimetria terrestre associada e está sendo conduzido pela empresa *Georadar Levantamentos Geofísicos S.A.*

Em 2010 foram adquiridos 1.990,20 km lineares de dados sísmicos e 1.951,40 km lineares de dados gravimétricos, correspondentes, respectivamente, a 92,35% e 90,55% do total do contrato.

O bom desenvolvimento das tarefas foi acompanhado em inúmeros períodos de fiscalização que, ao longo de 2010 somaram 21 ações de fiscalização (trezentos e oitenta e três dias). A fiscalização sistemática em campo teve a finalidade de garantir a boa qualidade dos dados adquiridos e do resultado final.

O andamento do projeto também foi acompanhado em 12 reuniões periódicas em 2010, que tiveram por objetivo avaliar o desenvolvimento, dirimir dúvidas e divergências, definir ou redefinir parâmetros técnicos e buscar soluções para problemas e imprevistos do projeto.

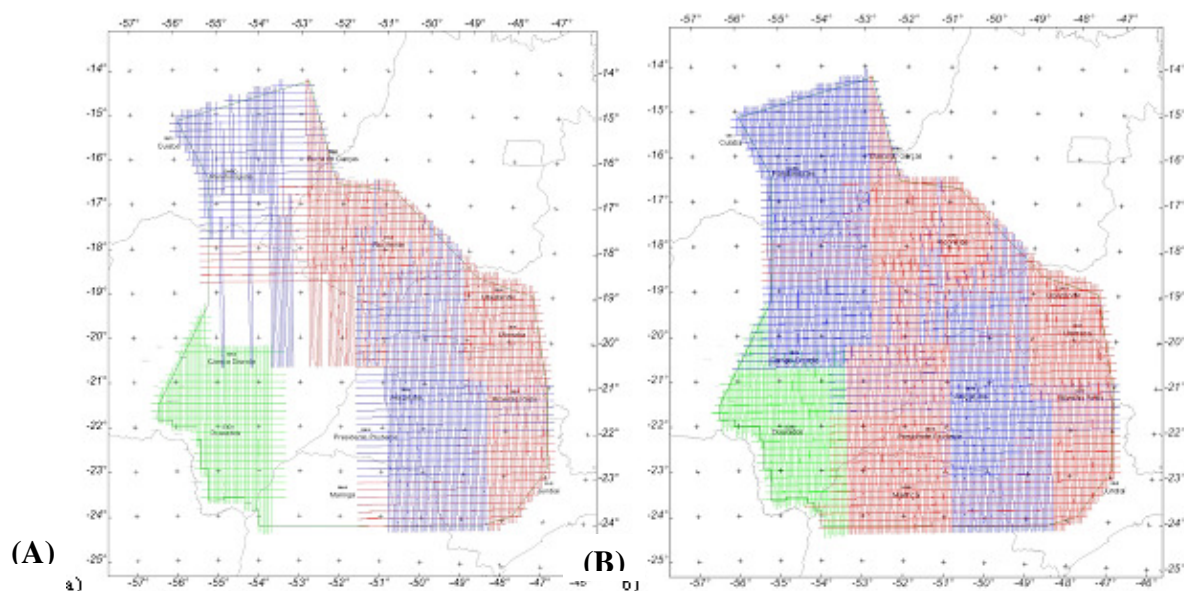
#### e. AEROLEVANTAMENTO GRAVIMÉTRICO E MAGNETOMÉTRICO NA BACIA DO PARANÁ

O projeto “Aerolevantamento Gravimétrico e Magnetométrico da Bacia do Paraná”, contrato nº 9.123/08-ANP-004.952, iniciou em 31/12/2008 e foi concluído em 23/11/2010. O objeto compreende a aquisição de 160.851,67 km lineares de dados aerogravimétricos e aeromagnetométricos. Este projeto foi executado pelo consórcio Aerogeofísica-ANP\_Paraná, constituído pelas empresas “*Aerogeophisica Latinoamerica*” e “*Lasa Engenharia e Prospecções S/A*”.



Em 2010 foram adquiridos 43.447,97 km lineares de dados gravimétricos e magnetométricos, correspondentes a 27,01% do total do contrato. A figura abaixo ilustra a situação do projeto em 31/12/2009 e compara com a situação em 24/05/2010.

Figura 3.2. Mapas de progresso de vôo em (A) 31/12/09 e (B) 24/05/10 ( ).



Fonte: ANP/LASA/AEROGEOPHYSICA

Como resultado do projeto, foram entregues à ANP/SDB relatórios de magnetometria, gravimetria, interpretação e mapas na escala 1:500.000. No relatório de interpretação constam mapas de profundidade do embasamento, mapas dos elementos estruturais interpretados e diversos outros produtos auxiliares à interpretação. Com base nisso, foram efetuadas recomendações de áreas favoráveis a prospecção de hidrocarbonetos, sujeitas a estudos de maior detalhe. Os produtos finais são de grande valia e aumentam substancialmente o conhecimento geológico da região.

#### f. AEROLEVANTAMENTO GRAVIMÉTRICO E MAGNETOMÉTRICO NA BACIA DO AMAZONAS

O projeto “Aerolevantamento Gravimétrico e Magnetométrico das Bacias do Acre, Madre de Deus e Solimões”, contrato nº 9.108/07-ANP-011.389, iniciou em 28/12/2007 e foi concluído em 24/12/2010. O objeto deste projeto compreendia originalmente a aquisição de 103.000 km lineares de dados aerogravimétricos e aeromagnetométricos, posteriormente aditado para 128.000 km. O levantamento foi conduzido pela empresa *Lasa Engenharia e Prospecções S/A*.

Em 2010 foram adquiridos os 25.000 km lineares referentes ao aditamento do contrato, no denominado Bloco Solimões-Jandiatuba.

Como resultados do projeto, foram entregues à ANP/SDB relatórios de gravimetria, magnetometria e de interpretação dos dados. Os produtos aumentaram consideravelmente o conhecimento geológico da região, possibilitando estudos mais aprofundados para fins de licitação de blocos exploratórios.

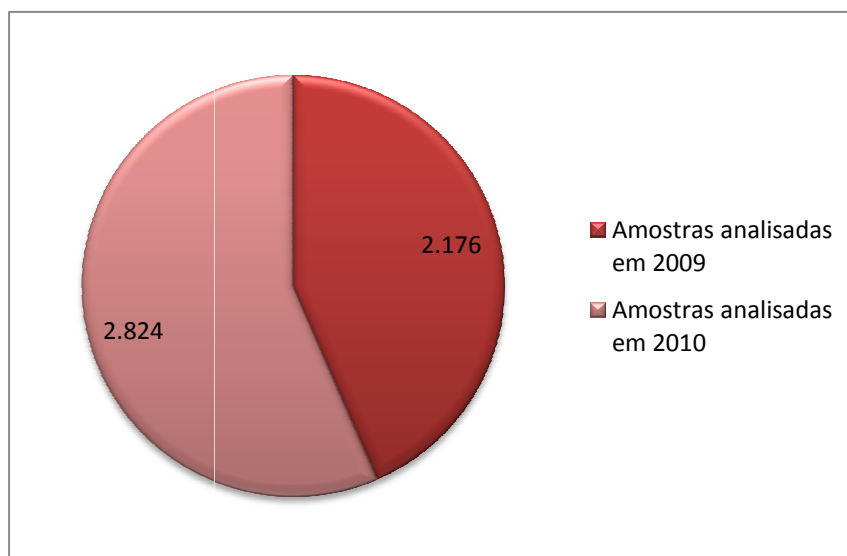


#### g. LEVANTAMENTO GEOQUÍMICO NA BACIA DO PARNAÍBA

O Levantamento Geoquímico da Bacia do Parnaíba, contrato 9.131-08-ANP-006.128, iniciou em 31/12/2008 e foi finalizado em 30/06/2010. O objeto desse contrato compreendia a coleta e análise de 5.000 amostras de solo. Este projeto foi conduzido pela empresa *High Resolution Technology*. Toda a fase de coleta das amostras ocorreu em 2009, assim como parte das análises.

Em 2010 foi realizada a análise química básica (*headspace* e gás adsorvido) em 2.824 amostras, análises microbiológicas (DNA) nas 5.000 amostras e análises isotópicas em 181 amostras. O gráfico a seguir ilustra a quantidade de análises químicas básicas realizadas em 2009 e 2010.

Gráfico 3.1. Amostras analisadas por ano no âmbito do contrato 9.131/08.



O relatório final foi aprovado em agosto de 2010, encerrando as atividades do projeto.

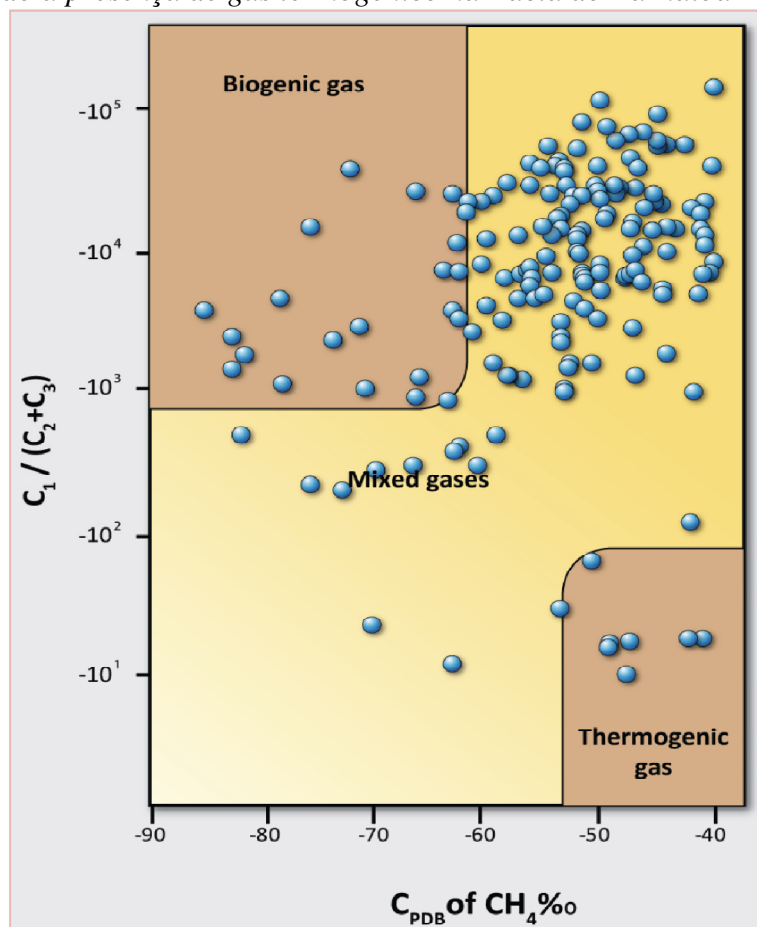
No relatório final constam os resultados de todas as análises realizadas em cada uma das amostras coletadas, tendo tabelas para as análises de gás adsorvido (OSG), *headspace*, análises microbiológicas (DNA) e análises isotópicas. Além disso, apresenta os mapas com todos os resultados obtidos, dando uma noção espacial da distribuição das anomalias geoquímicas detectadas.

Quanto aos resultados, pode-se considerar que o levantamento foi extremamente positivo, identificando diversas anomalias em quase toda a área do projeto. Destacam-se as regiões do Lineamento Transbrasiliano (especialmente na região do levantamento sísmico adquirido pela ANP) e o Lineamento Picos-Santa Inês.

Como esperado, por se tratar-se de uma bacia Paleozóica, os resultados das análises indicam que o objetivo exploratório da região é o gás natural, podendo ter uma pequena contribuição de hidrocarbonetos líquidos. Cabe ressaltar, que em diversos pontos comprovou-se a origem termogênica desses gases (Figura a seguir).

Conclui-se que os resultados do projeto foram muito satisfatórios, comprovando um sistema petrolífero ativo na região e, principalmente, indicando novas áreas exploratórias da promissora Bacia do Parnaíba.

Figura 3.3. Classificação da origem dos hidrocarbonetos através da análise de isótopos de carbono, indicando a presença de gás termogênico na Bacia do Parnaíba



(Fonte: ANP/HRT)

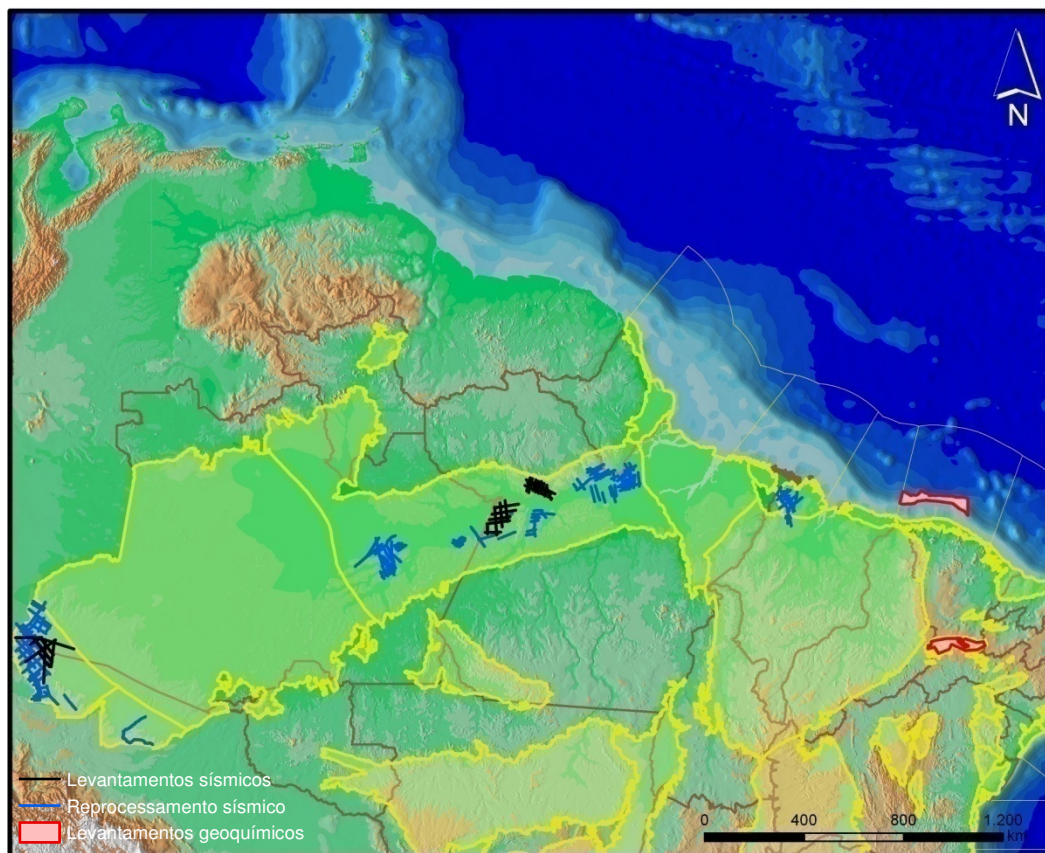
### 3.4. PROJETOS CONTRATADOS EM 2010

No ano de 2010 a ANP contratou cinco levantamentos geológicos e geofísicos, no valor aproximado de R\$ 150 milhões (Tabela e Figura abaixo). No início do segundo semestre a ANP contratou o “Levantamento Geoquímico - Bacia do Araripe” e o “Processamento Sísmico - Bacia do Amazonas-Acre-São Luis”, já no final do ano foram contratados os seguintes projetos, o “Levantamento Sísmico - Bacia do Amazonas”, o “Levantamento Sísmico - Bacia do Acre” e o “Levantamento Geoquímico (Piston Core) - Bacia do Ceará”.

Tabela 3.3. Relação dos projetos contratados pela ANP/SDB em 2010.

Bacia estudada	Título	Contratos	Objeto	Total Pago até 31/12/2010	% valor do contrato/valor pago
Amazonas	Levantamento Sísmico	7.174/10-ANP-003.044	60.000 pontos de tiro	0	0%
Acre	Levantamento Sísmico	7.175/10-ANP-005.778	40.680 pontos de tiro	0	0%
Ceará	Levantamento Geoquímico (Piston Core)	1.173/10-ANP-007.628	1.000 amostras de assoalho oceânico	0	0%
Araripe	Levantamento Geoquímico	9.008/10-ANP-005.790	2.000 amostras de solo	1.358.529,44	36%
Amazonas - Acre - São Luis	Processamento Sísmico	7.012/10-ANP-000.506	213.811 registros	0	0%
<b>Total</b>					

Figura 3.4. Localização dos projetos de geologia e geofísica contratados pela ANP em 2010.



#### b. LEVANTAMENTO GEOQUÍMICO DA BACIA DO ARARIPE

O Levantamento Geoquímico da Bacia do Araripe, contrato 9.008/10-ANP-005.790, iniciou em 02/06/2010, com vigência de 09 meses. O objeto desse contrato compreende a coleta, análise laboratorial e interpretação de dados geoquímicos de 2.000 amostras de solo. Este projeto está sendo conduzido pela empresa *Integrated Petroleum Expertise Company – Ipex Co.*

O projeto foi dividido em 05 etapas: (a) Estudo da área e planejamento da amostragem e obtenção de eventuais licenças ambientais, (b) mobilização, (c) coleta e transporte de 2.000 amostras de solo, (d) análises e (e) relatório final.

Em 2010 foram concluídas as três primeiras etapas e parte da quarta etapa, quando todas as 2.000 amostras de solo tiveram as análises básicas e microbiológicas realizadas. Faltam ainda as análises detalhadas, a interpretação dos dados geoquímicos e o relatório final.

Do objeto contratado, foi realizado em 2010 mais de 60% dos serviços previstos.

O bom desenvolvimento das tarefas foi acompanhado em dois períodos de fiscalização, um relativo a três dias de campo e outro correspondendo ao acompanhamento das atividades no laboratório de análises geoquímicas. Estas fiscalizações tiveram como finalidade garantir a boa qualidade dos dados adquiridos e consequentemente, do resultado final.

O andamento do projeto também foi acompanhado em três reuniões periódicas em 2010, que tiveram por objetivo avaliar o desenvolvimento, dirimir dúvidas e divergências, definir ou redefinir parâmetros técnicos, buscar soluções para problemas e imprevistos do projeto.

Embora o projeto ainda não tenha sido concluído, as análises básicas indicaram 18 amostras com altos teores de hidrocarboneto, acima de 250 PPM de metano. Estas amostras foram selecionadas para as análises detalhadas, cujos resultados irão definir a origem termo-gênica ou biogênica para os hidrocarbonetos gerados.

#### c. PROCESSAMENTO DE DADOS SÍSMICOS NAS BACIAS DO AMAZONAS, ACRE E SÃO LUÍS

O projeto de Processamento de dados sísmicos terrestres nas bacias do Amazonas, Acre e São Luís, contrato 7.012/10-ANP-000.506, teve seu início em 01/06/2010. O objeto desse contrato é o processamento de 213.811 registros de dados sísmicos 2D e está sendo conduzido pela empresa Halliburton Serviços Ltda.

Em 2010 foram processados 15.588 registros, correspondentes a aproximadamente 15% do total do contrato.

O desenvolvimento das tarefas foi acompanhado em reuniões mensais e grupos de trabalho no BDEP e no escritório da contratada, totalizando seis dias de fiscalizações ao longo de 2010. O acompanhamento constante foi de grande importância para a identificação de necessidades de adequação no projeto, identificação de inconsistência dos dados disponibilizados e na solução de problemas e substituição de linhas.

As linhas processadas em 2010 apresentam boa qualidade, especialmente aquelas da Bacia do Acre (Figura 17). As linhas da Bacia do Amazonas, apesar de mais ruidosas, também possuem qualidade razoável e serão de extrema importância na interpretação geológica da bacia para as futuras licitações.

#### d. LEVANTAMENTO SÍSMICO BACIA DO ACRE

O processo para contratação do levantamento sísmico na Bacia do Acre começou a ser preparado no final de 2008 com a elaboração do termo de referência. Posteriormente, foi realizada consulta de preço ao mercado em 04/03/2009, com o envio de ofícios as empresas interessadas em participar da licitação. Em 07/04/2009 foi aberta a SABS nº 77/2009. Apesar do processo de contratação ter iniciado no primeiro trimestre de 2009, a contratação foi efetivada apenas em Dez/2010. O contrato nº 7.175/10-ANP-005.778 foi assinado em 29/12/2010 entre a ANP e a empresa *Georadar Levantamentos Geofísicos S.A.*, adjudicada vencedora do certame.

#### e. LEVANTAMENTO SÍSMICO BACIA DO AMAZONAS

O processo para contratação do levantamento sísmico 2D na Bacia do Amazonas também iniciou no final de 2008, com a elaboração do termo de referência. Posteriormente, foi realizada a consulta de preço ao mercado. A SABS nº 62/2009 foi gerada em 09/03/2009. A conclusão deste processo de contratação também foi efetivada apenas em DEZ/2010. O contrato nº 7.174/10-ANP-003.044 foi assinado em 29/12/2010 entre a ANP e a empresa *Georadar Levantamentos Geofísicos S.A.*, adjudicada vencedora do certame.

#### f. LEVANTAMENTO GEOQUÍMICO (PISTON CORE) BACIA DO CEARÁ

O levantamento geoquímico do tipo *piston core* na Bacia do Ceará foi contratado em 2010. O processo para contratação iniciou em 2009 e a licitação ocorreu em ABR/2010. Entretanto, devido à apresentação de recursos por parte das empresas licitantes a contratação foi finalizada apenas em DEZ/2010.

O contrato nº 1.173/10-ANP-007.628 foi assinado em 29/12/2010 entre a ANP e o consórcio *FUGRO/IPEX*.

### 3.5. OUTRAS CONTRATAÇÕES EM 2010

Outra atividade desenvolvida pela SDB/ANP foi a contratação de softwares, pois as atividades exploratórias demandam diversos e robustos softwares de interpretação e visualização dos dados geofísicos. Estes softwares devem ser permanentemente atualizados para que os geólogos e geofísicos tenham a melhor ferramenta para avaliar as bacias sedimentares brasileiras e fiscalizar de forma eficiente os projetos contratados. Para tanto, a SDB/ANP iniciou processos de licitação visando à atualização e manutenção das licenças de softwares. Os processos estão em andamento e deverão ser concretizados ainda no primeiro trimestre de 2011.

#### a. ESTUDOS DO PRÉ-SAL

Os grandes volumes de hidrocarbonetos identificados no pré-sal das bacias de Campos, Espírito Santo e, especialmente Santos, motivaram as discussões para a criação de um novo marco regulatório.

Em 2007, foram retirados 41 blocos exploratórios da 9ª Rodada de Licitações, justificada, naquele momento, pela dificuldade de mensurar o impacto do pré-sal, recém-descoberto, sobre a produção de petróleo no Brasil.

Em 2008 foi instituído por Decreto Presidencial o Grupo Interministerial para estudar e propor as alterações necessárias à legislação para a exploração e produção de petróleo e gás natural nas províncias petrolíferas do pré-sal.

Em 2009 foram apresentados os quatro projetos de Lei para estabelecer um novo marco regulatório para a exploração de petróleo e gás no pré-sal. O primeiro projeto define o sistema de partilha de produção para a exploração e a produção de petróleo nas áreas ainda não licitadas do Pré-Sal (PL 5.938/2009). O segundo trata da criação de uma nova estatal, a Pré-Sal Petróleo S.A. (PL 5.939/2009). O terceiro prevê a criação de um Fundo Social (PL 5.940/2009). O quarto projeto de lei trata da capitalização da PETROBRAS (5.941/2009).

Esses quatro projetos de lei foram apresentados em 2009 e permaneceram em discussão entre 2009 e 2010, quando foram aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O Projeto de Lei 5.941/2009, que trata da Cessão Onerosa e capitalização da PETROBRAS, foi aprovado em 30/06/2010 na forma da Lei 12.276/2010. A proposta autorizou a União Federal a ceder onerosamente à PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo e gás natural em determinadas áreas do pré-sal, limitado ao volume máximo de 5 bilhões de barris de óleo equivalente, além de autorizar que a União Federal possa subscrever ações do capital social da PETROBRAS.

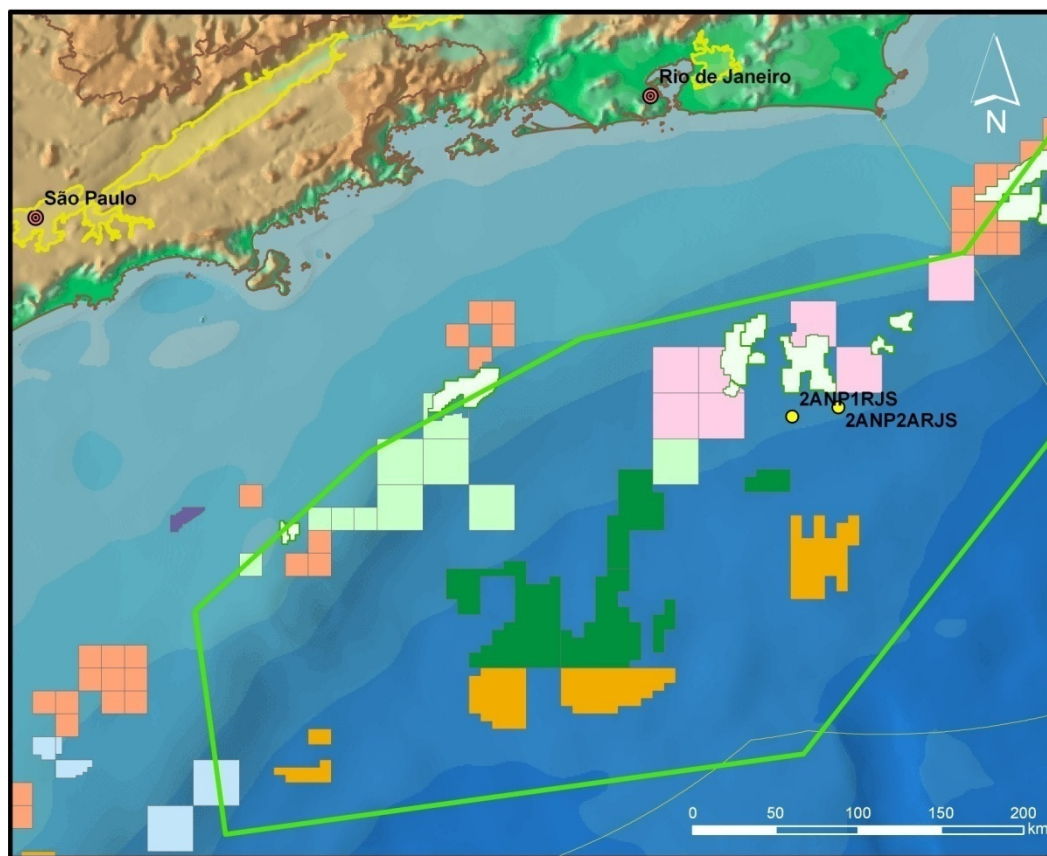
Com a aprovação da Lei 12.276/2010, coube à ANP auxiliar o Governo Federal fornecendo subsídios técnicos para a tomada de decisões no âmbito do pré-sal. A ANP foi responsável pela condução dos estudos e avaliação das áreas que poderiam ser cedidas onerosamente à PETROBRAS; contribuiu na definição do preço do barril do petróleo, bem como foi responsável pela contratação da certificadora para as reservas do pré-sal.

#### b. PERFURAÇÃO DOS POÇOS 2-ANP-1-RJS E 2-ANP-2A-RJS

Os estudos mais aprofundados no pré-sal iniciaram com a decisão de perfurar dois poços estratigráficos no pré-sal da Bacia de Santos, locados com o objetivo de compreender melhor a estratigrafia desta bacia, em termos de litofácies e ambientes deposicionais, como também de desvendar o potencial petrolífero da região. A figura 25 apresenta a localização dos poços perfurados pela ANP.



Figura 3.5. Mapa de localização da Bacia de Santos com indicação dos poços 2-ANP-RJS e 2-ANP-2A-RJS.



A locação dos poços 2-ANP-1-RJS e 2-ANP-2-RJS foi fruto dos estudos conduzidos pela equipe técnica da SDB/ANP em parceria com a PETROBRAS. A primeira etapa do trabalho consistiu no mapeamento e interpretação dos principais horizontes estratigráficos da porção norte da Bacia de Santos, ainda muito pouco investigada.

O mapeamento sísmico foi realizado com o auxílio dos softwares Petrel e Geoframe em diferentes levantamentos 2D e 3D, migradas em tempo e profundidade. Posteriormente foram delimitadas as estruturas e definidas as locações dos poços.

A perfuração do poço 2-ANP-1-RJS iniciou em 18/12/2009 e perdurou até 30/09/2010. O poço 2-ANP-1-RJS descobriu hidrocarbonetos na estrutura denominada “Franco”.

Figura 3.6. Visão 3D exibindo o mapa estrutural da base do sal em profundidade com indicação dos poços 2-ANP-1-RJS (Franco) e 2-ANP-2A-RJS (Libra).

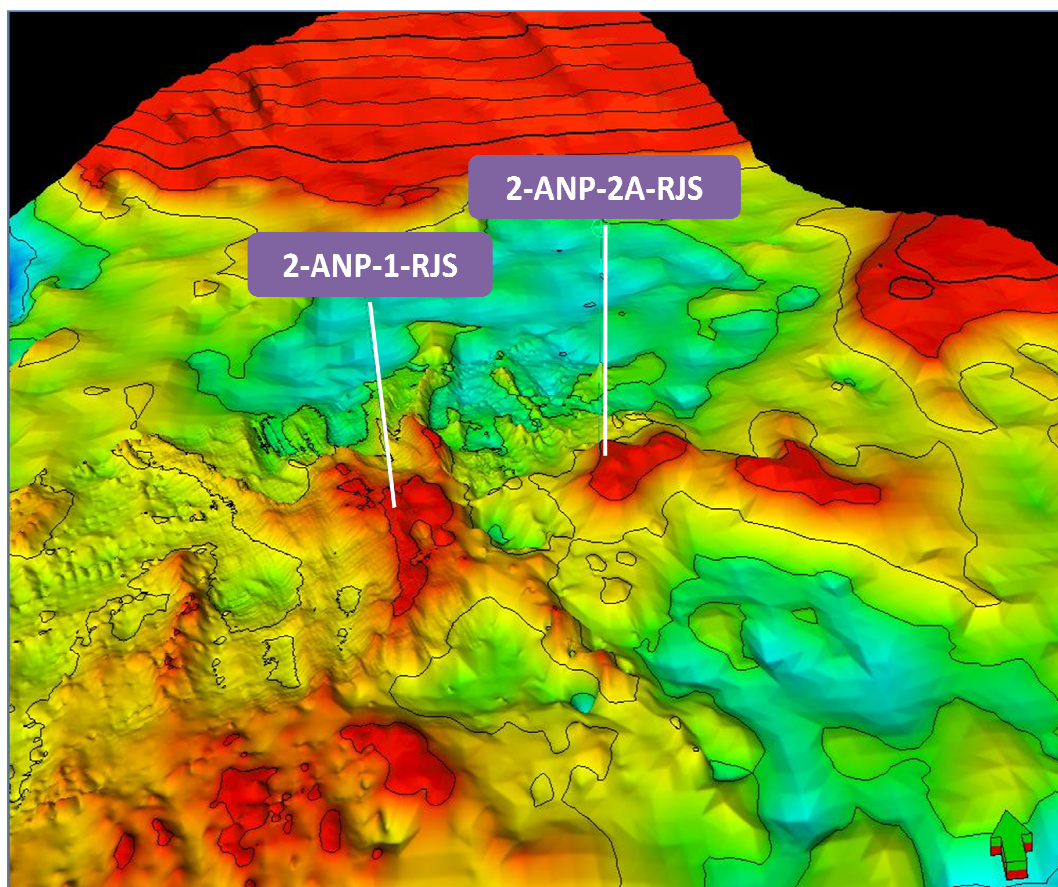
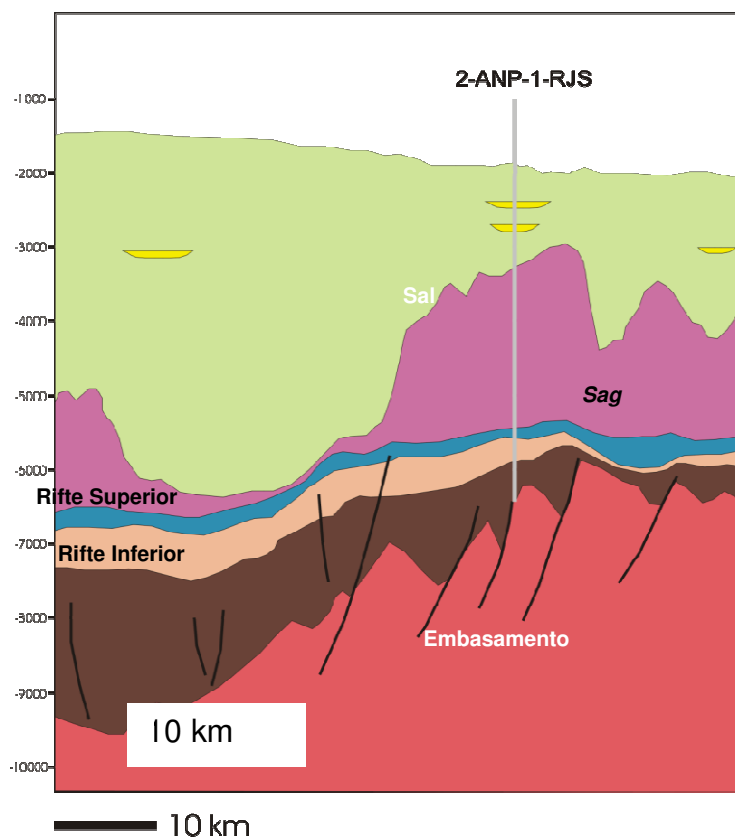


Figura 3.7. Seção geológica esquemática do prospecto Franco indicando os depósitos das fases Sag, Rife Superior, Rife Inferior e Embasamento.



O prospecto Franco está localizado na porção norte da Bacia de Santos, encaixado num sistema de meio-grábens de direção SW-NE, nas proximidades do prospecto Iara. A estrutura ocorre em lâmina d'água de aproximadamente 1.800 m e totaliza 416 km<sup>2</sup>.

O poço 2-ANP-1-RJS perfurou 371 m de rochas-reservatório (*gross*), confirmando uma seção saturada de hidrocarbonetos de 282 metros. O contato óleo-água foi constatado a 5.787 m de profundidade (-5.762 m).

Os volumes recuperáveis em Franco foram estimados pela equipe técnica da SDB/ANP em 4,5 bilhões de barris de óleo.

A perfuração do poço 2-ANP-2A-RJS iniciou em 07/07/2010 e ainda não foi concluído. O poço 2-ANP-2A-RJS descobriu hidrocarbonetos na estrutura denominada "Libra".

O prospecto Libra está localizado na porção norte da Bacia de Santos e insere-se na mesma província estrutural de Franco. Ocorre em lâmina d'água de aproximadamente 2.000 m e totaliza 740 km<sup>2</sup>.

O poço 2-ANP-2A-RJS atingiu o intervalo pré-sal a uma profundidade de -5.373 m e perfurou 323 m de intervalo pré-sal, sendo 304 m de reservatório com óleo. Os recursos foram estimados em 5,5 bilhões de óleo recuperáveis.

### 3.5.2. AVALIAÇÃO DAS ÁREAS DO PRÉ-SAL E CONTRATAÇÃO DA CERTIFICADORA GAFFNEY & CLINE (GCA)

No âmbito da Cessão Onerosa que trata a Lei 12.276/10, a SBD/ANP foi incumbida da avaliação dos prospectos do pré-sal da Bacia de Santos selecionados para certificação. A



ANP também ficou encarregada da contratação da certificadora internacional para certificar os volumes identificados nos prospectos mapeados.

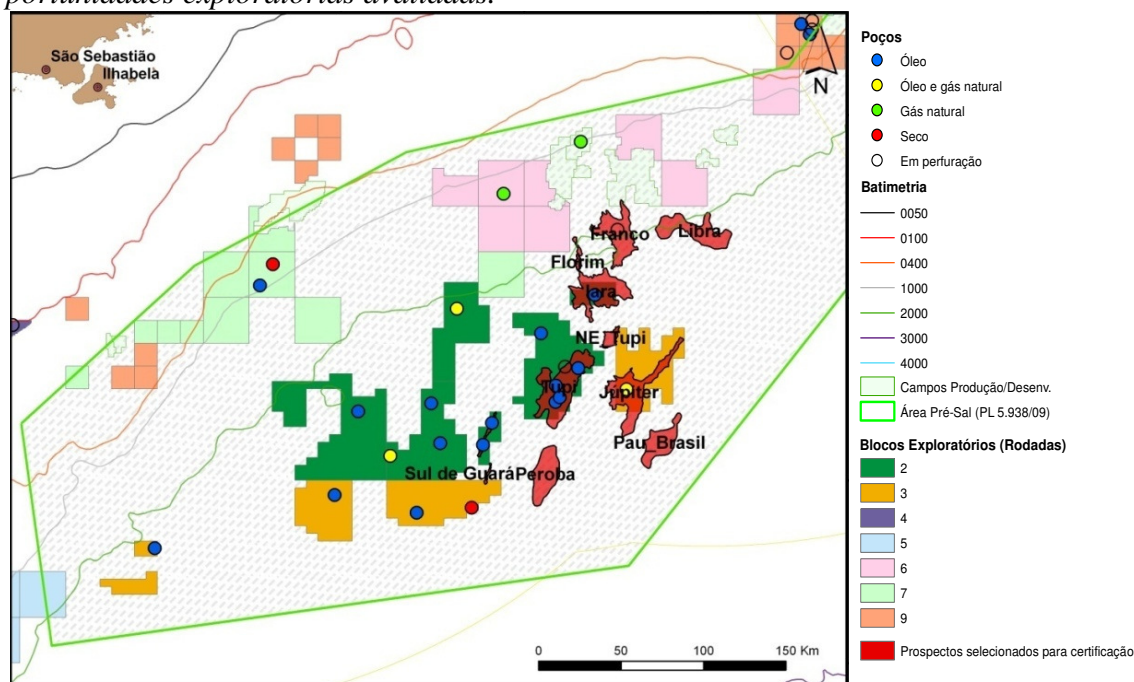
Os estudos para certificação de reservas foram conduzidos em 10 pujantes oportunidades exploratórias localizadas no pré-sal da Bacia de Santos. Estes prospectos são informalmente denominados: Franco, Libra, Tupi (Entorno), NE de Tupi, Peroba, Iara (Entorno), Florim, Júpiter (Entorno), Pau Brasil e Guará Sul (Figura 28).

Os estudos foram divididos em três etapas: avaliação geológica e estimativa de volume de hidrocarbonetos, composição das curvas de produção e avaliação econômica.

A certificadora contratada pela ANP, *Gaffney & Cline Associates* (GCA), iniciou as atividades em Julho de 2010 e seu trabalho consistiu basicamente na avaliação dos estudos que foram conduzidos pela SDB/ANP. Para tanto, a GCA despendeu aproximadamente 30 dias checando e avaliando todos os resultados apresentados pela ANP. Foram avaliados dados sísmicos, dados petrofísicos, perfis de poços, resultados de testes de formação e de TLD, entre outros. Posteriormente, a certificadora estimou os volumes de hidrocarbonetos para cada prospecto e executou os fluxos de caixa para definir o preço do barril de petróleo. O resultado alcançado pela certificadora foi apresentado à ANP e encaminhado ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os estudos realizados pela ANP/SDB auxiliaram o Governo Federal na seleção das áreas que seriam cedidas onerosamente à *PETROBRAS*, como também na definição do preço do barril de petróleo (estabelecido em contrato). Além disso, a ANP participou ativamente de inúmeras reuniões com *PETROBRAS*, MME, Casa Civil para fornecer subsídios técnicos às discussões.

Figura 3.8. Localização da área do Pré-sal da Bacia de Santos, com destaque para as oportunidades exploratórias avaliadas.



## 4. GESTÃO DO ACERVO DE INFORMAÇÕES DAS BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS

### 4.1. ADMINISTRAÇÃO DO BDEP

Para receber e organizar o acervo de dados e informações transferidos, a ANP, por intermédio da Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos (SDT), implantou, em maio de 2000, o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP). Na sua primeira etapa de viabilização, instalou-se nesse Banco de Dados o Centro de Sísmica e Poços, cuja concepção e modelo foram discutidos com a indústria do petróleo, através de um comitê de gerenciamento coordenado pela ANP. Desse comitê participaram empresas de petróleo, de consultoria e de serviços, além de várias instituições universitárias.

No ano de 2010, continuando os esforços no sentido da implantação do Banco de Rochas e Fluidos, se iniciaram entendimentos para conseguir o terreno para a implantação do Banco; um grande passo no sentido de tornar o acesso mais fácil para o estudo deste material na geração de conhecimento, além de possibilitar a geração de novas riquezas e cumprir a determinação legal.

### 4.2. INFORMAÇÕES TÉCNICAS SOBRE A GESTÃO DO ACERVO DE DADOS

O acervo contabiliza 217.078 fitas com dados pré-empilhamento correspondentes a 3,12 petabytes, 25.683 dados de poços carregados, sendo 22.077 poços com perfis; 7.526 com perfis compostos, 18.031 pastas de poços, além de 658 programas de métodos potenciais (gravimétricos e magnetométricos, dentre outros). Nesses totais estão incluídos dados de poços e dados sísmicos adquiridos por empresas de serviços e companhias concessionárias.

Tabela 4.1. Evolução do Acervo de Dados do BDEP em 2009

	Até 12/2009	Até 12/2010	Acréscimo %
Sísmica <i>pós-stack</i> - Terabytes	12,77	15,01	17,54
Sísmica <i>pré-stack</i> - Petabytes	2,0522	3,12	52,04
Poços com perfis	21.407	22.077	3,13
Perfis compostos	7.079	7.526	6,31
Métodos potenciais – Programas	339	658	94,10

Fonte: Relatórios BDEP-SDT- jan-dez/2010

No ano de 2010 foram outorgadas 17 autorizações novas, seja para aquisição de dados geofísicos, para reprocessamento de dados sísmicos 2D e 3D. Também foram emitidos 12 despachos, concedendo prorrogações de autorização, para acréscimo de áreas e novas tecnologias.

### 4.3. EVOLUÇÃO DO ACERVO TÉCNICO

Outra importante atividade da Superintendência é o atendimento a consultas do acervo do Arquivo Técnico, onde estão todos os documentos relativos aos contratos de concessão e relatórios referentes aos poços perfurados, levantamentos geofísicos e estudos geológicos.

O número de documentos recebidos pelo Arquivo Técnico tem evoluído em 2007 5.127, 2008 5.717, 2009 8.719 e em 2010 7.809. A grande diferença na quantidade de documentos recebidos pelo arquivo técnico deve-se primeiramente ao aumento das atividades de exploração e produção, crescimento que deve ser ainda maior nos próximos anos, assim como um trabalho junto a outras superintendências para a transferência de massas documentais para o arquivo técnico

#### 4.4. GESTÃO ADMINISTRATIVA DO BDEP

##### 4.4.1. INICIATIVAS IMPLEMENTADAS

Foram adquiridos mais leitores de fitas 3592 o que otimiza o trabalho da equipe de TI do BDEP.

Foi dada sequência ao projeto Remaster a fim de diminuir o número de fitas 3590 de dados sísmicos Pré-Stack Pós 98 no acervo atual, possibilitando o controle de qualidade em todas as fitas do acervo de Dados Sísmicos Pré- Stack Pós 98, assim como validar as cópias dos surveys nas mídias 3592, garantindo que a carga e a recuperação dos dados copiados estejam em conformidade com os dados carregados originalmente.

##### 4.4.2. ATENDIMENTO AS SOLICITAÇÕES DE DADOS

A indústria petrolífera e a academia, assim como as outras superintendências da ANP, necessitam de dados para seus estudos e é no BDEP que elas vêm buscar estas informações, um importante trabalho de suporte para estudos das bacias sedimentares brasileiras, que agregam valor aos dados assim como ajudam a formar mão-de-obra qualificada.

##### 4.4.3. CONVENIO CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

O Convenio entre a ANP e a CPRM entrou em 2010 no seu penúltimo ano, e com praticamente todos os contratos de maior valor já transferidos para gestão da ANP, a renovação para o ano de 2011 já foi iniciada em dezembro. Este convenio tem sido de grande importância, pois foi o começo de um trabalho para a efetivação do BDEP como banco de dados e o suporte da CPRM tem agregado valor ao Projeto.

#### 4.5. GEOPROCESSAMENTO

Foram os seguintes trabalhos realizados pela equipe de geoprocessamento da SDT-ANP que em 2010, tendo em vista a não efetivação de rodadas de licitação, apresentou os seguintes resultados:

Geração de Mapas – 273

Shapes – 64

Imagens – 07

Georreferenciamento de imagens – 2

## 5. *PROMOÇÃO DE LICITAÇÕES*

### 5.1. EDITAIS E CONTRATOS DE CONCESSÃO

#### 5.1.1. ASSINATURA DOS CONTRATOS DA SEGUNDA RODADA DE LICITAÇÕES DE ÁREAS INATIVAS CONTENDO ACUMULAÇÕES MARGINAIS

Conforme previsto na Lei n.º 9.478, de 06 de agosto de 1997, a PETROBRAS teve ratificados seus direitos sobre cada um dos campos de seu interesse que estavam em efetiva produção na data da publicação da Lei. Nesse sentido, em 06 de agosto de 1998, foram celebrados Contratos de Concessão referentes a 282 campos em produção ou desenvolvimento. Alguns campos que já haviam produzido ou que se encontravam na etapa de desenvolvimento não foram reivindicados pela PETROBRAS no prazo previsto pela Lei, permanecendo, desde então, à disposição da ANP. Esses campos ficaram conhecidos no mercado como “campos devolvidos” ou “campos marginais da ANP” que, somados a outros campos devolvidos ao longo dos anos, foram oferecidos em licitações da ANP sob a denominação de “Áreas Inativas contendo Acumulações Marginais”.

As Áreas Inativas contendo Acumulações Marginais são selecionadas considerando a possível reativação da produção de campos com recursos conhecidos, mas que não atraem o interesse econômico das grandes empresas. Ao apresentar essas áreas, a ANP pretende motivar as pequenas e médias empresas a investir na produção de petróleo e gás natural em bacias terrestres maduras, em regiões onde essas atividades exercem importante papel socioeconômico.

Após a primeira Rodada de Licitações de Áreas Inativas contendo Acumulações Marginais, realizada em 2005, a ANP decidiu realizar Rodadas periódicas, com cronogramas próprios, desvinculadas das Rodadas de Licitações de Blocos com Risco Exploratório.

Assim, em 29 de junho de 2006, a ANP realizou a Segunda Rodada de Licitações de Áreas Inativas contendo Acumulações Marginais, que contou com a oferta de 14 áreas em três bacias sedimentares brasileiras (Barreirinhas, Potiguar e Espírito Santo).

As áreas de Espigão e Oeste de Canoas, ambas arrematadas naquele leilão, não tiveram seus Contratos de Concessão assinados devido a restrições ambientais.

Sanadas tais pendências, a ANP promoveu, em 03 de setembro de 2010, na Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA, localizada na cidade de São Luís, a assinatura desses dois Contratos de Concessão, cujos extratos foram publicados no Diário Oficial da União, em 06 de setembro de 2010.

A empresa Espigão Petróleo e Gás Ltda. assinou o Contrato na área de Espigão, com o compromisso de executar 266 Unidades de Trabalho (UT's) em atividades referentes ao Programa de Trabalho Inicial (PTI), o que representa um investimento estimado em R\$ 2.660.000,00. A empresa Oeste de Canoas Petróleo e Gás Ltda. assinou o Contrato na área de Oeste de Canoas, com o compromisso de executar 236 UT's em atividades referentes ao PTI, o que representa um investimento estimado em R\$ 2.360.000,00.

### 5.1.2. REVISÃO DOS EDITAIS E DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO RELATIVOS A BLOCOS EXPLORATÓRIOS E ÁREAS INATIVAS CONTENDO ACUMULAÇÕES MARGINAIS

O Edital de Licitações define normas a serem seguidas por todas as empresas interessadas em participar das Rodadas de Licitações. É parte integrante do Edital a minuta de Contrato de Concessão, que estipula os direitos e obrigações das futuras concessionárias.

De forma a aprimorar os Editais e os Contratos de Concessão relativos a Blocos Exploratórios e Áreas Inativas contendo Acumulações Marginais, em 03 de fevereiro de 2009, a Diretoria Colegiada da ANP instituiu um Grupo de Trabalho para revisar os termos destes instrumentos.

Atualmente, o trabalho deste GT está consolidado em três Propostas de Ação<sup>1</sup>, enviadas à Diretoria Colegiada para análise e deliberação. Também em 2010, foram revistas as Notas Técnicas que apresentam as metodologias que fundamentarão os parâmetros das minutas dos referidos documentos.

Depois de debatidos todos os pontos de mudança propostos, os instrumentos deverão ser submetidos aos processos de Consulta e Audiência Pública, para recebimento de sugestões de agentes econômicos e demais pessoas interessadas.

### 5.1.3. EDITAL E CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

A proposta de adoção de um novo modelo regulatório para exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos nas áreas do pré-sal e em áreas classificadas como estratégicas mobilizou esforços da ANP para a elaboração das minutas do Edital e do Contrato de Partilha de Produção, antes mesmo que o Projeto de Lei fosse convertido em lei e esta regulamentada.

Nesse sentido, a Diretoria Colegiada da ANP constituiu, por meio da Portaria ANP n.º 45, de 05 de março de 2010, um grupo de trabalho interdisciplinar para estudar os temas do Edital e do Contrato de Partilha de Produção, de forma que fossem apresentados subsídios para o adequado posicionamento da Agência na implementação de medidas decorrentes da adoção do novo modelo regulatório.

A ANP vinha de uma longa discussão sobre o Edital e o Contrato de Concessão da Décima Primeira Rodada. Esses dois documentos foram utilizados como ponto de partida para conceber o Edital e o Contrato de Partilha de Produção, sendo algumas cláusulas desenvolvidas à luz da experiência internacional.

O esforço conjunto de diversas Superintendências da Agência, associado à participação de técnicos do Ministério de Minas e Energia – MME, possibilitou ao GT de Partilha de Produção o fechamento da discussão sobre o tema, por meio das Propostas de Ação n.º 75/2011 e 83/2011, que tratam, respectivamente, da minuta do Contrato de Partilha de Produção e da minuta da Resolução que dispõe sobre o regulamento de licitações de blocos sob o regime de partilha da produção.

---

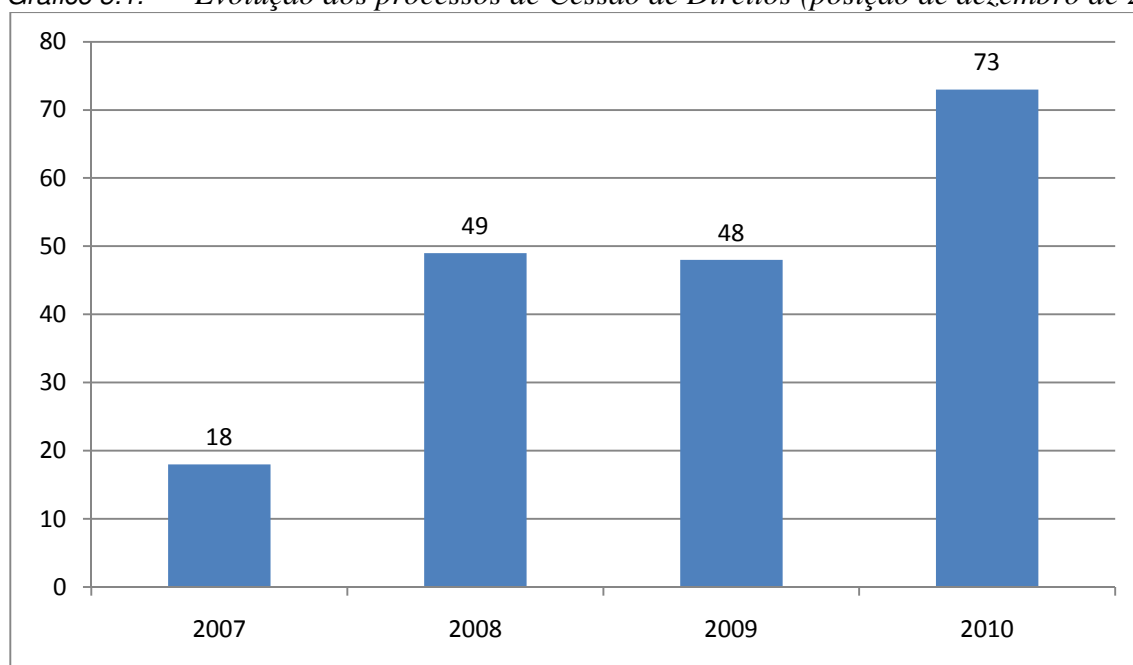
<sup>1</sup> PA n.º 143/2010 - Revisão da Minuta do Pré-Edital a ser utilizada nas futuras Rodadas de Licitação para Blocos com Risco Exploratório; PA n.º 146/2010 - Revisão da Minuta do Contrato de Concessão a ser utilizado nas futuras Rodadas de Licitação para Blocos com Risco Exploratório; PA n.º 1494/2010 - Revisão da Minuta do Pré-Edital e do Contrato de Concessão a ser utilizado nas futuras Rodadas de Licitação para Áreas Inativas com Acumulações Marginais

## 5.2. CESSÃO DE DIREITOS

O processo de Cessão de Direitos, previsto no art. 29 da Lei 9.478/97, é um instrumento adicional de acesso das empresas às concessões para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil. Visto que na Décima Rodada de Licitações, realizada em 2008, não foram ofertados blocos marítimos, e que nos anos de 2009 e 2010 não houve Rodadas de Licitações, esse instituto tem sido muito utilizado pelos agentes da indústria, como forma de entrada ou expansão de sua participação no mercado nacional.

Como pode ser observado no gráfico a seguir, evidenciou-se, a partir de 2007, uma tendência de aumento no número de solicitações de Cessão de Direitos. Entre 2007 e 2008, o incremento foi de 172% (passando de 18 processos de Cessão de Direitos no primeiro ano para 49 no segundo). Em 2009, o número de solicitações ficou praticamente estável em relação ao ano anterior. Já em 2010, foi verificado um novo crescimento, desta vez de 52% em relação ao ano anterior. Foram 73 processos de Cessão de Direitos este ano, que representam 125 contratos (entre blocos e campos).

Gráfico 5.1. *Evolução dos processos de Cessão de Direitos (posição de dezembro de 2010).*



Fonte: SPL/ANP, 2010.

O Comitê de Avaliação das Propostas de Parceria, composto pelas Superintendências do *upstream* da ANP, é responsável por analisar as solicitações de Cessão de Direitos antes de o pleito ser submetido à decisão da Diretoria Colegiada. Compete à SPL verificar se as empresas cessionárias atendem aos critérios técnicos, jurídicos e financeiros.

Em 05 de outubro de 2010, por meio da Portaria ANP n.º 234/2010, foi criado um Grupo de Trabalho para apresentar propostas de regulamentação do art. 29 da Lei do Petróleo e de Regimento Interno do Comitê de Avaliação das Propostas de Parceria.

## 5.3. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

O aprimoramento contínuo da gestão da informação é uma diretiva na ANP, cujos principais objetivos são proporcionar efetividade, agilidade, transparência e segurança ao pro-

cesso de comunicação com a sociedade. Destacam-se, neste tema, algumas iniciativas reportadas abaixo:

#### 5.3.1. SÍTIO DAS RODADAS DE LICITAÇÕES: [WWW.BRASIL-ROUNDS.GOV.BR](http://WWW.BRASIL-ROUNDS.GOV.BR)

O sítio [www.brasil-rounds.gov.br](http://www.brasil-rounds.gov.br), constitui um meio eficiente de divulgar as informações sobre as Rodadas de Licitações da ANP, quer pela rapidez de disponibilização e edição de informes, quer pela amplitude do público-alvo alcançado. Estão disponíveis no sítio: a legislação aplicável às Rodadas de Licitações; dados a respeito das concessões e das Rodadas de Licitações já realizadas; dentre outras informações.

A tabela a seguir traz dados relevantes de acesso ao sítio.

*Tabela 5.1. Resumo estatístico de acesso ao sítio [www.brasil-rounds.gov.br](http://www.brasil-rounds.gov.br) em 2010.*

Consolidação	Primeiro trimestre	Segundo trimestre	Terceiro trimestre	Quarto trimestre
Sessões de visitas	4.461	13.253	12.505	8.251
Média diária visitantes	143,90	145,64	135,92	171,90
Duração média visita (min.)	02:03	02:19	02:40	02:04
Informações transferidas (Gb.)	9,43GB	24,09GB	25,22GB	19,74GB
Dia mais ativo	30/03	05/04	30/08	25/10
Nº hits no dia mais ativo	262	237	294	307

Fonte: SPL/ANP, 2010.

#### 5.3.2. EMAIL INSTITUCIONAL RODADAS@ANP.GOV.BR

O e-mail institucional [rodadas@anp.gov.br](mailto:rodadas@anp.gov.br) consiste em um dos canais disponibilizados pela ANP para a comunicação com o público externo interessado nas Rodadas de Licitações promovidas pela Agência.

Através deste e-mail, possibilita-se ao agente econômico regulado e a demais interessados a solicitação de serviços, a realização de consultas sobre temas de atribuição da SPL, o agendamento de reuniões etc.

Entre os objetivos da comunicação pelo [rodadas@anp.gov.br](mailto:rodadas@anp.gov.br) destacam-se os de dar celeridade ao atendimento do público externo, de elevar a segurança processual e de diminuir a quantidade de documentos físicos em circulação na Superintendência.

Os principais assuntos tratados nas mensagens recebidas consistem em:

Temas jurídico-fiscais, financeiros e técnicos afins às Rodadas de Licitações e aos processos de Cessão de Direitos;

Agendamento de reuniões;

Informações requeridas para a assinatura de Contratos de Concessão;

Retirada de garantias de oferta.

#### 5.4. REUNIÕES

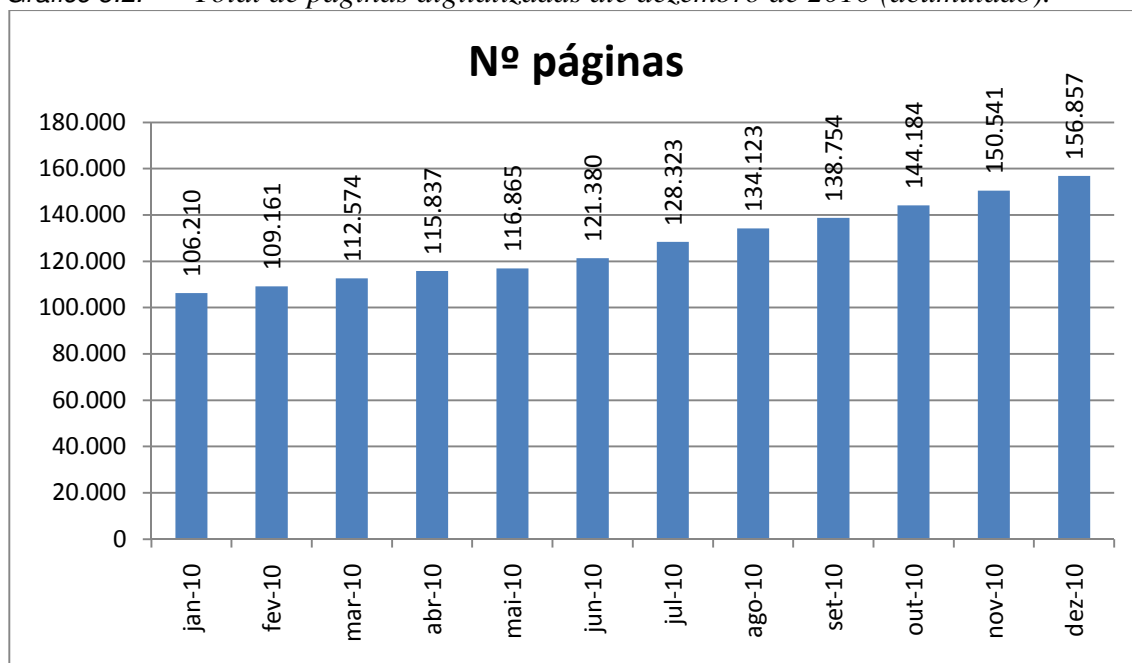
Agentes econômicos interessados em dirimir eventuais dúvidas sobre o processo de qualificação de empresas e sobre outros assuntos de competência da SPL são recebidos para reuniões nas dependências da ANP, quando assim solicitado. Em 2010, foram realizadas 38 reuniões com esse objetivo.

## 5.5. PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA SUPERINTENDÊNCIA

A digitalização dos Processos Administrativos referentes às Rodadas de Licitações, à habilitação de empresas e aos Contratos de Concessão, proporciona: (i) acesso remoto aos documentos; (ii) aumento do nível de segurança dos arquivos, reduzindo os riscos de adulteração, deterioração ou retirada não-autorizada; (iii) diminuição dos riscos de dano físico aos documentos; e (iv) otimização do processo de remessa de cópias para órgãos externos de controle (Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União) e para outras áreas da ANP.

Iniciada em abril de 2009, a digitalização dos documentos da SPL intensifica-se a cada mês. No fechamento do mês de dezembro de 2010, havia 156.857 páginas digitalizadas. Os saldos acumulados de cada mês são apresentados no próximo gráfico. A ANP concluiu a digitalização de todos os processos administrativos referentes às Rodadas de Licitações, dos processos relativos aos Contratos de Concessão da Nona e da Décima Rodadas e de diversos outros documentos.

Gráfico 5.2. Total de páginas digitalizadas até dezembro de 2010 (acumulado).



Fonte: SPL/ANP, 2010.

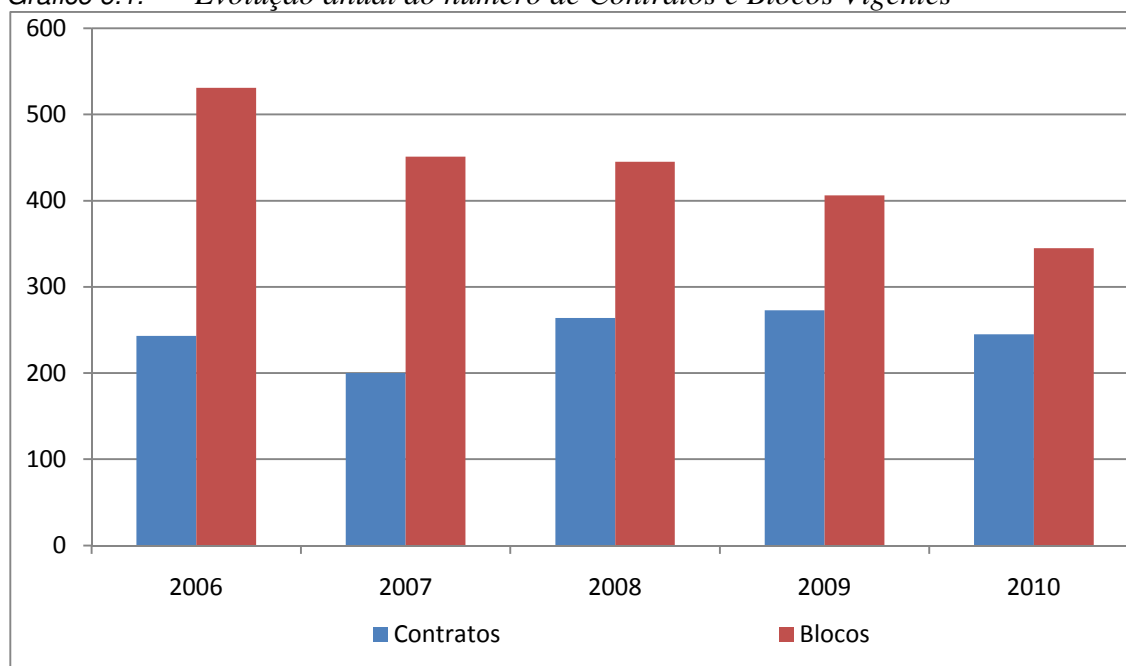


## 6. EXPLORAÇÃO

A gestão dos Contratos de Concessão na Fase de Exploração é responsabilidade da Superintendência de Exploração (SEP).

Ao final de 2009 havia 273 Contratos ativos na fase exploratória, aos quais correspondiam 406 blocos. Houve queda no número de blocos, de 406 para 346, devido ao fato de que não houve, durante o ano de 2010, Rodada de Licitação. Além disso, continuaram ocorrendo devoluções de blocos devidas ao encerramento de Períodos ou Fases Exploratórias, além de Declarações de Comercialidade, com a transformação de áreas de blocos em campos de produção. No gráfico abaixo se observa a estabilização do número de Contratos nos últimos quatro anos e a tendência de queda do número de blocos.

Gráfico 6.1. *Evolução anual do número de Contratos e Blocos Vigentes*



FONTE: ANP/SEP/SIGEP

Desta forma, ao final de 2010 havia 245 Contratos ativos em Fase de Exploração, os quais abrangiam 346 blocos exploratórios. O único contrato oriundo da Primeira Rodada de Licitações (BM-S-4) ativo no ano anterior teve sua Fase de Exploração encerrada, após devolução integral da área que ainda estava sob concessão, sob Plano de Avaliação de Descoberta, que não foi julgada comercial. Os blocos licitados na 8ª Rodada continuam *sub judice*.

Foram, ainda, em setembro, assinados os contratos de Cessão Onerosa de 7 áreas, com o objetivo de se descobrir os 5 bilhões de barris de óleo equivalente em reserva previstos no acordo entre União e PETROBRAS. A SEP ficará responsável pelo acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas nestas áreas, como ocorre com os blocos sob concessão.

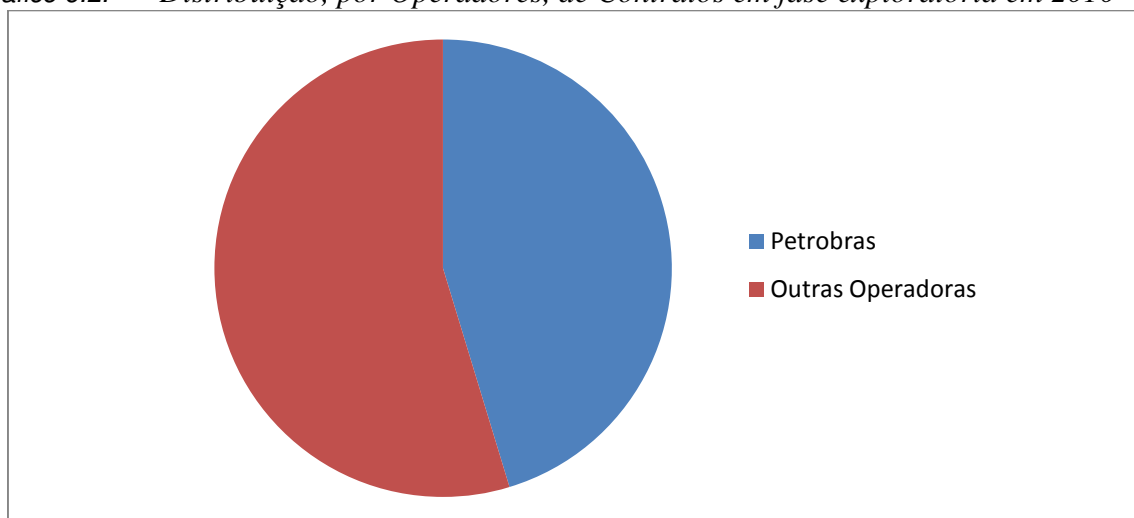
**Tabela 6.1. Relação de Contratos Vigentes e Blocos sob Concessão em 31/12/2010**

<b>Rodada</b>	<b>Contratos Vigentes</b>	<b>Blocos sob Concessão</b>
2	6	6
3	13	13
4	13	13
5	8	25
6	25	49
7	43	100
9	97	99
10	40	40
<b>Total</b>	<b>245</b>	<b>345</b>

Fonte: ANP/SEP/SIGEP

Dos 245 contratos ativos e assinados, 111 eram operados pela *PETROBRAS*. Outras 39 empresas nacionais e estrangeiras operavam os 134 contratos restantes.

**Gráfico 6.2. Distribuição, por Operadores, de Contratos em fase exploratória em 2010**



Fonte: ANP/SEP/SIGEP

Dentre os contratos em fase exploratória, foram apresentados 17 novos Planos de Avaliação de Descoberta (PAD) à SEP em 2010. Em 31/12/2010 havia 48 planos ativos. Houve 11 Declarações de Comercialidade no período, sendo 7 de novos campos e 4 propondo anexação a campos pré-existentes. O processo de anexação passou a ser conduzido com a criação de novos campos, que vigorarão provisoriamente até a conclusão do processo de anexação, conduzido pela SDP, a fim de agilizar a realização de atividades na área declarada comercial neste ínterim. Foram registradas 150 Notificações de Descoberta, distribuídas conforme o quadro abaixo, sendo 29 delas referentes a descobertas no chamado “pré-sal”, aqui considerado como correspondendo a formações abaixo do sal nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo mar. Pode haver mais de uma notificação por poço, conforme vão se caracterizando os indícios com o avanço da perfuração.

*Tabela 6.2. Notificações de Descoberta em 2010 por bacia e ambiente*

<b>Bacia</b>	<b>Terrestre</b>	<b>Marítimo</b>	<b>Total</b>
Alagoas	1	-	1
Campos	-	53	53
Espírito Santo	17	7	24
Parnaíba	3	-	3
Potiguar	24	2	26
Recôncavo	10	-	10
Santos	-	19	19
São Francisco	3	-	3
Sergipe	15	3	18
Solimões	3	-	3
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>84</b>	<b>150</b>

Fonte: ANP/SEP/SIGEP

A perfuração de 171 novos poços exploratórios foi iniciada em 2010, sendo 86 terrestres e 85 marítimos. No mesmo período, outros 135 poços exploratórios foram concluídos, sendo 78 em terra e 57 no mar.

*Tabela 6.3. Poços exploratórios iniciados em 2010 por categoria*

<b>Código</b>	<b>Categoria</b>	<b>Terrestre</b>	<b>Marítimo</b>
1	Pioneiro	24	49
2	Estratigráfico	-	1
3	Extensão	44	20
4	Pioneiro adjacente	16	4
5	Jazida mais rasa	-	-
6	Jazida mais profunda	2	9
9	Especial*	0	2
	<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>85</b>

(\*) Foram considerados apenas poços especiais de caráter exploratório.

Fonte: ANP/SEP/SIGEP

Vale observar que o poço estratigráfico marítimo perfurado em 08/05/2010, denominado 2-ANP-2-RJS, refere-se a trabalho no pré-sal da Bacia de Santos e tem como objetivo a coleta de informações geológicas que permitirão maior compreensão daqueles reservatórios.

Os destaques entre as atividades exploratórias envolvendo Planos de Avaliação e perfuração de poços em 2010 foram:

Continuidade de Testes de Longa Duração (TLD) no pré-sal das bacias de Campos e Santos, nos poços 1-BRSA-108A-ESS e 3-BRSA-496-RJS, e início de TLD's nos poços 9-BRSA-716-RJS, 6-BRSA-806-RJS e 1-BRSA-594-SPS, além da produção por meio do poço 6-BRSA-639-ESS, no campo de Baleia Franca;

Declaração de Comercialidade no Bloco BM-S-11, após perfuração de 13 poços exploratórios na área declarada comercial, que contribuíram para maior conhecimento das propriedades das rochas, fluidos e estruturação da área, permitindo melhor modelagem geológica e de reservatório do campo;

Novos operadores com poços sendo perfurados: *Cowan, Imetame, Orteng e UTC*;

Primeiras perfurações nas Bacias do Parnaíba e de São Francisco após 23 e 21 anos, respectivamente;

Descobertas de gás na Bacia do Parnaíba, com realização de Testes de Formação indicando grande potencial de produção;

Início da primeira perfuração de poço petrolífero na História da Bacia do Rio do Peixe;

Realização de TLD no poço 1-BRSA-769-AM, no Bloco SOL-T-171, na Bacia do Solimões, apresentando excelentes vazões e óleo de excelente qualidade;

Descoberta em campos de produção, destacando-se a ocorrida no campo de Fazenda Panelas, no Recôncavo, que incrementou exponencialmente a produção do mesmo;

Descoberta em águas profundas na Bacia de Sergipe.

Algumas alterações foram implementadas no sistema SIGEP, destacando-se a implantação do cadastro de Levantamentos Geoquímicos, da carga de dados de sondas pelo i-SIGEP (portal para envio de dados pelos Operadores via internet), e do cadastro de Testes de Longa Duração, também com envio de dados pelo i-SIGEP, entre outras alterações menores e correções de erros no sistema.

Foram concedidas pela SEP ao longo do ano de 65 autorizações de envio de amostras de rocha ou óleo ao exterior.

Os levantamentos exclusivos de gravimetria e magnetometria somaram mais de 13.700 km de linhas de levantamento em 2010. Em referência aos levantamentos sísmicos exclusivos, no ano de 2010 foram finalizados 5 programas de aquisição 2D, totalizando aproximadamente 2712 km e cerca de 20 programas 3D convencional, totalizando aproximadamente 10.209 km<sup>2</sup>. Destaca-se ainda o aumento de aquisições do tipo 4D e OBC (*Ocean Bottom Cable*), com foco em estudos e caracterização de reservatórios, com 5 programas finalizados em 2010 totalizando aproximadamente 765 km<sup>2</sup>. Para 2011 espera-se um crescimento expressivo na quantidade de dados adquiridos, principalmente nas bacias paleozóicas terrestres e nas bacias de nova fronteira, em especial nas bacias do Parnaíba e Solimões. O início de uma campanha extensiva de aquisição de dados sísmicos utilizando fontes vibratórias (não-explosivas) na Bacia do São Francisco no final de 2010, bem como o surgimento de novas equipes e empresas, refletem o bom momento do setor, com excelentes perspectivas para 2011. A tabela abaixo mostra a distribuição dos levantamentos entre os ambientes terrestre e marinho.

Tabela 6.4. Levantamentos sísmicos exclusivos executados em 2010 por categoria

	Terra	Mar	Total *
Sísmica 2D	2.562 km	150 km	2.712 km
Sísmica 3D Convencional	3.420 km <sup>2</sup>	6.789 km <sup>2</sup>	10.209 km <sup>2</sup>
Sísmica 3D Especial **	-	765 km <sup>2</sup>	765 km <sup>2</sup>

(\*) Leva em consideração os levantamentos finalizados em 2010.

(\*\*) Aquisição 4D/OBC para estudos de reservatórios.

Fonte: SIGEP

Dentre os 346 blocos exploratórios gerenciados pela SEP, 140 blocos apresentaram, ao longo de 2010, atividades de campo passíveis de serem fiscalizadas *in loco*, tais como: campanhas de geoquímica e aquisição sísmica, perfuração de poços exploratórios, TLD's, dentre outras.

Estes 140 blocos estão distribuídos por 16 bacias sedimentares. Deste total, a SEP inspecionou 45 blocos, ou seja, 32,1 % dos blocos com atividades em campo (a meta para 2010 foi de 30% dos blocos com atividade). Os blocos fiscalizados pertencem a 13 diferentes operadores, de um total de 40 operadores com atividades de campo no ano, o que representa praticamente 32,5% dos operadores com ações de campo submetidas à fiscalização. Das 16 bacias sedimentares com atividade citadas anteriormente, 8 bacias foram alvo de inspeções.

As outras 8 bacias não fiscalizadas possuíam, em 2010, 31 blocos com atividades de campo, ou seja, em média, 4 blocos ativos por bacia.

Dos 140 blocos com atividade no ano, 51 são marítimos. Destes, 8 foram inspecionados. Embora o percentual de blocos marítimos fiscalizados represente 15% do total de blocos marítimos com atividade, ainda assim, houve um progresso em relação a 2009, quando foram vistoriados apenas 4 blocos marítimos. De qualquer forma, continua havendo uma concentração de fiscalização em blocos terrestres. Isto se deve a maior dificuldade logística nas inspeções marítimas que, geralmente, demandam uma programação específica para inspeção de apenas um bloco. Já no caso dos blocos terrestres, numa única viagem é possível fiscalizar diversos blocos, em mais de uma bacia.

Foram analisados em 2010, 68 Relatórios de Devolução de Áreas de Concessão, sendo 12 referentes à devolução parcial e 56 referentes à devolução integral. Foram analisados todos os relatórios de devolução enviados pelos operadores e elaborada metodologia de cálculo para a devolução de dias por atraso nos processos de licenciamento calculados para todas as solicitações enviadas. Além disso, o grupo de exploração e meio-ambiente auxiliou a Diretoria Geral no trato de poços de petróleo cedidos no passado para a produção de água doce e termal e apoiou a Superintendência de Desenvolvimento e Produção na avaliação de risco associada aos processos mineiros na bacia terrestre Sergipe-Alagoas e na bacia marítima potiguar.

Durante o ano de 2010, foram aprovadas pela Diretoria Colegiada 44 Cessões de Direitos de participação nos Contratos de Concessão geridos pela ANP. Estão ainda em andamento 49 processos relativos a pedidos de cessão abertos em 2010 e que se encontram em análise.

Em relação à implantação de regulamentos no setor de exploração, ao longo deste ano, a nova versão do Catálogo de Exploração & Produção - instrumento fundamental para o relacionamento com os diversos operadores - foi revista e implantada no sítio de Internet da ANP. Foram realizadas, ainda, consulta e audiência públicas de dois regulamentos, a revisão da norma de devolução de áreas de concessão na Fase de produção e novo regulamento de uso de explosivos em atividades de aquisição de dados sísmicos. Ambos os regulamentos estão em fase de tramitação, podendo ser publicados em 2011.

A Superintendência de Exploração também participa do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 234, de 5 de outubro de 2010, a qual instituiu um Comitê de Avaliação de Parcerias com o objetivo de normatizar o artigo 29 da Lei nº 9.478, de 9 de agosto de 1997. O artigo estabelece que é permitida a transferência do contrato de concessão, preservando-se seu objeto e as condições contratuais, desde que o novo concessionário atenda aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP. A transferência do contrato só poderá ocorrer mediante prévia e expressa autorização da ANP.

Dando continuidade aos Seminários de Campo de Estudos Geológicos organizados pela SEP, de 28/11 a 05/12/2010, foi a vez da Bacia do Paraná, a segunda bacia sedimentar brasileira visitada por um grupo de servidores da ANP. Esta Viagem a Campo sobre a Estratigrafia da Bacia do Paraná e de Partes de seu Embasamento, nossa segunda excursão de campo envolvendo um grupo significativo de geólogos (e desta vez, também de alguns engenheiros) de várias áreas da ANP, trata-se de uma ação extremamente importante, pois visa capacitar o corpo técnico da ANP em práticas de campo nas nossas diversas bacias sedimentares.

Sob a orientação dos Professores Fernando Mancini, Fernando Vesely e Eleonora Vasconcellos, professores da Universidade Federal do Paraná, um grupo de quinze geólogos e engenheiros da ANP, de 3 Superintendências do *upstream*, visitaram a Bacia do Paraná, porção compreendida nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Ao longo de uma semana, 15 especialistas da ANP visitaram afloramentos representativos de toda coluna sedimentar paleozóica da Bacia do Paraná, desde o Devoniano até o Permiano e Eo-Triássico. O enfoque principal foi estratigráfico, porém envolveu aspectos relacionados aos principais ambientes deposicionais (principalmente glácio-flúvio-marinho), estruturas sedimentares, geotectônica, estratigrafia de seqüências e sistemas petrolíferos. Outro enfoque também foi o estudo da Província Magmática do Paraná, abrangendo aspectos geográficos, tectônicos, geoquímicos e estruturais das principais ocorrências magmáticas da bacia, com enfoque final na principal manifestação de magmatismo fissural da América do Sul, representado pela Formação Serra Geral. Ao final, o último dia da excursão geológica foi destinado ao reconhecimento das principais litologias ligadas à Bacia de Itajaí, de idade proterozóica, representativas do embasamento da Bacia do Paraná.

Terminado o trabalho de campo, observou-se que foram percorridos mais de 2.000 km, incluindo deslocamentos entre várias cidades e municípios do interior dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, abrangendo 6 dias de trabalhos de campo, com uma média diária de 12 horas de campo (deslocamento + visitas aos afloramentos), totalizando cerca de 72 horas de trabalho. A viagem a campo iniciou-se em Curitiba-PR e terminou na cidade de Itajaí-SC.

Os conhecimentos adquiridos por toda a equipe contribuirão principalmente no reconhecimento geológico dos aspectos lito-estratigráficos da Bacia do Paraná e seus recursos energéticos, incluindo neste os principais sistemas petrolíferos.

## *7. DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO*

A ANP faz a gestão dos contratos de concessão nas etapas de desenvolvimento e produção, pautada nas atribuições da Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP), que estão elencadas no seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP 160/2004, a saber:

I - gerir os contratos de concessão na fase de produção, etapas de desenvolvimento e produção, bem como fiscalizar e controlar as atividades a elas relativas;

II - gerir os contratos de prestação de serviços para suporte do controle e da fiscalização das atividades de desenvolvimento e produção;

III - representar junto aos concessionários, à indústria e aos órgãos públicos, os interesses governamentais relativos às atividades de desenvolvimento e produção;

IV - estabelecer regulamentação técnica relativa ao controle e medição da produção de petróleo e gás natural, à preservação dos recursos petrolíferos, à segurança das operações e à preservação ambiental, na condução das atividades de desenvolvimento e produção;

V - fazer cumprir a regulamentação técnica estabelecida pela ANP e as melhores práticas de engenharia e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento e produção relativas ao controle e medição da produção de petróleo e gás natural, à preservação dos recursos petrolíferos, à segurança das operações e à preservação ambiental em áreas de concessão;

VI - controlar e fiscalizar os regimes de segurança operacional terrestre e marítimo, bem como as interfaces entre as atividades de desenvolvimento e produção e o tráfego marítimo e outros usos do território;

VII - efetuar a avaliação, o controle e emitir parecer referente aos planos de desenvolvimento, aos programas anuais de trabalho, orçamento e produção, aos boletins mensais de produção e aos relatórios de despesas relativos à execução financeira dos projetos e atividades de desenvolvimento e produção apresentados pelos concessionários;

VIII - lavrar auto de infração e instruir processos visando à aplicação de sanções administrativas e pecuniárias estabelecidas na legislação e nos contratos de concessão, pelo não cumprimento das normas, regulamentos e cláusulas contratuais relativos às atividades de desenvolvimento e produção;

IX - propor, com base em laudo arbitral, a forma pela qual será individualizada a produção em campos que se estendam por blocos vizinhos, quando não houver acordo entre as partes envolvidas;

X - definir os requisitos técnicos e econômicos e os procedimentos a serem obedecidos para o caso de transferência de contratos de concessão, bem como instruir os respectivos processos visando a autorização ou denegação dessa transferência na fase de produção;

XI - avaliar, quando houver abandono de áreas de desenvolvimento e produção, se foram cumpridas pelos concessionários as exigências estabelecidas na legislação e no contrato de concessão;

XII - administrar os bens reversíveis utilizados nas áreas de desenvolvimento e produção, quando da sua devolução pelos concessionários;

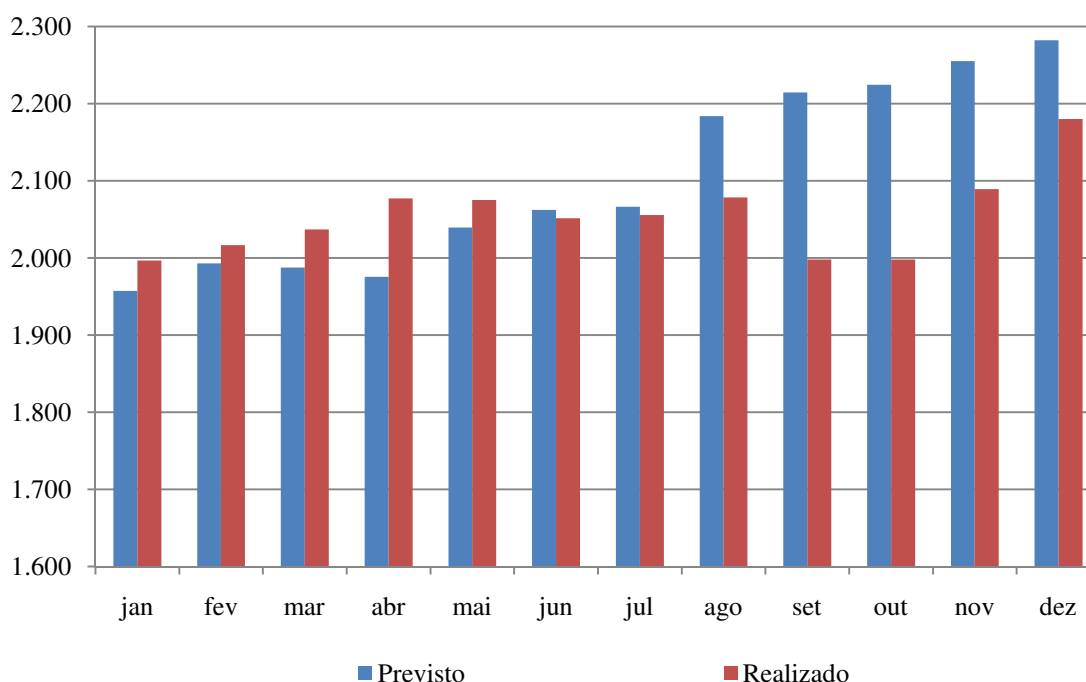
XIII - manter atualizado e garantir a qualidade, em conjunto com outras Superintendências, do banco de dados corporativo relativo às atividades de desenvolvimento e produção.

### *7.1. CONTROLE DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL*

Um dos importantes instrumentos utilizados na gestão dos contratos de concessão pela ANP é a previsão de produção de petróleo e gás natural. Para o ano de 2010, a previsão de

produção de petróleo constatava que a produção deveria ultrapassar a média diária de 2 milhões de barris a partir de maio, contudo, já a partir de fevereiro esse patamar foi atingido mantendo-se até a presente data. Observa-se que a produção esteve acima das previsões em quase todo 1º semestre, mantendo-se praticamente estável nos meses de junho e julho, porém a partir daí notamos uma inversão nos valores, devido ao aumento na projeção dos volumes previstos. Deve-se ressaltar que a média diária atual de 2,05 milhões de barris, apresenta acréscimo com relação ao ano passado, que foi de 1,95 milhões de barris por dia. O mês de dezembro de 2010 apresentou recorde na produção de petróleo (aproximadamente 2,18 milhões de bbl/dia) e de gás natural (69,2 milhões de m³/dia).

Gráfico 7.1. *Produção de Petróleo em 2010 (Mil bbl/dia)*

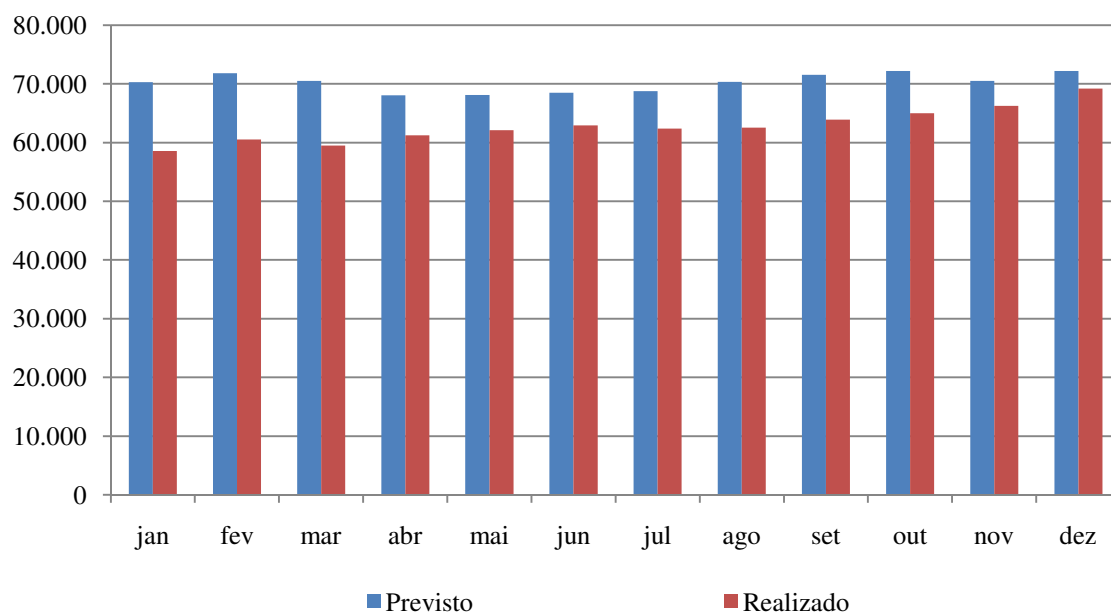


Fonte: SDP/ANP, atualizado em 21/01/2011

Da mesma forma que o petróleo, a média diária da produção de gás natural no ano 2010, até o momento (62,83 MMm³/dia), vêm apresentando acréscimo em relação a produção média de 2009 (57,91 MMm³/dia). Esse acréscimo deve-se em parte a recuperação econômica do país, pois ao contrário do que havia ocorrido em 2009, quando houve queda na demanda por este recurso energético, este ano os patamares de produção vêm se mantendo elevados, inclusive registrando no mês de outubro, um recorde na produção de gás no Brasil, situando-se na faixa de 65 MMm³/d, superando o pico de produção de gás em 2008, que atingiu 62 MMm³/d. Também na produção de gás pode-se constatar que a previsão sempre esteve acima do efetivamente produzido.



Gráfico 7.2. Produção de Gás Natural em 2010 (Mm³/dia)



Fonte: SDP/ANP, atualizado em 21/01/2011

A rotina anual da ANP, para as atividades de desenvolvimento e produção de petróleo, inclui a análise, o processamento de informações e a aprovação, quando for o caso, dos Boletins Mensais de Produção (BMP), dos Programas Anuais de Trabalho (PAT) e Programas Anuais de Produção (PAP), do Boletim Anual de Reservas (BAR), dos Planos de Desenvolvimento (PD), da cessão de direitos de campos, da anexação de áreas a campos, da mudança de limites de campos, da análise dos acordos de individualização da produção, dos relatórios de perfuração, completação e abandono, bem como da notificação de perfuração de poços exploratórios.

## 7.2. PRÁTICAS INOVADORAS

O ano de 2010 foi marcado pela implementação de algumas inovações, objetivando melhorias no desenvolvimento das atividades de fiscalização e regulação e buscando condições de garantir a confiabilidade e rastreabilidade dos dados de produção bem como a transparência, através da publicidade dos mesmos.

### 7.2.1. AQUISIÇÃO DA SALA DE MONITORAMENTO DA PRODUÇÃO

A ANP criou o projeto denominado Sistema de Fiscalização da Produção (SFP), com o objetivo de viabilizar o monitoramento diário da medição. Atualmente, a validação dos volumes reportados nos Boletins Mensais de Produção é feita, por amostragem, nas ações de fiscalização do Núcleo de Fiscalização da Produção, quando são obtidas as informações necessárias para a conferência. O SFP tem por objetivo receber tais dados, incluindo a configuração dos computadores de vazão, os certificados de calibração, as análises laboratoriais, as falhas de medição e as vazões diárias dos pontos de medição, dentre outros. Deste modo, mensalmente, será possível validar quase a totalidade da produção do país, contribuindo para a obtenção de resultados acurados e completos para o correto pagamento das participações gover-

namentais. Além disso permitirá respostas rápidas quando na detecção de qualquer não conformidade, direcionando as ações de fiscalização para os casos mais graves.

Em 2010, foram adquiridos os equipamentos de *videowalls* e as televisores LCD para compor a infraestrutura da sala. No que diz respeito ao software, foram documentados os seguintes requisitos funcionais do sistema: cadastro do ponto de medição, cadastro de certificados de calibração/inspeção/arqueação, cadastro de falhas de medição, cadastro de análises laboratoriais, cadastro de computadores de vazão, seleção de instalação, catálogo de fabricantes, importação dos dados de produção e emissão de relatórios de dados. Quanto aos requisitos de visualização e validação, a demanda foi documentada em atas feitas com a fábrica de software. No que diz respeito ao desenvolvimento do software, no fim de novembro de 2010 foi entregue o “piloto” do programa, que engloba alguns cadastros, além do recebimento dos dados e visualização de parte deles através do *RiskManager* (Módulo). Adicionalmente, o Núcleo de Informática desenvolveu o *i-engine*, sistema responsável por receber os dados do computador de vazão. Vale ressaltar que as operadoras já iniciaram o envio de informações para carga no sistema SFP.

#### 7.2.2. DIVULGAÇÃO DOS DADOS DE PRODUÇÃO

A partir de setembro de 2010, a ANP passou a divulgar os dados e informações da produção de petróleo e gás natural, bem como as análises estatísticas e gráficos extraídos desses dados. O Boletim da Produção é publicado mensalmente no sítio eletrônico da ANP, trazendo informações e dados de produção relevantes à sociedade, possibilitando o efetivo entendimento e utilização desses dados por todos os interessados. Seguem abaixo, como forma de exemplificação, alguns dos itens presentes no Boletim da produção:

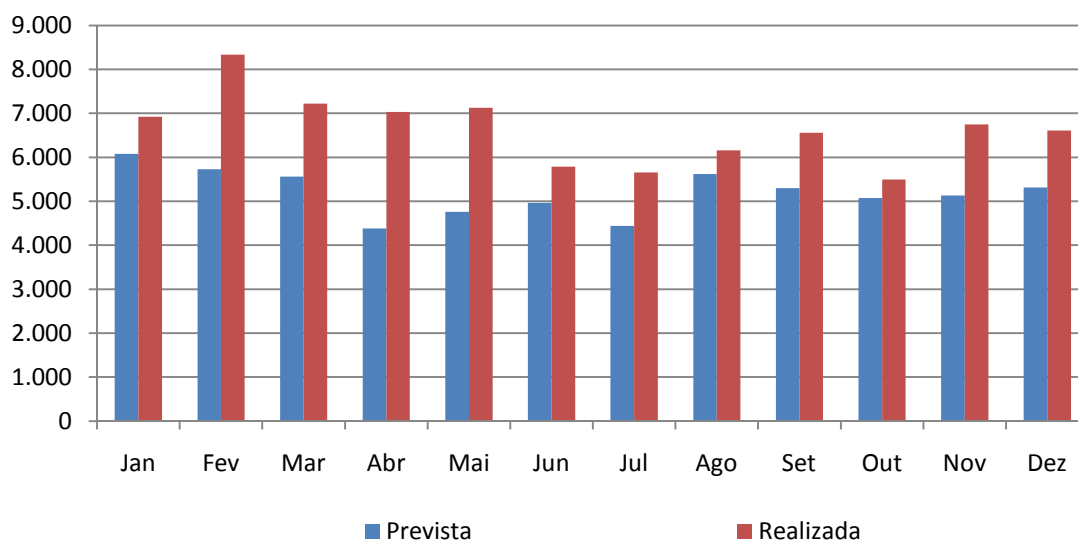
- ✓ Histórico da produção nacional,
- ✓ Distribuição da produção de petróleo e gás natural por Estado, Bacia e Operador,
- ✓ Ranking dos 20 maiores campos produtores de petróleo e gás natural e
- ✓ Histórico de queima de gás natural.

#### 7.2.3. PROGRAMA DE AJUSTES DE REDUÇÃO DE QUEIMA

Em relação ao controle dos volumes de queima e perda de gás, após um expressivo incremento destas no ano de 2009, com uma média de 9,38 MMm<sup>3</sup>/dia, o ano de 2010 apresentou considerável redução, constatado 6,64 MMm<sup>3</sup>/dia de média. Com exceção de janeiro e fevereiro, em que os patamares de queima se mantiveram praticamente constantes em relação aos mesmos meses de 2009, todos os meses subsequentes apresentaram menores volumes de queima, atingindo em outubro o mais baixo valor, com 5,49 MMm<sup>3</sup>/d. É importante ainda mencionar que estão sendo realizados vários TLD's na área do pré-sal, que não apresentam aproveitamento do gás.

Podemos considerar que essa redução deveu-se a ação adotada pela ANP em relação a exigência de um controle mais efetivo da queima de gás natural pelos operadores. No final de 2009, foi realizado um estudo identificando os campos que representavam o maior volume de queima de gás e a partir daí, a Diretoria Colegiada da ANP através da RD nº 316/2010, reprovou os Programas Anuais de Produção, que continham as previsões de queimas desses campos e determinou a celebração de um Programa de Ajustes de Redução de Queima, firmado através de um Termo de Compromisso entre os Operadores e a ANP.

Gráfico 7.3. *Queima de Gás em 2010(Mm³/dia)*



Fonte: SDP/ANP, atualizado em 21/01/2011

As operadoras PETROBRAS, Shell e Chevron, respectivamente, foram informadas da decisão da Diretoria Colegiada e notificadas para a apresentação de uma proposta de Plano de Ação, em 30 dias, que deveria conter as medidas factíveis de serem implementadas na infra-estrutura de produção dos respectivos campos, além de definição de metas de queima de gás a partir do segundo semestre de 2010 e nos 4 anos subsequentes. A PETROBRAS apresentou minuta do Termo de Compromisso, relativo ao Programa de Ajustes, contendo cerca de 70 ações com metas até 2014. A Shell encaminhou proposta do Plano de Atividades para a redução da queima de gás natural, apresentando metas de queima dentro dos limites estipulados na Portaria ANP nº249/2010. A Chevron encaminhou também a Minuta do Termo de Compromisso e do Plano de Ação, contendo algumas ações e o enquadramento da queima no limite estipulado pela Portaria ANP nº 249/2010, para meados de 2011.

#### 7.2.4. PROCESSOS DE AUTO DE INFRAÇÃO

Após um período considerado educativo, no qual os operadores de campos na fase de produção foram orientados a cumprir os prazos e procedimentos estabelecidos nas resoluções vinculadas a área da SDP/NFP, iniciamos em março de 2010 a aplicação de autos de infração aos casos de descumprimento das normas vigentes.

Pode-se identificar que as principais causas de autuação por parte da SDP/ANP, foram relacionadas às queimas excedentes de gás natural conforme discriminado abaixo:

- ✓ 10 relativos a não entrega do documento BAR;
- ✓ 38 relativos à queima excedente à autorizada pela ANP;
- ✓ 1 relativo a não entrega do Boletim mensal de Produção;
- ✓ 6 de não atendimento a notificações (diversos temas);
- ✓ 2 referentes à cessão de fato e
- ✓ 2 referentes à produção que se estende para área da União

Todos os autos de infração aplicados pelo NFP/ANP dizem respeito ao descumprimento do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Portaria Conjunta ANP/INMETRO nº 1, de 19 de junho de 2000.

A Tabela abaixo apresenta informações sobre o status dos autos lavrados pela SDP/NFP.

*Tabela 7.1. Processos auto infração anp/sdp/nfp*

Área	Autos lavrados	Defesa prévia e alegações finais	Decisão 1ª instância	Decisão Final
SDP	59	47	10	2
NFP	18	16	1	1
TOTAL	77	63	11	3

Fonte: SDP/ANP

### 7.3. ELABORAÇÃO DE RESOLUÇÕES

A elaboração de resoluções tem importância fundamental para o aperfeiçoamento das atividades regulatórias da ANP, uma vez que o dinamismo do setor exige permanente atualização em função das novas realidades que se apresentam.

Nesse sentido foi identificado a necessidade de aperfeiçoamento do Regulamento Técnico de Medição (RTM) aprovado pela Portaria Conjunta ANP/INMETRO nº 1, de 19 de junho de 2000, buscando incorporar inovações tecnológicas desenvolvidas ao longo desses anos à realidade atual da gestão dos sistemas de medição.

Desta forma, no exercício de 2010 a ANP realizou uma consulta e duas audiências públicas no mês de junho, sendo uma no Rio de Janeiro e outra na cidade de Salvador-BA, com o intuito de obter contribuições da indústria do petróleo, para o aprimoramento da Portaria relacionada ao RTM. Após a realização da audiência foram incorporadas as sugestões, devendo agora consolidar o resultado com as contribuições feitas na consulta pública realizada pelo INMETRO.

## 8. SEGURANÇA OPERACIONAL

### 8.1. REGULAMENTAÇÃO

Com o objetivo de regulamentar a segurança operacional nas instalações de produção e perfuração de petróleo e de gás natural nas águas jurisdicionais brasileiras, foi aprovada a Resolução ANP Nº 43/2007, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Regime de Segurança Operacional e aprovou o Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO). O Regulamento introduz requisitos e diretrizes para implementação e operação de um sistema de gestão que vise à garantia da Segurança Operacional das Instalações de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás Natural, a ser aplicado durante todas as etapas do ciclo de vida dessas instalações.

Tal regulamentação estabelece critérios de segurança para condução das atividades de E&P, provendo elementos que permitam à ANP exercer a fiscalização no com vistas à educação e orientação dos agentes econômicos, bem como à prevenção e repressão de condutas violadoras.

De acordo com a Resolução ANP Nº 43/2007, o início de operação das instalações marítimas de perfuração e de produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás natural está vinculado à autorização da ANP. As instalações que já se encontravam em operação no momento da edição da supracitada Resolução também foram consideradas, e no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data publicação, tiveram que se adequar aos requisitos de qualificação, treinamento, desempenho, controle e gerenciamento de contratadas, auditorias, identificação e análise de riscos, investigação de incidentes, integridade mecânica, procedimentos operacionais, trabalho seguro, gerenciamento de emergências e operações simultâneas, dentre outros previstos no Regulamento Técnico.

Além de dispor de um sistema de gestão que atenda às 17 práticas de segurança operacional do SGSO, o Concessionário sujeito ao Regulamento Técnico deve elaborar a Documentação de Segurança Operacional, para apresentação à ANP antes do início das operações. No intuito de orientar os agentes econômicos na elaboração desta documentação, a Coordenadoria de Segurança Operacional (CSO) elaborou guias de preenchimento tipificados por atividade, disponibilizados no sítio eletrônico da ANP.

Dando prosseguimento ao Planejamento Estratégico de Segurança apresentando à Diretoria Colegiada pela Coordenadoria de Segurança Operacional em 2009, contendo o diagnóstico de Segurança Operacional da ANP, foi elaborado o Regulamento Técnico para campos de produção terrestres, e estão em fase de elaboração os regulamentos referentes aos dutos terrestres, às atividades de refino de petróleo e às instalações de perfuração terrestres.

Em janeiro de 2010, foi editada a Resolução ANP nº 2/2010, que institui o Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Integridade Estrutural das Instalações Terrestres de Produção de Petróleo e Gás Natural (RTSGI), com o objetivo de garantir que os campos terrestres em produção operem dentro dos requisitos mínimos de segurança operacional.

Nos meses de maio e junho de 2010, foram realizadas a consulta e a audiência pública para emissão da versão definitiva do Regulamento Técnico de Dutos Terrestres, elaborado em conjunto com a SCM (Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural) e com o apoio do CTDUT (Centro de Tecnologia de Dutos). O mesmo está em fase de conclusão.

Em 2009, a CSO realizou, em conjunto com a SRP e com a CMA, uma auditoria-piloto na Refinaria Duque de Caxias – REDUC, dando início ao aperfeiçoamento da regulamentação de segurança operacional para instalações de refino e processamento. Durante a ati-

vidade, além da geração de recomendações de segurança para o agente regulado, foram levantados dados, informações e observações preponderantes para o aprimoramento do marco regulatório. Cabe mencionar que o Regulamento Técnico das Atividades de Refino de Petróleo tem previsão de conclusão em 2011.

O Regulamento Técnico de Perfuração Terrestre também está em elaboração pela CSO, em conjunto com a SEP e com a SDP.

A CSO coordenou o Grupo de Trabalho (GT) que elaborou em 2009 e implementou em 2010 a Instrução Normativa de Verificação de Incidentes, procedimento formal para que todas as unidades organizacionais da Agência passem a executar as ações de verificação de incidentes “*in loco*” de maneira uniforme e obtenham resultados claros e padronizados.

A partir de 22/12/2009, passou a vigorar o novo procedimento de comunicação de incidentes definido pela Resolução ANP nº 44/2009, em substituição à Portaria ANP nº 03/2003, possibilitando o aperfeiçoamento dos registros e controles de incidentes da indústria do petróleo.

## 8.2. AUDITORIAS DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA OPERACIONAL EM INSTALAÇÕES MARÍTIMAS DE PERFURAÇÃO E PRODUÇÃO (SGSO)

Considerando que a Resolução ANP Nº 43/2007 instituiu um prazo de adequação de 2 (dois) anos para que as instalações marítimas ajustassem seus sistemas de gestão de segurança, foram realizadas, no segundo semestre do ano de 2009, as primeiras auditorias do SGSO.

Cabe ressaltar que, em dezembro de 2009, a ANP firmou contrato com a Bureau Veritas do Brasil Sociedade Classificadora e Certificadora – BV para prestação de serviços técnicos de apoio à atividade de fiscalização do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO), que consiste, em síntese, no acompanhamento dos fiscais da ANP a bordo das instalações marítimas de perfuração, produção, armazenamento e transferência de petróleo e de gás natural e no treinamento dos servidores.

Sendo assim, foram realizadas, no ano de 2010, 66 (sessenta e seis) ações de fiscalização de segurança operacional em instalações marítimas de perfuração, produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás natural, sendo observadas 598 (quinhentas e noventa e oito) não-conformidades.

Em busca da mitigação dos riscos à sociedade direta e indiretamente influenciada pela atividade petrolífera marítima, a ANP interrompeu as atividades de 07 (sete) instalações, a saber: PETROBRAS 27, PETROBRAS 33, PETROBRAS 35, Ocean Courage, West Orion e Pride South Atlantic, a serviço da concessionária *PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A.)*, e *Ocean Scepter*, a serviço da concessionária *OGX Petróleo e Gás*. Essas ações foram tomadas em função de irregularidades que expõem a força de trabalho a risco iminente de acidente grave, tais como: ausência de análise de riscos da instalação, elevado grau de degradação de equipamentos críticos à segurança operacional, precário sistema de gestão da segurança operacional e não atendimento a prazos previamente estabelecidos sem devida justificativa técnica.

Cabe ressaltar que, em função das diversas não-conformidades críticas sistêmicas encontradas nas ações de fiscalização da Agência que levaram à interrupção das atividades de algumas instalações ao longo do ano de 2010, a ANP firmou um Termo de Compromisso com a concessionária PETROBRAS, no qual a concessionária se comprometeu a adequar todas suas instalações à Resolução ANP nº 43/2007, conforme cronograma constante do supracitado Termo de Compromisso.

### 8.3. AUDITORIAS E INSPEÇÕES PARA GARANTIA DA INTEGRIDADE ESTRUTURAL DA PLANTA DE PROCESSO

Para efetuar o controle da Segurança Operacional das Instalações de Produção de Petróleo e Gás Natural, a ANP executava inspeções e auditorias periódicas de integridade estrutural, até meados de 2009, com corpo próprio e com o apoio de instituições de ensino, a saber: PUC-Rio, nas regiões Sudeste e Sul; Universidade Salvador (UNIFACS) e CEFET-SE, na Bahia, Alagoas e Sergipe; e CEFET-RN e UFRN no Amazonas, Rio Grande do Norte e Ceará.

A partir do final do ano de 2009, as inspeções e auditorias marítimas de integridade estrutural foram sendo gradativamente substituídas pelas auditorias do SGSO, conforme estabelece a Resolução ANP nº 43/2007, que possibilitou ainda o acompanhamento das não-conformidades anteriormente levantadas pelas antigas ações de fiscalização.

### 8.4. FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL DO GASODUTO URUCU-MANAUS

Em agosto de 2010, foi realizada uma atividade de fiscalização de segurança operacional e meio ambiente no gasoduto Urucu-Manaus, em conjunto com a CMA, a partir da qual foram geradas recomendações. Entretanto, pode-se perceber que o sistema de gerenciamento de segurança operacional do sistema de transporte de gás Urucu-Coari-Manaus estava alinhado com as diretrizes e requisitos do vindouro Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural – RTDT.

### 8.5. PARECERES TÉCNICOS DE SEGURANÇA OPERACIONAL PARA ANTECIPAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAMPOS TERRESTRES

Para autorizar o início de operação de campos de produção de petróleo e gás natural terrestres, antes da aprovação de PD (Plano de Desenvolvimento) ou PRJ (Plano de Reabilitação de Jazida), tem que haver permissão da Agência.

Nesse sentido, a CSO emitiu pareceres técnicos para início de operação de 05 (cinco) campos terrestres de produção de petróleo e gás natural.

### 8.6. ACOMPANHAMENTO DO ACIDENTE DE *BLOWOUT* NO POÇO MACONDO, NO GOLFO DO MÉXICO, E SEUS DESDOBRAMENTOS

A Agência acompanhou de perto o *blowout* ocorrido no Golfo do México, no poço de Macondo, da petrolífera *British Petroleum* – BP, com o objetivo de tirar lições aprendidas a partir desse grande acidente e evitar que eventos indesejáveis similares ocorram em áreas reguladas pelo governo brasileiro.

Foi solicitado a todas as concessionárias com atividade de perfuração em águas jurisdicionais brasileiras que enviassem juntada de documentação técnica referente ao equipamento BOP (*Blowout Preventer*), revisão de análises de risco e equipamentos disponíveis para resposta aos grandes acidentes similares ao ocorrido no Golfo do México.

Em junho de 2010, uma equipe da ANP composta por representantes da Diretoria da ANP e da CSO realizou sobrevôo ao local do acidente, com a finalidade de entender a sua dimensão. Em seguida, dando continuidade ao acompanhamento do acidente, a equipe seguiu para o centro de resposta ao acidente da BP, em Houston, Estados Unidos da América.

Foi marcado um encontro extraordinário do IRF – *International Regulators' Forum*, em setembro de 2010, nos Estados Unidos, para debater os tópicos relativos à regulação da segurança operacional. Cada país-membro compartilhou os seus estudos de caso sobre as respostas aos incidentes recentes e o grupo discutiu os principais processos de regulamentação, lições aprendidas e melhores práticas. As principais associações da indústria do Petróleo, a *American Petroleum Institute* (API), a *International Association of Oil & Gas Producers* (OGP), a *International Association of Drilling Contractors* (IADC) e o *Offshore Operators Committee* (OOC) informaram ao Fórum as iniciativas em desenvolvimento para melhorar a segurança das operações *offshore*.

Somado a isso, a Agência capacitou seus servidores em controle de poço em dois eventos, em duas instituições diferentes consideradas referências na elaboração de normas de boas práticas de engenharia que norteiam a indústria de perfuração no mundo, para dotar a Agência de conhecimento técnico que possa subsidiar uma atuação preventiva através de uma regulação atualizada com as práticas do mercado.

#### 8.7. EXECUÇÃO DE PERÍCIAS TÉCNICAS

Para efetuar a verificação da segurança operacional das instalações nos seus aspectos navais e dos sistemas que têm interface com a planta de processo, a ANP renovou, em dezembro de 2008, o convênio com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) para a realização de perícias técnicas em unidades marítimas de exploração e produção, com a correspondente emissão de Declarações de Conformidade. O controle técnico dessa atividade é executado pela ANP por meio da análise dos relatórios das perícias e das Declarações de Conformidade emitidas pela Marinha em nome da ANP e da DPC. A Diretoria de Portos e Costas disponibiliza, na sua página na internet, a relação de todas as instalações periciadas, bem como o sistema informatizado de controle das perícias técnicas realizadas.

Devido ao considerável aumento do número de unidades marítimas em operação, em decorrência do incremento na atividade de exploração em águas jurisdicionais brasileiras, foi necessária a realização de 1062 perícias técnicas e a conseqüente emissão 712 Declarações de Conformidade no ano de 2010, quantitativo bastante superior ao inicialmente definido no convênio, de 840 perícias anuais para o ano em questão.

Dessa forma, na renovação do convênio em 2008, que passou a vigorar até novembro de 2013, fixou o quantitativo de 60, 70, 80, 90 e 100 perícias por mês em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

#### 8.8. MONITORAMENTO DO TRÁFEGO MARÍTIMO

Tendo como principais objetivos o controle de tráfego dos petroleiros nas Bacias do Espírito Santo e Campos, a verificação da presença e abordagem de barcos de pesca dentro da área de segurança das plataformas e a verificação da presença de navios sísmicos operando nas áreas autorizadas, foi renovado, em dezembro de 2008, o convênio com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) para realização de ações de monitoramento e controle do tráfego marítimo nas áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural. O Convênio passou a vigorar até dezembro de 2011 e trouxe o acréscimo do controle “in loco” na Bacia de Santos, além do já realizado nas Bacias do Espírito Santo e Campos.

Através do sistema eletrônico de monitoramento de tráfego marítimo disponibilizado pela Marinha do Brasil em uma Workstation nas dependências da ANP, os servidores são capazes de identificar e acompanhar, em tempo real, as embarcações de petróleo e gás natural que são monitoradas pela Marinha do Brasil.



## 8.9. CONTROLE DE INCIDENTES

As comunicações de incidentes encaminhadas pelos concessionários em 2010, com base na Resolução nº44/2009, foram analisadas e cadastradas pela Coordenadoria de Segurança Operacional.

Em 2010, foram recebidos e cadastrados no Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção (SIGEP) 389 (trezentos e oitenta e nove) incidentes. Todos foram analisados pela CSO e 04 (quatro) acidentes considerados relevantes sofreram investigação criteriosa e detalhada, com solicitação de documentos, esclarecimentos adicionais e de ações de fiscalização nas instalações.

## 8.10. CONSISTÊNCIA E HOMOGENEIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DA AGÊNCIA

Visando a troca de experiências e o fortalecimento da Agência no aprimoramento da regulamentação e das ações de fiscalização da segurança operacional, a Coordenadoria de Segurança Operacional e as Agências dos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Noruega, Holanda, Austrália e Nova Zelândia se reuniram, em outubro de 2010, na Conferência do *International Regulators' Forum – IRF*, em Vancouver, Canadá, para apresentação da regulamentação vigente nos respectivos países e definição de ações conjuntas a partir de uma abordagem comparativa entre a atuação das Agências em diversos tópicos da segurança *offshore*.

Em 2010, a CSO participou do *International Committee on Regulatory Authority Research and Development – ICRARD*, evento ocorrido em Buxton, Reino Unido, e que tem foco na transferência de conhecimentos na área de segurança operacional *offshore* através da troca de informações acerca dos projetos de P&D desenvolvidos na Austrália, Brasil, Canadá, Holanda, México, Nova Zelândia, Noruega, Estados Unidos e Reino Unido. Durante o encontro, foram apresentadas as novas tecnologias que visam mitigar os riscos inerentes às atividades do setor e aprimorar a segurança operacional, no âmbito de cada país-membro do comitê.

## 8.11. ARTICULAÇÃO COM OS AGENTES GOVERNAMENTAIS

### 8.11.1. GT NR-30

A CSO compôs o Grupo de Trabalho (GT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que elaborou o anexo II da NR-30 (Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário), referente ao trabalho em plataformas de perfuração e produção, publicada em maio de 2010.

### 8.11.2. GT NR-20

A CSO compõe ainda o Grupo de Trabalho (GT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para revisão NR-20, referente à armazenagem, transporte e manuseio de líquidos combustíveis e inflamáveis. Durante o ano de 2010, foram realizadas nove reuniões do grupo. A revisão desta Norma Regulamentadora está em fase de conclusão.

### 8.11.3. PROJETO BRASIL SEM CHAMAS

No ano de 2009, a CSO passou a compor, em nome da ANP, o Grupo de Trabalho (GT) do projeto intitulado Brasil sem Chamas, que foi inspirado no Programa “America Burning”, dos Estados Unidos, tendo nascido da necessidade de conhecer melhor o segmento de segurança contra incêndio no Brasil.

Participam do projeto a ABNT, o INMETRO, o IBAMA, o IBP, a LIGABOM (Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares), o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do

Estado de São Paulo), o INT (Instituto Nacional de Tecnologia), a USP (Universidade de São Paulo), a SEDEC (Secretaria Nacional de Defesa Civil) e a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), além da ANP.

O projeto identificou a necessidade de ampliar a padronização das regulamentações técnicas para o setor de prevenção contra incêndio, de ampliar os esforços na elaboração das Normas Brasileiras e de definição de um processo de avaliação de conformidade de produtos que promovam melhoria na qualidade da segurança das instalações industriais do setor. Neste intuito, os representantes do projeto acreditam que a ANP terá um papel fundamental na formação de uma regulamentação técnica padronizada, que sirva de referência para toda a indústria de petróleo e gás.

Sendo assim, o relatório final do Grupo de Trabalho está em fase final de elaboração pela coordenação do grupo (IPT).

## 9. CONTEÚDO LOCAL

Conteúdo Local é o conjunto de mecanismos que visa o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas, nos projetos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, tendo como principal finalidade a geração de empregos e renda.

Ao longo das rodadas de licitações de blocos exploratórios, a ANP vem atuando no sentido de incentivar e apoiar o fortalecimento e o desenvolvimento da indústria nacional de bens e serviços aplicáveis às atividades de E&P de petróleo e gás natural. Desde a 1ª rodada, em 1999, a ANP inclui nos contratos de concessão cláusulas contendo disposições direcionadas a garantir condições equânimes aos fornecedores nacionais em relação aos estrangeiros, nas aquisições de bens e serviços.

A Coordenadoria de Conteúdo Local (CCL) tem como principal atribuição o controle e a fiscalização dos compromissos de conteúdo local dos contratos de concessão para as atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural.

### 9.1. FISCALIZAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL

Em 2010 foram finalizados 14 processos de fiscalização de conteúdo local, sendo 10 relativos a fase de exploração de blocos com risco exploratório e 4 relativos a áreas inativas com acumulações marginais. Em todos esses processos foi comprovado o cumprimento do compromisso contratual de conteúdo local.

Encontram-se em andamento 16 processos de fiscalização de conteúdo local, sendo 4 relativos a áreas inativas com acumulações marginais.

### 9.2. CERTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL

Os contratos de concessão, a partir da Sétima Rodada de Licitações, prevêem que os compromissos de conteúdo local firmados entre a ANP e os Concessionários serão comprovados através de certificados de conteúdo local, emitidos por empresas credenciadas junto à ANP.

Com o objetivo de estabelecer condições legais para a implementação das regras e exigências relacionadas à Cláusula de Conteúdo Local dos contratos de concessão, a ANP criou o Sistema de Certificação de Conteúdo Local, definindo os procedimentos para credenciamento de certificadoras de conteúdo local, execução das atividades de Certificação, Auditoria das certificadoras credenciadas e elaboração do Relatório de Investimentos locais pelos concessionários.

Em continuidade ao processo de credenciamento pela ANP, de entidades Certificadoras de Conteúdo Local, em atendimento às disposições constantes dos contratos de concessão a partir da 7ª Rodada, para que concessionárias e fornecedores de bens e serviços possam certificar os produtos e serviços aplicados na indústria do petróleo e gás, foram credenciadas em 2010 duas novas Certificadoras e foi concedida a extensão de credenciamento a seis empresas. Com isso, cada área de atividade passou a ter, no mínimo, onze empresas credenciadas.

Assim o cadastro de empresas credenciadas em 31/12/2010 era composto das seguintes empresas: *ABS Group; Bureau Veritas (BV); Det Norske Veritas (DNV); First Engenharia; Galena Engenharia; Registro Brasileiro de Navios e Aeronaves (RBNA); Terratek Tecnologia; Kopsia Engenharia e Telecomunicações; Millenium Consultores Empresarias; SGS do Brasil; L. A. Falcão Bauer Centro de Tecnologia; Câmara Consultoria; Openseas Engenha-*

ria Naval, Certifix Consultoria e Gestão, Instituto Latinoamericano de La Calidad (INLAC), NSG Consultoria e TÜV Rheinland. Essa relação de empresas credenciadas está disponibilizada na página da ANP na Internet, no endereço: <http://www.anp.gov.br/conteudolocal>

Tendo em vista que o sistema de credenciamento da ANP é um processo contínuo, ao final do exercício estavam sendo finalizados mais um processo de credenciamento e dois processos de extensão do escopo de credenciamento.

Adicionalmente, no intuito de divulgar este processo e atrair novas empresas para se candidatarem a certificadoras, foram feitas apresentações em instituições representantes e pertencentes ao mercado de petróleo e gás natural.

A tabela a seguir mostra a relação das empresas credenciadas por atividade.

*Tabela 9.1. Empresas credenciadas*

Área de Atividades	Código	Empresa Credenciada
Geologia e Geofísica	Ge001	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Falcão Bauer, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, RBNA, SGS, Terratek.</i>
Sondas de Perfuração	Pe001	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Galena Engenharia, Kopsia Engenharia, INLAC, Millenium Consultores, NSG Consultoria, Openseas, RBNA, SGS, Terratek, TÜV Rheinland.</i>
Apoio Logístico e Operacional	Pe002	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifix, DNV, Falcão Bauer, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>
Perfuração, Completação e Avaliação de Poços	Pe003	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, RBNA, SGS, Terratek, TÜV Rheinland.</i>
Engenharia Básica e de Detalhamento	En001	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifix, DNV, Falcão Bauer, First Engenharia, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, Openseas, RBNA, SGS, Terratek, TÜV Rheinland.</i>
Gerenciamento, Construção, Montagem e Comissionamento	En002	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifix, DNV, Falcão Bauer, First Engenharia, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, Openseas, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>

Sistemas Elétricos, de Controle, Instrumentação e Medição	En003	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifix, DNV, First Engenharia, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>
Sistemas de Telecomunicações	En004	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifix, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>
Obras Civas e Utilidades	En005	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Falcão Bauer, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, RBNA, SGS, Terratek, TÜV Rheinland.</i>
Oleodutos, Gasodutos e Tanques de Armazenamento.	Es001	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Falcão Bauer, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, RBNA, SGS, Terratek, TÜV Rheinland.</i>
Bombas de Transferências	Es002	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifix, DNV, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>
Equipamentos e Controle Submarinos: linhas rígidas, flexíveis, umbilicais e manifolds	Es003	<i>ABS, BV, Certifix, DNV, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>
Monobóias e Quadro de Bóias	Es004	<i>ABS, BV, Certifix, DNV, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, NSG Consultoria, Open-seas, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>
Unidades de Compressão	Up001	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Falcão Bauer, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>
Unidades de Geração de Energia Elétrica	Up002	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, Certifix, DNV, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>
Unidades de Geração e Injeção de Vapor	Up003	<i>ABS, BV, Certifix, DNV, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, NSG Consultoria, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>

Unidades de Tratamento e Injeção de Água	Up004	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, NSG Consultoria, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>
Sistemas de Processamento e Tratamento de Óleo	Up005	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, NSG Consultoria, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>
Sistemas de Processamento e Tratamento de Gás Natural	Up006	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, NSG Consultoria, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>
Construção Naval: casco, turret, ancoragem e sistemas navais	Up007	<i>ABS, BV, Certifix, DNV, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, NSG Consultoria, Openseas, RBNA, SGS, TÜV Rheinland.</i>
Segurança Operacional	Up008	<i>ABS, BV, Câmara Consultoria, DNV, Falcão Bauer, Galena Engenharia, INLAC, Kopsia Engenharia, Millenium Consultores, NSG Consultoria, RBNA, SGS, Terratek, TÜV Rheinland.</i>

Fonte: [www.anp.gov.br/conteudolocal](http://www.anp.gov.br/conteudolocal)

Em 2010 foi mantido o programa de treinamento das empresas credenciadas para utilização da cartilha de conteúdo local, que é a ferramenta única de medição do nível de conteúdo local de bens e serviços. Estes encontros também serviram para fechar os entendimentos sobre a interpretação da cartilha, isto é, uma vez que a ferramenta de medição não prevê todas as formas de aquisição de bens e serviços, foi necessário elaborar algumas sistemáticas para a correta aplicação da cartilha frente a estas situações.

Dada a relevância da certificação para a comprovação do cumprimento do compromisso contratual de conteúdo local, foi criado o Fórum Permanente de Conteúdo Local, do qual participam as entidades ONIP, IBP, ABPIP e APPOM, sob a coordenação da ANP, para discussão e aprimoramento do processo de certificação aplicado para a comprovação do cumprimento do compromisso contratual nas concessões a partir da 7ª rodada de licitações.

Durante o exercício de 2010 foram realizados os seguintes eventos relativos ao tema do Conteúdo Local:

- *Workshop* de Conteúdo Local – Em 2010 foram realizados dois eventos com objetivo de apresentar aos diversos atores do mercado o panorama atual da atividade de certificação, necessária para a comprovação de investimentos locais a partir da Rodada 7, e contaram com a participação da CCL/ANP, da DIR1/ANP, das entidades organizadoras e de fornecedores convidados.
- Palestra na V Rodada de Negócios da Cadeia Produtiva de Petróleo, Gás Energia e Mineração de Sergipe, promovida pelo SEBRAE-SE, para divulgar o processo de credenciamento de empresas certificadoras de conteúdo local, levando novas oportunidades de negócios para empresas da região.

### 9.3. DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE CONTEÚDO LOCAL

Em 2009, a CCL deu continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Gestão de Conteúdo Local (SGCL). Este sistema promoverá maior agilidade e confiabilidade às atividades desenvolvidas pela área que em geral envolvem diferentes prazos para encaminhamento e recebimento de informações, além de tornar mais amigável a interface entre a ANP e os entes regulados. O SGCL contará inicialmente com os módulos de credenciamento, certificação e auditoria, havendo previsão de expansão para a compreensão da atividade de fiscalização e relatórios de investimentos, após a conclusão dos primeiros módulos. Os módulos de credenciamento, certificação e auditoria já tiveram sua especificação homologada e estão em fase de construção.

## 10. CONTROLE DAS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis é responsável pelo controle, cálculo, auditoria e da distribuição do pagamento das Participações Governamentais e de Terceiros.

As ações da Superintendência de Participações Governamentais (SPG), nos últimos doze meses, vinculada a Diretoria III, foram voltadas às atividades de controle, cálculo, auditoria e distribuição das participações governamentais e de terceiros, sustentada nos seguintes fundamentos: **exatidão** dos valores arrecadados e distribuídos; **transparência** do processo de arrecadação e distribuição das Participações Governamentais; **justa distribuição** dessas participações aos beneficiários conforme a legislação vigente; e **constante melhoria dos processos** executados pela área.

### 10.1. ARRECADAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CÁLCULO DAS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A arrecadação das participações governamentais no exercício de 2010 totalizou o recolhimento de R\$ 21,77 bilhões.

Do montante de arrecadação acima mencionado, R\$ 9,93 bilhões referem-se a royalties distribuídos a 10 estados e 996 municípios, além de outros beneficiários, como o Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundo Especial de Participação (FEP).

Com relação à participação especial foram distribuídos R\$ 11,67 bilhões para 7 estados e 30 municípios, ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério do Meio Ambiente.

O valor de R\$ 168,4 milhões refere-se ao pagamento de ocupação ou retenção de área, recolhido diretamente à Secretaria do Tesouro Nacional pelas concessionárias, mediante cálculo e cobrança efetuados pela SPG.

O valor de R\$ 4,39 milhões para bônus de assinatura representa o pagamento referente ao resíduo da 2ª Rodada de Campos Marginais.

Na tabela seguinte, são apresentados os valores das participações governamentais (PGs) arrecadadas no período de 2002 a 2010 e, no gráfico abaixo, a evolução dessas participações:

*Tabela 10.1. Participações Governamentais de 2002 a 2010 (em R\$ milhões)*

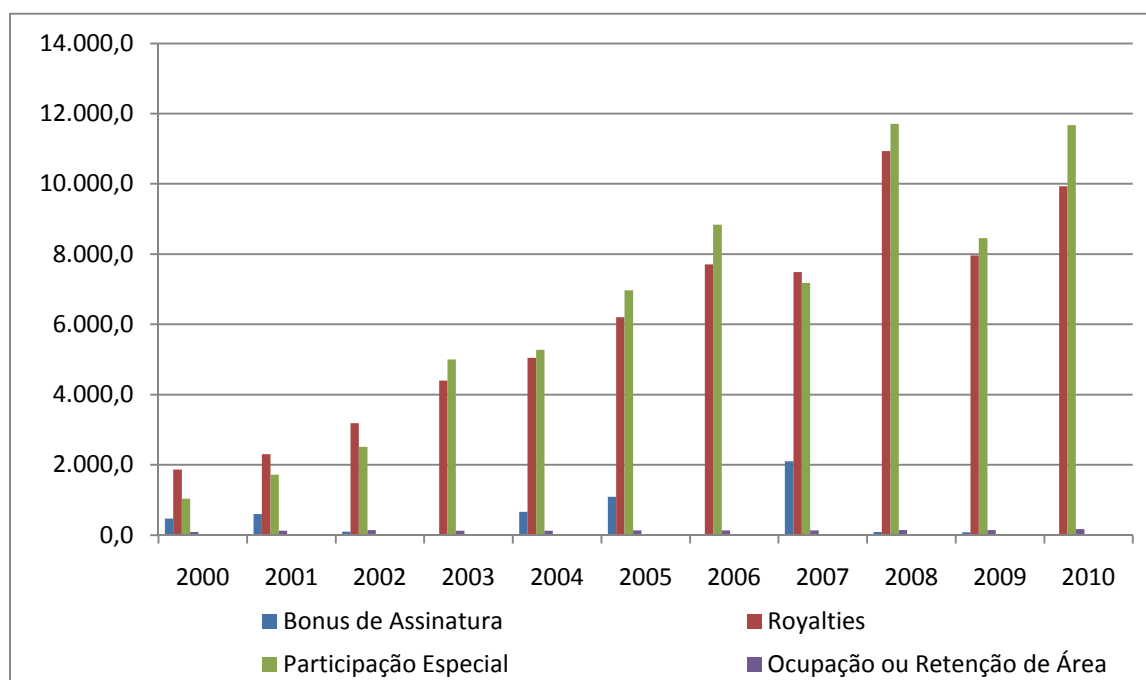
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Bônus de Assinatura	92,4	27,4	665,4	1.088,8	11,0	2.101,0	89,0	80,2	4,4
Royalties	3.184,0	4.396,4	5.042,8	6.206,1	7.703,5	7.490,6	10.936,6	7.966,5	9.929,99
Participação Especial	2.510,2	4.997,8	5.272,0	6.967,0	8.839,9	7.177,5	11.646,2	8.452,8	11.670,0
Ocupação/Retenção de Área	146,5	126,2	124,3	130,1	134,6	135,0	139,0	146,0	168,4
TOTAL	5.933,1	9.547,8	11.104,5	14.392,0	16.689,0	16.904,1	22.810,8	18.654,6	21.772,8

Fonte: SPG

Analisando a arrecadação dos anos de 2009 e 2010, verificou-se um acréscimo na quantidade de beneficiários, ou seja, de 886 para 996 municípios e um acréscimo de 31 % no total de arrecadação.



Gráfico 10.1. *Evolução das Participações Governamentais*



Fonte: SPG

## 10.2. AÇÃO DE TRANSPARÊNCIA, DIVULGAÇÃO DE CÁLCULOS E RESULTADOS

Com objetivo de dar transparência às ações de controle, foi dada continuidade a vários procedimentos internos, com destaque para a transparência nos procedimentos: a publicação mensal de todas as tabelas necessárias para cálculo das PGs no sítio eletrônico da ANP, [www.anp.gov.br/participacao\\_gov/calculo.asp](http://www.anp.gov.br/participacao_gov/calculo.asp), na internet, publicação trimestral de relatório de apuração e distribuição da Participação Especial (PE) no sítio eletrônico da ANP, publicação mensal do relatório de arrecadação e distribuição das participações governamentais, solicitado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e publicação mensal no Diário Oficial da União do volume da produção brasileira de petróleo e gás natural e dos valores dos pagamentos de royalties realizados pelas concessionárias à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), transferidos pela ANP aos órgãos governamentais, governos estaduais e municipais. Neste ano de 2010 foram incorporados no procedimento de publicação os manuais de atividades da SPG e documentos relativos ao Preço de Referência de Gás Natural: a memória de cálculo e a lista de preço de referência de gás natural por campo produtor.

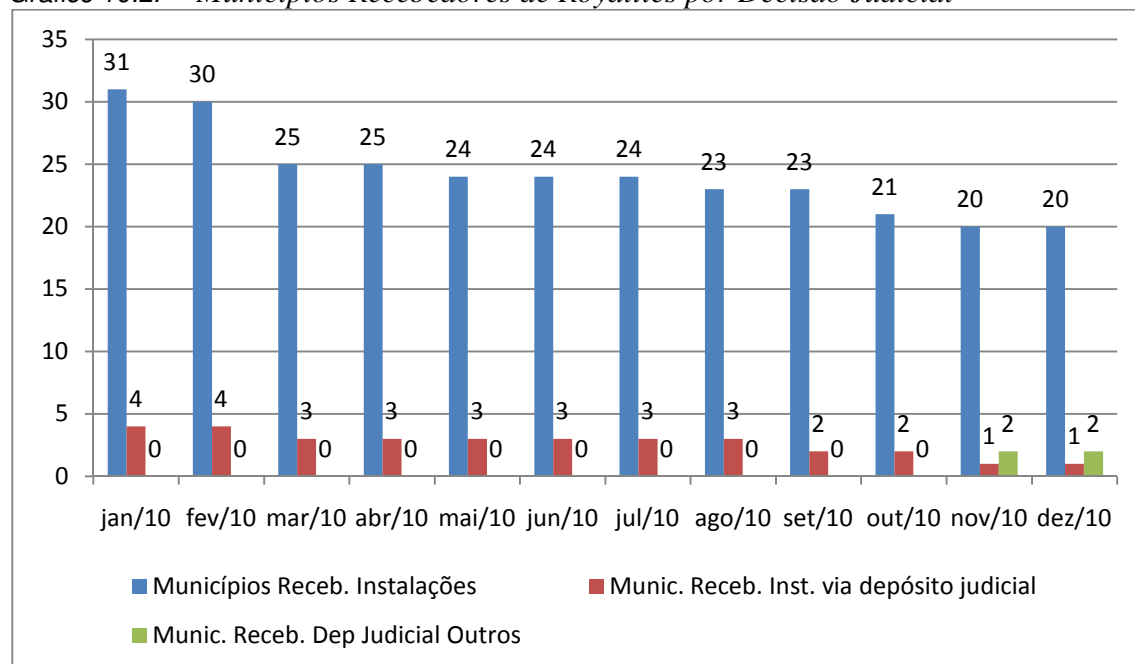
## 10.3. REPRESENTAÇÕES DOS INTERESSES GOVERNAMENTAIS RELATIVOS AO PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Sendo uma das maiores demandas de atividades no exercício de participações governamentais, entre janeiro e dezembro de 2010, as demandas de processos judiciais envolvendo a distribuição de royalties por instalações de embarque ou desembarque de petróleo e gás natural, conforme previsto na Lei nº 7990/89 e Decreto 01/91, refletem a continuidade, desde o ano de 2007, de esforço contínuo pela reversão de decisões judiciais desfavoráveis à Agência.

No gráfico abaixo, apresentamos a evolução do número de municípios que recebem royalties (parcela de 5%) pelo critério “possuir instalações de embarque ou desembarque”, em

função de decisões judiciais. O número representa os que tiveram decisões favoráveis e não considera a forma e o montante do pagamento (terrestre marítimo ou ambos). O que podemos observar é um contínuo decréscimo do número de decisões desfavoráveis à ANP, de 34 municípios, no início do ano, para 23 municípios em dezembro 2010, sendo que em três deles não há pagamento direto, mas sim depósito em conta judicial o qual estará disponível com o julgamento do mérito.

Gráfico 10.2. *Municípios Receptores de Royalties por Decisão Judicial*



Fonte:

SPG

O relevante decréscimo de municípios, que recebem royalties por decisão judicial se deu devido ao esforço contínuo da ANP para a realização da justa distribuição de participações governamentais aos beneficiários; neste sentido tem se tomado atualmente várias ações tais como: maior aproximação com a PRG e integração com outras áreas técnicas (SCM, SRP, NFP, SBQ, SPP) visando melhoria da qualidade dos subsídios ocasionando melhores defesas aos interesses governamentais; organização interna das demandas judiciais em processos administrativos específicos para cada município, de modo a criar um acompanhamento dos processos e histórico de cada processo judicial; e aprimoramento de comunicação com a PRG a fim de sanar eventuais dúvidas com relação ao cumprimento e interpretação de decisões judiciais.

#### 10.4. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS

Destaca-se também, entre as atividades realizadas no período, a aplicação de autos de infração, nos termos da Portaria ANP nº 234/2003 a concessionárias, pelo descumprimento de obrigações contratuais/legais; questionamento maior dos dados declarados pelas concessionárias, dados esses utilizados no cálculo das PGs. Foram aplicados no período em questão, oito autos de infração. Destes, ressalta-se que seis foram decorrentes de não prestação ou prestação incorreta de informações sobre movimentação de hidrocarbonetos, um pelo não recolhimento de royalties dentro dos prazos previstos em lei e um pelo não pagamento dos valores pela ocupação e retenção de área.

Tendo em vista as auditorias realizadas em 2010 destacam-se entre os valores arrecadados com os pagamentos adicionais de participação especial (PE) as cobranças realizadas para a *PETROBRAS* com relação ao recolhimento de participação especial sobre a produção de petróleo e gás natural dos campos de *Marlim*, *Barracuda* e *Caratinga*.

Tratou-se de caso de auditoria de PE, decorrente da correção de dedutibilidades no primeiro caso, deduções indevidas de gastos pertencentes ao campo de *Voador*, no caso da plataforma P-27 o qual culminou em um pagamento de um total de R\$ 17.826.997,22 pela *PETROBRAS*.

No caso de *Barracuda* e *Caratinga*, verificou-se verificou a ocorrência de uma operação de financiamento que resultou na dedução indevida de encargos financeiros e depreciações. Tal constatação culminou em Auto de Infração e posteriormente resultou na cobrança do montante de R\$ 81.491.554.51, valor o qual foi parcelado em 30 prestações mensais pela *PETROBRAS*.

Outra atividade de destaque, a vistoria em instalação foi determinante no exercício das atividades em 2010, fato visível sendo esta a atividade que o maior crescimento em números de processos abertos, ficando atrás apenas dos processos de auditoria abertos.

No decorrer do ano de 2010, foram realizadas 33 ações de vistorias em instalações de apoio, instalações da *TRANSPETRO* e instalações de E&P (Movimentação de Hidrocarbonetos)

Tais ações contribuíram com ganhos de eficiência na atualização do banco de dados de Instalações de Apoio e Embarque e Desembarque cuja importância se traduz no enquadramento de municípios quanto à classificação na Zona de Produção Principal.

#### 10.5. DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE AÇÕES ORGANIZACIONAIS

Em consonância com as metas e desafios organizacionais estabelecidos para o ano de 2010, entre as principais ações realizadas se destaca a organização e sistematização dos arquivos de processos relacionados a atividades da SPG e a elaboração de manuais de procedimentos.

Tal ação resultou em um impacto positivo, um ganho de maior dinâmica e eficiência nas consultas de processos e um controle mais confiável dos processos gerados pela SPG.

Tendo em vista que os manuais de procedimentos que são o desenrolar dos esforços na sistematização e padronização das atividades que a SPG desempenha, foram elaborados no decorrer do ano dois manuais de procedimentos envolvendo as atividades de “Cálculo e Distribuição de Royalties” e de “Preço de Referência de Gás Natural”. No mais, foi revisto o Manual de Procedimento de “Cálculo, Distribuição e Auditoria de Participação Especial”.

Além de demonstrar relevância na utilização dos manuais para consulta de eventuais dúvidas, facilitação de treinamento e auxílio para eventuais auditorias, a principal contribuição desta ação será o estabelecimento de padronização sistemática das atividades desempenhadas que poderá evoluir em critérios de avaliação e desempenho e no aprimoramento constante dos procedimentos.

## 11. COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Lei nº 9.478, de 06/08/97, estabelece em seu art. 8º, inciso X, a obrigação da ANP de estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento de petróleo e gás natural. No âmbito da ANP, compete à Coordenadoria de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos – CTC fazer cumprir o disposto na mencionada Lei.

No cumprimento de suas atribuições, a CTC desenvolve as seguintes ações:

Implantar e acompanhar o Programa de Formação de Recursos Humanos - PRH da ANP, destinado à formação de recursos humanos para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis;

Propor atos de regulação e fiscalizar os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) previstos em cláusula específica dos contratos de concessão;

Credenciar instituições de P&D, com competências nas áreas de petróleo, gás natural e biocombustíveis, aptas a receberem recursos dos concessionários para a realização de projetos de P&D;

Prestar apoio técnico à Diretoria da ANP na gestão do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural - CT-PETRO.

### 11.1.1. PROGRAMA DE RECURSOS HUMANOS DA ANP PARA O SETOR PETRÓLEO E GÁS NATURAL – PRH-ANP

Iniciado em 1999, o Programa de Recursos Humanos da ANP, apoiado com recursos do MCT/CTPETRO<sup>1</sup>, por intermédio de convênios com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT gestora dos recursos do *Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural* - CTPETRO, tem como objetivo incentivar a formação de mão-de-obra especializada, em resposta à expansão da indústria do petróleo e do gás natural.

O PRH-ANP/MCT, que teve como base a inclusão no currículo de instituições de ensino de disciplinas de especialização específicas para atender às necessidades da indústria do Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis, consiste na alocação de recursos para bolsas de estudo para o nível técnico e nível superior – graduação, mestrado e doutorado.

É uma iniciativa de sucesso que tem contribuído para a formação de profissionais altamente qualificados para o setor de petróleo e gás natural, incrementando a empregabilidade do jovem brasileiro e a capacidade competitiva da indústria nacional, conforme poderá ser constatado pelos resultados apresentados.

Atualmente, o programa é executado por 26 instituições de ensino superior localizadas em 16 estados da Federação, com ênfase nas Engenharias do Petróleo nas áreas de Química, Mecânica, Metalúrgica e dos Materiais; Geociências, abrangendo Geologia e Geofísica; Direito; Economia; Matemática; e Química. Tais instituições foram selecionadas através de chamadas públicas, sendo a última ocorrida em 2009, quando foram selecionadas dez novas instituições. A implantação do programa com as instituições selecionadas no último edital ocorreu a partir de 2010.

---

1 O CTPETRO - *Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural* - tem como instrumentos de criação a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 2.851/98, alterado pelo Decreto nº 3.318/99. Tem como objetivo financiar programas de amparo à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico do setor petrolífero e à formação de recursos humanos.

É importante ressaltar que o PRH de nível superior vem sendo mantido graças à continuidade do fluxo de recursos do MCT/CTPETRO/FINEP, que tem assegurado a manutenção das bolsas vigentes e a concessão de novas cotas de bolsas. O PRH-Técnico, que era financiado com recursos orçamentários da ANP, teve suas atividades descontinuadas em decorrência de restrições orçamentárias.

A partir de 2010, o programa passou a contar com a participação da *PETROBRAS*, através da alocação de recursos provenientes da obrigação de investimentos em P&D. Os recursos incorporados ao programa somaram R\$ 14 milhões, para a concessão de 198 bolsas de graduação, 102 bolsas de mestrado e 48 bolsas de doutorado. Cabe observar que parte dos recursos do concessionário foi alocada no final de 2009, embora destinada a concessão de bolsas em 2010.

Desde a sua implantação, foram investidos no PRH/nível superior mais de R\$ 219 milhões, concedidas 5.824 bolsas de estudo, formados 2.776 profissionais de nível superior e 558 de nível médio. As Tabelas 1 e 2 registram, respectivamente, a evolução do quantitativo de bolsas concedidas e os investimentos realizados no período 1999-2010.

Do total de alunos formados em nível superior contabilizados na última avaliação, 302 foram absorvidos pelas empresas do setor de petróleo e gás natural, atingindo um índice de empregabilidade de 86%. Cabe observar que nesse índice está considerado o sequenciamento acadêmico de ex-bolsistas o que representa, também, um grande ganho para as nossas instituições de ensino e pesquisa.

*Tabela 11.1. Evolução da Quantidade de Bolsas Concedidas - Período 1999-2010*

<b>NÍVEL</b>	<b>1999-2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008*</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Total</b>
Técnico	813					813
Graduação	1.813	432	-	467	213	2925
MSc	911	217	-	213	114	1455
DSc	329	71	-	150	81	631
<b>Total</b>	<b>3.866</b>	<b>720</b>	<b>-</b>	<b>830</b>	<b>408</b>	<b>5.824</b>

Fonte: PRH/CTC

\* Em 2005 e 2008, não houve concessão de novas bolsas, tendo os orçamentos desses exercícios garantido a continuidade das bolsas vigentes.

*Tabela 11.2. Evolução dos Investimentos Realizados no Período de 1999-2010 (R\$1,00)*

<b>Ano</b>	<b>PRH-ANP/MCT Nível Superior Recursos CT-PETRO (*)</b>	<b>PRH-ANP/MCT Nível Superior Recursos PETROBRAS</b>	<b>PRH-ANP/MEC Nível Técnico Recursos ANP</b>	<b>TOTAL</b>
Acumulado 1999-2006	112.601.638		5.347.189	117.948.827
2007	27.000.000			27.000.000
2008	19.400.000			19.400.000
2009	20.000.000	6.122.750		26.122.750
2010	20.500.000	8.654.774		29.154.774
<b>Total</b>	<b>199.501.638</b>	<b>14.777.525</b>	<b>5.347.189</b>	<b>219.626.352</b>

Fonte: PRH/CTC

(\*) Inclui em 1999 R\$ 538.778,00 de aporte de recursos orçamentários da ANP

Em conformidade com as normas vigentes, o PRH é avaliado anualmente por meio de reuniões dos coordenadores e professores visitantes de todos os programas com a participação da ANP, e da Reunião Anual de Avaliação, quando são apresentados pelos bolsistas,

em forma oral ou em pôsteres, os trabalhos que estão sendo desenvolvidos. Os trabalhos são avaliados por especialistas da ANP e de outras entidades do setor.

O XII Encontro de Coordenadores e Pesquisadores Visitantes do Programa, realizado em 2010, contou com a participação dos coordenadores e professores visitantes de todos os programas e de técnicos da ANP, convidados do MCT e profissionais do setor.

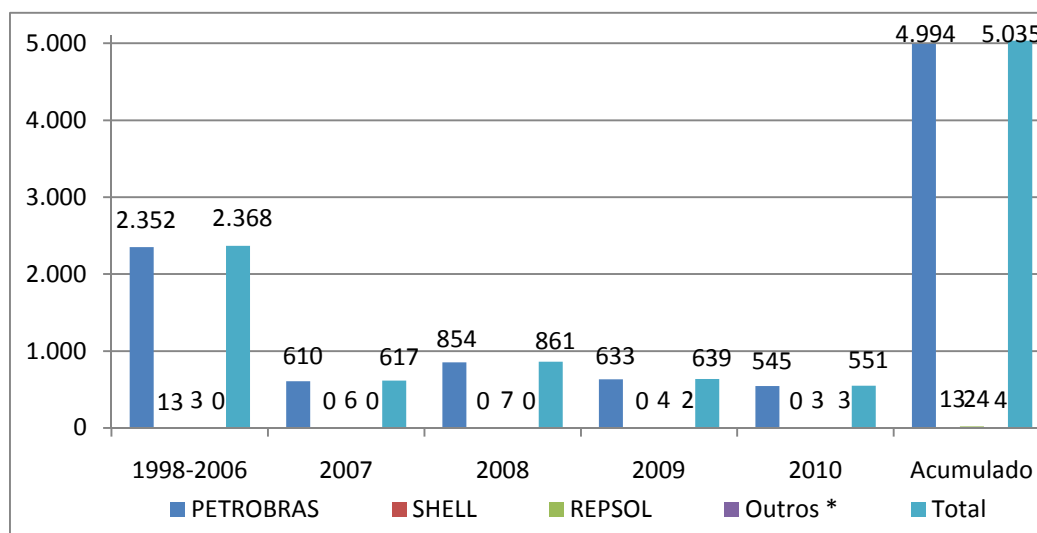
A avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelos bolsistas foi realizada nas 6 (seis) reuniões regionais, tendo sido avaliados 340 trabalhos de alunos bolsistas.

#### 11.1.2. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CLÁUSULA DE INVESTIMENTOS EM P&D

Os contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, assinados a partir de 1998 contêm cláusula estabelecendo que, caso a Participação Especial seja devida para um campo em qualquer trimestre do ano calendário, o concessionário será obrigado a realizar despesas qualificadas como Pesquisa e Desenvolvimento em valor equivalente a 1% da Receita Bruta da produção para tal campo. A referida cláusula, conhecida como *Cláusula de P&D*, dispõe ainda que, no mínimo, 50% dos recursos devem ser aplicados em instituições de P&D credenciadas pela ANP para esse fim, enquanto o restante poderá ser aplicado em despesas qualificadas como pesquisa e desenvolvimento, executadas em instalações próprias dos concessionários ou de empresas afiliadas.

Em 2010, apresentaram obrigação de investimentos em P&D os concessionários *PETROBRAS*, *SHELL*, *REPSOL* e *STATOIL*, conforme pode ser observado no Gráfico 1, que apresenta também a evolução dos recursos gerados no período 1998-2010.

Gráfico 11.1. Valores anuais das obrigações por concessionário (R\$ milhões)



(Obs.: Os dados de 2010 correspondem aos valores apurados até o 3º trimestre. Os dados referentes ao 4º trimestre ainda não foram disponibilizados pela SPG)

Fonte: SPG/ANP

A cláusula de investimentos em P&D foi regulamentada pela ANP pelos seguintes atos:

Resolução ANP nº 33/2005, que aprovou o Regulamento Técnico ANP nº 5/2005 que estabelece as diretrizes e critérios para a aplicação dos recursos e para a fiscalização dos investimentos;

Resolução ANP nº 34/2005, que aprovou o Regulamento Técnico ANP nº 6/2005 que dispõe sobre os requisitos e procedimentos para credenciamento das Instituições de P&D.

Com base no que estabelecem os citados Regulamentos, a CTC desenvolve as seguintes atividades:

- Concessão de Autorização Prévia;
- Fiscalização dos Investimentos realizados; e
- Credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento.

#### 11.1.3. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA

De acordo com o item 8.2 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, algumas modalidades de despesas somente podem ser admitidas como Pesquisa e Desenvolvimento, para efeito do cumprimento da cláusula de investimentos, mediante autorização prévia da ANP.

Para tanto, os concessionários submetem os projetos sujeitos à autorização prévia à apreciação da ANP, cabendo à CTC proceder a análise técnica dos mesmos e verificar a sua pertinência e enquadramento nos requisitos estabelecidos no Regulamento Técnico ANP Nº 5/2005. No processo de análise, a CTC conta com a participação de especialistas das Superintendências, Coordenadorias e Núcleos da ANP.

Em 2010 foram concedidas autorizações prévias a 110 (cento e dez) projetos, no montante total de R\$ 381,7 milhões (trezentos e oitenta e um milhões e setecentos mil reais). A tabela 3 apresenta a evolução, por concessionário, do número de projetos e do valor dos investimentos autorizados.

*Tabela 11.3. Investimentos em P&D – Número de Projetos e Valor Autorizado por Concessionário (Valores em R\$ mil)*

Concessionário	Investimentos Autorizados						Total Acumulado	
	2006-2008		2009		2010		Projetos	Valor
	Projetos	Valor	Projetos	Valor	Projetos	Valor		
PETROBRAS	524	1.493.740	73	192.225	108	378.576	705	2.064.541
REPSOL	2	2.417	0	-	2	3.120	4	5.537
SHELL	3	13.924	0	-	0	-	3	13.924
STATOIL	0		1	2.334	0	-	1	2.334
<b>TOTAL</b>	<b>529</b>	<b>1.510.080</b>	<b>74</b>	<b>194.559</b>	<b>110</b>	<b>381.697</b>	<b>713</b>	<b>2.086.337</b>

Fonte: CTC/ANP

Os dados indicam o concessionário *PETROBRAS* como o principal investidor, sendo responsável por 99% dos recursos autorizados pela ANP. A Tabela 4 apresenta o volume de investimentos autorizado no período 2006-2010, por tipo de despesa.

*Tabela 11.4. Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Tipo de Despesa (Valores em R\$ mil)*

Tipo de Despesa	Investimentos Autorizados						Acumulado no Período			
	2006-2008		2009		2010		Total de Projetos		Valor Total	
	Proj.	Valor	Proj.	Valor	Proj.	Valor	Qtde.	% s/ total	Valor Total	% s/ total
Gestão Tecnológica	2	527	0	0	3	2.340	5	0,7	2.867	0,1
Recursos Humanos	4	240.285	7	24.032	10	199.690	21	2,9	464.007	22,9
Laboratórios	458	1.209.912	46	150.342	77	154.777	581	81,5	1.515.032	72,6
Pessoal admin. e técnico-operacional	1	4.656	1	286	0	0	2	0,3	4.943	0,2
P&D em TIB	11	10.734	5	3.984	2	508	18	2,5	15.226	0,7
P&D em Energia	53	43.966	15	15.914	18	24.382	86	12,1	84.262	4,0
<b>Total</b>	<b>529</b>	<b>1.510.081</b>	<b>74</b>	<b>194.559</b>	<b>110</b>	<b>381.697</b>	<b>713</b>	<b>100,0</b>	<b>2.086.337</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CTC/ANP

Conforme pode ser observado na tabela acima, em valores acumulados, os projetos de investimentos submetidos à autorização prévia da ANP alcançaram em 2010 o montante de R\$ 2.086.337.739,25 (dois bilhões, oitenta e seis milhões, trezentos e trinta e sete mil e setecentos e trinta e nove reais vinte e cinco centavos) sendo que, deste valor, 72,6% referem-se a investimentos em infra-estrutura laboratorial e 22,9% a investimentos na formação de recursos humanos. No que se refere à formação de recursos humanos, cabe destacar a alocação de recursos referentes aos investimentos realizados no Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQP, vinculado ao Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo – PROMINP, no montante de R\$ 426,7 milhões. Estão ainda incluídos no item Formação de Recursos Humanos os valores e os recursos incorporados ao programa PRH-ANP, todos apoiados pela PETROBRAS.

O PNQP/PROMINP previa qualificar, no período 2007-2010, por meio da 3ª Revisão do Plano, 93.499 profissionais, sendo: i) nível básico, 58.280; ii) nível médio, 22.155; iii) nível técnico, 2.646; iv) inspetor, 4.208; e, v) nível superior, 6.210. Os cursos são ministrados em 17 estados brasileiros, nas regiões onde estão sendo realizados investimentos do setor de petróleo e gás natural. Em 2010, a ANP autorizou a qualificação de mais 57.483 profissionais, por meio da 4ª Revisão do Plano, sendo i) nível básico, 48.559; ii) nível médio, 6.669; iii) nível técnico, 1.045; iv) nível superior, 1.210. Os cursos são ministrados em 16 estados brasileiros, nas regiões onde estão sendo realizados investimentos do setor de petróleo e gás natural.

As duas tabelas abaixo apresentam os dados da 3ª Revisão do Plano referentes ao número de alunos qualificados e aos investimentos realizados nos exercícios de 2007, 2008, 2009 e 2010. Ainda não há Relatórios de Realizações sobre a 4ª Revisão do Plano.

*Tabela 11.5. Investimentos em P&D relativos ao PNQP/PROMINP Número de Alunos Qualificados (\*)*

Nível	Nº de alunos previsto	Alunos Qualificados					
		2006 / 2007	2008	2009	2010	Acumulado	% s/ previsto
Superior	6.210	1.078	2.166	1.288	415	4.947	79,7
Técnico	2.646	150	365	257	117	889	35,0
Inspetor	4.208	537	551	112	78	1.278	29,0
Médio	22.155	4.101	3.375	3.841	890	12.207	55,0
Básico	58.280	5.321	10.812	11.951	6.299	34.383	58,0
<b>Total</b>	<b>93.499</b>	<b>11.187</b>	<b>17.269</b>	<b>17.449</b>	<b>3.528</b>	<b>53.704</b>	<b>56,0</b>

(\*) Número de alunos que concluíram os cursos com aproveitamento. Não inclui alunos evadidos, reprovados e demais perdas ao longo do curso.

Fonte: PROMINP



*Tabela 11.6. Investimentos em P&D relativos ao PNQP/PROMINP (R\$1,00)*

Item de Despesa	Valor Orçado	2006/2007	2008	2009	2010	Valor Acumulado	% s/ previsto
Contratos, Serviços e Outros Pagamentos	166.221	23.054	47.439	52.531	13.208	123.024	74,0%
Pagamento de Bolsas	51.442	8.255	16.716	14.425	2.889	39.397	76,6%
Custo de Gestão	11.060	6.476	3.611	3.815	308	13.901	125,7%
<b>TOTAL</b>	<b>228.723</b>	<b>37.785</b>	<b>67.766</b>	<b>70.771</b>	<b>16.406</b>	<b>176.322</b>	<b>77,1%</b>

Fonte: PROMINP

Observa-se nas duas tabelas acima a existência de uma defasagem no que se refere à execução do programa, cuja conclusão era prevista para 2009. Essa defasagem deveu-se às dificuldades encontradas para a formação das turmas iniciais, repercutindo sobre o cronograma das etapas seguintes.

A Tabela seguinte, que apresenta os investimentos autorizados pela ANP alocados por área, indica uma concentração dos investimentos na área de produção, com 26,3% do total, enquanto as autorizações concedidas para alocação no PNPQ/PROMINP, respondem por 20,5% do volume total de recursos destinados a projetos sujeitos à autorização prévia.

*Tabela 11.7. Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Área (R\$ mil)*

Área	Investimentos Autorizados			Total Acumulado	
	2006 - 2008	2009	2010	Valor	% s/ Total
Exploração	135.143	10.139	23.149	168.431	8,1
Produção	463.284	30.309	54.360	547.953	26,3
Abastecimento	203.550	54.184	37.446	295.180	14,1
Gás, Energia, Meio Ambiente	158.057	32.027	42.516	232.600	11,1
Gestão/ Inovação	4.507	231	0	4.738	0,2
Núcleo Multiáreas	178.427	5.572	5.492	189.491	9,1
Outros	60.438	62.097	98.734	221.270	10,6
PROMINP/PNQP	306.674	0	120.000	426.674	20,5
<b>Total</b>	<b>1.510.080</b>	<b>194.559</b>	<b>381.697</b>	<b>2.086.337</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CTC/ANP

No que se refere à distribuição regional dos recursos autorizados, verifica-se uma forte concentração dos investimentos na região Sudeste (64,1%), seguida das regiões Nordeste (18,9%), Sul (10,2%), Norte (3,2%) e Centro-Oeste (1,6%).

Tabela 11.8. Investimentos em P&D – Projetos Autorizados por Região (R\$ mil)

Região	Investimentos Autorizados				Total Acumulado	
	2006/2008	2009	2010	PNQP / PRO-MINP	Valor	% s/ Total
Sudeste	859.267	124.036	151.064	202.799	1.337.166	64,1
Nordeste	208.341	24.755	67.182	93.363	393.641	18,9
Sul	130.817	3.500	31.800	45.659	211.775	10,2
Norte	62.058	210	100	5.291	67.659	3,2
Centro-Oeste	20.876	6.873	3.428	1.611	32.787	1,6
Não-especificado	0	35.186	8.123	0	43.309	2,1
<b>Total</b>	<b>1.281.358</b>	<b>194.559</b>	<b>261.697</b>	<b>348.723</b>	<b>2.086.337</b>	<b>100,0</b>

Fonte CTC/ANP

#### 11.1.4. FISCALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

Conforme determina a cláusula de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, os concessionários devem fornecer à ANP, anualmente, relatório completo das despesas qualificadas com Pesquisa e Desenvolvimento realizadas no exercício anterior, incluindo descrição dos aspectos técnicos e documentação auxiliar.

A análise técnica dos relatórios demonstrativos é realizada pelos técnicos da CTC, conjuntamente com técnicos das Superintendências, Coordenadorias e Núcleos da ANP, cujas áreas de atuação e especialização sejam afins com o tema dos projetos de P&D em análise, compreendendo as seguintes fases:

Verificação das despesas para atendimento ao previsto nos contratos de concessão e no Regulamento Técnico ANP N° 5/2005, classificando-se os projetos como enquadrados ou não enquadrados;

Realização de visitas técnicas às instalações dos concessionários ou das instituições de P&D onde foram executadas as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, com o objetivo de verificar a execução dessas atividades, assim como confirmar informações ou obter informações adicionais sobre os dados constantes nos relatórios demonstrativos anuais;

Elaboração do Parecer Técnico conclusivo, que é encaminhado para manifestação da PRG e, em seguida, para apreciação da Diretoria Colegiada, com a conseqüente deliberação sobre o valor reconhecido dos investimentos realizados e, se for o caso, sobre o valor do saldo apurado.

No exercício de 2010, deu-se continuidade aos trabalhos de conclusão de análise e elaboração dos relatórios finais do concessionário *PETROBRAS* referentes aos exercícios de 2005 e 2006, tendo sido elaborado o Parecer Técnico para apreciação da Diretoria.

Naquele ano, ainda, foram realizados os pareceres técnicos sobre o recurso apresentado pelo concessionário *PETROBRAS* contra a Resolução de Diretoria referente aos Relatórios Demonstrativos de 1998 a 2004 e concluídas as análises dos Relatórios Demonstrativos de Despesas de 2008 do concessionário *SHELL* e de 2007 e 2008 do concessionário *REPSOL*.

Considerando o expressivo número de projetos que compõem os relatórios demonstrativos da *PETROBRAS* (2.390 em 2006, 1.476 em 2007, 1.686 em 2008 e 1.671 em 2009); considerando ainda que a maior parte dos projetos está inserida em dois ou mais relatórios demonstrativos, na medida em que seu tempo de execução, em geral, é superior a dois anos e que ainda não se dispõe de um sistema informatizado para o acompanhamento dos projetos,

em 2010, iniciou-se o processo de análise técnica dos Relatórios Demonstrativos referentes aos exercícios de 2007, 2008 e 2009 de forma integrada, buscando, assim, obter maior qualidade na análise dos projetos que vêm sendo desenvolvidos com os recursos provenientes da obrigação contratual.

#### 11.2. CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE P&D

O credenciamento das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento junto à ANP constitui condição essencial para que o concessionário possa nelas investir recursos provenientes da obrigação de investimentos em P&D.

O processo de credenciamento está definido no Regulamento Técnico nº 06/2005, aprovado pela Resolução ANP nº34/2005, e representa o reconhecimento formal, por parte da ANP, de que a instituição possui competência técnica para atuar em áreas de relevante interesse em P&D para o setor, na formação de recursos humanos, assim como de que possui, também, infra-estrutura e condições operacionais adequadas para a execução das atividades de P&D.

A Resolução nº 33/2005 aprova o Regulamento Técnico que define as normas referentes à realização dos investimentos em P&D e sua prestação de contas. Conforme seu artigo 4º, ficou estabelecido que, em caráter temporário e até que a ANP tenha um conjunto de instituições credenciadas, o concessionário pode realizar despesas com Pesquisa e Desenvolvimento nas Instituições que tenham recebido recursos financeiros do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás - CT-PETRO, criado no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia. Esse mecanismo permitiu que os investimentos continuassem a ser realizados normalmente, enquanto a ANP criava as condições internas para implantar efetivamente o processo de credenciamento.

Desde o seu efetivo início, em 28 de janeiro de 2008, após a conclusão de sistema informatizado, foram protocolizadas 131 solicitações de credenciamento junto a ANP, sendo que, desse total, 16 solicitações foram protocolizadas em 2010.

No ano de 2010 foram concedidos 8 credenciamentos a instituições, totalizando 49 processos de credenciamento concluídos, abrangendo todas as instituições que nunca receberam recursos do fundo CTPETRO (“instituições entrantes”), ou seja, instituições capacitadas, porém fora do critério temporário estabelecido pelo artigo 4º da Resolução ANP nº 33/2005 e que necessitam do credenciamento para se habilitarem ao recebimento de recursos oriundos da Cláusula de P&D.

Decorridos cinco anos da edição do Regulamento 06/2005 e três anos de sua efetiva implantação, observou-se a necessidade de adequação do processo de credenciamento, que vem apresentando dificuldades tanto de ordem conceitual como operacional.

No que se refere ao aspecto de ordem conceitual, ressalta-se, por exemplo, o credenciamento por grupos de serviços com descrição de serviços tecnológicos, conceito não usual entre pesquisadores. Quanto ao aspecto operacional, o modelo de credenciamento do regulamento atual vem se mostrando muito pouco eficaz, com excesso de exigências, resultando na extrapolção dos prazos máximos regulamentares.

Dessa forma, no final de 2010 foi concluída a minuta de revisão do atual regulamento e seus anexos, de forma a conferir maior agilidade ao processo, tornando-o mais adequado tanto à realidade da CTC/ANP, quanto à realidade do setor de ciência e tecnologia (C&T) nacional, sob o ponto de vista operacional, tendo em vista, inclusive, os sistemas de avaliação e credenciamento já adotados pelo MCT e pelo MEC.

Em complemento, também teve início em 2010 a elaboração de novo sistema informatizado junto ao NIN. O novo sistema deverá disponibilizar aos usuários - instituição solicitante de credenciamento e ANP, uma ferramenta operacionalmente mais eficiente, conferindo maior celeridade e eficiência aos processos de credenciamento.

### 11.3. APOIO TÉCNICO AO CT-PETRO/MCT

Entre as atribuições da ANP está a de dar apoio técnico ao Ministério de Ciência e Tecnologia na formulação e na administração dos programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, quando financiados com recursos provenientes dos *royalties* (Lei 9.478, art.49, parágrafo 2º).

Desta forma, a atuação da CTC consiste em apoiar a Diretoria em sua participação no Comitê de Coordenação do CT-PETRO, dando respaldo técnico nas ações relacionadas ao setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, e atuar junto à FINEP e CNPq dando apoio na elaboração de Editais e na avaliação de projetos e seus resultados.

A CTC participa ainda, a convite da FINEP, dos comitês de avaliação para seleção de projetos apresentados em concorrência às chamadas públicas para financiamento de P&D.

## 12. MEIO AMBIENTE

### 12.1. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Visando à articulação com os agentes governamentais e econômicos referente às questões ambientais, a Coordenadoria de Meio Ambiente - CMA acompanhou as discussões para a definição de políticas públicas na área ambiental, relacionadas com a atuação da Agência, ocorridas ao longo do ano de 2010. Este acompanhamento se deu através da indicação de representantes institucionais no Comitê Temático de Meio Ambiente do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), através da participação desses representantes em Grupos de Trabalho de discussão de temas ambientais de interesse para o setor de petróleo e gás natural, bem como em outros fóruns de discussão temática em âmbito interministerial ou interinstitucionais nacionais e estaduais.

A participação dos representantes indicados pela CMA ocorre sempre de forma articulada com as demais superintendências que possuem afinidade com os temas em discussão nos diversos fóruns. Assim, foi estabelecida uma dinâmica de troca de informações, de maneira que a CMA acompanha o andamento dos trabalhos nesses fóruns, sendo responsável pela definição dos posicionamentos assumidos em nome da ANP, com o objetivo de influenciar na criação de políticas e regulamentações que incorporem a realidade do setor de petróleo e gás e reflitam os interesses da sociedade e do mercado.

#### 12.1.1. INVENTÁRIO NACIONAL DE FONTES MÓVEIS

A Portaria do Ministério de Meio Ambiente (MMA) n.º 336, de 22 de setembro de 2009, instituiu grupo de trabalho (GT) com o objetivo de elaborar o primeiro inventário nacional de emissões para veículos pesados, leves e motocicletas. O referido GT foi coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e inclui a ANP em sua composição. Técnicos da SBQ (Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade) e da CMA (Coordenadoria de Meio Ambiente) representaram a ANP neste GT.

O **1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários** representa um subsídio valioso para a atuação da esfera Federal, dos Estados, dos Municípios e da própria sociedade no planejamento, implantação e acompanhamento de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade ambiental e à mitigação das mudanças climáticas. Destaca-se que a ANP sediou em 25/03/2010 o lançamento nacional deste primeiro inventário. O documento em questão totalizou as emissões de fontes móveis, modal rodoviário, de 1980 a 2009, e suas projeções até 2020, para o Brasil e para as principais regiões metropolitanas brasileiras.

#### 12.1.2. PARTICIPAÇÃO NOS PROJETOS DA CÂMARA TÉCNICA DE MEIO AMBIENTE DO PROMINP

A Câmara Técnica de Meio Ambiente (CTMA) do Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural – PROMINP criou os Projetos de Meio Ambiente 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08. Para cada um deles a ANP indicou representantes que vem atuando efetivamente através de participação em reuniões e demais eventos associados a cada um desses programas.

A CMA representou a ANP, através da participação nos grupos de discussão dos Projetos MA07 – “Padronização, harmonização e aperfeiçoamento do licenciamento ambiental de empreendimentos do setor de petróleo e gás”, e MA08 – “Desenvolvimento das bases ambi-

entais para o planejamento dos leilões para concessão dos blocos exploratórios”, durante reuniões que aconteceram no ano de 2010.

A partir das discussões, envolvendo representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), da ANP, do MMA, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) e da PETROBRAS, foram elaboradas minutas de Decretos para encaminhamento à Casa Civil, relativos, respectivamente, ao “licenciamento ambiental federal das atividades e empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural situados no ambiente marinho e em zona de transição terra-mar”, e “instituição da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar - AAAS, prévia ao processo de outorga de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, localizados nas bacias sedimentares marítimas e terrestres”.

#### 12.1.3. PLANO NACIONAL DE CONTINGÊNCIA – PNC

A CMA representou a ANP, através da participação nas discussões para a elaboração do “Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo nas Águas Jurisdicionais Brasileiras”, em conjunto com representantes do MME.

As discussões sobre o PNC aconteceram ao longo do ano de 2010, tendo se chegado a um documento bastante evoluído a partir do qual deverão ser definidas outras ações para o grupo no ano de 2011.

#### 12.1.4. CONSELHO ESTADUAL DE GEODIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Representante da CMA/ANP participou como conselheiro de vários eventos do Conselho Estadual de Geodiversidade do Estado do Amazonas, durante o ano de 2010, a saber:

Participação nas Reuniões Ordinárias do Conselho Estadual de Geodiversidade do Estado do Amazonas.

Palestra - Diretrizes para Exploração, Produção e Transporte de Óleo e Gás na Amazônia, fevereiro de 2010, na SDS/AM.

Palestra - A oferta de blocos para a atividade de E&P de petróleo e gás natural na RDS do Cujubim, junho de 2010, na SDS/AM.

Preparação de Nota Técnica (NT) sobre a “Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Cujubim – Amazonas” - encaminhada ao CEGEO, e aprovada na 5ª Reunião Ordinária, em 21 de junho de 2010. A NT recomendou a liberação da oferta de áreas para a exploração e produção de petróleo e gás natural, com sobreposição à Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Cujubim, em futuras rodadas de licitação da ANP.

#### 12.1.5. CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SDS/AM

Por solicitação da Secretária de Estado de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (SDS/AM) do estado do Amazonas, a CMA/ANP organizou o Seminário “Atividades *Onshore* de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural”, realizado nos dias 5 a 7 de julho de 2010, onde foram ministradas, por técnicos de diversas áreas da ANP, palestras sobre as atividades de exploração e produção de petróleo e gás e os impactos ambientais e socioeconômicos dessas atividades em ambientes de floresta tropical.

O evento contou ainda com a realização de uma visita de todos os participantes ao Pólo Arara, empreendimento da PETROBRAS na Amazônia, onde se pode acompanhar *in loco* a realização de uma campanha de aquisição de dados sísmicos na floresta.

#### 12.1.6. REVISÃO DOS PADRÕES DE QUALIDADE DO AR NO ESTADO DE SÃO PAULO

A Resolução Conjunta das Secretarias de Estado da Saúde e do Meio Ambiente - SES-SMA-004, de 01 de dezembro de 2009, instituiu grupo de trabalho com o objetivo de apresentar proposta de alteração dos padrões de qualidade do ar e para o aprimoramento da gestão integrada da qualidade do ar no Estado de São Paulo, onde a ANP teve sua participação com a presença de técnicos da CMA e da Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade do Produto (SBQ)

O Grupo de Trabalho foi coordenado pelas Secretarias de Estado da Saúde (SES) e do Meio Ambiente (SMA) de São Paulo e incluiu a ANP em sua composição. Em 2010, o GT consolidou proposta que inclui metas intermediárias para o alcance dos novos padrões de qualidade do ar, considerando as principais fontes emissoras e respectivos riscos de danos à saúde. O estabelecimento de novos padrões de qualidade do ar para o Estado de São Paulo é o primeiro marco para uma futura revisão dos padrões estabelecidos em âmbito nacional.

#### 12.1.7. PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE CO<sub>2</sub> NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

A ANP, através da Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), participa de grupo técnico interinstitucional responsável pela organização do Primeiro Congresso Brasileiro de CO<sub>2</sub> na Indústria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Considerando a importância do tema Mudanças Climáticas e os compromissos já assumidos pelo governo brasileiro frente às reduções das emissões de gases de efeito estufa, o 1º Congresso Brasileiro de CO<sub>2</sub> na Indústria do Petróleo, Gás e Biocombustíveis terá como objetivo mapear a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em captura, transporte, armazenamento e conversão de CO<sub>2</sub>. O Congresso será realizado em abril de 2011 na cidade do Rio de Janeiro.

#### 12.1.8. PLANO DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA RÁPIDA A INCIDENTES COM PRODUTOS QUÍMICOS PERIGOSOS (P<sub>2</sub>R<sub>2</sub>)

Participação de representante da CMA/ANP em reuniões do Plano de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a incidentes com produtos químicos perigosos (P<sub>2</sub>R<sub>2</sub>), nos dias 02, 03, 23, 24, 31/8 e 01/09 na Secretaria de Petróleo e Gás do Ministério de Minas de Energia SPG/MME, para colaboração aos textos dos Planos de Apoio a Emergências (PAE) Estadual e Federal, em elaboração pelo MMA.

Deve-se observar a relevância deste trabalho devido a estabelecer organograma, árvore de decisões e ações de resposta a todos os eventos de incidentes por produtos químicos (incluindo-se os hidrocarbonetos) nos modais rodoviário, ferroviário, aquaviário, dutos e armazenamento.

#### 12.1.9. PARTICIPAÇÕES EM AUDIÊNCIAS CONVOCADAS PELA JUSTIÇA FEDERAL OU MINISTÉRIO PÚBLICO

Audiência referente à Ação Civil Pública nº 2006.33.10.001862-0 / Ação Cautelar nº 2006.33.10.001441-3, em Eunápolis (BA), relativa à exclusão da região dos bancos de Abro-

lhos, Royal Charlotte e adjacências, em um raio de 50km, de qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos. A CMA/ANP concedeu ainda apoio a todas as empresas com áreas sujeitas às penalidades decorrentes desta Ação e prestou apoio técnico à Procuradoria Geral da ANP, preparando Notas Técnicas que subsidiaram o recurso impetrado pela PRG/ANP junto ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Este trabalho conjunto entre a Procuradoria Geral da ANP e a CMA resultou no recolhimento do recurso da ANP e conseqüente suspensão da decisão da Justiça Federal de Eunápolis/BA, permanecendo, portanto o direito de exploração e produção de petróleo e gás nas áreas já concedidas e com contrato em andamento localizadas na área da ACP.

#### 12.1.10. COLABORAÇÃO COM O PLANO NACIONAL DE OUTORGA FLORESTAL - PAOF

Colaboração ao Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (SFB/MMA) sobre áreas de interesse para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás para subsidiarem na elaboração do Plano Nacional de Outorga Florestal 2011. Este trabalho visa evitar conflitos das áreas de interesse do setor de petróleo e gás e das florestas a serem concedidas.

### 12.2. 2. ATIVIDADES TÉCNICAS

#### 12.2.1. 2.1. ELABORAÇÃO DE *CHECK-LISTS* DE MEIO AMBIENTE PARA APOIO ÀS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE E&P *ONSHORE*

De acordo com os objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico de Meio Ambiente da ANP, a CMA em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP), da Superintendência de Definição de Blocos (SDB) e da Superintendência de Exploração (SEP) responsabilizou-se pela elaboração de *check-lists* de Meio Ambiente para apoio às ações de fiscalização das atividades de E&P *onshore*. Tal iniciativa é de extrema importância para a ANP, uma vez que estabelece objetivamente e sistematiza o levantamento dos aspectos ambientais a serem avaliados em campo. Ademais, fortalece a atuação ambiental desta ANP, conforme definido na Lei do Petróleo.

Adicionalmente, a partir dos trabalhos conjuntos de vistorias em campo para validação dos documentos de *check-lists*, a CMA iniciou o trabalho de consolidação de um protocolo para o envio das informações sobre não-conformidades ambientais aos órgãos ambientais de meio ambiente.

#### 12.2.2. IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – LIAM

Revisão e implementação do software de cadastro de licenças ambientais de instalações do *downstream* – LIAM

#### 12.2.3. CRIAÇÃO DO SISTEMA DE LICENÇAS AMBIENTAIS – WEB-SLAM

A CMA e o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP) vêm trabalhando no desenvolvendo do Sistema de Licenças Ambientais em formato WEB (WEB-SLAM).

Trata-se de um projeto que tem por objetivo disponibilizar um espaço georreferenciado com as informações relacionadas aos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, localizados nas



bacias sedimentares brasileiras. O referido projeto conta atualmente com o auxílio do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) assim como das concessionárias, no que se refere ao envio dos arquivos em formato *shape* das áreas objeto de licenciamento ambiental, e de informações sobre o processo de licenciamento dos blocos e campos marítimos licenciados pelo IBAMA nos anos de 2000 até 2010.

No momento, o projeto encontra-se na fase consolidação das informações enviadas pelas concessionárias, para a futura homologação e disponibilização no sítio eletrônico do BDEP/ANP.

#### 12.2.4. OUTRAS ATIVIDADES

##### a. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE PLATAFORMAS RELATIVA À SEGURANÇA OPERACIONAL E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, ENVIADA PARA A ANP, POR SOLICITAÇÃO DA CSO.

A CMA procedeu à análise do material das empresas operadoras, enviado em atendimento ao ofício ANP/CSO, referentes ao conteúdo de infraestrutura de resposta a emergências das atividades de perfuração, tais como análise de risco, simulados procedidos e capacidade de resposta a incidentes com derrame de óleo em águas jurisdicionais brasileiras, envolvendo os respectivos Planos de Emergência Individual (PEIs). Empresas com material analisado: *OGX, DEVON, CHEVRON ESSO, SHELL, ANADARKO, REPSOL e STATOIL*.

A CMA propôs a criação de um Sistema de Cadastramento/Formulário com informações diversas relacionadas à Capacidade de Resposta das operadoras em atividade nas águas jurisdicionais brasileiras, a ser preenchido e entregue por meio digital, inicialmente no período do Plano Exploratório Mínimo (PEM);

##### b. REGISTRO E RECOMENDAÇÕES RELATIVAS À REUNIÃO SOBRE O PROCESSO DE CESSÃO DE DIREITOS DOS BLOCOS BM-C-32, BM-C-34 E DO CAMPO DE POLVO DA OPERADORA *DEVON* PARA A EMPRESA *BP*;

#### 12.3. MISSÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

##### 12.3.1. MISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE SEPARAÇÃO DE CO<sub>2</sub> DO GÁS NATURAL

Tendo em vista os esforços necessários a serem empreendidos pela indústria de petróleo e gás natural frente às mudanças climáticas, e com vistas à definição do papel da ANP frente ao tema, a ANP realizou missão técnica para avaliação do sistema de separação de CO<sub>2</sub> de gás natural, implementado na planta de Yates, empresa *Kinder Morgan*, na cidade de Iraan, no estado americano do Texas.

O objetivo principal da missão foi ampliar o seu conhecimento sobre o processo de remoção de CO<sub>2</sub> do gás natural através de membranas, à luz daquele que será utilizado em campos do Pré-Sal.

##### 12.3.2. FÓRUM LATINO AMERICANO

Representando a Diretoria 2 da ANP, a CMA participou do “Fórum Latino Americano” (*Latin American Forum*), na Cidade do Panamá - 21 a 24 de março de 2010, a convite da *Jackson School of Geosciences*, da Universidade do Texas em Austin, onde foi apresentada a palestra “*Oil and Gas Development in Brazil*”.

### 12.3.3. MISSÃO DA ANP À NORUEGA

Viagem à Noruega, realizada entre os dias 04 a 12 de junho de 2010, para a discussão de aspectos relacionados à estrutura do setor de óleo e gás no país; o sistema de concessão de blocos exploratórios; as avaliações de impacto ambiental (integrada, regional e de projetos específicos); a abordagem ambiental da atividade sísmica; o papel do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Ambiental (KLIF); e a estrutura integrada de resposta a emergências.

Foram visitadas as sedes da *Statoil* em Stavanger e Oslo, incluindo os setores “Exploration and Production Norway Business Area”, “Technology and New Energy Business Area” e “International Exploration and Production Business Area”; a “Norwegian Petroleum Directorate”; a “Norwegian Clean Seas Association for Operating Companies” (NOFO), incluindo o depósito de equipamentos de contingência; o Ministério do Petróleo e Energia (MPE); e a *Petoro*.

### 12.3.4. SECOND INTERNATIONAL UPSTREAM FORUM IN STAVANGER

Participação no “*Second International Upstream Forum in Stavanger*” – 23 de agosto de 2010, a convite da agência reguladora norueguesa, “*Norwegian Petroleum Directorate*”, e das instituições correspondentes do Canadá – “*Nova Scotia Department of Energy*” e “*Newfoundland and Labrador Department of Natural Resources*”.

O fórum foi concebido como uma reunião informal para a troca de experiências entre representantes de governos e agências reguladoras, com foco na área de *upstream*. Os tópicos em discussão incluíram a gestão de dados geológicos, as políticas de licenciamento e as “melhores práticas” da indústria, entre outros. Estiveram presentes representantes do Canadá, Noruega, Reino Unido, México, Nigéria, Angola e Brasil.

A apresentação da ANP incluiu os seguintes temas: Política e Desenvolvimento regulatório na exploração em águas profundas; Acesso comum à infraestrutura; Políticas e práticas em Geociências; Condições de descomissionamento; Sistemas de concessão e licenciamento de direitos *offshore*; e Governança e estruturas regulatórias para o Petróleo *offshore*.

### 12.3.5. PLANTA DE PRODUÇÃO DE GNL DE MELKØYA – HAMMERFEST/NORUEGA

Visita à planta de produção de GNL de Melkøya – Hammerfest/Norway – 24 e 25 de agosto de 2010.

A planta é responsável pelo processamento e liquefação do gás natural oriundo do campo de Snovit, no mar de Barents, e tem como característica distintiva a separação e sequestro geológico do CO<sub>2</sub> resultante, em depósitos submarinos situados abaixo do reservatório de origem do gás natural.

### 12.3.6. SEMINÁRIO SOBRE SEGURANÇA OPERACIONAL NO OFFSHORE, EM LUANDA, ANGOLA

Seminário sobre Segurança Operacional no *Offshore*, em Luanda, Angola – dias 8 e 9 de novembro de 2010, a convite do Ministério dos Petróleos de Angola – Minpet, com a intermediação da PETROBRAS UN-Angola.

Na oportunidade foram discutidas questões referentes ao incidente do Golfo do México e os possíveis desdobramentos na área de segurança operacional *offshore*. Para tanto foram convidados representantes da *BP*, *Chevron*, *Esso*, *Statoil*, *PETROBRAS*, *Total*, *RSK-Nyala* (consultoria), além do próprio Ministério dos Petróleos e da *Sonangol*.

A apresentação da ANP, intitulada “O Sistema de Gestão de Segurança Operacional e a estrutura de resposta a incidentes com derramamento de óleo no mar no Brasil”, fez parte do 3º Painel – “Visão, Capacidade Nacional e Perspectivas Internacionais”.

#### 12.3.7. MOBEX 2010 - (INTERNATIONAL MOBILIZATION PREPAREDNESS & EXERCISE RESPONSE) OCORRIDO NA AMAZÔNIA – MANAUS/AM

Participação no MOBEX (*International Mobilization Preparedness & Exercise Response*) ocorrido na Amazônia – Manaus/AM. Foram realizadas várias apresentações técnicas e um exercício de resposta a derrame de óleo de nível internacional.

O evento, promovido pela *Clean Caribbean and Americas (CCA)*, com realização trianual foi realizado pela primeira vez no Brasil, tendo como anfitriã a PETROBRAS. Além da ANP, participaram outros órgãos do Governo Federal, a saber: Marinha do Brasil, IBAMA, Polícia Federal e Receita Federal.

#### 12.3.8. APRESENTAÇÕES EM CONGRESSOS

##### a. SPE INTERNATIONAL CONFERENCE ON HEALTH, SAFETY AND ENVIRONMENT IN OIL AND GAS EXPLORATION AND PRODUCTION (10HSE) – RIO DE JANEIRO/RJ

A CMA/ANP participou do *SPE International Conference on Health, Safety and Environment in Oil and Gas Exploration and Production* (10º HSE), realizado nos dias 12 a 14 abril de 2010, no Rio de Janeiro/RJ, com a apresentação do trabalho intitulado *The Definition of Guidelines for the E&P Activities in the Amazon Region*.

##### b. RIO OIL AND GAS EXPO AND CONFERENCE – RIO DE JANEIRO/RJ

A CMA/ANP participou do *Rio Oil and Gas Expo and Conference*, realizado nos dias 13 a 16 de setembro de 2010, no Rio de Janeiro, onde foi apresentado o trabalho “O licenciamento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil – a busca de uma abordagem integrada”.

##### c. SIMULADO DE EMERGÊNCIA TBG – BRASIL/BOLÍVIA

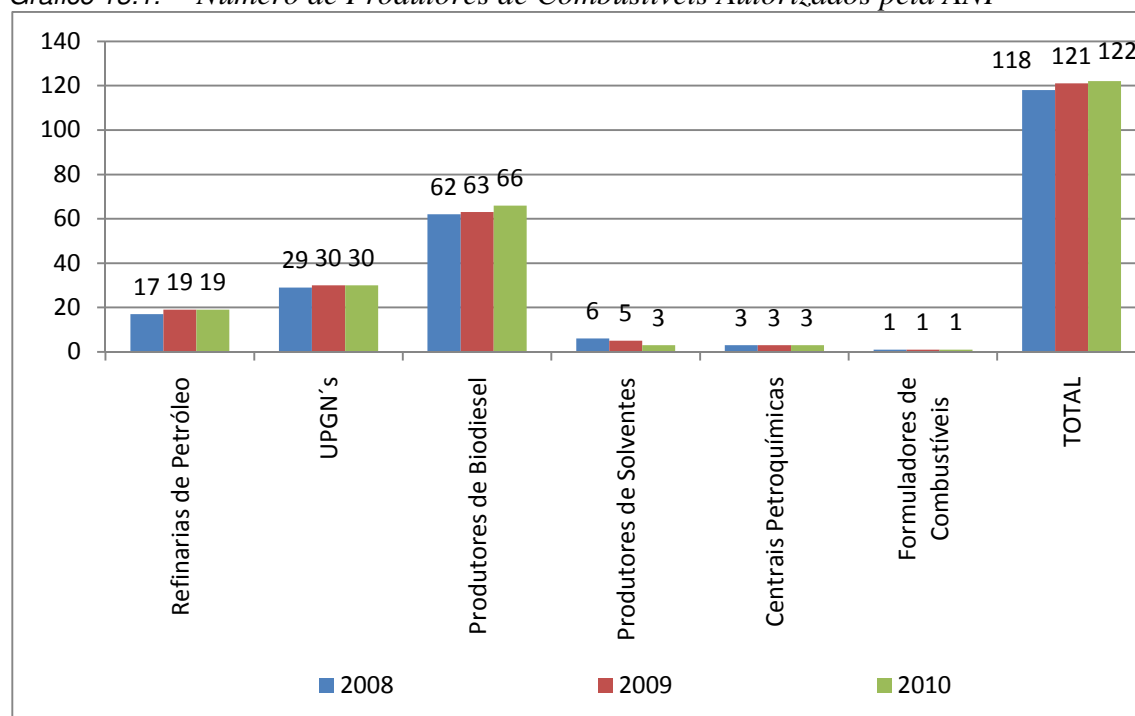
Participação no simulado para emergência realizado pela *Transportadora Brasileira de Gás* – Gasoduto Brasil-Bolívia, realizado no dia 12/08/2010, na Chácara São José, na região de Três Barras, Rodovia MS-040, Campo Grande – MS.

### 13. REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

O ano de 2010 demonstrou ser um ano de mudanças sob o aspecto regulatório do setor de refino e processamento de gás natural, com a publicação de 2 novas resoluções em substituição à Portaria ANP nº 28/99, que regulamentava as atividades do setor, e a aplicação de 46 autuações nos agentes regulados, motivadas, em sua maioria, pela não adequação à Resolução ANP nº 25/2008, que regulamenta a atividade de produção de biodiesel.

Após o fechamento deste exercício, a ANP contabilizou 122 agentes econômicos produtores de combustíveis, denominados: Refinarias de Petróleo, Unidades de Processamento de Gás Natural – UPGN, Produtores de Biodiesel, Produtores de Solventes, Centrais de Matérias-Primas Petroquímicas e Formuladores de Combustíveis.

Gráfico 13.1. Número de Produtores de Combustíveis Autorizados pela ANP



Fonte: SRP/ANP

Dando continuidade ao projeto “Atualização dos Ativos”, que visou confirmar a existência, a operação e as respectivas capacidades das instalações industriais autorizadas, foi criado, no primeiro semestre de 2010, um banco de imagens de mais de 600 fotos de refinarias de petróleo e de unidades de processamento de gás natural. As imagens foram solicitadas diretamente às empresas e são consideradas públicas, podendo ser utilizadas em relatórios e demais publicações da ANP. O conhecimento obtido em função do referido projeto, tem permitido um melhor acompanhamento do setor regulado, além de ter contribuído decisivamente para a construção de uma regulação mais atual e eficiente.

Com relação ao tema Segurança Operacional, a ANP realizou 5 vistorias específicas do programa “Operação Segura”, objetivando verificar “in loco” os itens de segurança, tais como: análise de risco e o gerenciamento destes; procedimentos operacionais; relacionamento e procedimentos com as contratadas; e plano de emergência e gerenciamento ambiental. As vistorias foram realizadas em instalações de refino de petróleo e produção de biodiesel. Cabe

destacar a elaboração do Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional de Refinarias de Petróleo.

Cabe ainda mencionar a melhoria promovida no Boletim Mensal do Biodiesel, importante fonte de divulgação de dados relativos ao biodiesel para a sociedade, sendo inclusive utilizado como fonte para a elaboração de outros relatórios internos e externos à ANP.

### 13.2. REGULAMENTAÇÃO

Em junho de 2010, foram publicadas as Resoluções ANP nº 16 e 17, de 10 de junho de 2010, que regulam, respectivamente, a atividade de refino de petróleo e o processamento de gás natural, em substituição à Portaria ANP nº 28/1999.

Dada a relevância das atividades de refino de petróleo e de processamento de gás natural e sua direta influência em outras atividades reguladas pela ANP, a discussão para a proposição das minutas de Resoluções foi caracterizada por ações multidisciplinares, envolvendo diversas áreas da ANP.

A nova regulação permitiu a separação entre as atividades de refino de petróleo e de processamento de gás natural, mesmo que guardando entre si semelhanças, visto existirem diferenças nos marcos legais, como a existência de uma Lei específica - a Lei do Gás (Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009). Esta separação possibilitou o aumento da transparência no processo de outorga, tornando-o mais claro e eficiente, aumentando sobretudo o controle do Estado sobre a atividade regulada.

Face a experiência obtida na regulação da atividade de produção de biodiesel desde a publicação da Resolução ANP nº 25/2008, verificou-se a necessidade de revisão da mesma, de forma a contemplar as peculiaridades deste agente econômico, observadas neste período.

Ainda relacionado à elaboração de Resoluções, cabe destacar as minutas de resolução para a atividade de formulação de combustíveis, e produção de combustível por meio de processos alternativos, com a maior parte das atividades realizadas em 2009 e que encontram-se com seus processos de tramitação paralisados. A primeira (minuta de resolução relativa à atividade de formulação de combustíveis) teve como efeito motivador o questionamento do Ministério Público Federal e a segunda (minuta de resolução relativa à atividade de produção de combustível por meio de processos alternativos) teve como efeito motivador a observação das tendências do mercado e da mudança de rumo na pesquisa e na política mundial.

### 13.3. FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS PRODUTORAS DE COMBUSTÍVEIS

A ANP tem como uma de suas atribuições, de acordo com a Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigo 8º, inciso VII, fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato.

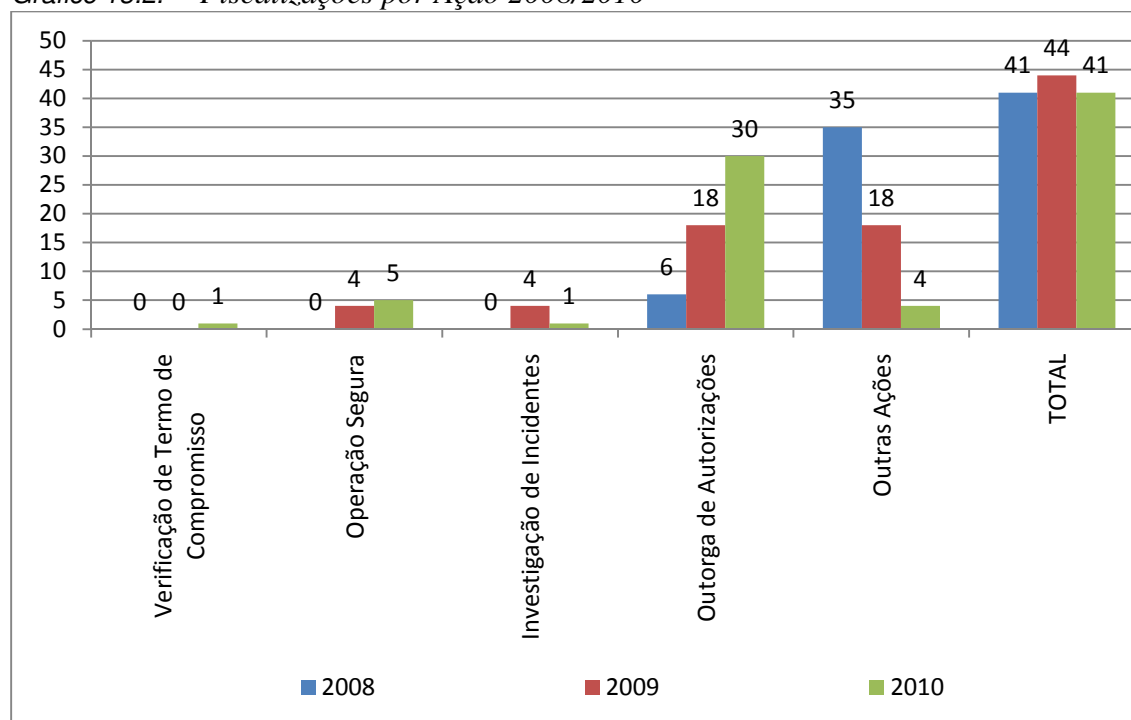
Em 2010, a ANP realizou 41 vistorias de fiscalização, direcionadas ao processo de autorização de novas instalações, acompanhamento de incidentes e verificação de itens de segurança operacional, além de fiscalização de questões como oferta de produtos fora de especificação, construção e operação sem autorização, entre outras.

Foi dada continuidade ao programa de Operação Segura, com a realização de 5 vistorias deste tipo em produtores de biodiesel e refinarias de petróleo.

Quanto aos incidentes ocorridos, a ANP averiguou e acompanhou, por meio de vistoria e informações recebidas, as causas e os relatórios de recomendações e implementações re-

alizadas pelos agentes econômicos, visando evitar a reincidência de incidentes de natureza semelhante.

Gráfico 13.2. Fiscalizações por Ação 2008/2010



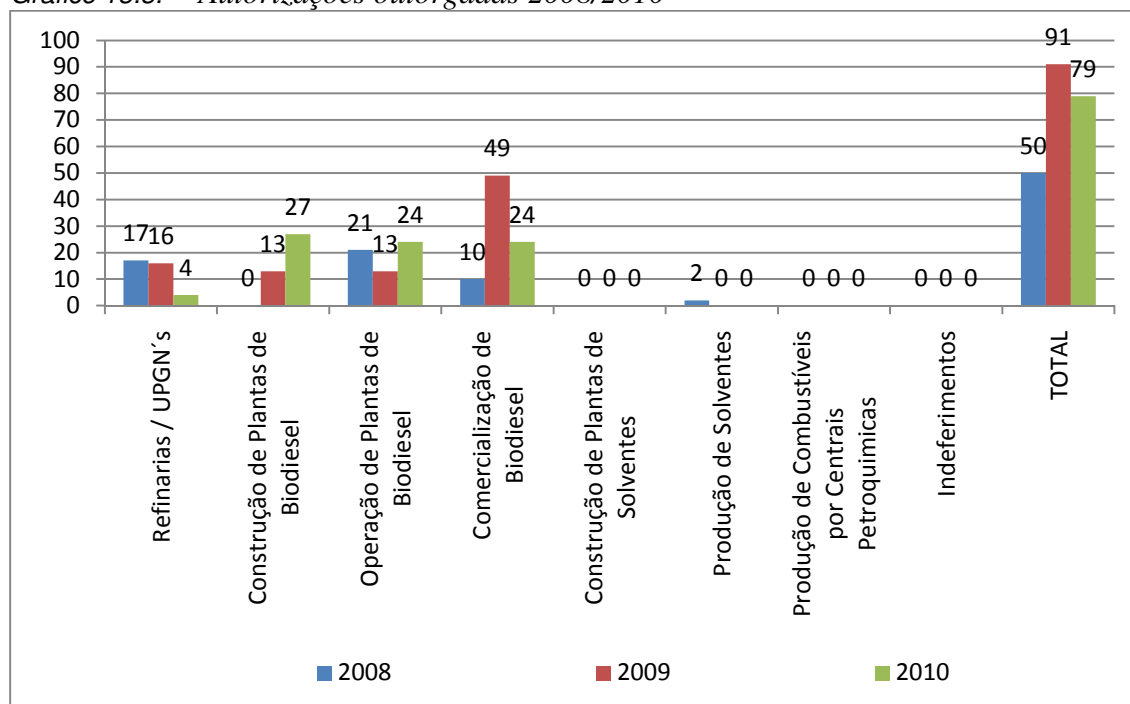
Fonte: SRP/ANP

No gráfico acima, as fiscalizações classificadas como “Outras Ações” incluem vistorias em plantas produtoras de biodiesel, verificação de denúncias, fiscalizações com mais de uma área da ANP, vistorias específicas para levantamento e atualização de informações e demais atividades pontuais. Observa-se que em 2008 foram realizadas 35 ações de fiscalizações classificadas como “Outras Ações”, este índice inclui as vistorias realizadas em refinarias de petróleo e unidades de processamento de gás natural para o projeto “Atualização dos Ativos”, mencionado anteriormente neste Relatório de Gestão.

#### 13.4. AUTORIZAÇÕES DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS PRODUTORAS DE COMBUSTÍVEIS

Foram outorgadas 79 autorizações nas áreas de refino de petróleo e processamento de gás natural, e produção de biodiesel.

Gráfico 13.3. Autorizações outorgadas 2008/2010



Fonte: ANP/SRP

Destaca-se que parte das autorizações para a construção e operação de plantas de biodiesel está intimamente relacionada a ampliações de capacidade das plantas existentes, visto que permanece constante o número de agentes regulados no mercado de produtores de biodiesel.

Comparando o ano de 2009 com o ano de 2010, verifica-se no Gráfico acima que o maior volume de autorizações em 2009 se deveu a entrada em vigor da Resolução ANP 25/2008, no final de 2008, que criou a Autorização para Comercialização, de análise menos complexa.

## 14. COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

Mantendo as orientações emanadas pela Lei n.º 9.478/97, estas pormenorizadas através da Portaria ANP n.º 160/2004, a ANP, por meio de sua Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural, regula a atividade de comercialização e movimentação de petróleo, seus derivados e gás natural, tendo como principais atribuições: (i) gerir as atividades relacionadas com a movimentação do petróleo, seus derivados e gás natural; e (ii) propor os requisitos a serem atendidos pelos proponentes interessados em exercer essas atividades; dentre outras funções correlatas.

Deve-se destacar, todavia, que as atribuições supracitadas deverão ser redefinidas quando da publicação da revisão do Regimento Interno da ANP, em virtude da implementação efetiva da Lei do Gás, após a publicação do Decreto 7.382/2010, que apontam um conjunto de novas ações/atribuições sob responsabilidade da Agência.

Nesse contexto, para melhor entendimento das ações efetuadas pela ANP no ano de 2010, elas estão assim agrupadas: (i) autorizações concedidas; (ii) inspeções técnicas realizadas; e (iii) atividades que visam à promoção do sadio desenvolvimento da indústria do petróleo, seus derivados e gás natural, no que tange à infraestrutura de escoamento destes produtos, e (iv) revisão do arcabouço regulatório, sendo cada uma delas detalhada a seguir.

### 14.1. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS

Uma das competências da ANP, neste segmento, é propor a outorga de autorizações para: (i) construção, ampliação ou operação de instalações destinadas ao transporte e à transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive gás natural liquefeito (GNL); e (i-i) as atividades de distribuição de gás natural comprimido - GNC e gás natural liquefeito – GNL a granel. Diante de tal atribuição, ao longo de 2010, a ANP encaminhou para publicação 268 atos administrativos, sendo 228 autorizações e 40 despachos, estes últimos necessários para dar transparência ao mercado e à sociedade quanto ao escopo dos projetos de infraestrutura de movimentação e armazenamento de petróleo, seus derivados e gás natural. No que diz respeito especificamente ao grupamento autorizações, tal quantitativo é aproximadamente 16% superior ao montante publicado em 2009, continuando uma tendência de alta, tal como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 14.1. Autorizações outorgadas

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Gás Natural</b>	8	12	23	29	28	37	46	33	42	75	119	125
<b>Petróleo e Derivados</b>	28	17	32	62	36	51	48	53	63	72	77	103
<b>Total</b>	36	29	55	91	64	88	94	86	105	147	196	228

Fonte: SCM/ANP

Por fim, vale mencionar que, no conjunto de instalações autorizadas ao longo de 2010, destacam-se as abaixo identificadas:

Autorização de Construção e Operação de instalações de transporte de gás natural (por exemplo: gasodutos, estações de compressão, pontos de entrega, dentre outros) integrantes do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGÁS) para a região sudeste do país. Dentre estes projetos, podemos destacar os seguintes empreendimentos: Gasoduto Paulínia – Jacutinga (5 milhões Nm<sup>3</sup>/dia), Gasoduto Cabiúnas – Reduc III (40 milhões Nm<sup>3</sup>/dia), Gasoduto Cacimbas – Catu (20 milhões Nm<sup>3</sup>/dia) e Gasoduto Rio de Janeiro – Belo Horizonte II (5 milhões Nm<sup>3</sup>/dia);



Continuidade no processo de regularização de instalações da *PETROBRAS* e da *TRANSPETRO*, estas necessárias para movimentação de petróleo e derivados (dutos e terminais) e enquadradas nos preceitos do Artigo 57 da Lei n.º 9478/97, com base nos termos de compromisso firmados com ambas as empresas.

#### 14.2. INSPEÇÕES TÉCNICAS REALIZADAS

Diante do princípio de que a ANP deve buscar regular, contratar e fiscalizar as atividades e agentes integrantes da indústria petrolífera e gasífera nacional, de modo a permitir seu desenvolvimento em patamares/padrões adequados no que tange a segurança operacional, as ações relativas às inspeções técnicas realizadas nas instalações destinadas à movimentação de petróleo, seus derivados e gás natural podem ser classificadas como: (i) vistorias técnicas para outorga de autorização de operação; (ii) vistorias relacionadas com a segurança operacional (de cunho preventivo); (iii) inspeções relacionadas com a fiscalização de incidentes; (iv) vistorias em embarcações utilizadas no transporte de petróleo, seus derivados e gás natural. Deve-se ressaltar que as atividades concernentes ao item (iv) são feitas pelo Departamento de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil, mediante convênio firmado entre as partes, que deve ser mantido, uma vez a ANP não possui infraestrutura e pessoal especializado para a realização de tal atividade.

Considerando tais preceitos, em 2010 foram efetuadas 2.902 ações de fiscalização, valor 30,3% superior ao montante de inspeções efetuadas no ano anterior, o que demonstra a forte preocupação da ANP na manutenção da segurança operacional das instalações de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural.

#### 14.3. ATIVIDADES QUE VISAM À PROMOÇÃO DO SADIO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

Em contrapartida às atividades acima expostas, a ANP continua possuindo a preocupação em desenvolver atividades que visem à promoção do sadio desenvolvimento da indústria do petróleo, seus derivados e gás natural, focando tanto em aspectos que permitam a inserção de novos agentes no mercado quanto no desenvolvimento da indústria. Nesse sentido, merecem destaque as seguintes atividades executadas no ano de 2010, sendo que algumas delas representam a continuidade de atividades iniciadas em anos anteriores.

##### 14.3.1. LEI DO GÁS

Desde o ano de 2002, a ANP vem enfatizando a necessidade de existência de uma legislação específica para a indústria brasileira de gás natural, tendo, a partir de então, participado da discussão, sempre que convocada. Cientes da importância de tal legislação, tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo elaboraram projetos de Lei do Gás Natural, tendo essas propostas sido materializadas em projetos distintos, que foram consolidados em um só instrumento e analisado tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado.

Considerando todo o processo legislativo, necessário ao andamento e aprovação do texto, o projeto discutido na Câmara dos Deputados e no Senado sofreu uma série de alterações ao longo da análise nestas casas. A discussão em torno deste tema ocorreu entre os anos de 2006 a 2009, tendo sido publicada, em 05 de março de 2009, a Lei nº 11.909/09, de 04 de março de 2009, conhecida como Lei do Gás. A Lei nº 11.909/09 foi regulamentada pelo Decreto nº 7.382, de 02 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2010.

Durante o período entre a publicação da Lei nº 11.909/09 e o seu Decreto Regulamentar, a ANP realizou uma série de estudos sobre temas a serem regulamentados pela Agência, destacando-se aquele com o objetivo de discutir uma metodologia de cálculo tarifário aderente ao novo marco regulatório da indústria do gás natural (“Cálculo da Tarifa de Transporte Dutoviário de Gás Natural: Critérios Aplicáveis e Proposta de Política de Preços”). Logo, tomando por base o grande quantitativo de temas, esta atividade continuará ao longo do ano de 2011.

#### 14.3.2. PROCESSO DE APROVAÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE E VERIFICAÇÃO DO CÁLCULO DA TARIFA DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL

Dentre as inovações da Lei do Gás é possível destacar as novas atribuições da ANP de calcular as tarifas de transporte para os novos gasodutos objetos de concessão (§2º do artigo 5º e §2º do artigo 13 da Lei do Gás), para os novos gasodutos objetos de autorização que entrem em operação após a publicação do referido diploma legal (artigo 28 da Lei do Gás), assim como a aprovação das minutas de Contrato de Serviço de Transporte (inciso III do artigo 24 da Lei do Gás).

É importante ressaltar que antes da publicação da Lei do Gás existia apenas a obrigação legal de encaminhamento prévio das minutas dos Contratos de Serviço de Transporte (artigo 6º, parágrafo único, da Resolução ANP nº 27/2005), sendo a análise destes instrumentos contratuais uma tarefa restrita aos gasodutos que se encontrassem em processo de contratação de capacidade firme através de um Concurso Público de Alocação de Capacidade.

Assim, de modo a dar início ao processo de implementação desta nova atribuição da ANP, reforçando a regulação econômica na atividade de transporte de gás natural, ao longo de 2010 foram realizados processos desta natureza para os gasodutos Urucu-Coari, Coari-Manaus, Pilar-Ipojuca e Caraguatatuba-Taubaté.

#### 14.3.3. CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE

Em 25 de janeiro de 2010, a *Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGás* solicitou à ANP a realização de Chamada Pública para a contratação de Serviço de Transporte Firme (STF) no Gasoduto Lateral-Cuiabá, com base nos Arts. 33 e 34 da Lei nº 11.909/09.

Todavia, diante da inexistência a época do decreto regulamentador da Lei do Gás, realizou-se consulta ao órgão jurídico consultivo da ANP, tendo sido detectado que a realização de qualquer processo para a contratação de capacidade de transporte firme se tornava prejudicada, por parte da ANP, até que sejam editadas as diretrizes para o procedimento por parte do Ministério de Minas e Energia (MME), conforme resulta da conjugação dos artigos 4º, inciso II, e 6º da Lei nº 11.909/09. Logo, tomando por base tal fato, a ANP aguarda a definição de tais diretrizes para que se possa dar continuidade a tal atividade.

#### 14.3.4. ACOMPANHAMENTO DA PARCELA COMPENSATÓRIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRIORITÁRIO DE TERMELETRICIDADE (PPT)

A Portaria Interministerial MME/MF nº 234, de 22 de julho de 2002, impõe uma série de obrigações aos supridores de gás natural para as usinas térmicas contempladas no Programa Prioritário de Termelétrica (PPT).

Cabe à ANP a verificação da aderência das práticas destes agentes às normas dispostas no referido documento, o que depende da opção da térmica em relação ao suprimento com

preço fixo. Caso esta tenha optado pelo mesmo, verifica-se, além da correção dos cálculos da parcela compensatória, se o preço máximo foi respeitado por parte do supridor. Caso contrário, a verificação restringe-se apenas a este último item.

Ao longo do ano de 2010, a Agência: (i) checkou os cálculos referentes à parcela compensatória encaminhados pelas termicas Termofortaleza, Ibité, Norte-Fluminense, Termopernambuco e Juiz de Fora; e (ii) calculou os preços máximos para suprimento de gás natural às usinas termelétricas integrantes do PPT: Barbosa Lima Sobrinho (ex-Eletrobolt), Mário Lago (ex-Macaé Merchant), Termoceará, Leonel Brizola (ex-Termorio) e Luiz Carlos Prestes (ex-Três Lagoas).

#### 14.3.5. ACOMPANHAMENTO DAS REUNIÕES DO COMITÊ DE MONITORAMENTO DO SETOR ELÉTRICO

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) foi criado pela lei 10.848, de 2004, com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional. Deve-se ressaltar que a continuidade da participação da ANP nas reuniões do CMSE deve-se à interface existente entre a geração térmica a gás e as atribuições desta área técnica, notadamente no que tange à regulação do transporte de gás natural.

#### 14.3.6. ELABORAÇÃO DO BOLETIM MENSAL DO GÁS NATURAL

Desde 2002, a ANP torna público um conjunto de dados relativos à infraestrutura de comercialização e movimentação de gás natural, bem como sobre as autorizações para construção e operação de instalações de transporte de gás natural. Em janeiro de 2009, esse documento adquiriu novo formato, a fim de que fossem inseridas análises quantitativas e qualitativas do desenvolvimento do mercado de gás, além de outros dados de interesse que envolvem toda a cadeia gasífera. Em complemento, como anexo ao Boletim, foi inserida uma listagem de todos os atos administrativos praticados para este segmento, as quais culminam nas autorizações de instalações e atividades atinentes à movimentação de petróleo, seus derivados e gás natural.

Deste modo, pode-se verificar que o objetivo das edições mensais do Boletim é o de divulgar dados estatísticos da indústria brasileira de gás natural, servindo como base de informações complementares aos dados divulgados por outras fontes, além de fortalecer a transparência das decisões e regulamentações promovidas pela Agência e difundir o conhecimento sobre esta indústria no Brasil, além de permitir a redução da assimetria de informações entre os agentes integrantes da indústria.

#### 14.3.7. ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO ENTRE A ANP, A *PETROBRAS* E A *TRANSPETRO*

O acompanhamento do Termo de Compromisso firmado entre a ANP, a *PETROBRAS* e a *TRANSPETRO* foi intenso em 2010, ano que concentrou uma quantidade significativa de inspeções técnicas, tendo sido realizadas dez ao longo de todo o ano (Terminais de Tramandaí/RS, Natal/RN, Guamaré/RN, Suape/PE, Cabedelo/PB, São Francisco do Sul/SC, Uberlândia/MG, Uberaba/MG, Vitória/ES e Brasília/DF).

A maior contribuição dessa atividade para a ANP foi a construção de um significativo acervo documental, praticamente inexistente por conta da anterioridade dessas instalações em relação à Agência, bem como da verificação in loco de suas condições operacionais, de

manutenção, de segurança, meio ambiente e inspeção. Vários desses terminais nunca haviam sido inspecionados pela ANP e, em todos eles, houve significativa atualização cadastral.

#### 14.3.8. ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE MONITORAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL

Com o objetivo de obter uma maior transparência das informações relativas à movimentação do gás natural na rede dutoviária nacional, a ANP iniciou a implementação do Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural da ANP – CMGN, no segundo semestre de 2001. Uma das principais metas do CMGN é a recuperação eletrônica, a partir das diferentes empresas transportadoras, dos dados relacionados com as principais variáveis operativas do sistema de transporte de gás natural. Os produtos obtidos no CMGN permitem a realização, por parte dos técnicos da ANP, de uma série de análises sobre o transporte de gás natural, aprimorando tanto a regulação técnica quanto a regulação econômica. Em 2009, foi iniciada a atualização do sistema, que se encontra atualmente em fase de conclusão.

#### 14.3.9. ATIVIDADES REALIZADAS COM OUTRAS SUPERINTENDÊNCIAS OU ENTIDADES EXTERNAS

Dando continuidade ao processo de cooperação entre as diferentes unidades organizacionais da ANP, uma vez que há forte sinergia entre as atribuições de diversas superintendências no que tange à regulação da atividade de comercialização e movimentação de petróleo, seus derivados e gás natural, em 2010, destacam-se as seguintes atividades nesse âmbito:

a SCM/ANP enviou à SPG/ANP comentários sobre a adequação regulatória da proposta e sobre as sugestões apresentadas pelos agentes da indústria durante o processo de Audiência Pública nº 16/2010, que versou sobre a implementação da proposta de apuração dos cálculos da Participação Especial;

a SCM/ANP subsidiou o NFP/SDP/ANP no processo de revisão da Portaria Conjunta ANP/INMETRO nº 1/2000 e do Regulamento Técnico de Medição (RTM), que culminou com a consulta pública e com as audiências públicas que foram realizadas em Salvador/BA e no Escritório Central da ANP, no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 07 e 08 de junho de 2010 respectivamente;

a SCM/ANP subsidiou a SBQ/ANP em reuniões trimestrais sobre qualidade do gás natural e atualização dos Pontos de Recepção e dos Pontos de Entrega de gasodutos onde devem ser feitas as aferições de qualidade do produto pelas transportadoras existentes.

#### 14.4. PROCESSO DE ELABORAÇÃO / REVISÃO DE NORMAS

Em virtude da necessidade de adequação da regulamentação à dinâmica do mercado de petróleo, seus derivados e gás natural, a ANP, no que tange a este segmento, trabalhou na revisão de algumas de suas regulamentações, bem como iniciou o processo de elaboração de novas normas e instruções normativas, quais sejam:

##### 14.4.1. REVISÃO DA RESOLUÇÃO 41/07 (DISTRIBUIÇÃO DE GNC)

Optou-se por efetuar esta revisão em duas etapas: uma emergencial (revisão do capital social integralizado para construção/operação Unidades de Compressão de GNC), vigente desde junho de 2010, e outra abrangendo toda a Resolução, esta última ainda em fase de confecção.

#### 14.4.2. PROPOSIÇÃO DO REGULAMENTO DE SEGURANÇA OPERACIONAL DE DUTOS TERRESTRES

Após alterações necessárias para compatibilizar este regulamento com premissas da Lei do Gás e consulta interna, em 2010 foi disponibilizada a resolução e o regulamento em epígrafe para consulta/audiência pública, pretendendo, em 2011, estar com esta norma em vigor.

#### 14.4.3. PROPOSIÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA PARA INSTRUÇÃO DE PROCESSOS PARA ENQUADRAMENTO DE PROJETOS NO REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA – REIDI

Conforme novas atribuições impostas por meio da Portaria MME nº 404, de 20 de outubro de 2009, e tendo em vista a natureza diversa dos projetos encaminhados à ANP, a Agência, por meio de sua Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural, elaborou minuta de Instrução Normativa visando à padronização dos procedimentos para instrução de processos de enquadramento de empreendimentos no âmbito da ANP, a qual foi aprovada, em novembro de 2010, tendo sido publicada, para utilização interna, a Instrução Normativa – Série Gestão Técnica n.º 01/2010.

## 15. ABASTECIMENTO

O art. 8º, inciso XV, da Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo), determina que é atribuição da ANP autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis e biocombustíveis.

Em cumprimento a essa atribuição, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo e de biocombustíveis em todo o território nacional e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos, como também preceitua o inciso I, art. 8º, da Lei do Petróleo, a SAB - Superintendência de Abastecimento, em 2010, conforme apresentado na tabela abaixo, concedeu e revogou autorizações de agentes econômicos sob a sua responsabilidade regulatória.

*Tabela 15.1. Autorização e revogação de agentes econômicos*

1.1. Segmento de revenda varejista e retalhista	Autorizações	Revogações
Revendedores de GLP	9.277	713
Revendedores de combustíveis líquidos (postos)	2.464	1.833
Transportador Revendedor Retalhista – TRR (habilitação)	56	4
Transportador Revendedor Retalhista – TRR (exercício de atividade)	60	94
Transportador Revendedor Retalhista – TRRNI (exercício de atividade)	2	0
Transportador Revendedor Retalhista – TRR (construção de bases)	10	0
Transportador Revendedor Retalhista – TRR (operação de bases)	69	3

1.2. Segmento de distribuição	Autorizações	Revogações
Distribuidores de combustíveis líquidos (registro)	15	0
Distribuidores de combustíveis líquidos (exercício de atividade)	13	3
Distribuidores de combustíveis líquidos (construção de bases)	12	0
Distribuidores de combustíveis líquidos (operação de bases)	33	0
Distribuidores de combustíveis líquidos (cessão de espaço)	188	40
Distribuidores de GLP (construção de bases)	3	0
Distribuidores de GLP (operação de bases)	19	0
Distribuidores de GLP (cessão de espaço)	42	13
Distribuidores de asfaltos (habilitação)	2	0
Distribuidores de asfaltos (exercício de atividade)	4	0
Distribuidores de asfaltos (construção de bases)	1	0
Distribuidores de asfaltos (operação de bases)	5	0

1.3. Segmento de Lubrificantes	Autorizações	Revogações
Produtores de lubrificantes acabados (habilitação)	4	0
Produtores de lubrificantes acabados (exercício de atividade)	4	0
Refinadores de lubrificantes usados (habilitação)	1	0
Refinadores de lubrificantes usados (exercício de atividade)	1	1
Refinadores de lubrificantes usados (operação de instala-	1	0

ção)		
Coletores de lubrificantes usados (habilitação)	2	1
Coletores de lubrificantes usados (exercício de atividade)	2	1
Coletores de lubrificantes usados (operação de instalação)	2	0
Importadores de lubrificantes (exercício de atividade)	42	4

1.4. Segmento de importação e exportação	Autorizações	Revogações
Importadores de nafta petroquímica	5	1
Importadores de gasolina automotiva	6	1
Importadores de petróleo	3	1
Importadores de óleo diesel e biodiesel	6	1
Importadores de GLP	2	0
Importadores de solventes	7	1
Importadores de querosene de aviação	1	1
Importadores de óleo combustível	3	1
Exportadores de petróleo	3	0
Exportadores de derivados de petróleo e biodiesel	3	0

A SAB implantou padrões de nível de serviço para análise dos pedidos de autorização solicitados pelos agentes econômicos, primando pelos princípios da eficiência, celeridade e transparência. Em 2010, os pleitos de distribuidores, revendedores e importadores/exportadores foram analisados, em média, no máximo em dez dias úteis, contados a partir do protocolo da documentação na Agência.

Após autorizados ao exercício da atividade, os agentes econômicos do segmento de distribuição comercializam os combustíveis por meio de contratos homologados ou de quotas autorizadas pela SAB. A tabela abaixo apresenta o resumo destas concessões para a comercialização de derivados de petróleo entre produtores nacionais e distribuidores.

*Tabela 15.2. Autorizações de contratos e quotas*

Segmento de distribuição	Contratos homologados com produtores	Quotas autorizadas junto aos produtores	Comercialização entre distribuidoras
Combustíveis líquidos	268	2.244	144
GLP *	25	não se aplica	não se aplica
Solventes	não se aplica	588	não se aplica
Asfaltos	37	não se aplica	não se aplica

\* 9.674.168 requalificações/inutilizações de botijões (13 Kg) GLP P13

O mercado nacional também é suprido por combustíveis e lubrificantes provenientes do mercado externo. A tabela a seguir apresenta as autorizações concedidas pela SAB para a importação e exportação destes produtos.

*Tabela 15.3. Autorizações de importação e exportação*

Tipo de autorização	Quantitativo
Licenças de importação	55.745
Prorrogação de licenças de importação	4.602
Registros de exportação	4.998

O art. 8º, inciso XV da Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo), também determina que é atribuição da ANP regular as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de com-

bustíveis. A tabela abaixo apresenta os atos normativos (resoluções) que sob a responsabilidade da SAB foram publicadas em 2010, dentro de suas atribuições legais.

*Tabela 15.4. Resoluções publicadas*

Ato normativo	Publicação no D.O.U	Objetivo
Resolução ANP nº 11	21/05/2010	Alterar a Resolução ANP nº 17, de 31/08/2004, visando introduzir a obrigatoriedade de envio da nota fiscal eletrônica pelos agentes econômicos quando da declaração do “Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos - DPMP”.
Resolução ANP nº 14	27/05/2010	Alterar a Resolução ANP nº 39, de 31/12/2009, com o intuito de atualizar o número telefônico do CRC da ANP.
Resolução ANP nº 22	02/07/2010	Alterar a Resolução ANP nº 17, de 26/07/2006, estabelecendo que o distribuidor e o revendedor de combustíveis de aviação somente podem realizar o abastecimento de aeronaves que possuam a identificação do combustível próximo ao bocal de abastecimento.
Resolução ANP nº 26	26/07/2010	Estabelecer o preenchimento da "Pesquisa do Plano de Abastecimento de Óleo Diesel de Baixo Teor de Enxofre" pelo revendedor varejista de combustível automotivo, até 30/09/2010, informando o interesse ou não de comercializar óleo diesel de baixo teor de enxofre, bem como os demais quesitos da referida Pesquisa.
Resolução ANP nº 36	07/10/2010	Alterar a Resolução ANP nº 26, de 23/07/2010, prorrogando o prazo para o preenchimento da "Pesquisa do Plano de Abastecimento de Óleo Diesel de Baixo Teor de Enxofre" até 30/11/2010.
Resolução ANP nº 42	27/10/2010	Alterar a Resolução ANP nº 116, de 05/07/2000, visando identificar em cada bomba abastecedora de combustível automotivo, no(s) painel(is) de preços e nas demais manifestações visuais, o combustível comercializado, informando se o mesmo é "aditivado", ficando facultada a identificação de "comum" para os demais combustíveis.
Resolução ANP nº 48	16/12/2010	Cadastrar o consumidor industrial de solventes para fins de obtenção de matéria-prima junto aos produtores.
Resolução ANP nº 49	16/12/2010	Alterar a Portaria ANP nº 63, de 08/04/1999.
Resolução ANP nº 51	16/12/2010	Estabelecer os procedimentos de anuência de importação e exportação de petróleo, seus derivados e biodiesel.

Adicionalmente aos atos publicados, como pode ser observado na tabela a seguir, a SAB elaborou inúmeras minutas de resoluções em 2010, que se encontram na fase de tramitação legal de atos administrativos (consulta e audiência pública).

*Tabela 15.5. Minutas de resolução aguardando trâmite legal*

Minuta de ato normativo	Objetivo
Autorização de construção e operação de instalações de agentes econômicos	Padronizar os requisitos necessários à concessão de autorizações de construção (AC) e de operação (AO) de instalação de combustíveis líquidos automotivos, combustíveis de aviação, solventes, óleos lubrificantes básicos e acabados, gás liquefeito de petróleo (GLP), óleo combustível, querosene iluminante e asfaltos a serem outorgadas



	a distribuidor, transportador-revendedor-retalhista (TRR), produtor de óleos lubrificantes acabados, coletor de óleo lubrificante usado ou contaminado e rerrefinador de óleo lubrificante usado ou contaminado.
Aprimoramento da Resolução nº 43/09	Caracterizar as filiais dos fornecedores de etanol combustível.
Regularidade jurídica e fiscal de agentes econômicos	Padronizar as exigências documentais para autorização, alteração cadastral e revogação de distribuidor e TRR.
Adoção da NBR 15863	Garantir a segurança operacional e conseqüente redução de acidentes nas operações de transvasamento no sistema de abastecimento de GLP a granel.
Aprimoramento da Resolução nº 18/09	Permitir a terceirização dos ensaios de laboratório para controle de qualidade de óleos lubrificantes acabados.
Aprimoramento da Resolução nº 08/07 e da Resolução nº 12/07	Alterar a redação de artigos inseridos nos atos normativos da atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) e de Ponto de Abastecimento (PA).
Aprimoramento da Resolução nº 12/07	Introduzir o conceito amplo de posse para o abastecimento de equipamentos móveis, veículos automotores terrestres, aeronaves, embarcações ou locomotivas nas instalações de detentor de Ponto de Abastecimento (PA).
Aprimoramento da Resolução nº 297/03 e Resolução nº 15/05	Regulamentar o armazenamento de recipientes transportáveis de GLP em veículos transportadores dentro das vendas varejistas.

A SAB, no cumprimento de suas atribuições de regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, realiza avaliações constantes deste mercado, tanto para elaborar atos normativos condizentes com as demandas regulatórias em curto, médio e longo prazo, como para dar publicidade aos agentes econômicos regulados e à sociedade em geral.

Em 2010, foram publicadas as edições nº 25 a nº 28 do boletim denominado Abastecimento em Números (disponibilizado no site [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)), que compila dados referentes às vendas de combustíveis, com base nas informações enviadas pelos agentes econômicos, complementadas por registros de preços e de comércio exterior.

Grupo de trabalho sob a coordenação da SAB, composto por agentes regulados, fabricantes de veículos/motores e órgão ambiental, está preparando a introdução do óleo diesel de baixíssimo teor de enxofre (OD-BTE), que abastecerá a frota de veículos ciclo diesel fabricados a partir de 2012.

Dentre as ações implementadas pelo grupo, em 2010, pode se destacar a pesquisa realizada junto aos revendedores varejistas de combustíveis líquidos sobre as intenções destes agentes econômicos em comercializar o OD-BTE (aproximadamente 23,0 mil vendas responderam à pesquisa). Os resultados da pesquisa contribuirão tanto para se mapear as rotas de abastecimento do combustível ao longo do território nacional, como para direcionar a construção e ampliação de tanques de armazenagem nas bases dos distribuidores que abastecem as vendas varejistas.

Também foi concluída, pelo grupo coordenado pela SAB, a revisão da estimativa de demanda de OD-BTE, ajustada ao cenário econômico que se sucedeu após a superação da crise internacional de 2009.

O desafio imposto à SAB para garantir a logística de suprimento do OD-BTE, em todo o território nacional, trará benefícios imediatos ao meio ambiente, notadamente nos grandes centros urbanos, reduzindo a poluição atmosférica e, assim, protegendo a saúde da população.

A SAB, adicionalmente, tem canalizado os esforços e as ações do grupo de trabalho para que o OD-BTE seja produzido e comercializado dentro das especificações estabelecidas pela ANP, a preços que não onerem o transporte de cargas e de pessoas, protegendo o interesse dos consumidores.

No mercado de etanol combustível, a SAB realiza avaliações regulares de oferta e demanda, com o objetivo de garantir o suprimento do combustível nos períodos de entressafra da cana de açúcar (matéria prima utilizada na produção deste biocombustível) ou quando as condições climáticas se tornam desfavoráveis.

Reuniões periódicas são conduzidas pela SAB com os agentes econômicos envolvidos na cadeia de abastecimento do etanol (produtores, distribuidores e revendedores), para que ações preventivas sejam tomadas antes que ocorram focos de desabastecimento do combustível. Em 2010, por exemplo, foi reduzido o percentual obrigatório de adição de etanol anidro à gasolina A (que forma a gasolina C comercializada nas vendas varejistas) de 25% para 20% nos meses de fevereiro a abril, para contrapor a redução da oferta ocasionada pela conjugação de entressafra e excesso de chuvas nas regiões canavieiras.

Embora com o advento dos veículos híbridos (movidos a etanol hidratado e gasolina, conhecidos como “Flex”) e o recente aumento da frota, o consumidor tenha passado a ter o poder de escolha entre o etanol hidratado ou a gasolina no momento do abastecimento, a SAB acompanha preventivamente o mercado para evitar que oscilações bruscas nos preços do etanol hidratado afetem o consumidor ou comprometam a oferta da gasolina em curto prazo.

No terceiro trimestre de 2010, a rigorosa seca na Região Norte afetou drasticamente a navegabilidade do Rio Madeira, uma das principais hidrovias de transporte de combustíveis na Amazônia, por onde são transportados os combustíveis fósseis produzidos em Manaus/AM e destinados aos Estados de Rondônia e Acre, como também os biocombustíveis originários da Região Centro-Oeste que abastecerão Amazonas e Roraima.

Sob a coordenação da SAB, que de agosto a outubro promoveu reuniões de trabalho regulares com produtores e distribuidores, reduziu-se o impacto econômico do desabastecimento de combustíveis na região, por meio do planejamento e implementação de ações logísticas alternativas, viabilizando rotas e modos de transportes até a regularização da navegabilidade do Rio Madeira.

Seguindo determinação do CNPE - Conselho Nacional de Política Energética, a SAB realizou, em 2010, quatro leilões de biodiesel (quando os produtores ofertam sua produção), com volume total arrematado de 2.380 mil m<sup>3</sup>, suficientes para atender a mistura legal de 5,0 % de biodiesel ao óleo diesel, formando o B5. A SAB também autorizou e apoiou a *PETROBRAS* na realização de três leilões de recomposição de estoque de segurança de biodiesel, totalizando 67,5 mil m<sup>3</sup>, com a finalidade de garantir o suprimento de B5 em face da forte demanda por óleo diesel.

Após os leilões, a SAB acompanha semanalmente as entregas de biodiesel (contratado x realizado), por região de consumo, para garantir o suprimento do B5 em todo o território nacional. Também é papel da SAB verificar a regularidade jurídica e fiscal dos produtores que participarão do leilão, do treinamento antes do pregão, da elaboração do edital com as regras do certame e da determinação do preço máximo de referência do biodiesel no início do leilão, bem como da capacidade de oferta de cada produtor.

A SAB implantou, em fevereiro de 2010, o Cadastro de Produtor e Importador de Óleo Lubrificante Básico - COLB (disponibilizado no sítio [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)), em atendimento à Resolução ANP nº 16/09, alcançando o cadastramento de praticamente todos os produtores e importadores de óleo lubrificante básico.

Também em relação ao segmento de lubrificantes, a SAB acompanhou e analisou dados de produção, importação e comercialização de óleo lubrificante acabado, bem como da coleta e do rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado. Este gerenciamento de informações tem contribuído para a formulação de ações neste mercado e fortalecido a sinergia entre a ANP e órgãos de governo como MME, MMA e IBAMA, promovendo o desenvolvimento de trabalhos de maior integração e alcance no segmento de lubrificantes, principalmente no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização do destino dado aos óleos lubrificantes usados ou contaminados.

## 16. QUALIDADE DE PRODUTOS E BIOCOMBUSTÍVEIS

A ANP, por intermédio da sua Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos (SBQ), realiza a gestão das atividades relacionadas com o desenvolvimento e estabelecimento das especificações dos produtos derivados do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis e, ainda, monitora a qualidade desses produtos, a fim de garantir os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta.

Nesse capítulo, serão enumeradas as principais ações da ANP nessa área, com destaque para a atividade de regulamentação, o monitoramento da qualidade de combustíveis, lubrificantes e aditivos e o Programa de Marcação de Solventes.

### 16.1. REGULAMENTAÇÃO

Diante das novas exigências ambientais e das novas tecnologias de motores sendo adotadas no Brasil, a ANP, por meio de revisões nas especificações brasileiras, vem introduzindo melhorias na qualidade dos combustíveis e demais derivados de petróleo. O objetivo é contribuir para a conservação da qualidade do ar, sem perder de vista a responsabilidade de contemplar, ao mesmo tempo, a qualidade dos produtos e a garantia de suprimento.

Nesse sentido, a ANP tem atuado em estrita consonância com os objetivos do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE)<sup>1</sup>, tanto no desenvolvimento da regulação quanto na colaboração com outros órgãos governamentais.

Em 2010, a ANP, além de participar, por meio da SBQ, na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE<sup>2</sup>, colaborou, também, com o Grupo de Trabalho que emitiu o 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores, coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente, e com o Grupo de Trabalho interinstitucional de revisão dos padrões de qualidade do ar, coordenado pela Secretaria de Saúde e pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo<sup>3</sup>.

O relatório do 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores foi apresentado em solenidade na ANP no dia 25 de março de 2010 e as atividades desse grupo de trabalho continuaram ao longo do ano, a fim de discutir os resultados e fazer os ajustes adequados no inventário. A versão final do relatório ainda encontra-se em fase final de conclusão.

No Grupo de Trabalho Interinstitucional de revisão dos padrões de qualidade do ar do Estado de São Paulo, o tema definido para discussão durante o ano foi a regulamentação dos poluentes e suas propriedades, dando destaque ao material particulado fino que, conforme o entendimento da comunidade científica, comporta riscos significativos para a saúde humana.

---

1 O PROCONVE foi instituído pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) por meio da resolução CONAMA nº. 18, de 06 de maio de 1986. Visa, entre outros, à redução dos níveis de emissão de poluentes por veículos automotores e à melhoria das características técnicas dos combustíveis líquidos, objetivando a redução de emissões poluidoras à atmosfera.

2 Grupo assessor de caráter técnico instituído por meio da Resolução CONAMA nº 414, de 24 de setembro de 2009, que tem por finalidade acompanhar e avaliar a execução do Programa.

3 Criado por meio da Resolução Conjunta SS\SMA – 001, publicada no DOE/SP em 31 de março de 2010.

Em relação à regulamentação, as principais iniciativas no ano de 2010 foram:

*Tabela 16.1. Principais Resoluções sobre qualidade de produtos e biocombustíveis em 2010*

Resoluções Publicadas	Comentário
Resolução ANP nº 07 de 16 de abril de 2010 – altera a Resolução ANP nº 16/2008.	Altera dispositivos na Resolução ANP nº 16/2008, que estabelece a especificação do gás natural, autorizando a utilização do gás natural de Urucu, no município de Manaus e adjacências, para fins veiculares, exclusivamente nos veículos dotados de motores ou sistemas de gás natural veicular de conversão que atendam à legislação ambiental específica. Esse gás tem propriedades que o distingue em relação ao produto produzido fora da região norte.
Resolução ANP nº 23 de 07 de julho de 2010 – altera a Resolução ANP nº 5/2005.	Trata das especificações e do controle da qualidade para o etanol combustível de referência. A revisão foi feita para atualizar as normas e os limites da especificação do produto, utilizado para homologação de motores de veículos automotivos.
Resolução ANP nº 32 de 21 de setembro de 2010 – altera a Resolução ANP nº 31/2007.	Estabelece as especificações dos Cimentos Asfálticos de Petróleo Modificados por Polímeros elastoméricos. A revisão foi feita com o objetivo de atualizar a regulamentação em face da evolução tecnológica dos asfaltos modificados, para permitir a utilização de outros polímeros elastoméricos, além do SBS. A terminologia elastoméricos permitirá maior oferta e preços mais competitivos, devido à entrada de novos polímeros que possam ser desenvolvidos no futuro.
Resolução ANP nº 33 de 30 de setembro de 2010 – altera a Resolução ANP nº 42/2009.	Estabelece as especificações para os óleos diesel S50, S500 e S1800. A revisão teve por objetivo incluir no anexo os novos municípios que passariam a comercializar óleo diesel S500 em substituição ao S1800, a partir de 1º de outubro de 2010 e 1º de dezembro de 2010, e os que passarão a comercializá-lo a partir de 1º de março de 2011. Adicionalmente, a ANP vem realizando periodicamente reuniões com a PETROBRAS para acompanhar o cumprimento do plano de substituição do óleo diesel S1800 pelo S500, que teve início em 2009 e tem conclusão prevista para o final de 2013.
Resolução ANP nº 41 de 26 de outubro de 2010 – altera a Resolução ANP nº 2/2008.	A revisão dessa Resolução, que estabelece as regras para a concessão de autorização prévia para uso específico de Diesel BX em frotas cativas de veículos automotivos e/ou equipamentos industriais, visou promover melhorias no processo de autorização para as misturas com teores de biodiesel entre 6% e 20%, mais um passo para consolidar o biodiesel na matriz energética nacional.
Resolução ANP nº 45 de 23 de novembro de 2010 – altera a Portaria ANP nº 311/2001 e revoga seu Anexo I.	Estabelece os requisitos necessários para o credenciamento de firmas inspetoras para exercício de atividades de controle da qualidade na importação e exportação de derivados de petróleo e biocombustíveis, de adição de marcador aos Produtos de Marcação Compulsória indicados pela ANP, e de adição de corante ao etanol anidro combustível, para atuação em todo território nacional.
Resolução ANP nº 52 de 29 de dezembro de 2010 – altera a Resolução ANP nº 49/2007.	Estabelece as especificações para os combustíveis de uso aquaviário. A revisão teve por objetivo manter a uniformidade dos padrões de qualidade e classificação dos combustíveis aquaviários em decorrência da publicação das normas ISO 8216 e 8217, bem como

regulamentar de maneira mais adequada a questão da adição de biodiesel aos combustíveis aquaviários. Essa mistura está em processo de evolução tecnológica, mas ainda não tem condições técnico-operacionais de uso seguras e reconhecimento internacional.

Fonte: SBQ/ANP

No que diz respeito à aditivação total da gasolina<sup>1</sup>, em continuidade aos trabalhos iniciados em 2009, a ANP realizou reuniões com agentes de mercado no âmbito do grupo de trabalho criado para discutir a logística de distribuição, transporte e adição do aditivo. Realizou, ainda, missão técnica aos EUA para levantamento de dados sobre aspectos da implementação da aditivação total. Adicionalmente, foi criado um grupo de trabalho no IBP, sob a coordenação da ANP, para tratar da metodologia de avaliação de desempenho dos motores com o uso de gasolina aditivada.

Quanto ao GLP, trabalhou-se no sentido de atualizar a especificação do produto, considerando-se a de outros países. Deu-se tratamento à questão das especificidades regionais com respeito à disponibilização de GLP inverno (geografia climática), resolvendo-se a situação para os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, restando ainda solucionar a questão em relação ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro com a conclusão dessas atualizações nas especificações e a abertura do processo de revisão da Portaria ANP nº 18/2004.

Já em relação ao óleo combustível, enfocou-se a questão da fiscalização da adição de óleo lubrificante usado ou contaminado ao óleo combustível, vedada pela legislação do IBAMA. Ao longo do ano, percebeu-se acréscimo no número de consultas externas com vistas à comercialização de óleo obtido de fontes diversas à do refino. Os estudos ainda se encontram em andamento. Com os resultados pretende-se propor a revisão da Portaria ANP nº 80/1999, que estabelece a especificação dos óleos combustíveis.

Merecem destaque, também, os trabalhos acerca do manuseio e armazenamento de biodiesel e óleo diesel B.

Em maio de 2010, representantes do setor de revenda de combustíveis relataram, com relação à qualidade do óleo diesel B comercializado no país, a formação de depósitos em tanques de armazenagem. O receio era de que o problema fosse decorrente do aumento do teor de biodiesel adicionado ao óleo diesel A<sup>2</sup>. Em resposta a essa manifestação, foi promovido o Seminário “Manuseio e Armazenagem de Óleo Diesel B”, realizado no Rio de Janeiro em 09 de julho de 2010, com a participação de cerca de 140 pessoas, incluindo representantes do mercado, do Governo e do setor acadêmico. O evento congregou as informações existentes e resultou na publicação do folheto “Orientações e Procedimentos no Manuseio e Armazenagem do Óleo Diesel B”, disponível no sítio da ANP desde setembro de 2010.

Adicionalmente, foram instituídos três grupos de trabalho para abordar, entre outras questões, a garantia das especificações do óleo diesel B e do biodiesel. Espera-se que a partir desses estudos seja possível avaliar as especificações brasileiras estabelecidas para o óleo diesel e para o biodiesel (atualmente em processo de revisão), bem como propor alterações com base não só nas experiências internacionais e em avaliações laboratoriais, mas também na realidade observada no campo.

<sup>1</sup> Determinada pela Resolução ANP nº 31/2009, que dispõe no parágrafo único do seu art. 2º que toda a gasolina a ser comercializada no país deverá conter aditivo detergente dispersante, nos critérios a serem estabelecidos pela ANP, a partir de 1º de janeiro de 2014.

<sup>2</sup> Determinado pela Resolução CNPE nº 6, de 16 de setembro de 2009.

## 16.2. LABORATÓRIO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DE PETRÓLEOS (LEAP)

Após uma pequena reforma no Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT), foram instalados os destiladores de petróleo em março de 2010 e, desde então, realizados inúmeros testes operacionais nos destiladores, além de estágios e participações em treinamentos por sua equipe técnica.

Com a inauguração do LEAP em junho daquele ano, a ANP passou a contar com uma ferramenta valiosa, capaz de classificar os petróleos explorados no País e, assim, subsidiar o cálculo de royalties e participações governamentais, em cumprimento ao art. 2º § II da Portaria ANP no. 206/2000.

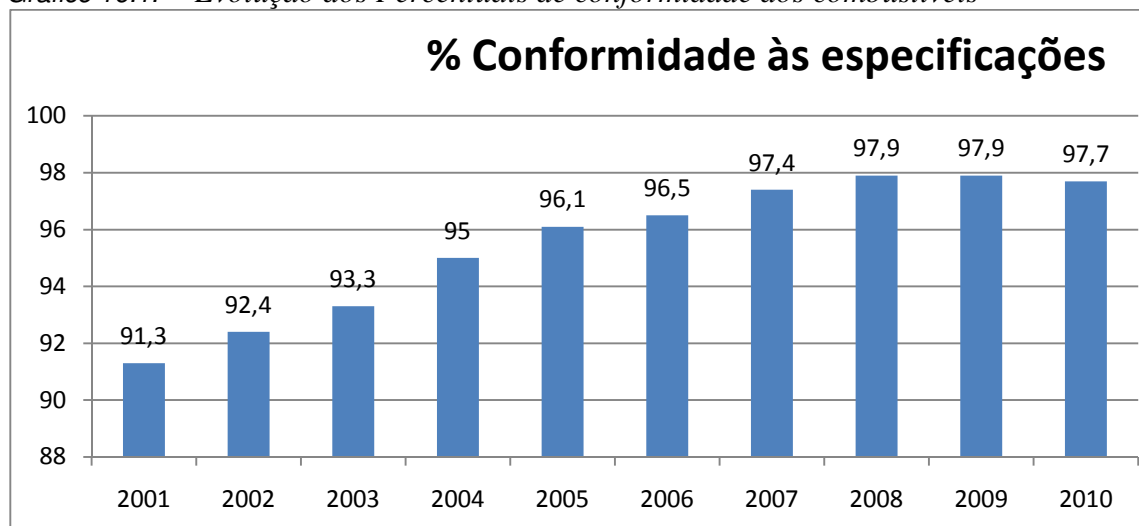
## 16.3. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE COMBUSTÍVEIS (PMQC)

O Programa foi criado em 1999 e tem como principais objetivos gerar os indicadores da qualidade dos combustíveis comercializados no País (gasolina, óleo diesel B e etanol combustível) e identificar eventuais focos de não-conformidade para orientar e aperfeiçoar a atuação da Fiscalização. Além disso, visa, também, à disseminação da cultura da qualidade dos combustíveis e à formação de mão-de-obra especializada.

Em razão das dimensões continentais do País, a ANP contrata a prestação de serviços técnicos para coleta e análise de combustíveis em instituições de ensino e centros de pesquisas. Em 2010, o PMQC contou com a participação de 23 laboratórios, que, em conjunto com Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT) da ANP, realizaram o monitoramento da qualidade em todo o território nacional, analisando um total de 207.856 amostras.

O gráfico abaixo mostra a evolução do percentual de conformidade nos últimos anos.

Gráfico 16.1. *Evolução dos Percentuais de conformidade dos combustíveis*



Fonte: SBQ/ANP

O gráfico mostra que, no período de 2001 a 2010, ocorreu aumento dos índices de conformidade às especificações, o que pode ser atribuído ao PMQC e, conseqüentemente, a uma melhoria no planejamento das ações de fiscalização, tanto da ANP quanto dos órgãos conveniados.

Os dados mostram, também, que os níveis de conformidade obtidos desde 2007 foram mantidos, com pequenas variações. Esse comportamento indica que os índices de conformidade alcançaram relativa estabilidade, de modo que, doravante, não se esperam grandes variações.

No ano de 2010 a gestão desse programa continuou sendo aprimorada. Foram realizados 24 processos licitatórios, reestruturando alguns aspectos do seu funcionamento, dentre os quais destacamos:

adoção de método estatístico para determinação do quantitativo de amostras de cada tipo de combustível em cada região;

inclusão, em todos os contratos, de análise de biodiesel e de previsão de transporte de combustíveis, aditivos e lubrificantes para o CPT;

previsão de aumento de 26% na quantidade de amostras coletadas no território nacional, com ênfase na Região Norte e no estado de São Paulo;

adoção de Acordo de Níveis de Serviços nos novos contratos, estabelecendo metas de qualidade para os serviços prestados e sanções em caso de não atendimento.

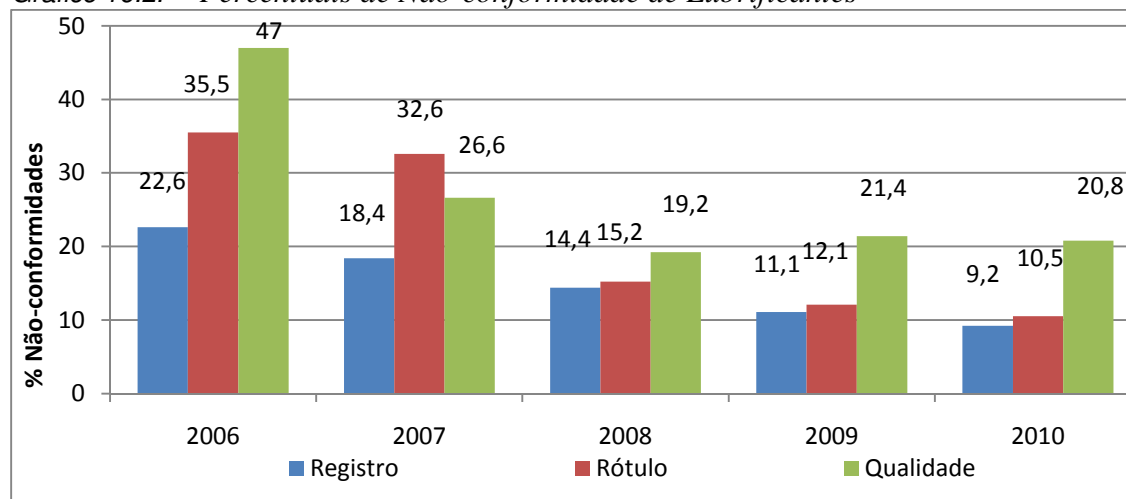
Por fim, destacamos que foram mantidas medidas adotadas em anos anteriores para garantir a excelência do Programa, tais como: realização de visitas técnicas em conjunto com o CPT, visando tanto à avaliação da infra-estrutura e da capacidade técnica e administrativa das instituições contratadas quanto à identificação de outras instituições com capacidade técnica para participar dos processos licitatórios; coordenação e execução de programas de comparações interlaboratoriais, para verificar o desempenho dos laboratórios integrantes do Programa; realização de Fóruns para aumentar a interação entre os laboratórios integrantes do PMQC e a elaboração de limites de tolerância para amostras de fiscalização considerando a variabilidade dos resultados dos ensaios.

#### 16.4. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE LUBRIFICANTES (PMQL)

O Programa tem como objetivo avaliar a qualidade dos óleos lubrificantes automotivos comercializados no País e, em 2010, foi ampliado para todo território nacional.

A evolução dos percentuais de não-conformidade em relação às exigências quanto à rótulo, registro e qualidade das amostras de lubrificantes analisadas entre os anos de 2006 e 2010 pode ser verificada no gráfico abaixo:

Gráfico 16.2. *Percentuais de Não-conformidade de Lubrificantes*



Fonte: SBQ/ANP – Boletim da Qualidade do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes

Tendo em vista que a coleta mensal das amostras de lubrificantes é realizada de forma aleatória e, na maioria dos casos, contempla produtos diferentes, não se pode afirmar que as variações verificadas refletem uma tendência no aumento de não conformidade no mercado.

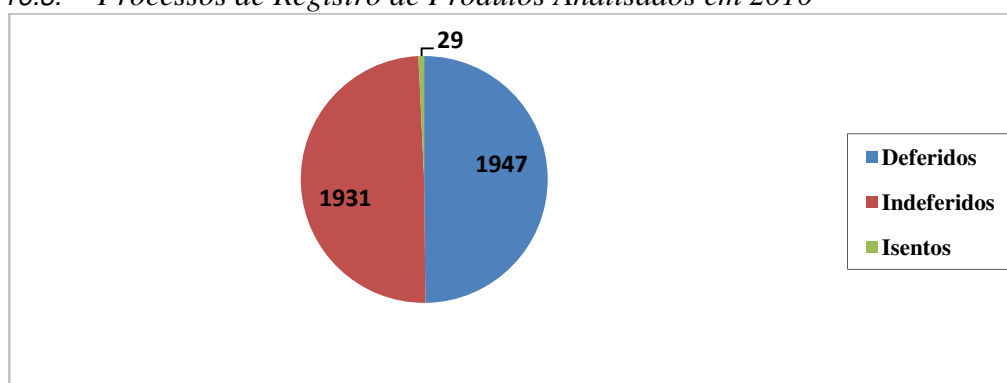


Além da ampliação da abrangência geográfica, em 2010 foram incluídas no Programa análises físico-químicas adicionais (Viscosidade Cinemática a 40 °C, Índice de Viscosidade, Viscosidade Dinâmica *Cold Cranking Simulator* e Infra Vermelho) que tornaram mais rígido o acompanhamento da qualidade dos óleos lubrificantes comercializados no País.

Igualmente, foram mantidas medidas adotadas em anos anteriores para garantir a excelência do Programa, tais como: emissão e divulgação mensal do boletim da qualidade de lubrificantes; realização de reuniões com agentes regulados para orientações sobre a legislação e as ações necessárias para a adequação das não-conformidades observadas (82 reuniões em 2010); aperfeiçoamento do Sistema de Registro Geral de Produtos (RGP) a fim de possibilitar o registro dos produtos de maneira eletrônica.

Em 2010 foram analisados 3.907 processos de registro de produtos. O gráfico abaixo mostra o resultado dessas análises:

Gráfico 16.3. *Processos de Registro de Produtos Analisados em 2010*



Fonte: SBQ/ANP – Banco de dados do RGP.

#### 16.5. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE ADITIVOS (PMQA)

Em fevereiro de 2010 foi iniciado o Programa de Monitoramento da Qualidade de Aditivos para combustíveis. O PMQA tem por objetivo monitorar a qualidade desse produto no que diz respeito às características físico-químicas dos combustíveis aditivados, à qualidade das informações contidas nos rótulos e à regularidade do registro junto à ANP.

Passado um ano de sua implementação, o PMQA conta com 85 amostras coletadas nas seguintes unidades federativas: CE, DF, ES, GO, MS, PB, PR, RJ, SC, SP e TO. Nessa primeira etapa, a coleta de amostras se restringiu a produtos comercializados em frascos de pequeno volume. A partir do segundo semestre de 2011 o programa contemplará aditivos de uso massivo.

Em 2010 foram analisados 89 pedidos de registro de aditivos para combustível, dos quais 41 foram deferidos e 48 indeferidos.

#### 16.6. PROGRAMA DE MARCAÇÃO DE SOLVENTES (PMS)

O Programa consiste na adição de um produto químico – marcador – a todos os solventes não destinados à produção de combustíveis e na análise de amostras de gasolina coletadas tanto pelo PMQC quanto pela Fiscalização para verificar a presença de marcador. O objetivo é inibir a adulteração, usualmente realizada por meio da mistura indevida de solventes (de menor custo), cuja adição à gasolina é proibida.

O PMS teve início em dezembro de 2001<sup>1</sup> e, em 2007, a ANP iniciou uma reavaliação do Programa<sup>2</sup>, com ênfase na questão do cadastramento de todos os fornecedores de marcador interessados conforme requisitos técnicos e documentais, e a escolha, por meio de processo licitatório, de um dentre esses fornecedores para atuar no fornecimento de marcador por um determinado período de tempo.

Essa reavaliação resultou na publicação da Resolução ANP nº 13, de 09 de junho de 2009, a partir da qual os interessados em fornecer marcador terão que seguir requisitos documentais e técnicos, que incluem testes de desempenho das metodologias propostas, seguindo Protocolo de Testes preconizado pela ANP.

Esse Protocolo de Testes foi revisado em 2010 e, nesse contexto, a ANP realizou reuniões com diversos fornecedores de marcador. Foram programados testes de desempenho da metodologia com os potenciais fornecedores e a ANP recebeu solicitação de quatro empresas para cadastramento, quais sejam: *GFI*, *Tracerco*, *Authentix* e *Dow Química*. O cadastramento dependerá do resultado dos testes e a licitação para seleção do futuro fornecedor será realizada a seguir.

Para o aperfeiçoamento do programa, a ANP continua realizando os Programas Interlaboratoriais de Marcadores – PIM (em 2010 ocorreram as 19ª e 20ª edições) e as visitas técnicas em pontos de marcação, firmas inspetoras e nos laboratórios do PMQC executantes das análises de marcador. Essas visitas têm como objetivo verificar e monitorar possíveis desvios operacionais e analíticos que possam inferir negativamente nos resultados do Programa. Para aperfeiçoar o processo de gerenciamento de dados de volumes marcados e não-marcados, está sendo desenvolvido um sistema de gerenciamento de dados de marcação de produtos, planejado para gerenciar dados de comercialização de marcador pelo fornecedor de marcador, de volumes marcados e não-marcados, bem como para confrontar dados de comercialização de marcador com a produção de produtos. Adicionalmente, no ano de 2010 foi elaborada minuta de Resolução para substituição da Portaria ANP nº 274/2001, a fim de introduzir controles adicionais nas atividades de marcação de produtos.

---

<sup>1</sup> Em atendimento à Portaria ANP nº 274, de 1º de novembro de 2001 e à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.

<sup>2</sup> Exposição de Assuntos nº 379/2007 e Proposta de Ação nº 648/2008, deferida em 16/07/2008, conforme Resolução de Diretoria nº 493/2008.

## 17. FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

Uma das principais atribuições da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis é a de fiscalizar a distribuição e a revenda de derivados do petróleo e de bio-combustíveis.

No cumprimento de sua competência legal, a Diretoria da ANP criou, em 2005, a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI) com o encargo de fiscalizar, em todo o território nacional, aproximadamente, 80.000 agentes econômicos. Essa fiscalização é realizada diretamente por servidores do ativo permanente que possuem tal atribuição e competência ou, indiretamente, por meio de convênios de cooperação técnica e operacional com órgãos públicos, como Secretarias de Fazenda, Corpos de Bombeiros, Polícia Federal, Ministério Público etc. Na esfera coercitiva, a SFI também é responsável por aplicar sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato.

Em 2010, foram realizadas 27.758 ações de fiscalização. Tal quantitativo corresponde a 92,53% da meta estipulada no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) de 30.000 ações/ano.

O trabalho realizado ao longo do ano começou a ser mais pautado em “vetores de inteligência” objetivando resultados mais efetivos. Essa orientação demandou incremento no serviço interno dos agentes de fiscalização em estudos de mercado, na análise de documentação fiscal e na situação cadastral dos agentes econômicos regulados.

Nesse sentido, a implantação de novas práticas apresentou resultados positivos, tais como:

- ✓ apreensão de etanol hidratado combustível não conforme por adição de metanol e aplicação de multas, após o trânsito em julgado dos processos administrativos, de R\$ 3 milhões a cada empresa participante da fraude;
- ✓ suspensão de atividades, por reincidência, da distribuidora de GLP *Nutrigás* por 15 dias;
- ✓ implantação da campanha de erradicação do comércio irregular de GLP;
- ✓ instituição de comitê para combate à sonegação fiscal na comercialização do etanol combustível;
- ✓ diminuição da ocorrência de fraudes por combustíveis não conformes; e
- ✓ redução expressiva do estoque de processos administrativos sancionadores.

À luz desses resultados, aos quais se soma a abertura de Ponto de Apoio da Fiscalização em São Luís, MA, e do Escritório em Manaus, AM, a SFI considera que as ações de fiscalização realizadas em 2010 levaram à sociedade significativos avanços na correção de todos os segmentos do mercado regulado e fiscalizado pela ANP.

### 17.1. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA SFI:

#### 17.1.1. DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO POR TIPO DE AGENTE DE MERCADO

A meta anual de ações de fiscalização foi distribuída entre os principais segmentos da cadeia do *downstream*, com base em análise histórica, condições e necessidades dos mercados. Os esforços foram calcados, em boa parte, nos já comentados “vetores de inteligência”, em estudos de acompanhamento de mercado realizados na Superintendência, demandas internas da ANP, demandas externas de órgãos públicos e denúncias feitas por meio do Centro de Relações com o Consumidor (CRC). Segue o número de ações por segmento de mercado:

*Tabela 17.1. Distribuição de ações de fiscalização*

<b>Ano</b>	<b>2010</b>
Posto revendedor de combustível	19.368
Distribuidor de combustíveis	1.059
Transportador revendedor retalhista	132
Produtores e distribuidores de solventes	26
Posto revendedor de gás liquefeito	5.494
Distribuidor de gás liquefeito	264
Produtor de lubrificantes	126
Produtor de biodiesel	48
Usina de álcool	109
Ponto de abastecimento	317
Outros	815
<b>Total</b>	<b>27.758</b>

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

#### 17.1.2. ATENDIMENTO ÀS DENÚNCIAS RECEBIDAS

*Tabela 17.2. Número de atendimentos às denúncias recebidas de outras superintendências da Agência e de órgãos externos:*

<b>Órgãos</b>	<b>Denúncias recebidas</b>	<b>Denúncias atendidas</b>
ANP – demandas de outras áreas	23.457	17.848
Poder judiciário	23	18
Monitoramento de qualidade	501	425
Órgão público	294	183
Ministério público	892	647
Agente econômico	202	128
Entidade de classe	45	22

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

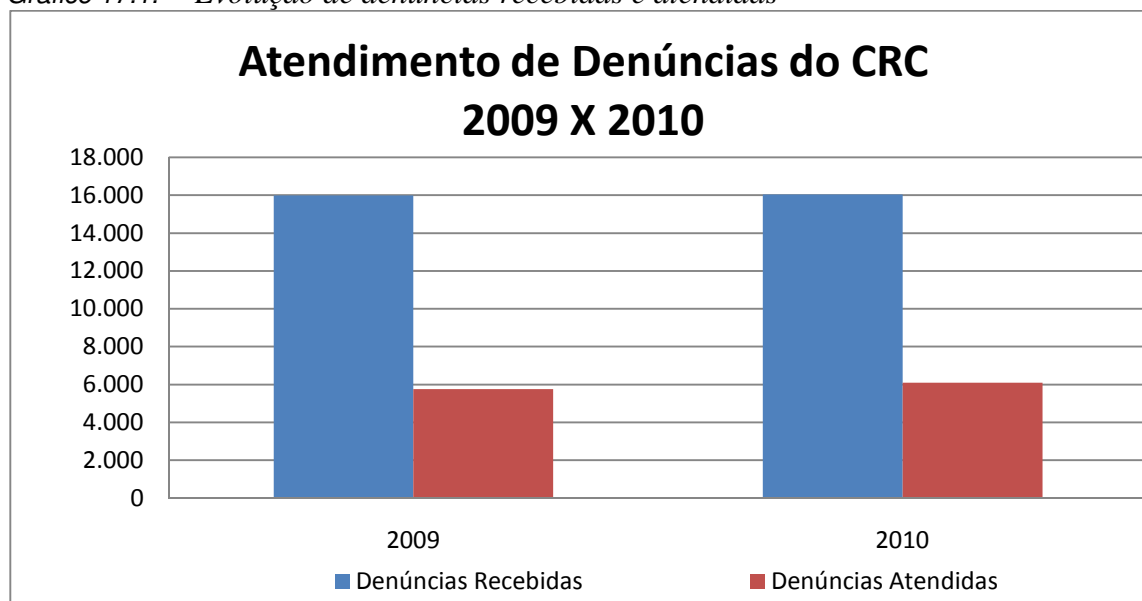
Em relação ao percentual de atendimento às denúncias recebidas do Centro de Relações com o Consumidor – CRC, cabe ressaltar que a melhoria do percentual muitas vezes esbarra na inconsistência das denúncias recebidas, que não permitem a elaboração de ação de fiscalização.

*Tabela 17.3. Denúncias recebidas*

<b>CRC</b>	<b>Denúncias recebidas</b>	<b>Denúncias atendidas</b>	<b>Atendimento de Demanda</b>
2009	15.995	5.758	36%
2010	16.046	6.098	38%

Fonte: SFI – CRC

Gráfico 17.1. *Evolução de denúncias recebidas e atendidas*



Fonte: SFI – CRC

### 17.1.3. DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO POR REGIÕES

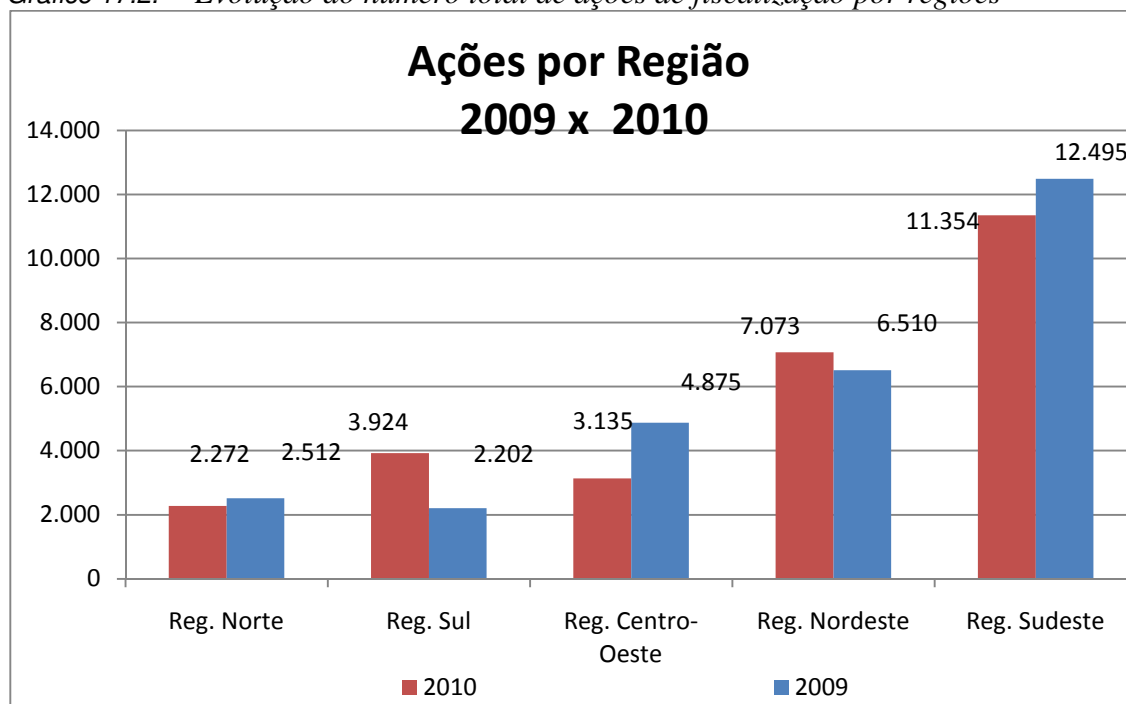
Em 2010, em números absolutos, as Regiões Sudeste e Nordeste receberam maior quantidade de ações de fiscalização devido à alta concentração de agentes econômicos. Se realizada comparação com o ano anterior, a Região Sul obteve crescimento expressivo, de aproximadamente 80%. Em uma análise macro, a ANP manteve sua presença em todo território nacional.

Tabela 17.4. *Distribuição do número total de ações de fiscalização por regiões*

Regiões	2009	2010
Região Norte	2.512	2.272
Região Sul	2.202	3.924
Região Centro Oeste	4.875	3.135
Região Nordeste	6.510	7.073
Região Sudeste	12.495	11.354

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

Gráfico 17.2. Evolução do número total de ações de fiscalização por regiões



Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

#### 17.1.4. NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS POR ESTADO

A partir de dados disponíveis, tais como quantidade de agentes de mercado, importância econômica e movimentação de combustíveis, a fiscalização norteou suas ações distribuídas pelas Unidades da Federação. Os citados indicativos foram trabalhados levando-se também em conta a estrutura da Superintendência: agentes de fiscalização, Unidades Regionais, pontos de apoio, órgãos conveniados, entre outros.

Tabela 17.5. Distribuição de ações de fiscalização por estado e cidade

<b>Estados</b>	
Bahia	1.992
Ceará	1.242
Distrito federal	1.149
Espírito santo	1.047
Goiás	1.440
Minas gerais	2.486
Pará	1.172
Paraíba	470
Paraná	1.619
Pernambuco	969
Rio de janeiro	3.277
Santa catarina	1.390
São paulo	4.544
<b>Cidades</b>	
Salvador	479
Fortaleza	550
Brasília	1.149

Vitória	179
Goias	2
Belo horizonte	722
Belém	337
Curitiba	544
João pessoa	143
Recife	453
Rio de janeiro	1.356
Florianópolis	240
São paulo	1.350

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação – SIGI-WEB

#### 17.1.5. NÚMERO DE MUNICÍPIOS FISCALIZADOS

A meta de abrangência foi baseada no critério da quantidade de postos revendedores de combustíveis existentes em cada localidade.

*Tabela 17.6. Número de municípios fiscalizados, por estado*

UF	Municípios Existentes	Municípios Fiscalizados
AC	22	04
AL	102	43
AM	62	07
AP	16	05
BA	417	189
CE	184	115
ES	78	48
GO	246	128
MA	217	77
MG	853	162
MS	78	22
MT	141	24
PA	143	71
PB	223	85
PE	185	63
PI	223	60
PR	399	81
RJ	92	75
RN	167	50
RO	52	09
RR	15	01
RS	496	64
SC	293	94
SE	75	41
SP	645	286
TO	139	20

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação – SIGI-WEB

É importante considerar que um município só é contabilizado na meta de abrangência se tiver ao menos 20% de seus postos revendedores de combustíveis fiscalizados no período analisado.

Obs.: Considera-se fiscalizado o município que tenha acima de uma Ação de Fiscalização.

O Distrito Federal foi excluído porque possui somente um município.

#### 17.1.6. HISTÓRICO DAS AUTUAÇÕES, INTERDIÇÕES DE ESTABELECIMENTOS E APREENSÕES DE PRODUTOS

Entre as motivações que geraram autos de infração, 8,0% referem-se à reprovação laboratorial das amostras coletadas durante as ações de fiscalização. O percentual foi superado pelos 8,9% relativos à existência de quadros e placas em desacordo com a legislação. Em 6,7% dos casos, a razão foi a não atualização dos dados cadastrais na Agência. Cerca de 6,0% referem-se à falta de autorização para o exercício da atividade e 4,4% à comercialização e/ou ao armazenamento de combustíveis fora das especificações técnicas estabelecidas pela ANP.

Do total de autuações, 21,5% resultaram na interdição dos agentes econômicos, superando a porcentagem de 2009 (19,5%).

Tabela 17.7. Evolução de autuações

	2009	2010
Autuações	6.664	5.341
Medida cautelar - interdição	1.310	1.151
Medida cautelar - apreensão	758	616
<b>Total</b>	<b>8.732</b>	<b>7.108</b>

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

#### 17.2. COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS APREENDIDOS - DESTINAÇÃO

Os volumes dos combustíveis líquidos apreendidos no ano de 2010 são detalhados segundo suas destinações na tabela:

Tabela 17.8. Volumes de combustíveis líquidos apreendidos

Destinação	Gasolina "C" Comum	Gasolina "C" Aditivada	Gasolina de Aviação	Etanol Hidratado	Óleo Diesel	Lub.	TOTAL (litros)	Percentual
Doação	16.977	-	-	12.524	7.000	-	36.501	0,46%
Reprocessamento	141.783	57.302	-	6.146.355	47.003	-	6.392.443	81,43%
Indevida: rompimento de lacre	34.874	-	-	15.125	12.012	-	62.011	0,79%
Destruição / Descarte	12.867	1.808	-	104.764	14.300	-	133.739	1,70%
Devolução por obtenção de autorização / documentação	81.508	28.494	111.122	117.804	142.242	45.347	526.517	6,70%
Permanece apreendido	286.667	31.966	-	126.136	166.089	87.646	698.504	8,89%
<b>TOTAL (litros)</b>	<b>574.676</b>	<b>119.570</b>	<b>111.122</b>	<b>6.522.708</b>	<b>388.646</b>	<b>132.993</b>	<b>7.849.715</b>	
<b>Percentual</b>	<b>7,30%</b>	<b>1,50%</b>	<b>1,40%</b>	<b>83%</b>	<b>4,90%</b>	<b>1,70%</b>		

Fonte: SFI – Coordenação de Medidas Cautelares.

Constata-se elevada participação do etanol hidratado combustível em virtude da apreensão de 5.260.120 litros fora de especificação em terminal portuário no município de Ipojuca, PE.

O quantitativo de produtos que permanece apreendido corresponde a 8,89% do volume de apreensões anual. Desconsiderando a supracitada apreensão no terminal de Ipojuca, verifica-se que aproximadamente 27% do restante do volume apreendido permanecem sob



responsabilidade de fiéis depositários, 44% foram encaminhados para reproprocessamento e cerca de 6,6% foram destinados a doações e descarte.

### 17.3. GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – QUANTITATIVO DE RECIPIENTES APREEN- DIDOS

Em 2010, foi implantado o Comitê de Erradicação do Comércio Irregular de GLP, com adesão de vários órgãos das esferas federal, estadual e municipal, além dos Ministérios Públicos e PROCONs. Com isso, desde o fim do ano, reforçou-se o combate ao comércio clandestino de GLP e a tendência é que os resultados fiquem mais evidentes em 2011.

*Tabela 17.9. Evolução trimestral das apreensões em termos de recipientes de GLP modelo P-13:*

	2010
1º Trimestre	9.593
2º Trimestre	27.575
3º Trimestre	15.465
4º Trimestre	35.862
<b>TOTAL</b>	<b>88.471</b>

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

### 17.4. CONVÊNIOS

Ao longo do ano, seis novos convênios foram celebrados: quatro Secretarias de Fazenda (Paraíba, Rio de Janeiro, Tocantins e Rio Grande do Norte), Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e Procon do Amapá.

Além disso, foram realizados cinco cursos de capacitação de agentes conveniados, sendo um no Corpo de Bombeiros e quatro nas Secretarias de Fazenda, totalizando 149 servidores treinados em procedimentos de campo e nas legislações pertinentes à fiscalização de agentes econômicos regulados pela ANP.

Tendo em vista, no plano interno, a reestruturação do formato de gestão dessas parcerias e, na prática, substancialmente, o encerramento do convênio com o CBM-GO, o número de ações de fiscalização realizadas pelos agentes conveniados diminuiu em relação ao ano anterior:

*Tabela 17.10. Numero de ações de fiscalização conveniadas*

<b>Nº TOTAL DE AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO CONVENIADA</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Convênio com ministério público	0	14
Convênio com secretarias estaduais de fazenda	279	97
Convênio com corpos de bombeiros	2.207	1.406
Convênio com prefeituras municipais	02	0
Total de ações conveniadas	2.488	1.517
Total de ações ANP	26.106	26.241
<b>Total de ações do ano</b>	<b>28.594</b>	<b>27.758</b>

Fonte: SFI – Sistema Integrado de Gestão da Informação - SIGI-WEB

### 17.5. PROCESSOS JULGADOS E ARRECADAÇÃO DE MULTAS

A ação de fiscalização tem por objetivo verificar a regularidade das operações do agente econômico. Caso o agente não apresente irregularidades, o ato de fiscalização se encerra imediatamente após o Documento de Fiscalização lavrado. No caso de ser identificada al-

guma irregularidade, o ato prossegue com a emissão de Auto de Infração, que dará origem a Processo Administrativo Sancionador.

O processo de descentralização do Setor de Análises Técnicas – SAT, visou à otimização e consequente agilidade na análise e julgamento dos processos administrativos da SFI, tendo se mostrado vitorioso, com o aumento da produtividade desses setores regionais, principalmente, em razão da experiência adquirida pelos servidores que os compõem.

A redução do passivo acumulado de processos foi um dos principais resultados alcançados em 2010 pela SFI, por meio do esforço concentrado da equipe do SAT-DF, da melhoria no desempenho do sistema de Julgamento de Processos de Fiscalização - JPF, da segregação dos processos e da equipe por temas afins, da atribuição de metas arrojadas de produção por servidor e do reforço da equipe com a chegada de novos membros.

Houve ainda expressivo aumento do número de processos julgados em 2010, comparado ao quantitativo de 2009, o que ocasionou também o incremento da arrecadação de multas em relação ao ano anterior. Tal ganho de produtividade pode ser atribuído ao amadurecimento da estrutura do setor, à maior experiência dos servidores na análise dos processos e à busca da uniformização dos entendimentos e julgamentos, em especial pela aprovação dos verbetes.

Existem, atualmente, 115 verbetes aprovados, sendo 14 deles assinados em 2010. Outros 13, produzidos e discutidos em 2010, estão em fase de aprovação.

O sistema Julgamento Processual de Fiscalização – JPF, desenvolvido com o Núcleo de Informática da ANP, permitiu grande avanço na gestão integrada de informações acerca dos processos administrativos que tramitam na Superintendência. Apesar disso, ainda precisa de aprimoramentos, em especial quanto à emissão de relatórios gerenciais e de prazos prescricionais.

*Tabela 17.11. Tabela comparativa de processos e multas nos últimos dois anos:*

	2009	2010
Número de processos julgados	5.716	9.407
Valor das multas recebidas (r\$)	26,8 milhões	56,8 milhões

Fontes: 1) Processos Julgados – SAT/DF - Setor de Análises Técnicas - SFI  
2) Multas recebidas: SFA/DF - SICAF

## 17.6. LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

No que tange à regulamentação, a SFI, com a aprovação da Diretoria, submeteu à consulta e audiência públicas minuta de resolução para instituir o Documento de Estocagem e Comercialização de Combustíveis – DECC, em substituição ao atual Livro de Movimentação de Combustíveis – LMC. As sugestões recebidas nesse processo estão sendo objeto de análise por esta Superintendência e, posteriormente, a minuta resultante será enviada para deliberação da Diretoria Colegiada da ANP. Em paralelo, o sistema de informática necessário à implementação da futura resolução encontra-se em finalização pelo Núcleo de Informática.

A norma citada, que tornaria obrigatório o envio eletrônico à ANP dos dados de movimentação de combustíveis dos revendedores, foi concebida com o objetivo de oferecer mais uma ferramenta à fiscalização, possibilitando a análise crítica das informações prestadas e, consequentemente, melhor direcionamento dos recursos disponíveis.

Outro ponto que merece destaque nesse tópico diz respeito à análise interna e às discussões técnicas com a Procuradoria-Geral da ANP acerca da possibilidade, à luz da legislação em vigor, de a fiscalização se utilizar da notificação prévia para reparação de condutas infracionais de menor gravidade, como, por exemplo, ausência ou inadequação de placas e adesivos. O objetivo é que a ANP possa desempenhar seu papel orientador/educacional, confe-

rindo ao agente regulado a oportunidade de corrigir algumas irregularidades em determinado lapso temporal. Caso não o faça, será autuado e penalizado pela irregularidade. A questão encontra-se em análise interna na Agência.

## 18. DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Um dos eixos principais das reformas nas indústrias de petróleo, gás natural e álcool combustível iniciadas na metade da década de 90 foi sua orientação competitiva. A importância dada à defesa da concorrência aumentou substancialmente, acompanhando as transformações no modo tradicional de organização destes setores. A proteção da concorrência é não apenas objetivo da política energética nacional (art. 1º, IX, Lei n.º 9.478/97), mas princípio constitucional que deve nortear toda ação estatal.

Isto porque a defesa da concorrência tem por fundamento a defesa do interesse comum, não sendo um fim em si mesmo, mas um meio pelo qual se busca um resultado mais eficiente para a sociedade como um todo. Nesse sentido, busca não a proteção dos concorrentes individuais ou de consumidores particulares, mas a proteção do processo competitivo nos mercados.

Na indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, a atuação antitruste não se resume apenas à Lei n.º 8.884, de 1994, e ao arcabouço institucional voltado para sua aplicação, mas também a todas as ações do Estado relacionadas a ela. Todos os agentes do poder público que tomam decisões que possam afetar as condições de concorrência nos mercados regulados por esta Agência devem levar em conta o princípio concorrencial.

A ANP, em particular, tem dentre suas finalidades a proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. A Agência, entretanto, não regula preços nem tampouco a quantidade ofertada. Deve atingir os objetivos legais, quanto a estes aspectos, através da proteção do processo competitivo nos mercados.

Considerando que a garantia de concorrência é fator essencial para o sucesso dos modelos implementados, tanto nos segmentos de *upstream* quanto nos segmentos integrantes do *downstream*. Nesse sentido, a área de defesa da concorrência na ANP, por meio da atuação da Coordenadoria de Defesa da Concorrência (CDC), em sua interação com os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), abrange duas vertentes: a prevenção de práticas anticompetitivas, por meio do controle das estruturas de mercado; e a repressão de condutas anticoncorrenciais. A atuação da Agência no que tange à primeira vertente consiste em avaliar, por meio de pareceres técnicos e quando solicitado pela Secretaria de Direito Econômico (SDE), o impacto das operações de fusão e aquisição de empresas da indústria de petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis sobre os mercados específicos. Cabe esclarecer que essas operações são submetidas à análise do SBDC, composto pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE), SDE e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

No que tange à segunda vertente, considerando a competência específica da ANP na defesa da ordem econômica, definida no art. 10 da Lei n.º 9.478, de 1997, a Agência, na hipótese de identificação de indícios de prática lesiva à concorrência, deve comunicar à SDE e ao CADE, ambos do Ministério da Justiça, fatos que possam configurar infrações contra a ordem econômica, para a adoção das medidas cabíveis no âmbito da Lei n.º 8.884, de 1994, Lei de Defesa da Concorrência.

Atividade de suma importância realizada consistiu no atendimento ao público em geral, demandantes internos, Poder Executivo, Ministérios, demais órgãos governamentais, agentes econômicos, consumidores, consultores nacionais e estrangeiros, estudantes e especialmente PROCONs, DECONs e Poder Judiciário, diretamente ou por meio da Procuradoria Geral – PRG/ANP. Este atendimento se dá primordialmente sob a forma de notas técnicas, que apresentam estudos acerca dos mercados de combustíveis com a finalidade de atender solicitações da SDE e de outros órgãos dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, do Mi-

nistério Público Federal, dos Ministérios Públicos Estaduais, dos PROCONs e de outras entidades públicas ou civis em todo o País. Esses estudos têm por objetivo identificar indícios da ocorrência de práticas anticoncorrenciais por parte dos agentes que atuam no abastecimento nacional de combustíveis a partir da análise do comportamento dos preços e da estrutura de mercado. No caso dos Ministérios Públicos, os estudos desenvolvidos servem para instruir processos e inquéritos, cujos objetos estão relacionados a denúncias de condutas anticompetitivas por parte de empresas que atuam nos mercados de combustíveis. As conclusões dos estudos identificam a existência ou não de indícios de infrações contra a ordem econômica, do ponto de vista estritamente econômico, e norteiam as decisões a serem tomadas pelos órgãos públicos, levando em conta as suas atribuições no que se refere à apuração de práticas anticompetitivas. Eventualmente o CADE faz diligências com o fito de obter informações adicionais concernentes aos processos já instruídos pela SDE. Nesse caso, a Coordenadoria manifesta-se também por intermédio de notas técnicas, uma vez que se refere a algum ponto específico sobre o qual o conselheiro do CADE não se encontrava suficientemente convencido sobre os elementos de prova constantes nos autos.

Outro aspecto importante do trabalho compreende o relacionamento com entes regulados, seus representantes e o público em geral, já que à Coordenadoria são repassadas as denúncias recebidas pela Agência através de seu Centro de Relações com o Consumidor.

Em junho de 2003, a ANP firmou um acordo de intercâmbio de informações e cooperação técnica e operacional com a SDE. Esse acordo substituiu o celebrado com o CADE e a SDE em 2000, que vigorou até março de 2002. O referido instrumento estabelece mecanismos que visam a uma maior celeridade nos procedimentos de prevenção e de repressão de infrações da ordem econômica no setor de petróleo, seus derivados e gás natural. O último acordo expirou em junho de 2005 e a minuta de um novo acordo a ser firmado entre as partes encontra-se em análise pelo Ministério da Justiça, já que a perspectiva de redefinição das competências dos órgãos que compõem o SBDC, a serem provocadas pelos Projetos de Lei n.º 3.337/04 (atual Projeto de Lei da Câmara nº 06/09) e n.º 5.877/05, imporá a revisão dos antigos acordos e o estabelecimento de novos acordos de cooperação técnica também com CADE e SEAE.

Como a finalidade primordial das matérias de defesa da livre concorrência e de regulação econômica consiste na repressão e na prevenção do abuso do poder econômico nos mercados de bens e serviços, a atividade regulatória das agências setoriais e as funções de defesa da concorrência guardam uma relação de complementaridade. Alguns instrumentos utilizados para a regulação econômica em um determinado mercado são também empregados para a regulação da defesa da concorrência: controle de entrada e saída das empresas (controle estrutural que equivale à prevenção antitruste) e controle de preços e da qualidade de bens e serviços (controle da conduta e do desempenho que corresponde à forma de atuação repressiva às práticas anticompetitivas).

Desde 2002, são elaborados pela Coordenadoria de Defesa da Concorrência, e disponibilizados pela Agência, os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para gasolina comum, etanol hidratado e GLP, no seu sítio na Internet. A partir de setembro de 2003, incluíram-se os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para GNV e óleo diesel. Os relatórios analisam o comportamento dos mercados de distribuição e de revenda dos combustíveis à luz das informações do levantamento de preços da ANP, com o objetivo de identificar os municípios com baixos índices de dispersão entre preços de revenda, indicativo da possibilidade de ocorrência de infração à ordem econômica. As conclusões dos relatórios no que diz respeito aos indícios de alinhamento de preços servem de base para elaborar uma análise mais detalhada do comportamento dos preços em um determinado mercado. Anualmente, são também disponibilizados relatórios que analisam a trajetória dos preços desses combustí-

veis. Em 2010, foram publicados os relatórios mensais referente aos meses de janeiro a setembro de 2010, perfazendo um total de 36 (trinta e seis) relatórios mensais. Os demais relatórios mensais de 2010 serão publicados ao longo de 2011. Além disso, foram realizados estudos comparativos de preços de gasolina A, óleo diesel, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo entre o mercado internacional e o nacional.

Também foram elaborados 25 (vinte e cinco) edições do Informe Quinzenal de Preços de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural no Mercado Internacional, publicação que visa informar ao público interno os principais fatores que influenciam o mercado internacional de petróleo.

A CDC/ANP é também responsável pela contratação e disponibilização para divulgação do acompanhamento do comportamento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis, com a realização de uma pesquisa de preços semanal, denominada Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis (LPMCC). Atualmente, o LPMCC abrange gasolina comum, etanol hidratado combustível (álcool etílico hidratado combustível - AEHC), óleo diesel não aditivado, gás natural veicular (GNV) e gás liquefeito de petróleo (GLP), pesquisados em 555 localidades, cerca de 10% dos municípios brasileiros, de acordo com procedimentos estabelecidos pela Portaria ANP nº 202, de 15/8/2000. Os resultados das pesquisas são disponibilizados semanalmente à sociedade por meio do sítio eletrônico da ANP na internet. Essa divulgação possibilita ao consumidor tomar conhecimento dos preços praticados no mercado e fazer a melhor opção de compra. As pesquisas de preços também orientam a ANP na identificação, do ponto de vista estritamente econômico, de indícios de infrações à ordem econômica, tal como a formação de cartel. A página de divulgação dos resultados das pesquisas semanais, portanto, constitui importante ferramenta de pesquisa por parte da sociedade, sendo utilizada por agentes econômicos, órgãos de governo e consumidores em geral.

No ano de 2010, o programa de Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis – LPMCC, que se insere no âmbito das atribuições da ANP relativas a preços de combustíveis, teve como destaques:

A celebração, no dia 12 de agosto, do Contrato Administrativo n.º 9.142/10-ANP-006.998 entre a ANP e a empresa Análise e Síntese Pesquisa e Marketing Limitada, atual empresa responsável pela prestação do serviço de pesquisa semanal de preços, selecionada por meio de processo licitatório do Pregão Eletrônico n.º 056/10-ANP;

Conclusão da primeira etapa do desenvolvimento de novo sistema eletrônico referente ao recebimento dos dados primários da pesquisa do LPMCC e à geração de relatórios gerenciais

Divulgação no sítio eletrônico da ANP da Metodologia adotada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis para detecção de cartéis (Nota Técnica n.º 025/2010).

A tabela abaixo mostra a evolução das coletas de preços realizadas nos pontos de venda de combustíveis automotivos e de GLP, no período de 2000 a 2010.

*Tabela 18.1. Evolução da Coleta de Preços*

Ano	Pontos de Venda Pesquisados*	
	combustíveis automotivos	GLP
2000	73.951	
2001	230.593	115.916
2002	501.928	363.269
2003	471.892	303.967

2004	583.075	351.697
2005	602.257	349.013
2006	607.332	484.899
2007	572.584	412.001
2008	465.532	444.346
2009	389.636	354.261
2010	444.311	403.504

\* Somatório das visitas feitas a pontos de revenda ao longo das semanas em que foi realizada a pesquisa.

Fonte: CDC/ANP

A CDC deu também continuidade ao acompanhamento de preços praticados por produtores e importadores nacionais de gasolina A, óleo diesel, querosene de aviação (QAV), gás liquefeito de petróleo (GLP), óleo combustível A1, A2 e B1, cimento asfáltico de petróleo 30 45 e 50 70, nafta petroquímica e asfalto diluído de petróleo de cura rápida 250 e de cura média 30, de acordo com procedimentos estabelecidos pela Portaria ANP n.º 297, de 18/12/2001. Os preços médios ponderados semanais são divulgados no sítio eletrônico da Agência, garantindo à sociedade o conhecimento dos preços praticados pelos agentes econômicos de todos os segmentos do mercado, reduzindo a assimetria de informações e contribuindo para a transparência das práticas comerciais e para o bom funcionamento do mercado.

Também teve continuidade o acompanhamento dos preços praticados pelas distribuidoras de asfalto no país, disponibilizado no sítio eletrônico da ANP, o que confere ampla divulgação do resultado do trabalho, conforme decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão AC-2649-51/07-P, item 9.4. Em novembro de 2009, por meio da Resolução ANP n.º 35/2009, a cesta de produtos asfálticos cujos preços são objeto de acompanhamento foi ampliada, passando a conter todos os produtos especificados pela ANP. Ao longo do ano de 2010 a Coordenadoria instruiu dois processos administrativos para, tendo em vista as atribuições constantes do art. 2º da Resolução ANP nº 27/2008, auferir a qualidade e confiabilidade dos dados encaminhados à Agência.

Concomitantemente às ações empreendidas pela CDC, o egrégio Tribunal de Contas da União havia também identificado, no âmbito do processo n.º TC 010.797/2007-8, possíveis discrepâncias nos preços das regiões Norte e Centro-Oeste publicados por esta ANP e utilizados pelo DNIT na aquisição de materiais betuminosos. Tal conclusão deu origem a uma nova decisão por parte do nobre colegiado, que determinou a esta ANP, em seu Acórdão n.º 1447/2010 – TCU – Plenário, item 9.6: i) A realização de auditoria nas informações enviadas pelas distribuidoras de asfaltos das regiões Norte e Centro-Oeste, nos termos do art. 2º da Resolução ANP n.º 27/2008 (item 9.6.1); e ii) O encaminhamento, no prazo de 180 dias, das estruturas de formação de preços de distribuição de produtos asfálticos, segregadas por unidade da federação e região geográfica e nacionalmente consolidadas (item 9.6.2). Tais ações foram implementadas ao longo de 2010.

Paralelamente, foi dado prosseguimento ao acompanhamento da arrecadação da CI-DE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico)<sup>1</sup>, dos atos da Comissão Técnica Permanente do ICMS e das resoluções do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e à participação brasileira do Grupo de Tarefa C: Preços, Tarifas e Tratamento Tributário do Setor Energético – Combustíveis, do Subgrupo de Trabalho 9 – SGT-9: Energia e Mineração, no âmbito do Grupo Mercado Comum – GMC, órgão executivo do Mercado Comum

1 A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico é incidente sobre a importação e a comercialização de gasolina e suas correntes, diesel e suas correntes, querosene de aviação e outros querosenes, óleos combustíveis – *fuel-oil*, gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado de gás natural e de nafta, e álcool etílico combustível

do Sul – MERCOSUL<sup>1</sup> (mensalmente, dados relativos a preços, margens e tributação de combustíveis são atualizados por todos os países integrantes do bloco no sítio eletrônico do MERCOSUL (<https://www.se.gob.ar/basemercosur/login.php>), permitindo que estes países efetuem análises e estudos comparativos destinados a grupos de estudos do MERCOSUL – SGT N.º 9).

Por fim, por solicitação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a partir de 2009, o envio dos preços médios ponderados mensais de realização praticados pelos produtores (refinarias, centrais petroquímicas e formuladores) e importadores de óleo diesel, óleo combustível A1 e óleo combustível B1 referentes ao último trimestre do ano anterior passou a ocorrer até o dia 15 de janeiro de cada ano.

---

1 Desde 1991, o Brasil participa como membro do referido grupo, que tem dentre suas funções i) velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos assinados no seu âmbito; ii) fixar programas de trabalho que assegurem avanço para o estabelecimento do mercado comum e, iii) negociar, com participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum, acordos em nome do MERCOSUL com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O objetivo do grupo tarefa C é o intercâmbio de dados e informações e o desenvolvimento de estudos com o propósito de promover a integração energética entre os países do bloco.



## 19. GESTÃO INTERNA

A Secretária Executiva (SEC) tem como competência atuar no âmbito da gestão interna, principalmente no que diz respeito à contínua melhoria dos instrumentos de gestão a serem utilizados pela Agência.

Em 2010, a ANP, por meio da Secretária Executiva, trabalhou na implementação de projetos de melhoria que visam dar consequência as melhores práticas da gestão pública. Dentre esses projetos, podem ser destacados os seguintes:

- ✓ definição de metodologia e levantamento de diretrizes estratégicas da ANP;
- ✓ revisão dos instrumentos normativos do processo decisório;
- ✓ revisão do normativo interno para consulta e audiência pública;
- ✓ revisão do Regimento Interno da Agência, com foco no aprimoramento das competências das unidades, na simplificação dos processos e da delegação de competências e nas novas atribuições legais decorrentes da Lei do Gás e da Lei do Marco Regulatório do Pré –Sal;
- ✓ aprimoramento da gestão de acordos administrativos;
- ✓ capacitação de servidores, levantamento de informações e desenvolvimento de solução de informatizada de apoio para a criação da Carta de Serviços da ANP;
- ✓ desenvolvimento de metodologia e definição de indicadores globais e intermediários de avaliação para efeito cálculo de gratificação de desempenho de servidores.
- ✓ proposição de melhorias no âmbito da gestão documental, com foco no protocolo, na utilização de ferramenta informatizada e no tratamento de informações e documentos sensíveis (item 21.4 deste capítulo);

Do conjunto de projetos desenvolvidos, alguns estão em fase de implementação ou se converteram em propostas que estão sendo apreciadas pela Diretoria Colegiada e devem ser submetidas à aprovação da Diretoria Colegiada e implementadas em 2011.

Como parte do esforço de definição do modelo de gestão estratégica da ANP, a SEC, no segundo semestre de 2010, discutiu com os Diretores da definição das principais ações a serem desenvolvidas pela Agência no biênio 2011/2012. Esse levantamento procurou estabelecer um conjunto de ações a partir da missão da ANP, com foco na atuação na sociedade e no aprimoramento institucional. Além disso, a partir de critérios de urgência, impacto na sociedade, capacidade de execução e necessidade foram definidas as prioridades das ações. Esse exercício teve por objetivo inicial criar um piloto, cuja implementação e acompanhamento será realizada pela SEC para estimular a reflexão sobre os temas estratégicos da Agência e permitir a criação de massa crítica para a realização de um exercício mais amplo de planejamento estratégico.

O processo decisório da ANP e o normativo interno para consulta e audiência pública também foram objetos revisão e de propostas de melhoria, que serão expostas no item 21.1 deste capítulo.

Em relação ao Regimento Interno da ANP, o projeto de revisão aguardou a edição do decreto 7.382, de 2 de dezembro de 2010 que regulamentou a lei nº 11.909, de 4 de março de 2009 (Lei do Gás) e as alterações na Lei 9.478/97, decorrentes da promulgação da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e que estabelece o novo marco regulatório para as atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas. A Diretoria Colegiada estava, no final do exercício motivo deste relatório, apreciando as alterações propostas. Prevê-se que, ao final do primeiro trimestre de 2011, a revisão seja concluída, aprovada e publicada. Dentre as mudanças contidas na proposta, destacam-se:

- ✓ distribuição das novas competências originadas da Lei do Gás,
- ✓ distribuição de competências em função da Lei 12.351 /2010

- ✓ introdução de mecanismos de delegação de competência e de aprovação de matérias urgentes, *ad referendum* da decisão do colegiado;
- ✓ detalhamento das instâncias administrativas de julgamento de recursos e;
- ✓ aprimoramento das competências comuns aos chefes de unidades organizacionais.

Outro projeto que foi implementado relaciona-se ao aprimoramento da gestão de acordos administrativos. Seus detalhes estão expostos no item 21.3 a seguir.

Com relação à Carta de Serviços ao Cidadão, no decorrer de 2010, em função inclusive dos impactos da revisão das atribuições da ANP decorrentes da Lei do Gás e da Lei 12.351 /2010, a Secretária Executiva optou por investir na capacitação dos seus servidores, no levantamento prévio dos serviços prestados pela ANP por meio de suas unidades organizacionais, e no desenvolvimento de uma solução informatizada para consulta da carta via rede mundial de computadores. A escolha desse caminho visa evitar retrabalho e simplificar o acesso dos cidadãos e dos agentes econômicos às informações sobre os serviços da ANP. A previsão de conclusão do projeto Carta de Serviços é o final do primeiro trimestre de 2011.

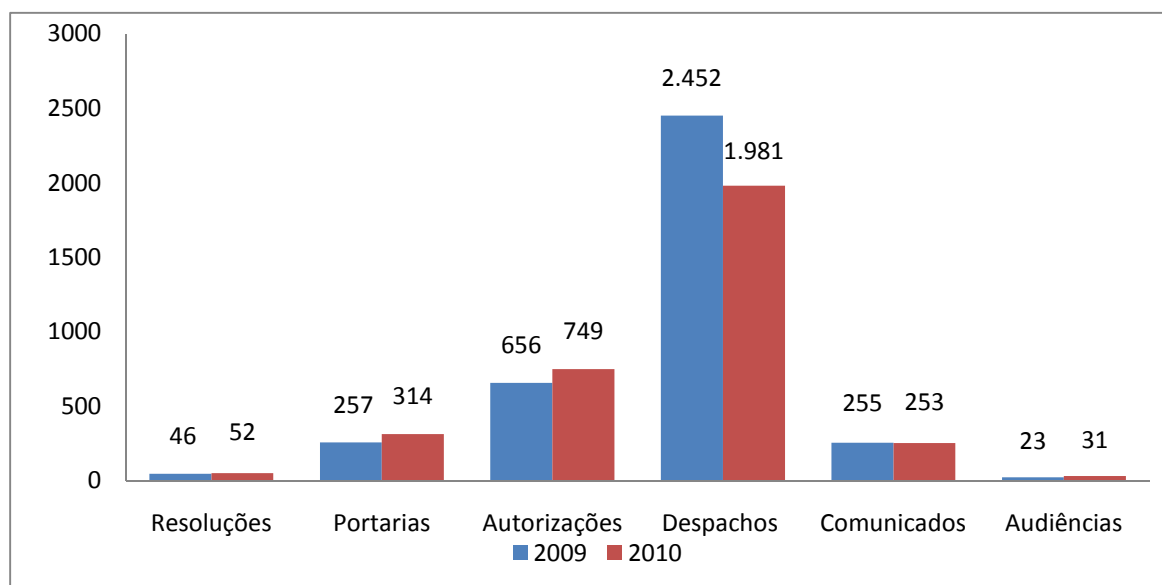
Em 2010, foi aprovada pela diretoria a Portaria nº 181/201, que estabeleceu as Metas Globais para o segundo período avaliativo relativo ao cálculo de pagamento de gratificações de desempenho. Esse projeto decorre de demanda da Superintendência de Gestão de Recursos Humanos e foi desenvolvido em estreita parceria com aquela unidade e com a Superintendência de Planejamento e Pesquisa.

#### 19.1. 21.1 – APOIO À DIRETORIA E PROCESSO DECISÓRIO

A ANP tem como sua instância máxima de deliberação a Diretoria Colegiada. O processo decisório permeia toda a casa e é concluído na Diretoria Colegiada, que decide, em instância administrativa final, sobre matérias de competência da autarquia.

Essa ação se traduziu, em 2010, na aprovação e publicação no Diário Oficial da União de 3.380 atos. O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de atos expedidos pela Agência, nos últimos dois anos.

Gráfico 19.1. Atos publicados 2009/2010

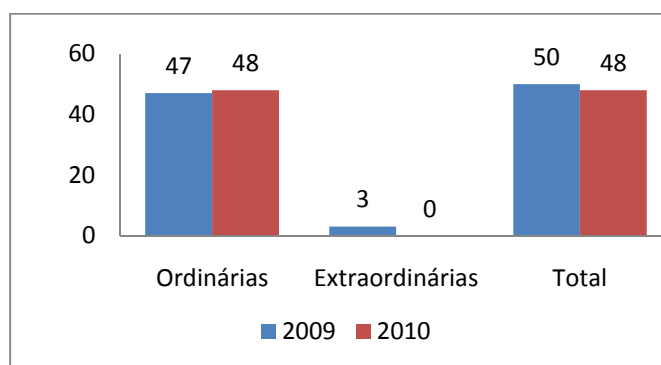


Fonte: SEC/ANP

Para que as propostas do corpo técnico da casa se transformem em decisões do colegiado, a SEC trabalhou na preparação e adequação das pautas das reuniões, na confecção das atas e no encaminhamento e publicação de resoluções, acompanhando o cumprimento das decisões, naquilo que se relaciona às suas competências.

As reuniões da Diretoria ocorrem ordinariamente a cada semana e extraordinariamente em funções de decisões de urgência e relevância. O gráfico abaixo apresenta a quantidade de reuniões realizadas em 2009 e 2010.

Gráfico 19.2. *Reuniões de Diretoria 2009/2010*



Fonte: SEC/ANP

Todo esse fluxo de informações é gerido por meio de ferramenta informatizada, constantemente aperfeiçoada para fazer frente às demandas dos usuários e para dar aos membros da Diretoria Colegiada e seus assessores informações consistentes, para instrução das decisões. Além disso, no sítio da ANP na rede mundial de computadores, são disponibilizados semanalmente as pautas e atas das reuniões da Diretoria Colegiada.

Em 2010, foi dada continuidade ao projeto de Aperfeiçoamento do Processo Decisório, com a finalidade de obter:

- ✓ mais transparência;
- ✓ ampla publicidade das reuniões de diretoria
- ✓ melhores subsídios para a tomada de decisão;
- ✓ menor tempo de tramitação dos processos;
- ✓ menores custos associados ao processo decisório.

No segundo semestre de 2010, a Secretaria Executiva submeteu ao Colegiado Proposta de Ação destinada a alterar a Instrução Normativa que regula o funcionamento das Reuniões de Diretoria. A proposta objetivou implantar reuniões públicas do Colegiado, transmitidas pela rede mundial de computadores, com foco na transparências das ações da ANP.

Também merece destaque a proposta de revisão da instrução que trata das consultas e audiências públicas. A revisão procurou mais bem delimitar as responsabilidades das áreas internas, favorecendo ao máximo a transparência e o acesso de cidadãos e agentes aos processos de revisão ou proposição de resoluções que os afetam.

Também foram desenvolvidas melhorias nas ferramentas informatizadas de apoio ao processo decisório. A principal melhoria que deve ser implantada em 2011 é o Caderno de Pauta Eletrônico. Essa ferramenta possibilitará o acesso da pauta em tempo real, com possibilidade de seu compartilhamento entre assessores e diretores, a troca de comentários e orienta-

ções entre eles, o acesso via web de fora dos limites físicos da ANP e a redução de gastos com papel e reprografia. A iniciativa permite a elaboração do Caderno de Pauta em tempo curto e, principalmente, viabiliza a disponibilização dos itens de pauta mais rapidamente, em benefício da análise a ser feita pelos Diretores e suas assessorias, com repercussões positivas no processo de discussão e aprovação, durante a reunião do conselho diretor da casa.

## 19.2. ACESSO À LEGISLAÇÃO

A Secretaria Executiva mantém e aprimora permanentemente sistema no sítio da ANP na rede mundial de computadores que permite disponibilizar, para consulta irrestrita, toda a legislação brasileira do setor, desde a década de 1930.

O sistema atualiza diariamente a legislação do setor de petróleo, gás natural e biocombustível. Em 2010, o acervo legislativo da ANP ultrapassou 30.000 normas, disponibilizadas à sociedade e aos servidores da casa. A base de dados recebe cerca de 1.000 acessos diários.

As tabelas a seguir mostram as normas inseridas no sistema ou nele alteradas nos três últimos anos.

*Tabela 19.1. Normas inseridas 2008/2010*

	2008	2009	2010
Emendas Constitucionais	1	5	4
Resoluções ANP	44	46	52
Portarias ANP	392	257	312
Autorizações ANP	605	656	749
Despachos ANP	1889	2452	1981
Ato Declaratório Executivo COFIS	16	12	10
Ato COTEPE	34	29	28
Convênio ICMS	10	8	5
Decretos Legislativos	1	3	0
Decretos	25	9	14
Instrução Normativa Receita Federal - RFB	7	2	9
Instrução Normativa Secretaria Especial de Agricultura e Pesca - SEAP	1	0	0
Instrução Normativa Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão - SLTI	2	1	0
Leis	2	5	5
Medidas Provisórias	3	1	
Portarias Coordenadoria Geral de Zoneamento Agropecuário - CGZA	2	2	0
Portarias Conjuntas	1	0	1
Portaria INMETRO	53	54	35
Portaria Interministerial	4	2	0
Portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1	0	1
Portaria Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT	3	0	1
Portaria Ministério de Minas e Energia - MME	6	10	12

Portaria Procuradoria Geral Federal - PGF	3	0	2
Portaria Secretaria Especial da Agricultura e Pesca - SEAP	25	25	0
Protocolo ICMS	6	5	0
Resolução Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA	0	0	1
Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE	3	5	1
Total	3.136	3.589	3.223

Fonte: SEC/ANP

*Tabela 19.2. Normas Alteradas 2008/2010*

Mês	2008	2009	2010
Janeiro	42	34	51
Fevereiro	48	49	33
Março	35	35	34
Abril	55	54	35
Maio	48	77	68
Junho	45	52	41
Julho	57	58	52
Agosto	45	55	21
Setembro	38	55	38
Outubro	34	40	29
Novembro	58	70	20
Dezembro	51	103	40
Total	556	682	462

Fonte: SEC/ANP

As normas disponibilizadas abrangem principalmente as seguintes áreas:

- ✓ legislação federal – superior e inferior do setor petrolífero, gás natural e biocombustíveis. O acervo inclui emendas constitucionais, leis, decretos, decretos-lei, medidas provisórias, resoluções e portarias de órgãos que antecederam a ANP (Conselho Nacional de Petróleo e Departamento Nacional de Combustíveis) e portarias interministeriais;
- ✓ regulamentação editada pela ANP – resoluções, portarias, autorizações e despachos, além de todo o conteúdo das rodadas de licitações de blocos;
- ✓ legislação estadual e de meio ambiente – superior e inferior – de 13 unidades da Federação (Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe), relacionadas ao setor petrolífero, gás natural e biocombustíveis;
- ✓ normas emanadas dos ministérios, principalmente o de Minas e Energia, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e do Meio Ambiente.

O ano de 2010, em relação ao ano precedente, mostrou um aprimoramento na forma e na agilidade das normas inseridas na base de dados do sistema. Com relação às normas federais, as unidades organizacionais solicitaram inclusões de normas ligadas diretamente ao campo de atuação da ANP. Estes inclusões ocorreram após uma análise da interligação existente. O crescimento do número de normas inseridas e a ampliação da demanda, principalmente em períodos específicos relacionados à publicação de atos com grande impacto nos

mercados regulados, impõem uma revisão das ferramentas utilizadas. Essa revisão deverá ser feita em 2011.

### 19.3. 21.3 – ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONVÊNIOS.

A Secretaria Executiva mantém o Banco de Dados de Contratos e Convênios. Nele estão armazenadas informações relativas aos principais atributos dos contratos e convênios celebrados pela ANP, desde o início da Agência. Todas essas informações estão interligadas com informações do acompanhamento da execução, permitindo o conhecimento preciso da posição financeira e orçamentária de cada contrato ou convênio. A análise da estrutura da base de dados permite a visualização das diferentes opções de relatórios que dela podem ser extraídos, como, por exemplo, relatórios para acompanhamento de prazos, acompanhamento financeiro, posição orçamentária, execução por unidade administrativa etc.

Em 2010, foram acrescentados cerca de 300 registros referentes a todos os processos licitatórios e sobre convênios e termos de cooperação iniciados pela Agência. Detalhando esses registros, chega-se a:

- ✓ 155 contratos;
- ✓ 118 termos aditivos contratos;
- ✓ 22 convênios
- ✓ 5 Termos de cooperação;
- ✓ 2 termos aditivos de convênios e de termos de cooperação.

Os demais registros se referem às homologações, adjudicações, cancelamentos e notas de empenho. Todos esses registros formam a base para os relatórios de gestão interna e para o cumprimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo. Essa informação é disponibilizada mensalmente no sítio da Agência na rede mundial de computadores.

O envio mensal aos chefes de unidade organizacional e diretores das informações do banco de dados, principalmente em relação aos prazos de vigências e renovação, contribuiu para uma redução significativa do número de renovações e contratações emergenciais submetidas à Diretoria Colegiada. Em 2005, para os 177 contratos assinados ocorreram 10 renovações ou contratações emergenciais. A partir de março 2007, o envio do relatório de Acompanhamento de Contratos e Convênios produziu impacto significativo, reduzindo — ano após ano — o número de contratações emergências. Em 2010, de um total de 159 contratos assinados, a Diretoria Colegiada só aprovou uma contratação emergencial.

Como parte do esforço de melhorar a gestão dos acordos administrativos, a ANP, através da SEC, atuou no sentido de rever os normativos internos para definir melhor divisão de responsabilidades de gestão dos contratos. Paralelamente a SEC trabalhou no desenvolvimento de uma ferramenta de apoio ao trabalho de gestão dos contratos por parte das unidades organizacionais.

Assim, em outubro de 2010, foi aprovada a revisão da Instrução Normativa 004/1999, Série Gestão Interna, que detalhou as atribuições de Administradores e Assistentes de contratos.

Definidas as responsabilidades de administradores e assistentes, as informações da base de dados passaram ser disponibilizadas para as unidades organizacionais por meio do Módulo de Contratos do Sistema de Informações Documentais, SID. Esse módulo tem por finalidade apoiar administradores e assistentes de contrato, oferecendo funcionalidades e relatórios que facilitam o acompanhamento, o controle e gerenciamento dos acordos administrativos. O módulo foi implementado de forma gradativa, sendo disponibilizado por etapas, en-

globando inicialmente apenas três unidades. No final de 2010, de um total de 16 unidades que possuíam acordos administrativos sobre sua responsabilidade, 10 já haviam sido treinadas nas funcionalidades do sistema e seis já haviam incorporado a utilização do módulo na sua rotina de acompanhamento dos acordos administrativos. A meta é que, ao final do primeiro semestre de 2011, todas as unidades responsáveis por contratos estejam utilizando plenamente o módulo correspondente.

#### 19.4. GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS DA ANP

A ANP, por intermédio da SEC, realizou vários projetos em 2010, a maioria em continuidade às ações já iniciadas em 2009, como o Projeto Diagnóstico dos Protocolos, cuja apresentação do relatório final do Protocolo do Rio de Janeiro para a Superintendência de Gestão Administrativa e Financeira – SFA, teve como resultado o atendimento a algumas recomendações sugeridas como por exemplo a ampliação do espaço físico do Protocolo do 12º andar do espaço próprio para o Protocolo Térreo, de forma a prover um ambiente favorável e adequado para a realização de suas atividades.

Com o intuito de promover o uso intensivo do sistema informatizado de gestão documental (Próton) e de estimular o aprendizado em gestão documental, como ocorrido em anos anteriores, a SEC realizou o treinamento em 23 turmas perfazendo o total de 87 usuários de 29 unidades organizacionais da agência. Além disso, com o objetivo de aproximar os usuários da ferramenta, foi disponibilizada uma enquete interna com todos da ANP, no período de 26/04 a 27/05/2010, para a escolha do novo nome do Próton, por meio da intranet corporativa, para que o processo de escolha fosse participativo e para que o novo nome fosse aceito de forma natural na casa. Além do novo nome, a Secretaria Executiva – SEC, em articulação com o Núcleo de Informática – NIN, disponibilizou uma nova versão do Sistema de Informações Documentais – SID (nome escolhida na enquete) para toda a ANP. Com uma interface mais amigável, a expectativa é a de que a nova versão seja de mais fácil de utilização, visando atender melhor as expectativas e necessidades dos usuários. Antes da implantação da nova versão, foram realizados encontros com os usuários da ferramenta, no Escritório Central do Rio de Janeiro, na Sede em Brasília e nos Escritórios Regionais de São Paulo e Salvador com vistas a prepará-los para a implantação, com a apresentação das melhorias e benefícios da nova versão.

Ainda no que diz respeito ao aperfeiçoamento do SID, a SEC fez uma análise comparativa da ferramenta tendo como base o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – E-Arq Brasil, publicado pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, de forma a:

- ✓ subsidiar o termo de referência para a contratação de serviços continuados de manutenção e customização da ferramenta;
- ✓ para que o SID esteja aderente às melhores práticas de gestão de documentos e;
- ✓ para conferir credibilidade à produção e manutenção dos documentos arquivísticos produzidos pela agência.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicação da ANP, coordenado pela SEC e criado em 2009, percebeu a importância de estabelecer parceria com a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN através da assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre as duas instituições em 18/08/2010 para a implementação do Programa de Proteção ao Conhecimento Sensível – PNPC. As atividades realizadas pela equipe da ABIN, com o apoio da Secretaria Executiva ocorreram no período de 23/08 a 22/10/2010 em quatro etapas, conforme especificado abaixo:

- ✓ levantamento e definição dos objetos da proteção, alvos e ameaças;
- ✓ identificação de vulnerabilidades de proteção no segmento de segurança física e do ambiente;
- ✓ identificação de vulnerabilidade de proteção nos segmentos de segurança de documentos e conformidade e gestão de pessoas;
- ✓ identificação de vulnerabilidades de proteção no segmento de segurança da informação e continuidade.

O diagnóstico tem como objetivo identificar objetos e alvos de proteção, levantar as ameaças potenciais, identificar vulnerabilidades de proteção do conhecimento no sistema de proteção existente e recomendar medidas e procedimentos de proteção do conhecimento. A Secretaria Executiva – SEC aguarda a entrega do relatório do PNPC para andamento das ações subsequentes.

## 19.5. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A gestão orçamentária tem como foco a busca da garantia ou ampliação dos recursos disponíveis para o cumprimento da missão institucional da Agência. Para atingir esse objetivo, a Coordenadoria do Orçamento (COR) se articula diretamente com os órgãos setoriais e central de orçamento e apoia a Diretoria Colegiada nas gestões realizadas junto ao Congresso Nacional, no sentido de aprovar uma proposta orçamentária que reflita as necessidades de manutenção ou ampliação das ações da ANP.

A definição das necessidades da Agência se dá por meio de um processo de planejamento interno que resulta no Plano de Ação Anual (PAA). O PAA é o detalhamento dos objetivos esperados para um determinado ano em função de metas físicas e estimativas de recursos a serem aplicados para o cumprimento da missão institucional de diferentes unidades organizacionais.

Além disso, no decorrer do exercício, a COR, em sintonia com as demais áreas da Agência, toma as medidas necessárias para buscar a ampliação dos recursos disponíveis e a ampliação dos limites estabelecidos nos decretos de programação orçamentária e financeira, quando necessário.

Como instrumento de apoio ao acompanhamento da execução orçamentária, a COR divulga mensalmente a execução orçamentária de cada unidade gestora responsável (UGR). Esse relatório tem possibilitado um melhor controle por parte dos dirigentes de UGR sobre os gastos realizados em suas áreas de atuação e permite à Coordenadoria de Orçamento um dimensionamento preciso das despesas no decorrer dos exercícios através das séries históricas estabelecidas desde a implantação da execução por UGR, em 2003.

### 19.5.1. DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2010

A Lei Orçamentária Anual (LOA) destinou à ANP R\$ 588,1 milhões para realizar despesas. Contudo, no decorrer do ano, foram acrescidos à LOA inicial mais R\$ 23,9 milhões, distribuídos conforme abaixo:

- ✓ R\$ 1,3 milhões para pagamento de aposentadorias e pensões (sendo R\$ 500 mil concedidos pelo Decreto de 18 de junho de 2010, R\$ 475 mil pelo Decreto de 08 de setembro de 2010 e R\$ 300 mil pelo Decreto de 28 de outubro de 2010);
- ✓ R\$ 17,7 milhões para pagamento de despesas com salários dos servidores (sendo R\$ 800 mil concedidos pelo Decreto de 18 de junho de 2010, R\$ 12,9 milhões pelo Decreto de 8 de setembro de 2010, R\$ 2,3 milhões pelo Decreto de 28 de outubro de 2010 e R\$ 1,7 milhões pelo Decreto de 24 de dezembro de 2010);



- ✓ R\$ 3,5 milhões para custeio do regime de previdência dos servidores (sendo R\$ 1,8 milhões concedidos pelo Decreto de 18 de junho de 2010, R\$ 1,1 milhões pelo Decreto de 8 de setembro de 2010, R\$ 500 mil pelo Decreto de 28 de outubro de 2010 e R\$ 130 mil pelo Decreto de 24 de dezembro de 2010);
- ✓ R\$ 23,1 mil para assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores (sendo R\$ 11,9 mil concedidos pelo Decreto de 20 de maio de 2010, R\$ 6,2 mil pelo Decreto de 8 de setembro de 2010, R\$ 1 mil pelo Decreto de 26 de novembro de 2010 e R\$ 4 mil pelo Decreto de 24 de dezembro de 2010).
- ✓ R\$ 1,4 milhões para auxílio-alimentação dos servidores (sendo R\$ 1,2 milhões concedidos pelo Decreto de 20 de maio de 2010 e R\$ 212,9 mil pelo Decreto de 8 de setembro de 2010).
- ✓ Redução de R\$ 4,5 mil na Ação *Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em julgado (precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas* (sendo R\$ 3,6 mil concedidos pelo Decreto de 23 de abril de 2010 e R\$ 8,0 mil cancelados pelo Decreto de 12 de novembro de 2010).

As tabelas abaixo demonstram a dotação proposta pela Agência, sua dotação orçamentária prevista no PLOA e na LOA, bem como seus créditos adicionais, referentes aos exercícios 2009 e 2010, levando em consideração a classificação por Grupo de Despesas.

*Tabela 19.3. Programação de Despesas Correntes(em R\$)*

Denominação da Unidade Orçamentária				Código da UO		Código SIAFI da UGO		
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				32265		323030		
Origem dos Créditos Orçamentários			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes	
Exercícios			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação Proposta pela UO (PAA)		80.201.989	118.756.771	-	-	447.522.821	610.683.099
	PLOA		64.096.009	103.992.069	-	-	370.559.033	476.963.328
	LOA		64.096.009	103.992.069	-	-	302.471.884	476.963.328
Créditos	Suplementares		46.119.000	22.518.000	-	-	42.154.800	1.457.571
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	10.000	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	2.286	-	-	-	5.760
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			110.215.009	126.507.783	-	-	344.636.684	478.415.139

Fontes: SIAFI, SIDOR, PLOA 2010

Tabela 19.4. Programação de Despesas de Capital (Em R\$)

Denominação da Unidade Orçamentária				Código da UO		Código SIAFI da UGO		
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				32265		323030		
Origem dos Créditos Orçamentários			4 - Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Outras Despesas de Capital	
Exercícios			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação Proposta pela UO (PAA)		22.162.000	18.947.915	-	-	-	-
	PLOA		19.515.562	13.047.915	-	-	-	-
	LOA		19.515.562	7.117.915	-	-	-	-
Créditos	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			19.515.562	7.117.915	-	-	-	-

Fontes: SIAFI, SIDOR, PLOA 2010

Tabela 19.5. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência (Em R\$)

Denominação da Unidade Orçamentária				Código da UO		Código SIAFI da UGO		
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				32265		323030		
Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
Exercícios			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação Proposta pela UO (PAA)		527.724.810	729.439.870	22.162.000	18.947.915	-	-
	PLOA		434.655.042	580.955.397	19.515.562	13.047.915	4.552.803.508	3.488.693.871
	LOA		366.567.893	580.955.397	19.515.562	7.117.915	3.766.442.033	3.488.693.871
Créditos	Suplementares		88.273.800	23.975.571	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	10.000	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	8.046	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			454.851.693	604.922.922	19.515.562	7.117.915	3.766.442.033	3.488.693.871

Fontes: SIAFI, SIDOR, PLOA 2010

Com a inclusão dos créditos adicionais, temos que LOA da ANP totalizou em 2010 o valor de R\$ 4,1 bilhões, sendo esses recursos provenientes em sua maioria de compensação financeira paga pelas empresas para exploração de petróleo e gás natural. A maior parte desses recursos é alocada na reserva de contingência, que é utilizada para contribuir com o cumprimento das metas de superávit primário do governo federal. Para a realização de despesas por parte da ANP, a LOA 2010 somada com os créditos adicionais destinou um total de R\$ 612,0 milhões. Desse total, excluídas as despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento e com pagamento de precatórios, pessoal e benefícios, a ANP teve R\$ 184,2 milhões alocados para execução de suas demais despesas discricionárias. Desse montante, apenas R\$

153,7 milhões foram liberados para empenho, dos quais a ANP empenhou 153,6 milhões, o que representa 99,9% do liberado.

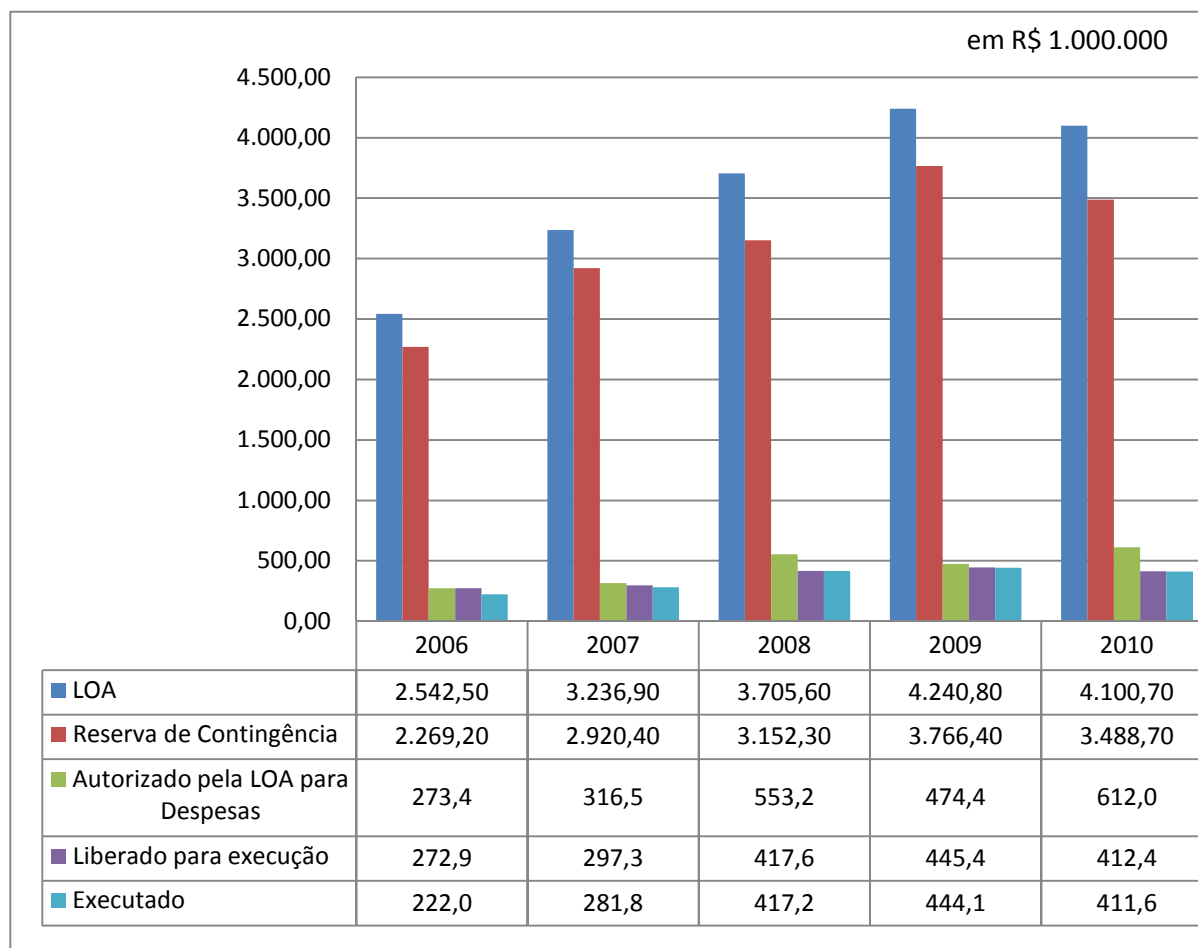
Inicialmente o valor liberado para execução das despesas da Agência em 2010 não seria suficiente para o cumprimento de sua missão institucional, porém, com a inclusão dos créditos suplementares concedidos ao longo do exercício, o montante final liberado do orçamento foi suficiente para atender suas necessidades mínimas. Cabe ressaltar que a Agência sofreu forte contingenciamento do orçamento durante o exercício, no que diz respeito a limite de empenho, fato que dificultou o andamento das atividades.

Cabe destacar que em 2010 o valor executado relacionado aos serviços de geologia, que são relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, foi R\$ 127,2 milhões, sendo aproximadamente 30% inferior ao executado em 2009.

Em relação ao valor total do orçamento da Agência, excluída a Reserva de Contingência, o orçamento de 2010 foi aproximadamente 29% maior que o de 2009.

O gráfico a seguir mostra a variação da LOA, Reserva de Contingência, o autorizado pela LOA para realização de despesas, o montante liberado para sua execução e o valor total executado pela Agência nos cinco últimos exercícios.

*Gráfico 19.3. Composição do Orçamento e Execução da ANP 2006 a 2010*



Fonte: SIAFI

O quadro abaixo demonstra os limites de movimentação e empenho em 2010.

**Tabela 19.6. Limites de Movimentação e Empenho em 2010<sup>1</sup> ( Em R\$)**

Anexos	a) Autorizado (LOA)	b) Limite Inicial	c) Limite Final	d) Executado
Anexo I (fontes 100, 129, 174)	121.443.780	86.204.989	92.265.493	92.201.937
Anexo II (fonte 250)	62.779.744	62.779.744	61.479.744	61.419.350
Anexo VI (fonte 142)	296.400.000	296.400.000	127.218.662	127.218.662
Anexo VIII (fontes 100, 250)	4.229.857	2.775.862	4.229.857	4.187.400
Total	484.853.381	448.160.595	285.193.756	285.027.349

Fontes: SIAFI e Ofício nº 35/2010/SPOA/SE/MME

### 19.5.2. CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Durante o ano de 2010 foram encaminhadas pela COR diversas solicitações de créditos suplementares, citadas abaixo:

- ✓ - R\$ 15.000.000 para a Ação *Administração da Unidade* (custeio). Este pedido viabilizaria a ampliação e adequação do espaço do *datacenter*, a modernização dos equipamentos de informática e a aquisição de sistema de refrigeração específico e de dispositivos necessários para a segurança dos funcionários e do patrimônio da Agência, tais como o monitoramento do ambiente, detecção de fumaça, alarme e combate a incêndio, cabeamento estruturado e *no breaks*. Solicitação de crédito no mesmo valor e com a mesma finalidade fora feita em 2009, e naquele exercício o pedido gerou um Projeto de Lei que não foi votado pelo Congresso Nacional dentro do prazo. Em 2010, a reapresentação deste pedido de crédito também foi convertido em um Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional em 14 de outubro e, a exemplo do ano anterior, não houve votação até o final do exercício
- ✓ - R\$ 1.000.000 para a Ação *Administração da Unidade* (custeio), por meio de remanejamento de recursos no mesmo valor que estavam alocados na Ação *Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento* e que não poderiam ser executados porque a ação não estava contemplada no Plano Plurianual (PPA) em vigor. Esse pedido de crédito virou Projeto de Lei que foi encaminhado ao Congresso Nacional em 14 de outubro. O crédito não foi concedido até o final do exercício.
- ✓ - R\$ 7.454.860 para a Ação *Administração da Unidade* (custeio), que visava a obtenção de recursos orçamentários para o pagamento de contratos atualmente em vigência bem com os futuros relacionados a serviços de informática. Esse pedido de crédito não foi atendido.
- ✓ - Diversas solicitações de créditos visando à cobertura de despesas com pessoal e benefícios aos servidores e seus dependentes foram encaminhadas ao longo do exercício e envolveram as Ações *Administração da Unidade* (pessoal); *Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis*; *Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais*; *Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados* e *Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados*. Esses pedidos de crédito foram concedidos gradativamente ao longo do exercício, de maneira que atendeu à demanda exigida pela Agência.

<sup>1</sup> Os limites de movimentação e empenho não incluem as despesas com pessoal e com precatórios

Também foi concedido crédito suplementar e cancelamento de recursos na Ação *Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em julgado (precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas*, destinada a despesas com pagamentos de precatórios.

O detalhamento de todos os créditos concedidos e cancelados, com suas respectivas datas de concessão e Ações correspondentes foram expostos anteriormente, sob o título *Dotação e Execução Orçamentária em 2010*.

### 19.5.3. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA 2011

O processo de planejamento orçamentário da Agência tem sofrido aperfeiçoamentos ano a ano. A captação da proposta orçamentária para 2011, realizada no primeiro semestre de 2010, procurou aumentar o grau de informação associado às solicitações de recursos, bem como estabelecer relação entre os processos realizados sob responsabilidade das unidades organizacionais, orçamentos, objetivos, produtos e seus resultados.

Pelo processo de captação, chegou-se a um valor de R\$ 665,8 milhões necessários para 2011. Foi enviado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLO-A) com uma programação de despesas de R\$ 531,0 milhões para a ANP (esse valor não considera a reserva de contingência).

Durante a tramitação do PLOA no Congresso Nacional houve uma redução de R\$ 14 milhões no valor das despesas autorizadas para custeio. Sendo assim, a LOA, que foi sancionada pela Presidente da República em 09 de fevereiro de 2011, destina R\$ 517,0 milhões (valor líquido sem a reserva de contingência) para a Agência.

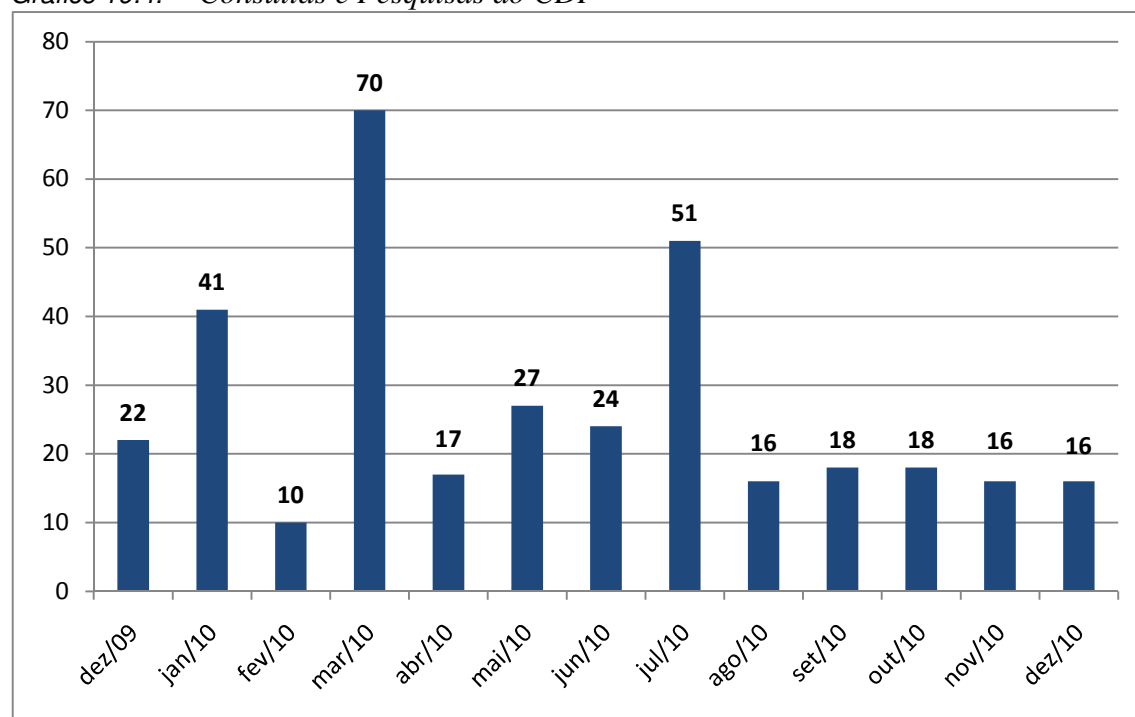
### 19.6. DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Criado em 1998, com a missão de gerir a política de documentação da ANP, garantir a recuperação da informação, o acesso ao documento e a preservação de sua memória, o Centro de Documentação e Informação (CDI), subordinado à Secretaria Executiva, conta com uma estrutura adequada para atender aos pesquisadores por meio de recursos multidisciplinares e mantém um intenso intercâmbio com instituições de natureza distinta, além de uma estreita comunicação com profissionais de todas as áreas e especialistas dos segmentos intrínsecos à Agência.

É, portanto, uma Unidade caracterizada pelo relacionamento direto com o pesquisador. O CDI investe diariamente na busca por novos recursos informacionais e tecnológicos que tornem o processo de pesquisa mais ágil, eficiente e relevante. Para tanto, durante o ano, são realizadas contratações de serviços selecionados pelas diversas Unidades, com o propósito de atender à demanda de informações essenciais à consecução dos serviços, de grande valia para o bom desempenho das atividades da ANP.

O acervo pode ser consultado *in loco* ou cedido, por empréstimo, a todos os servidores da Agência. A consulta é estendida a leitores de universidades e instituições congêneres, desde que identificados e qualificados pela área acadêmica afim, familiarizados com o setor de regulação e legislação pertinente. O acesso à base de dados bibliográficos está condicionado ao prévio processamento técnico das publicações através do registro informatizado de dados catalográficos, temáticos e físicos de cada uma das peças que ingressa na biblioteca.

Gráfico 19.4. Consultas e Pesquisas ao CDI



Fonte: CDI/ANP

Desde a implantação, em 2004, de página própria, na Intranet, tornou-se prioritário para o CDI o investimento diário em atualização e provimento de novos serviços de acesso eletrônico com o propósito de oferecer recursos mais eficientes aos pesquisadores da Agência, entre pesquisas, normalização bibliográfica, atendimento individualizado, informações sobre organizações nacionais e internacionais, sempre com a preocupação de prestar atendimento aos servidores e evitar o deslocamento das áreas de trabalho.

Por outro lado, a disposição de ampliar o campo de atuação e estender ao público externo informações bibliográficas, quer através de serviços, quer através do acervo, com o apoio da Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional – SCI iniciaram-se os estudos para a inclusão do CDI entre as unidades de informação da Internet.

O conjunto de documentos provenientes do extinto Conselho Nacional do Petróleo - CNP, sob a guarda do CDI, compreende atos legislativos ainda não indexados pela ANP. Considerando a importância dessa documentação, parcialmente desconhecida, em 2010, foi elaborado projeto de identificação, indexação e composição de catálogo, com o objetivo de levar seu teor a público.

O CDI é responsável pelo atendimento ao Centro de Relações com o Consumidor – CRC da ANP, no que se refere à demanda externa de informações bibliográficas e legislação. A adaptação ao novo formato do serviço contribuiu para o aprimoramento do atendimento por parte dos profissionais responsáveis pela pesquisa e informação. Em vista da revitalização dos serviços do CDI, a partir de suas novas instalações físicas e ampliação das atividades externas, estuda-se a possibilidade de delegar ao CRC o agendamento das visitas de estudantes e profissionais do setor finalístico da ANP, interessados em consultar o acervo.

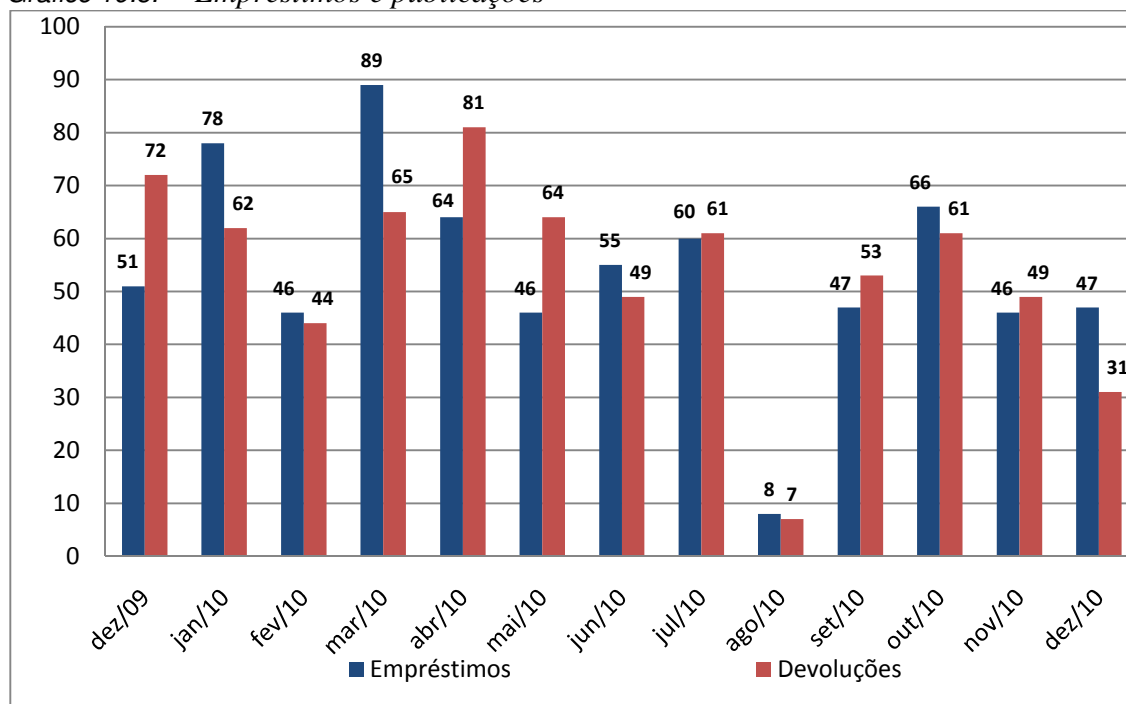
Vários estudos foram realizados com o intuito de avaliar as possibilidades de migração do sistema de gerenciamento do acervo, tendo em vista a atualização dos serviços. Em conjunto com o Núcleo de Informática, o CDI iniciou o levantamento de requisitos para mi-



gração do software que resultarão na confecção do Termo de Referência que servirá de base para o processo licitatório.

Durante o ano de 2010, muitas foram as sugestões de títulos, para aquisição, submetidas ao CDI pelos servidores da Agência. A esse conjunto de indicações foram agregados novos títulos selecionados pelos bibliotecários da Equipe do Centro, a partir pesquisa em catálogos especializados. Pronto o conjunto, iniciou-se a organização dos itens propostos, por temas amplos, de forma a compor uma listagem geral de publicações a adquirir através de licitação.

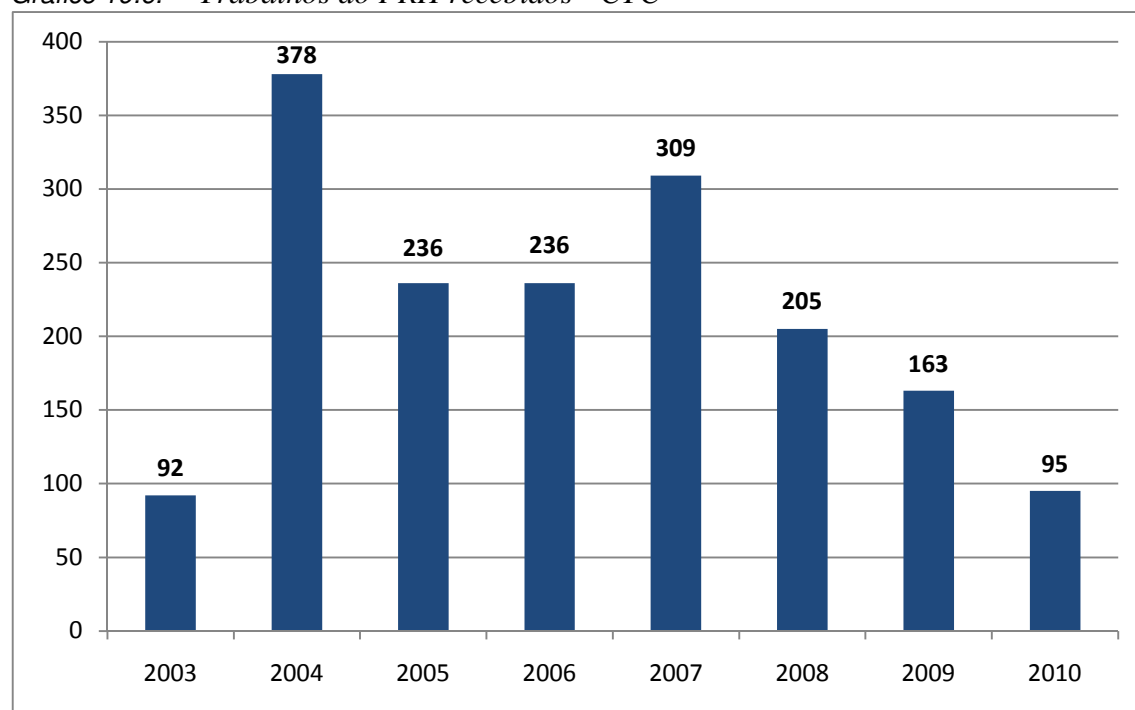
Gráfico 19.5. *Empréstimos e devoluções*



Fonte: CDI/ANP

Novo projeto prevê a composição do catálogo de teses do Programa de Recursos Humanos - PRH, em formato eletrônico, com base nos impressos recebidos da Coordenadoria de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos - CTC. Para tanto, através de busca em catálogos de universidades e organizações especializadas procura-se localizar o texto eletrônico e respectiva catalogação de cada uma das teses alocadas no CDI, em formato impresso, de forma a compor um catálogo em formato eletrônico do conjunto de teses do PRH. Os textos não localizados na Internet serão objeto de projeto próprio de digitalização.

Gráfico 19.6. *Trabalhos do PRH recebidos - CTC*



Fonte: CDI/ANP

2010 foi o ano de revitalização das instalações físicas do CDI. Por doze anos a área destinada ao Centro era restrita ao armazenamento parcial das coleções e às estações de trabalho. O CDI não contava com ambiente específico para atendimento ao leitor. A iniciativa da Diretoria de expandir as instalações físicas de setores localizados em áreas carentes de espaço possibilitou a ANP ampliar áreas, até então desprovidas de conforto condizente com as metas programadas. Assim, o CDI foi contemplado com um dos andares situados no prédio anexo à sede do Escritório Central, onde foi alocada, com conforto e praticidade, não só do acervo, da Equipe, mas também contemplada com mobiliário e equipamento destinado aos usuários interno e externo, além de salas de estudo e imagem. Todos os requisitos necessários ao controle do acesso de leitores e recursos de informática imprescindíveis ao acompanhamento dos serviços foram previstos. Depois de um longo e criterioso processo de mudança e organização do acervo, no dia 17 de dezembro o Diretor Geral da ANP inaugurou as novas instalações do CDI. Na ocasião, foram lidos textos de literatura clássica, nacional e internacional, compilado e apresentado pelos servidores do próprio Centro.

Todo o processo de renovação do CDI foi acompanhado pela Secretaria Executiva, a que é subordinado o Centro, e responsável pela redação do novo texto da Instrução Normativa que determinará atribuições, critérios e procedimentos para funcionamento da Unidade.

## 20. AÇÕES NA ÁREA DE INFORMÁTICA

### 20.1. DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS

Os sistemas de informática desenvolvidos pelo Núcleo de Informática (NIN) permitem à ANP a execução de suas atividades regulatórias, entregando às Superintendências as funcionalidades de que necessitam para suas atividades. Em 2010 foram disponibilizados aos usuários os seguintes sistemas, módulos e funcionalidades, conforme tabela a seguir:

Superintendência	Principais Demandas Atendidas
SPG	- Modificação no Cálculo de Royalties para contemplar a Resolução nº 40/2009 - Cadastro de campos escola
SEP	- Cadastro de TLD - Cadastro de Sondas - Consulta de Programa Exploratório Mínimo Realizado
SDP	- BMP x PAP - Validação do BMP considerando o último PAP aprovado ou aprovado com condicionante - Sala de Fiscalização da Produção (Publicação dos dados da produção de petróleo do país)
SDT	- Melhorias no sistema da Fitoteca de Dados Sísmicos - Novo Sítio eletrônico do BDEP - Publicação dos dados de produção dos campos no Sítio eletrônico do BDEP
SAB	- Cadastro de Produtor e Importador de Óleo Lubrificante - COLB (SIMP WEB) - Cadastro de Agentes Econômicos de Etanol - Implantação da Pesquisa de Preços para Mobile - Pesquisa do Programa Diesel S10 - Associação do número da Nota Fiscal Eletrônica à comunicação da movimentação de combustíveis (sistema i-SIMP)
SFI	- Recebimento do Número da Nota Fiscal Eletrônica da movimentação de produtos
SCM	- Cadastro de Gasodutos
Corporativo	- Automação da Associação do Poço ao Campo de Petróleo (SEP, SDT, SPG, SDB) - CSA - Central de Serviços ANP

Descrevendo melhor os principais pontos acima:

- Novo sítio eletrônico do BDEP – Banco de Dados de Exploração e Produção. O conteúdo da página foi migrado para um sistema gerenciador de conteúdo que permite flexibilidade e agilidade na sua publicação e aprovação. A página foi lançada em português e inglês, garantindo maior visibilidade do Brasil no mercado de exploração. O mesmo sistema foi utilizado para implantar a página da intranet do BDEP e para a revista técnica-científica da ANP.

Publicação dos dados de produção – estes dados vinham sendo apresentados em planilhas de difícil visualização. Os números passaram a ser mostrados em gráficos, em painel amplo, permitindo comparações gerenciais e analíticas.

Cadastro de Produtor e Importador de Óleo Lubrificante – COLB – implantação de sistema WEB, em atendimento à Resolução ANP n.º 16, de 18/06/2009, que permite um processo mais ágil de autorização e renovação das atividades.

O Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção - SIGEP- passou por grandes evoluções, dentre elas podemos destacar a finalização do Cálculo e Distribuição de Royalties, iniciado em 2009. Este cálculo vinha sendo realizado de forma manual e isolada dos demais dados do SIGEP. O módulo do SIGEP que permitiu a validação do Boletim Mensal da Produção foi fundamental para aferir a produção por poço e viabilizar o cálculo dos royalties. Outras melhorias que foram implantadas no SIGEP foram: o módulo de registro de TLD - Testes de Longa Duração, permitindo a coleta diária dos dados de produção do TLD e a análise do comportamento do reservatório e do poço ao longo do teste, com o acompanhamento da respectiva produção; o Cadastro de Sondas, realizado diretamente pelo agente regulado; Consulta do Programa Exploratório Mínimo – PEM – automatizando a contabilização das Unidades de Trabalho (UT's) executadas por bloco, a partir das atividades exploratórias cadastradas nos módulos específicos do SIGEP, o que facilitou a verificação, pelo responsável do bloco, do cumprimento do PEM proposto na licitação; Módulo de Análise do Plano de Desenvolvimento – PD – a criação deste módulo possibilitou que toda a análise do PD passasse a ser realizada via sistema, gerando todos os controles, como registros, fluxo de documentos, geração de relatórios e controle de prazos; o Relatório Final de Poço Exploratório, que antes era enviado em papel, passou a ter seu envio via sistema SIGEP, que por sua vez finaliza de forma automática a leva de relatórios de poços carregados no sistema. O sistema valida o relatório, garantindo que critérios mínimos sejam atendidos e permite acesso automatizado aos dados do relatório, como consulta rápida e maior organização dos dados; e o Cadastro de UEP – Unidades Estacionárias de Produção, que viabilizou a coleta de informação da produção e movimentação por UEP, possibilitando análise destas informações.

No Sistema de Informações de Movimentação de Produtos – SIMP, foram realizadas evoluções com: a implantação do módulo de Cadastro de Agentes Econômicos de Etanol, em atendimento à Resolução ANP nº 43/2009, que estabelece os requisitos para cadastramento de fornecedor, comercialização e envio de dados para ANP; o Recebimento Eletrônico do Número da Nota Fiscal Eletrônica da movimentação de produtos permitiu à ANP acesso a informações detalhadas da Nota Fiscal utilizada nas operações de compra e venda de combustíveis; Acesso WEB entre ANP e Receita Federal, permitindo à ANP obter mais informações das empresas que não pertencem ao setor petrolífero, mas que compram produtos dos Agentes Regulados pela ANP; Cadastro de Gasoduto - permitirá o controle das autorizações e análise da situação das instalações que serão utilizadas na Central de Monitoramento de Gás Natural; Integração com o sistema de controle de Cotas de Comercialização de Combustíveis – eliminou a inconsistência entre as informações dos dois sistemas, gerando confiabilidade aos dados da ANP publicados no Diário Oficial da União e permitindo a regulação efetiva e automática das cotas de combustíveis entre refinarias e distribuidores pela ANP.

Foi implantada a pesquisa eletrônica do Programa Diesel S10, através do sítio eletrônico da ANP, o que permitiu o levantamento da estratégia dos Postos de Combustíveis que pretendem comercializar Diesel com baixo teor de enxofre a partir de janeiro de 2012, exibindo um mapa com as regiões que serão cobertas pela oferta do Diesel S10.

Consulta de Preços em Mobile - Permitindo ao consumidor a pesquisa do preço de combustíveis através de aparelho de comunicação móvel - smartphone.

CSA – Implantação da Central de Serviços da ANP – trata-se de uma diretriz do Governo Federal para que cada órgão disponibilize um acesso rápido ao cardápio de serviços de sistemas disponíveis na Internet.

Além disso, foram desenvolvidos um grande número de outros sistemas de computador usando-se o conceito de Fábrica de Software, que foram entregues em dezembro de 2010 e que serão instalados em 2011.

## 20.2. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2010, a partir do mês de setembro, o Escritório de Segurança da Informação (ESI) do NIN consolidou a contratação de equipe especializada para realizar diversas atividades e projetos com objetivo de promover o aumento nos níveis de segurança do patrimônio de informações da ANP em meio eletrônico. Apesar do pouco tempo de atuação foram obtidos resultados satisfatórios que contribuíram para melhorar a segurança aos ativos de informação da Agência, dentre os quais apresentamos alguns destaques:

Realização de análises de riscos gerais em mais de 290 ativos da informação (equipamentos servidores, sistemas computacionais, ambientes, processos de TI) no Escritório Central (RJ), Sede (DF), Escritórios Regionais (SP, BA, AM) e BDEP, contemplando a investigação de mais de 90.000 controles de diversas bases de conhecimento sobre melhores práticas e padrões de segurança adotados;

Realização da análise da situação atual e nível de maturidade da prestação de serviços do NIN, para viabilizar a elaboração de um plano de ação, classificado por relevância e valor para o negócio, objetivando maior eficiência e eficácia operacional dos processos de prestação de serviços do NIN, pautado nas melhores práticas na Gestão de Serviços de TI (ITIL e ISO 20.000);

Elaboração e aprovação junto à Diretoria Colegiada do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da ANP, levando-se em consideração a atual estrutura organizacional e as necessidades de TI da Agência para o triênio 2011-2013;

Realização da Segunda Semana Interna de Segurança da Informação (SISI) no Escritório Central da ANP e do Dia Interno de Segurança da Informação (DISI) na Sede e Escritórios regionais, abrangendo 289 pessoas participantes em 36 palestras técnicas, além de jogos e apresentações teatrais totalizando 979 horas de capacitação e conscientização aos colaboradores da ANP sobre boas práticas e normas de segurança da informação.

## 21. GESTÃO DE PESSOAS

### 21.1. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A composição dos recursos humanos da ANP, bem como os custos, serão demonstrados nos quadros a seguir.

A tabela abaixo compreenderá um demonstrativo explicitando a lotação efetiva e autorizada dos recursos humanos apurada em 31/12/2010. O quadro contém quatro colunas: a Lotação Autorizada, a Lotação Efetiva, os ingressos e os egressos em 2010.

*Tabela 21.1. Composição do quadro de recursos humanos – situação apurada em 31/12/2010*

Tipologia dos Cargos		Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
		Autorizada	Efetiva		
<b>1</b>	<b>Provimento de cargo efetivo (1.1+1.2+1.3+1.4)</b>	780	480	33	24
<b>1.1</b>	<b>Membros de poder e agentes políticos</b>	0	0	0	0
<b>1.2</b>	<b>Servidores de Carreira</b>	780	473	30	24
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	780	461	27	20
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	10	3	3
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório	0	1	0	1
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
<b>1.3</b>	<b>Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>1.4</b>	<b>Servidores Cedidos ou em Licença</b>	0	7	3	0
1.4.1	Cedidos	0	4	0	0
1.4.2	Removidos	0	0	0	0
1.4.3	Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4	Licença não remunerada	0	3	3	0
<b>2</b>	<b>Provimento de cargo em comissão (2.1+2.2+2.3)</b>	314	302	6	14
<b>2.1</b>	<b>Cargos Natureza Especial</b>	5	4	0	1
<b>2.2</b>	<b>Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>	309	298	6	13
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	169	0	0
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	13	1	1
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	0	30	2	2
2.2.4	Sem vínculo	0	75	3	10
2.2.5	Aposentado	0	11	0	0
<b>2.3</b>	<b>Funções Gratificadas</b>	0	0	0	0
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>3</b>	<b>Total (1 + 2)</b>	1094	782	39	38

Fonte: RM Labore e Siape

A tabela a seguir representa os recursos humanos da Agência por faixa etária em 5 níveis, a seguir demonstrados:

*Tabela 21.2. Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010*

Tipologia dos Cargos		Faixa etária (anos)				
		Até 30	31 a 40	41 a 50	51a 60	Ac. 60
<b>1</b>	<b>Provimento de cargo efetivo</b>	163	155	79	67	16
1.1	Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2	Servidores de Carreira	161	151	77	67	16
1.3	Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença	2	4	2	0	0
<b>2</b>	<b>Provimento de cargo em comissão</b>	37	100	68	74	23
2.1	Cargos Natureza Especial	0	0	1	2	1
2.2	Grupo Direção e Assessoramento Superior	37	100	67	72	22
2.3	Funções Gratificadas	0	0	0	0	0

Fonte: RM Labore e Siape

A tabela abaixo representa a escolaridade dos recursos humanos da Agência em 9 níveis, a seguir demonstrados:

*Tabela 21.3. Composição do quadro de recursos humanos por escolaridade – situação apurada em 31/12/2010*

Tipologia dos Cargos		Nível de escolaridade								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1</b>	<b>Provimento de cargo efetivo</b>									
1.1	Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2	Servidores de Carreira	0	0	0	4	124	214	66	44	25
1.3	Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	1	1	0	1	0
<b>2</b>	<b>Provimento de cargo em comissão</b>									
2.1	Cargos Natureza Especial	0	0	0	0	0	1	2	0	1
2.2	Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	43	171	40	32	12
2.3	Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Legenda – Nível de Escolaridade:</b> 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares;3-Primeiro grau incompleto;4-Primeiro-grau;5-Segundo grau ou técnico;6-superior;7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação;8-Mestrado;9-Doutorado.										

Fonte: Fluxo de Spats e Controle de Certificados para Promoção e Progressão.

As duas tabelas a seguir representam o número de servidores inativos e os instituídos de pensão, respectivamente:

*Tabela 21.4. Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2010*

Regime de proventos / Regime de aposentadoria		Quantidade de Servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1</b>	<b>Integral</b>	15	5
1.1	Voluntária	14	5
1.2	Compulsória	1	0
1.3	Invalidez Permanente	0	0
1.4	Outras	0	0

<b>2</b>	<b>Proporcional</b>	5	0
2.1	Voluntária	1	0
2.2	Compulsória	4	0
2.3	Invalidez Permanente	0	0
2.4	Outras	0	0

Fonte: Siape

*Tabela 21.5. Composição do quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2010*

Regime de proventos originário do servidor		Quantidade de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
<b>1</b>	<b>Integral</b>	1	1
<b>2</b>	<b>Proporcional</b>	1	1

Fonte: Siape



## 21.2. ESTAGIÁRIOS

A contratação de estagiários está prevista na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, considerando o disposto na Portaria nº 313, de 14 de setembro de 2007 e Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Essas legislações dispõem sobre os procedimentos para a aceitação como estagiários, de alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação superior, ensino médio, de educação profissional de nível médio ou de educação especial, vinculados à estrutura do ensino público e privado do país, pelo prazo máximo de 24 meses. A ANP mantém convênio com o agente de integração Centro Integração Empresa-Escola - CIEE/RJ, para a concessão das oportunidades de estágios de nível médio e superior.

A tabela abaixo representa a composição dos estagiários da Agência por trimestre e o custo no exercício de 2010, a seguir demonstrados:

*Tabela 21.6. Composição do quadro de estagiários*

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (valores em R\$ 1,00)
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
<b>Nível superior</b>	<b>111</b>	<b>118</b>	<b>117</b>	<b>108</b>	<b>683.772,97</b>
- Área Fim	71	69	67	60	390.192,12
- Área Meio	40	49	50	48	293.580,85
<b>Nível Médio</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>43.426,21</b>
- Área Fim	0	0	0	0	0,00
- Área Meio	11	13	13	11	43.426,21
<b>Total (sup e med)</b>	<b>122</b>	<b>131</b>	<b>130</b>	<b>119</b>	<b>727.199,18</b>

Fonte: RM e Siape

## 21.3. CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

A tabela a seguir representa os custos com recursos humanos da Agência, por tipo de servidor, nos exercícios de 2008 a 2010, a seguir demonstrados:

*Tabela 21.7. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.  
(valores em r\$ 1,00)*

Tpo- logia / Exer- cícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indeniza- ções	Benefícios Assist. e Prev	Demais despesas variáveis	
Membros de poder agentes políticos								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	20.269.361,30	3.383.196,91	14.384.482,87	374.174,07	28.826,22	0,00	0,00	38.440.041,38
2009	30.660.523,91	3.658.465,37	27.107.107,04	1.023.555,54	57.626,93	0,00	0,00	62.507.278,78
2010	28.378.570,92	1.071.447,61	6.439.071,50	36.646.874,64	0,00	375.421,08	709.100,58	73.620.486,33
Servidores com contratos temporários								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em licença								
2008	74.370,09	0,00	48.639,80	883,60	0,00	0,00	0,00	123.893,50
2009	114.433,05	0,00	93.238,30	2.458,71	0,00	0,00	0,00	210.130,06
2010	102.698,42	0,00	21.552,10	85.257,87	0,00	0,00	13.717,58	223.225,97
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	420.074,90	0,00	0,00	5.090,61	0,00	0,00	425.165,51
2009	0,00	402.007,02	0,00	0,00	1.326,64	0,00	0,00	403.333,67
2010	0,00	544.448,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	544.448,76
Servidores ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	4.949.247,17	7.738.285,50	3.512.313,99	91.363,51	93.775,19	0,00	0,00	16.384.985,35
2009	8.143.276,70	7.405.453,42	7.199.507,54	271.851,06	24.438,38	0,00	0,00	23.044.527,10
2010	6.446.061,99	10.573.850,50	1.490.927,39	8.272.383,61	0,00	76.948,77	100.763,71	26.960.935,97
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obs: Quantidade – posição em 31 de dezembro de cada ano

Fonte: Siafi Gerencial

#### 21.4. ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL TERCEIRIZADO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

No ano de 2010 foram efetivamente ocupados 267 postos de trabalho referente ao pessoal terceirizado. São 197 postos no Escritório do Rio de Janeiro, 48 no Escritório de Brasília, 14 no Escritório de São Paulo e 8 no Escritório de Salvador. O total autorizado pelos contratos é de 350 postos de trabalho.

A diferença entre o número de postos criados e o número de postos ocupados é devido aos seguintes fatos:

1. Foram extintos 35 postos de trabalho terceirizado de apoio administrativo em cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial - TCJ. A extinção ocorreu nas áreas que receberam servidores do cargo de Técnico Administrativo no concurso de 2008, estes postos não foram extintos do quantitativo autorizado pelos contratos, porém não serão mais ocupados;

2. Alguns postos de trabalho como Garçom, Assistente de Serviços Operacionais e Copeira, não foram ocupados, pois foram criados na época da licitação, mas deixaram de ser necessários;

3. Existem postos de trabalho que estão no contrato e que não estão ocupados atualmente. Apesar da previsão contratual, não existe necessidade do serviço no momento, ficando então para um cadastro de reserva.

Em março de 2009 foi solicitada ao Ministério do Planejamento a criação de cargos para a carreira da ANP, o que originou o Projeto de Lei nº 5.911/2009, que cria 180 cargos de nível intermediário, atualmente em trâmite na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados. A criação de tais cargos se destinará à substituição integral dos terceirizados que estão em desacordo com o TCJ.

A prestação de serviço continuado de apoio administrativo se destina a serviços de secretariado, telefonia, copeiragem, recepção, messageiria, apoio ao escritório, assistência administrativa e serviços operacionais, atendendo a todas as áreas da ANP.

*Tabela 21.8. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva*

A ANP não tem contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e de vigilância ostensiva. Estes serviços são pagos mediante cotas condominiais.

*Tabela 21.9. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra*

Unidade Contratante													
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis													
UG/Gestão: ANP							CNPJ: 02.313.673/0002-08						
Informações sobre os contratos													
Ano contrato	Área	Nat.	Ident. do contrato	Empresa (CNPJ)	Período contratual de execução		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	9.086	2182621000169	03/09/2010	02/09/2011	0	0	247	187	0	0	P
2007	2	O	9.086	2182621000169	03/09/2010	02/09/2011	7	5	0	0	0	0	P
2007	3	O	9.086	2182621000169	03/09/2010	02/09/2011	18	7	0	0	0	0	P
2007	1	O	9.088	2182621000169	03/09/2010	02/09/2011	0	0	7	7	0	0	P
2007	3	O	9.088	2182621000169	03/09/2010	02/09/2011	1	1	0	0	0	0	P
2007	1	O	9.087	63223093000133	03/09/2010	02/09/2011	0	0	13	13	0	0	P
2007	3	O	9.087	63223093000133	03/09/2010	02/09/2011	1	1	0	0	0	0	P
2007	1	O	9.089	63223093000133	03/09/2010	02/09/2011	0	0	52	43	0	0	P
2007	2	O	9.089	63223093000133	03/09/2010	02/09/2011	1	1	0	0	0	0	P
2007	3	O	9.089	63223093000133	03/09/2010	02/09/2011	3	3	0	0	0	0	P

**Observação:** Há uma diferença entre a quantidade prevista no contrato e a quantidade efetivamente contratada. Isso é devido a alguns postos que foram extintos para o cumprimento do Termo de Conciliação Judicial, que trata da substituição de terceirizados por servidores efetivos, e também ao não preenchimento de alguns postos, que deixaram de ser necessários.

**LEGENDA**

**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha
4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis
5. Serviços de Brigada de Incêndio
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
7. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; © Efetivamente contratada.

Fonte: Contratos nºs 9.086/07 e 9.088/07 (Locanty), 9.087/07 e 9.089/07 (WS) e Sistema RM.

*Tabela 21.10. Distribuição do pessoal contratado mediante contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra*

Identificação do contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
9.086	1	247	SRH
9.086	2	7	SRH
9.086	3	18	SRH
9.088	1	7	SRH
9.088	3	1	SRH
9.087	1	13	SRH
9.087	3	1	SRH
9.089	1	52	SRH
9.089	2	1	SRH
9.089	3	3	SRH

**LEGENDA**  
**Área:**  
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;  
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;  
3. Serviços de Copa e Cozinha;  
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;  
5. Serviços de Brigada de Incêndio;  
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;  
7. Higiene e Limpeza;  
8. Vigilância Ostensiva;  
9. Outras.

Fonte: Contratos nºs 9.086, 9.087, 9.088 e 9.089 e Sistema RM.

## 21.5. BENEFÍCIOS DE SERVIDORES

A ANP concede a seus servidores os seguintes benefícios:

- ✓ Auxílio-transporte;
- ✓ Auxílio-pré-escolar;
- ✓ Auxílio-alimentação;
- ✓ Assistência médica, ambulatorial e hospitalar;
- ✓ Assistência odontológica.

*Tabela 21.11. Despesas com Benefícios de Servidores (em R\$)*

Descrição:	2008	2009	2010
Auxílio creche	44.402,51	81.485,50	92.595,00
Auxílio alimentação	1.023.808,47	1.300.465,71	2.740.752,00
Auxílio transporte	208.134,07	256.215,56	275.112,00
Auxílio-funeral/natalidade	15.918,33	7.849,35	31.127,92
Plano de saúde (*)	374.067,87	682.878,14	900.041,02
Plano odontológico (*)	62.078,55	78.754,86	85.259,55
Total	1.728.409,80	2.407.649,12	4.124.887,49

Fonte: SIAFI Gerencial / DDP-SIAPE

(\*) Informação do gasto efetivo da ANP (total da fatura deduzindo-se a participação do servidor)

Os benefícios de auxílio-transporte, pré-escolar e alimentação são concedidos aos servidores em pecúnia, na folha de pagamento mensal.

A assistência médica é prestada por meio de contratação da operadora Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda. Em dezembro de 2010, o plano de assistência médica contava com a inscrição de 584 titulares e 532 dependentes, perfazendo um total de 1.116 beneficiários.

A assistência odontológica é prestada por meio de contratação da operadora Odontoprev S.A. Em dezembro de 2010, o plano de assistência odontológica contava com a inscrição de 503 titulares e 439 dependentes, perfazendo um total de 942 beneficiários.

#### 21.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Em 31/12/2010 havia na ANP 5 servidores com ensino fundamental, 168 com nível médio e 610 com nível superior.

*Tabela 21.12. Nível de Escolaridade*

Níveis de Escolaridade	Quantidade	Porcentagem
Analfabeto	0	0,00
Alfabetizado sem cursos regulares	0	0,00
Primeiro grau incompleto	0	0,00
Primeiro grau	5	0,64
Segundo grau, ensino médio ou técnico	168	21,45
Superior	387	49,43
Aperfeiçoamento, Especialização ou Pós-Graduação	108	13,92
Mestrado	77	9,71
Doutorado / Pós-Doutorado	38	4,85
<b>TOTAL</b>	<b>783</b>	<b>100%</b>

Fonte: Cadger e Planilha de Promoção e Progressão (banco de dados SRH)

O quadro de pessoal da ANP está bem gabaritado tecnicamente, haja vista o número de servidores detentores de diplomas de pós-graduação. O quadro acima consolida o número de diplomas apresentados pelos servidores do quadro efetivo (554 servidores), registrando 223 cursos de Pós-Graduação, sendo 109 de nível de Especialização e *Lato Sensu*, 76 de Mestrado, 37 de Doutorado e 1 de Pós-Doutorado.

Em 2010, a ANP patrocinou 36 cursos de Pós-Graduação que ainda não foram concluídos, conforme demonstrado abaixo:

*Tabela 21.13. Servidores por cargo que cursaram Pós-Graduação patrocinada pela ANP*

Servidores por cargo que cursaram Pós-Graduação patrocinada pela ANP - 2010	Nº de Servidores por Diretoria	Custo
DG	10	R\$ 115.512,00
DIR-1	0	R\$ 0,00
DIR-2	4	R\$ 36.196,00
DIR-3	16	R\$ 201.854,40
DIR-4	6	R\$ 40.550,00
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>R\$ 394.112,40</b>

Fonte: SRH – T&D

## 21.7. CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Em 2010 foi investido o valor de R\$ 3.500.000,00 para a participação dos servidores em congressos, seminários, cursos e outros eventos.

Foram emitidas 1.163 Solicitações de Participação em Ações de Treinamento (SPAT). Como resultado efetivo das ações de capacitação, a ANP treinou 699 servidores, o que representa 89,3% do seu quadro de pessoal. Essas ações representaram um investimento de 77.544 horas/aula de treinamento, perfazendo uma média de 110,9 horas por servidor treinado.

*Tabela 21.14. Demonstrativo do quantitativo de treinamentos e de servidores treinados por mês:*

Quantitativo de Certificações Realizadas - 2010				Quantitativo de Servidores Treinados por mês sem repetição - 2010
Mês	Internacional	Nacional	Total Mensal	Total Mensal
<b>Janeiro</b>	6	5	11	10
<b>Fevereiro</b>	12	73	85	83
<b>Março</b>	8	223	231	165
<b>Abril</b>	21	139	160	81
<b>Mai</b>	19	134	153	58
<b>Junho</b>	21	116	137	52
<b>Julho</b>	3	197	200	49
<b>Agosto</b>	0	338	338	84
<b>Setembro</b>	1	393	394	57
<b>Outubro</b>	0	301	301	27
<b>Novembro</b>	0	309	309	25
<b>Dezembro</b>	0	83	83	8
<b>TOTAL</b>	<b>91</b>	<b>2311</b>	<b>2402</b>	<b>699</b>

Fonte: SRH/Fluxo de Solicitações de Participação em Ações de Treinamento - SPAT

## 21.8. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO POR UNIDADES ORGANIZACIONAIS

De acordo com os Relatórios de Participação em Cursos e Eventos Científicos (RPATs), os cursos foram bem aproveitados, os temas foram integrados às atividades profissionais desenvolvidas e serviram como ferramentas de atualização e ampliação de conhecimento adquirido.

Os cursos *in company* demonstraram a capacidade de promover maior interação e integração dos servidores da Agência, principalmente o DGOS – Desenvolvimento de Gestores Operacionais e Supervisores que realizou como trabalho final uma apresentação para ANP sobre os temas de Comunicação, Planejamento Estratégico, Sustentabilidade e Análise do Impacto Regulatório.

Foram trabalhos de alta qualidade e aplicáveis à realidade da Agência. Os debates promovidos ao final das atividades foram de grande importância na troca de experiências entre as áreas envolvidas.

Os servidores das áreas técnicas participaram de Congressos, Simpósios, Conferências e Eventos Nacionais e Internacionais que abordaram assuntos relacionados à atividade fim da Agência como Biocombustíveis, Bioenergia, Biodiesel, Aditivos, Lubrificantes, Perfuração Geofísica de Poços, Estratigrafia, Refino de Petróleo, Direito da Concorrência e da Regulação, Direito Tributário, Qualidade, Pré-Sal, Normas ABNT e Gestão Ambiental.

Essas atividades de treinamento e qualificação proporcionaram um aumento na qualidade dos serviços prestados e o aperfeiçoamento do modelo e das práticas da ANP, resultando em um ambiente de maior segurança, estabilidade e transparência.

*Tabela 21.15. Eventos internacionais com a participação de servidores:*

Eventos Internacionais
14th International Conference on Petroleum Data Integration, Information and Data Management
18º Congresso Nacional de Profesionales en Ciências Econômicas
1ª Conferência Internacional de Biocombustíveis
20º Encontro de Asfalto
72nd EAGE Conference & Exhibition
Acton University 2010
Appraising and Developing Unconventional Gas Reservoirs
Basic Geophysics
Basic Petroleum Measurement
Congreso Neutralidad Y Teoría del Derecho
Convenção Anual da AAPG - 2010
Curso Avançado em Política Regulatória
Economics of Worldwide Petroleum Production - EWP
Expanded Basic Petroleum Economics
Fundamentals of International Oil and Gas Law - IOG
Gasoline: Specifications, Testing and Technology
IADC Well Control Europe Conference & Exhibition 2010
II Convención de las Ingenierías de la Geociências y Química
International Conference Catalysis for Renewable Sources: fuel, energy , chemicals
OTC 2010 - Offshore Technology Conference
PIDA Avançado - Arbitragem Comercial Internacional



Política Energética para el Desarrollo Sustentable y el uso del Modelo LEAP
Production Sharing Contracts & Upstream Economic Analysis
Reserves and resources
Security Course, Integral Training Program for Security Officials
Seminario de formación de formadores sobre mercados regionales de energía y mercados del petróleo
Structural and Stratigraphic Interpretation of Dipmeters and Borehole-Imaging Logs
The Americas Workshop
The SPE Internacional Conference on Health, Safety and Environment in Oil and Gas Exploration and Production
Thermodynamics for LNG Plant Operators and Engineers
Well stimulation & Enhanced Oil Recovery (WSEOR-2010)
World Biofuels Markets
XXXVII Seminário Internacional de Direito Público

Fonte: SRH/Fluxo de Solicitações de Participação em Ações de Treinamento - SPAT

Os servidores das áreas meio participaram de Fóruns sobre as Agências Reguladoras, CLAD, Expomanagement, DGOS – Desenvolvimento de Gestores Operacionais e Supervisores, além de cursos de Administração Orçamentária, Financeira, Contratações Públicas, Lei de Responsabilidade Fiscal, PAD e Sindicância, SIAPE, Legislação de Pessoal, Gestão de Pessoas, Gestão por Competência, Desenvolvimento da Competência Social, Governança e Riscos Corporativos, Licitações e Contratos, Profissionalização do Gestor Público, Liderança de Equipes, Gerência de Material, Almoxarifado e Patrimônio, Gerenciamento de Projetos, Cerimonial para Setores Públicos, Redação Oficial e Elaboração de Relatórios, Gestão Tecnológica e da Inovação, Indicadores de Desempenho Organizacional, Gestão do Conhecimento, Atendimento ao Cidadão, Auditoria, que também alcançaram resultados satisfatórios na melhoria do desempenho profissional.

#### 21.9. COMITÊ GESTOR DE CAPACITAÇÃO - CGC

O Comitê Gestor de Capacitação – CGC tem como objetivo assessorar a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos nas definições das ações de desenvolvimento dos servidores, visando à formulação de políticas institucionais e de diretrizes voltadas para a capacitação, treinamento e desenvolvimento do capital humano da ANP.

No ano de 2010 foram realizadas 20 reuniões do Comitê aprovando 36 cursos de Pós- Graduação.

#### 21.10. CURSOS *IN COMPANY* DE CURTA DURAÇÃO

No ano de 2010 ocorreram diversos treinamentos internos, que foi o resultado da parceria entre a Superintendência de Gestão de Recursos Humanos e diversas áreas (SBQ /SDB/ SEP/CDC/SPG/SPL). Os cursos foram ministrados por instrutores internos e externos.

Tabela 21.16. Principais temas e quantidade de servidores certificados:

Seminários realizados "In Company" em 2010		
Temas	Quantidade	Custo
Seminário "Óleos Combustíveis Marítimos: Qualidade e Transporte"	31	R\$ 0,00
Seminário "Gás Natural: Evolução, Aplicação e Perspectivas"	37	
1º Fórum de 2010 para o 19º Programa Interlaboratorial de Combustíveis - PIC e 19º Programa Interlaboratorial de Marcadores - PIM	8	
2º Fórum de 2010 do Programa Interlaboratorial de Combustíveis - PIC	8	
Seminário Downstream ANP Manuseio e Armazenagem de Óleo Diesel B	30	
<b>TOTAL</b>	<b>114</b>	

Cursos "In Company" contratados pela ANP em 2010		
Temas	Quantidade	Custo
Arc GIS	61	R\$ 72.733,24
GeoMedia	34	R\$ 40.900,00
Seminário: Regulação Teoria e Prática	41	R\$ 10.269,18
Excel Básico	60	R\$ 4.449,80
Excel Avançado	165	R\$ 22.359,85
PowerPoint	60	R\$ 4.764,00
Excel Avançado aplicado a Finanças	15	R\$ 3.489,90
Tabela Dinâmica e Gerenciamento de Dados	15	R\$ 3.589,95
Imersão em Macros e Programação VBA	15	R\$ 9.939,90
World Fiscal Systems for Oil & Gás	14	R\$ 41.130,32
Amana-Key	15	R\$ 130.000,00
DGOS	20	R\$ 28.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>515</b>	<b>R\$ 371.626,14</b>

Cursos "In Company" Ministrado por Servidores da ANP em 2010		
Temas	Quantidade	Custo
Processo Administrativo Federal	179	R\$ 0,00
Geologia para não geólogos	20	
<b>TOTAL</b>	<b>199</b>	

Convênio PRÓ-REG /ENAP		
Temas	Quantidade	Custo
Política de Defesa da Concorrência	6	R\$ 0,00
Marcos e Instrumentos da Regulação Econômica	4	
Técnicas de Negociação no Setor Público	4	
Rede de Políticas Públicas - O Desafio da Governança	2	
Oficina de Negociação	5	
Competências Conversacionais	5	
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	

Fonte: SRH/Fluxo de Solicitações de Participação em Ações de Treinamento - SPAT

A experiência mostrou que eventos “*In Company*” de curta duração são economicamente viáveis e que seus objetivos tem sido atendidos com excelência.

As ações de treinamento e capacitação foram desenvolvidas em consonância com o principal objetivo da Agência, que visa manter seu quadro de pessoal atualizado e melhor preparado para atuar como órgão regulador do setor de petróleo. A Superintendência de Gestão de Recursos Humanos vem desenvolvendo seu trabalho de acordo com as diretrizes da Diretoria e com as demandas das áreas visando compor um corpo funcional qualificado e pronto para dar cumprimento à missão institucional da Agência.

#### 21.11. ANÁLISE DO QUADRO PRÓPRIO DE PESSOAL

No exercício de 2010 observa-se um pequeno acréscimo de pessoal devido ao ingresso de servidores aprovados no segundo concurso público e convocados para o curso de formação, para os cargos efetivos de Especialistas, realizado entre os dias 11 e 21 de maio.

A Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, estabeleceu o quantitativo de 780 cargos para compor o quadro de pessoal efetivo da ANP. Por meio do Edital nº 001/2004, publicado em 24 de dezembro de 2004, a ANP realizou, em 2005, o seu primeiro Concurso Público para o preenchimento de 313 vagas. Visando preencher o quantitativo previsto no seu quadro de pessoal ativo permanente, a ANP realizou seu segundo concurso público em março de 2008, publicado por meio do Edital nº 001/2008, e previa o preenchimento de mais 325 vagas.

No exercício de 2008 foram ocupadas 270 vagas pelos novos servidores. No final do exercício de 2009 mais 45 vagas foram ocupadas por novos servidores oriundos do segundo concurso. Em 2010, outros 26 servidores concursados tomaram posse e entraram em exercício.

Tabela 21.17. Composição do Quadro Efetivo de Servidores / Dezembro de 2010

CARGO		QTD
EFETIVO	ANALISTA ADMINISTRATIVO	134
	ESP. EM GEOLOGIA E GEOFÍSICA DO PET. E GÁS NATURAL	22
	ESP. EM REG. DE PETR. E DER., ÁLCOOL COMB. E GÁS NATURAL	288
	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	68
	TÉCNICO EM REG. DE PETR. E DER., ÁLCOOL COMB. E GÁS NATURAL	41
TOTAL		553
CARGO		QTD
ESPECÍFICO	ADMINISTRADOR	5
	AGENTE ADMINISTRATIVO	20
	AGENTE DE MECÂNICA DE APOIO	1
	AGENTE DE PORTARIA	1
	ANALISTA DE CADASTRO DE EMPRESA	1
	ARTÍFICE DE ELETRICIDADE E COMUNICAÇÕES	1
	CONTADOR	1
	DATILÓGRAFO	5
	ECONOMISTA	1
	FISCAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E OUTROS COMBUSTÍVEIS	37
	MOTORISTA OFICIAL	6
	TÉCNICO CONTÁBIL	1
	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1
	TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	1
	TÉCNICO ESPECIALIZADO	1
	TECNOLOGISTA	1
TOTAL		84
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO (EFETIVO e ESPECÍFICO)		637

Fonte: SIAPE / CADGER / Relatório de Informações Gerenciais - SRH

*Tabela 21.18. Outras atividades desenvolvidas pela SRH em 2010:*

<b>Atividade</b>	<b>Resumo</b>
<b>Exames Periódicos</b>	Realização dos exames periódicos dos servidores, conforme regulamentado pelo Decreto nº 6.856/09. Foram realizados exames em 65% dos servidores do quadro da ANP. Os exames médicos periódicos são essenciais para avaliar o estado de saúde e a exposição a fatores de riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos. Nos escritórios do Rio de Janeiro e de Brasília, os exames são realizados pelo Serviço de Medicina Ocupacional – SMO, nas unidades de Salvador e São Paulo por empresas contratadas.
<b>Laudos Ergonômicos</b>	Foram elaborados laudos ergonômicos para todas as unidades da ANP. Os laudos apresentaram conclusões e recomendações relacionadas ao ambiente de trabalho e equipamentos em geral, com o objetivo de preservar, da melhor forma possível, a integridade física e psicológica dos trabalhadores. De uma maneira geral, foi concluído que as condições ergonômicas verificadas atendem ao estabelecido pela NR-17. Apenas alguns ajustes deverão ser feitos e alguns equipamentos recomendados serão adquiridos.
<b>Avaliação de Desempenho para fins de Gratificação</b>	Foram normatizados procedimentos e melhorias no Sistema de Avaliação de Desempenho – SAS. Foi criado o Sistema de Plano e Trabalho - SPT, para registro das metas globais, intermediárias e individuais, que está sendo elaborado com ajuda do NIN.
<b>Férias Web</b>	Implantado o sistema do Ministério do Planejamento, idealizado pela SRH/ANP, que permite a programação, alteração e visualização das férias pela internet.
<b>Espaço SRH</b>	Implantada melhoria no espaço físico da área com destinação de uma sala de atendimento exclusivo para os servidores.
<b>Estágio Escolar</b>	Elaborado regulamento para a concessão e realização de estágios na ANP destinado a estudantes de nível médio e superior.
<b>Progressão e Promoção</b>	Publicação da Portaria nº 03, de 21 de janeiro de 2010, que regulamenta os arts 5º e 6º da Portaria nº 13, de 29 de janeiro de 2009, estabelecendo as normas de operacionalização do instrumento de avaliação de desempenho e Publicação da Portaria nº 133, de 22 de junho de 2010, que altera a Portaria nº 13, de 29 de janeiro de 2009 e a Portaria nº 03, de 21 de janeiro de 2010, estabelecendo novas regras e procedimentos para a concessão da Progressão e Promoção.
<b>Gratificação de Desempenho</b>	Publicação da Portaria nº 78, de 31 de março de 2010, que aprova os critérios e instrumentos a serem observados para a realização do primeiro ciclo de avaliação de desempenho individual e institucional, Publicação da Portaria nº 125, de 09 de junho de 2010, que aprova a criação e o funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD e Publicação da Portaria nº 203, de 18 de agosto de 2010, que estabelece os procedimentos a serem observados no primeiro ciclo de avaliação e define o início do segundo ciclo de avaliação de desempenho com a finalidade de pagamento da Gratificação de Desempenho.
<b>Modernização das SPATs</b>	Em Julho de 2010 foi implementada a melhoria no fluxo de Solicitação de Autorização de Treinamento (SPAT), que otimizou o processo de autorização de treinamento na ANP.
<b>Sistema de Votação - SVA</b>	Criação do sistema de votação ANP, em parceria com o Núcleo de Informática, permitindo a realização de votações informatizadas para a eleição de representantes da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD.

Fonte: SRH/ANP

## *22. GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA*

A gestão administrativa e financeira e a coordenação de aquisições da ANP são atribuições da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa (SFA).

### **22.1. GESTÃO ADMINISTRATIVA**

A área administrativa é responsável por atender as diversas demandas da Agência, desempenhando papel relevante para o cumprimento das ações institucionais da ANP.

Uma das atribuições da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa é o acompanhamento de diversos contratos que atendem a toda a ANP, o que é realizado pela sua área administrativa.

A Administração possui sob sua gestão 22 contratos de fornecimento e serviços, tais como: agência de viagens, locação de veículos, correios, controle de acesso, reprografia, transporte aéreo de cargas, telefonia fixa, celular e rádio/celular. Sendo este último um facilitador para o sucesso das ações de fiscalização.

Nos casos em que o servidor viaja a serviço, a área administrativa, quando requerido e justificada a sua necessidade, também disponibiliza celulares, conforme previsto na Instrução Normativa nº 10/2008.

Esta Superintendência dá apoio no transporte de cargas aéreas, abrangendo todo o Brasil, com vistas a atender todas as áreas da ANP, principalmente, a Superintendência de Fiscalização, o Núcleo de Informática e o Almoxarifado, que supre de materiais de expediente os escritórios regionais. Este serviço serviu de apoio logístico no projeto ANP Itinerante com o envio de material institucional para todas as localidades dos eventos. Em 2010 foram realizados 85 transportes de cargas.

Foram executados vários serviços gráficos, como por exemplo: impressão de certificados, apostilas e cópias de plantas especiais com a parceria de uma gráfica contratada por esta Superintendência.

Esta administração é também responsável pelo controle de acesso de servidores, visitantes e empregados de empresas terceirizadas, tendo sido registrada em 2010 uma população flutuante de, aproximadamente, 40.000 pessoas por mês.

O setor de protocolo, que integra a SFA, é responsável pelo recebimento, entrega e postagem de toda a correspondência institucional da ANP. Em 2010, o sistema Próton, sistema de informações documentais, cadastrou no Escritório Central 111.991 documentos, 19.113 processos e 66.699 documentos recebidos pelo protocolo.

No almoxarifado, foi concluída a instalação das estantes rolantes, que trouxe mais funcionalidade e enorme economia de espaço para estocagem de material de expediente, insumos de informática e material de limpeza.

Concluído o termo de referência para aquisição do novo software gestor de estoque estando apto para licitação no primeiro semestre de 2011.

A Agência de Viagens contratada para emissão de bilhetes para os servidores da ANP em viagem institucional de emitiu em 2010 5988 bilhetes entre nacionais e internacionais.

Outra área de responsabilidade desta SFA é o setor de Compras Diretas.

Foi realizado por essa área, em conjunto com o Núcleo de Informática – NIN, a nova versão do Sistema de Solicitação de Aquisição de Bens e Serviços - SABS, via WEB, visando maior agilidade no atendimento das demandas oriundas das diversas unidades organizacionais desta Agência.

Como de praxe, atendendo as demandas do Escritório Central - RJ, e das Unidades Administrativas de São Paulo - SP, e Salvador – BA, a área sobredita finalizou um total de sessenta quatro Solicitações de Aquisição de Bens e Serviços – SABS, nas modalidades de Dispensa de Licitação, Inexigibilidade e Adesão a Ata de Registro de Preço, nos limites de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), e para Obras e Serviços de Engenharia, até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Também foi implementado pela Administração, via Setor de Compras Diretas, controle de gastos baseado no que dispõe a Corte de Contas – TCU, no que se refere a gastos efetuados dentro do mesmo subelemento de despesa para fins de verificação dos limites de dispensa previstos nos incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93. Evitando desta forma o fracionamento de despesas por falta de planejamento.

A Administração desta SFA, não mediu esforços no sentido de orientar aos gestores das unidades organizacionais desta Agência de que o planejamento anual para aquisições de bens ou contratações na prestação de serviços são extremamente necessárias para o cumprimento da determinação do TCU.

No tocante às aquisições e serviços de pequena monta realizados no exercício financeiro de 2010, via Cartão de Compras do Governo Federal, com base na legislação do Suprimento de Fundos, a Administração desta SFA, designou 02 servidores do Setor de Compras Diretas que revezam a utilização do suprimento para atenderem as demandas principalmente da Diretoria Colegiada da Agência, e algumas superintendências cujas necessidades são esporádicas.

*Tabela 22.1. Gastos efetivados no ano pretérito pelos supridos da Administração:*

Nome Do Suprido	Consumo - 30	Serviço - 39	Total Gasto
Marcela Ribeiro Vianna	R\$ 4.598,21	R\$ 1.746,05	R\$ 6.344,26
Valdilene de Jesus	R\$ 2.653,90	R\$ 457,80	R\$ 3.111,70
TOTAIS	R\$ 7.252,11	R\$ 2.203,85	R\$ 9.455,96

Fonte: SFA

Nas superintendências e setores cujas demandas nos últimos anos tornaram-se mais rotineiras, a Administração orientou aos gestores que designassem servidores como supridos para atendimento de pronto de suas necessidades.

Em relação ao setor de Patrimônio, as atividades que se destacaram no ano de 2010 foram:

Incorporação e registro de 767 bens permanentes, os quais atingiram um total de 14.695 ao final do ano, assim como acompanhamento e levantamento, de todas as movimentações de bens do Escritório Central, BDEP e Regionais SP e SA.

- ✓ Após aquisição de novo mobiliário de escritório para os três andares anexos ao prédio da ANP e também para o 12º e 13º andares (estações de trabalho, gaveteiros, mesas e cadeiras e armários totalizando aproximadamente 600 itens), coube ao setor de patrimônio a análise das notas fiscais pertinentes ao mobiliário de cada andar, o que possibilitou a determinação do valor dos itens e seu respectivo registro e incorporação no SCBP.
- ✓ Conclusão de processo de doação de 418 equipamentos de processamento de dados, classificados como ociosos e antieconômicos pela Comissão de Avaliação de bens, em favor do Exército Brasileiro.
- ✓ Finalização da Proposta de Ação para aquisição de Solução Corporativa de Gestão Pública para os Setores de Patrimônio e Almoxarifado, aprovada pela Diretoria Colegiada da ANP. O Edital foi elaborado e a Licitação, por recomendação da Procuradoria da ANP, deverá ser realizada com recursos orçamentários de 2011.

No ano de 2010, os três andares alugados (16º, 17º e 18º) do prédio ao lado do Escritório Central, passaram por reformas, de modo a se integrarem ao prédio da ANP, atendendo às necessidades institucionais da Agência.

Em Salvador foi alugado novo espaço para ampliação do Escritório Regional, com previsão de término da obra para março/2011.

O Escritório de São Paulo mudou-se para o espaço já alugado, ampliando sua área trazendo maior conforto e melhores condições para o desenvolvimento das funções de fiscalização daquele escritório.

#### 22.1.2. GESTÃO COORDENAÇÃO DE AQUISIÇÕES

Esta Coordenação encarrega-se de executar os trabalhos referentes à aquisição de bens e serviços, tais como realizar as licitações (pregão eletrônico, consulta, concorrência, tomada de preços e convite), proceder às atas de registro de preços, promover os casos de dispensa e inexigibilidade, celebrar convênios e contratos administrativos e as demais avenças de interesse da ANP, adotando as providências que a legislação estabelece, como a divulgação de avisos de licitação, extratos dos instrumentos convocatórios, dos ajustes, de dispensa e inexigibilidade de licitação; e exame dos recursos e impugnações interpostos.

Importante destacar que em 12/05/2010 foi publicado o Decreto Federal n.º 7.174/10, que estabeleceu, como principal mudança nas contratações de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal, uma ordem de preferência para a contratação daquelas empresas que apresentem:

- a) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- b) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País;
- c) bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

Diante de tal alteração, a ANP modificou o teor dos editais de licitação, estabelecendo a preferência supracitada durante a fase classificatória nos certames, que ocorre após a fase de lances.

#### 22.1.3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Conforme demonstram os Anexos I e II a este Relatório, foram realizados por esta Coordenação, durante o exercício de 2010, um total de 77 procedimentos licitatórios, a saber: 51 Pregões Eletrônicos, 23 Consultas e 03 Concorrências, que resultaram em contratações no montante de R\$ 229.536.861,78, que representa 43,01% da estimativa das despesas, que era de R\$402.760.737,67.

Vale ressaltar, que esses números são referentes aos certames **iniciados e concluídos** pelo Escritório Central do Rio de Janeiro no último exercício, não incluindo, via de consequência, três licitações que ainda estão em andamento.

A tabela e os gráficos abaixo evidenciam a o total de cada modalidade licitatória realizada em 2010 e o quanto essas modalidades correspondem, em termos percentuais, do total das licitações promovidas pela Coordenação de Aquisições, além do resultado financeiro alcançado na realização dos certames.

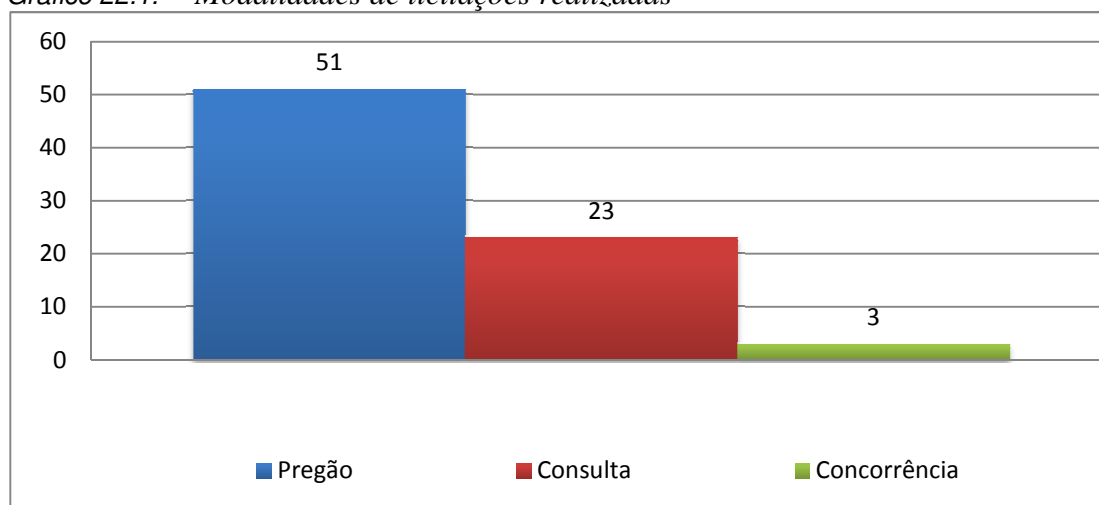


Tabela 22.2. Distribuição de modalidades de licitação

MODALIDADES	QUANTIDADE	%
Concorrência	3	3,90%
Consulta	23	29,87%
Convite	0	0,00%
Tomada de Preços	0	0,00%
Pregão Eletrônico	51	66,23%
Total	77	100%

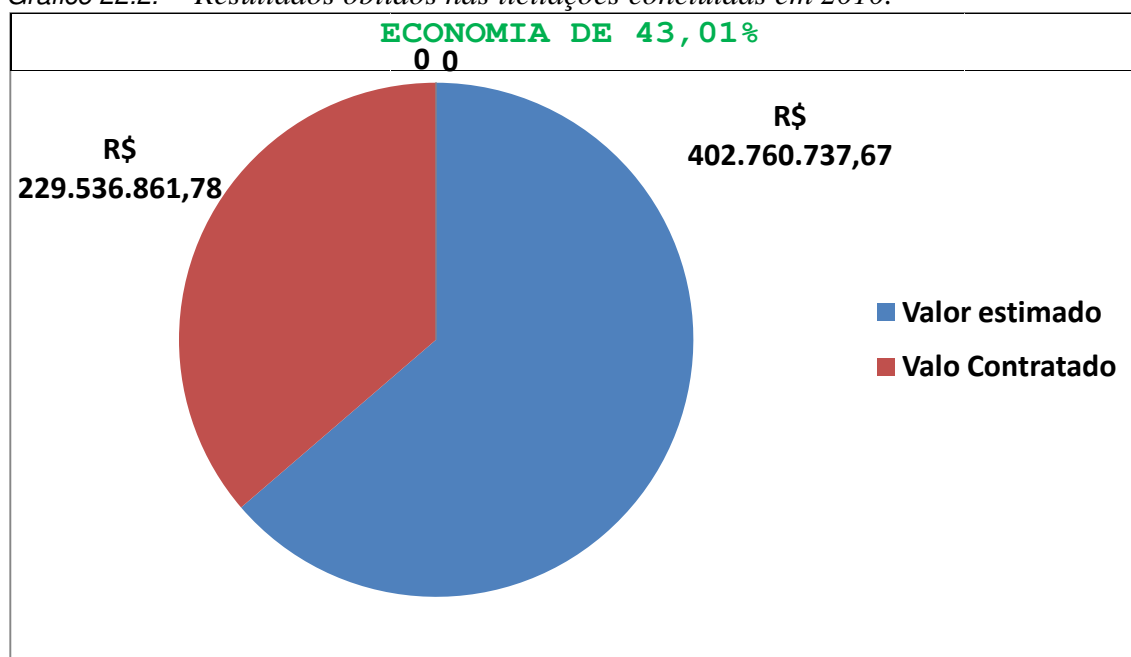
Fonte: SFA

Gráfico 22.1. Modalidades de licitações realizadas



Fonte: SFA

Gráfico 22.2. Resultados obtidos nas licitações concluídas em 2010.



Fonte: SFA

Anote-se ainda, que a ANP realizou outras 13 (treze) contratações, que tiveram por base as disposições dos artigos 24 (dispensa de licitação) e 25 (inexigibilidade de Licitação) da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, aderiu a 03 (três) atas de registro de preços, firmou 16 (dezesesseis) Convênios e celebrou 102 (cento e dois) termos aditivos.

Por derradeiro, cabe registrar que a coordenação de aquisições também emprestou a sua colaboração a 04 (quatro) leilões de biodiesel.

#### 22.1.4. RESULTADOS MAIS SIGNIFICATIVOS:

a. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 52/09\*.

Objeto: Serviços de informática de suporte computacional ao BDEP.

Contratada: *CPM Braxis Outsourcing S/A*.

Valor: R\$ 5.565.048,20.

b. CONSULTA N.º 61/09\*.

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados em processamento e reprocessamento de um lote de dados sísmicos terrestres 2D nas bacias do Amazonas, Acre e São Luís.

Contratada: *HALLIBURTON SERVIÇOS LTDA.*

Valor: R\$ 16.035.823,50.

c. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 62/09\*.

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de coleta de 2.000 amostras de solo, análises laboratoriais e interpretação de dados geoquímicos na bacia do Araripe.

Contratada: *IPEX*.

Valor: R\$ 3.800.000,00.

d. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 30/09\*.

Objeto: Aquisição de licenças de uso de software Microsoft.

Contratada: *Brassoftware Informática Ltda.*

Valor: R\$ 1.536.439,30.

e. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/10.

Objeto: Reforma predial no Escritório Central da ANP, no Rio de Janeiro.

Contratada: *STUDIO G CONSTRUTORA LTDA.*

Valor: R\$ 1.439.100,00.

f. CONTRATO EMERGENCIAL N.º 5.099/10-ANP-002.834.

Objeto: Prestação dos serviços de agente de viagem, visando atender às necessidades dos servidores da ANP quando em viagem de representação em território nacional e no exterior.

Contratada: *PROMOTIONAL TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA.*

Valor: R\$ 1.651.250,00.

g. DISPENSA N.º 41/10.

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de avaliação de volumes potenciais de hidrocarbonetos “in situ” em bacias sedimentares brasileiras, incluindo a emissão de certificados, internacionalmente aceitos, de recursos petrolíferos, de acordo com as normas vigentes da SPE (Society of Petroleum Engineers – Sociedade de Engenheiros de Petróleo) e SEC (U.S. Securities and Exchange Commission – Comissão Americana de Valores Mobiliários).

Contratada: GAFFNEY, CLINE & ASSOCIATES INC.

Valor: R\$ 2.373.777,00

h. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 42/10.

Objeto: Prestação de serviços de teleatendimento receptivo e ativo, com atendimento eletrônico e humano, abrangendo todos os recursos necessários à sua implantação e à operacionalização da Central de Atendimento do Centro de Relações com o Consumidor (CRC) da ANP, englobando o território nacional.

Contratada: VIACALL CENTER SERVIÇOS DE CONTRATOS TELEFÔNICOS LTDA.-ME.

Valor: R\$ 859.999,92.

i. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 69/09\*.

Objeto: Prestação dos serviços técnicos contínuos de Segurança da informação na ANP.

Contratada: MÓDULO SECURITY SOLUCIONS S.A.

Valor: R\$ 3.409.977,23

j. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 56/10.

Objeto: Monitoramento de preços de combustíveis.

Contratada: ANÁLISE & SÍNTESE PESQUISA E MARKETING LIMITADA.

Valor: R\$ 8.799.999,89.

k. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 68/10.

Objeto: Prestação de serviços continuados de telefonia fixa comutada de ligações originadas do PABX do Escritório Central da ANP.

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. – EMBRATEL.

Valor: R\$ 1.145.046,60.

l. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 88/09\*.

Objeto: Aquisição de drives de Fitas modelo TS1130 (3592-E06), Atualização/Expansão Switch FC, Placa controladora SCSI-Padrão Fibra ótica (HBA-FC), compatível com drives TS-1130 e 1120 SAN32B-3, compreendendo o fornecimento de equipamentos, incluindo os serviços de montagem e instalação.

Contratada: AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA.

Valor: R\$ 850.000,00.

m. INEXIGIBILIDADE N.º 61/2010.

Objeto: Prestação dos serviços de publicação no Diário Oficial da União, inclusive em suplemento, de atos oficiais e demais matérias de interesse da ANP.

Contratada: *IMPrensa NACIONAL*.

Valor: R\$ 2.200.000,00.

n. CONCORRÊNCIA N.º 73/09\*.

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de aquisição de dados geo-químicos em amostras de assoalho oceânico na Bacia do Ceará, que visa identificar e caracterizar a presença de sistema(s) petrolífero(s) na bacia, através da detecção de exsudações e/ou microexsudações de óleo e gás em 1000 (mil) amostras obtidas a partir de testemunhador do tipo piston core.

Contratada: *CONSÓRCIO FUGRO/IPEX CEARÁ*.

Valor: R\$ 12.707.800,00.

o. CONSULTA N.º 60/10.

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de aquisição e processamento de 40.716 (quarenta mil setecentos e dezesseis) registros (sismogramas) de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, com gravimetria, e magnetometria terrestre associadas para cada 8 pontos de tiro (PT), na Bacia do Acre.

Contratada: *GEORADAR LEVANTAMENTOS GEOFÍSICOS S.A.*

Valor: R\$ 53.138.899,48.

p. CONSULTA N.º 61/10.

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de aquisição e processamento de 60.567 (sessenta mil quinhentos e sessenta e sete) registros (sismogramas) de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, com gravimetria, e magnetometria terrestre associadas para cada 8 pontos de tiro (PT), na Bacia do Amazonas.

Contratada: *GEORADAR LEVANTAMENTOS GEOFÍSICOS S.A.*

Valor: R\$ 79.999.999,77.

Por fim, vale registrar que foram realizadas 21 (vinte e uma) licitações, na modalidade de Consulta, destinadas aos serviços técnicos especializados para execução do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) na maioria dos Estados brasileiros, que tiveram como resultado, para o total das contratações, um montante de R\$ 48.756.502,22.

(\*): *Representam contratações provenientes de certames remanescentes do exercício de 2009.*

Tabela 22.3. *Licitações Realizadas em 2010*

Modalidade	Número	Objeto	Publicado em:	Data entrega/Abertura das propostas	Status
jan/10					
Pregão	088/09	Drives de Fita	12/1/2010	25/1/2010	homologado
Pregão	062/09	Geoquímica bacia Araripe	11/1/2010	22/1/2010	homologado
Pregão	023/09	carimbo	4/6/2009	12/1/2010 (ata complementar)	homologado
fev/10					
Pregão	030/09	Software	29/1/2010	10/2/2010	homologado
Pregão	089/09	Projeto multimídia	5/2/2010	22/2/2010	homologado
consulta	009/10	PMQC SANTA CATARINA	12/2/2010	26/2/2010	homologado
consulta	097/09	PMQC RIO DE JANEIRO	10/2/2010	25/2/2010	homologado
mar/10					
consulta	006/10	PMQC Bahia	11/2/2010	3/3/2010	homologado

consulta	014/10	PMQC São Paulo (pólo 4)	18/2/2010	2/3/2010	homologado
Pregão	060/09	Telefonia Salvador/BA	19/12/2010	3/3/2010	homologado
consulta	005/10	PMQC Mato G. Sul	19/2/2010	4/3/2010	homologado
Pregão	085/09	Workstation	3/12/2009	15/12/2009	<i>fracassada</i>
consulta	007/10	PMQC Mato Grosso	22/2/2010	5/3/2010	homologado
consulta	004/10	PMQC MINAS GERAIS - 2	12/3/2010	24/3/2010	homologado
consulta	001/10	PMQC MINAS GERAIS - 1	11/3/2010	23/3/2010	homologado
consulta	010/10	PMQC Pernambuco	22/2/2010	9/3/2010	homologado
consulta	012/10	PMQC Sergipe/Alagoas	26/2/2010	10/3/2010	homologado
consulta	011/10	PMQC ACRE/RONDÔNIA	2/3/2010	12/3/2010	homologado
consulta	024/10	PMQC AP/PA	1/3/2010	15/3/2010	homologado
consulta	008/10	PMQC São Paulo (polo 1)	1/3/2010	11/3/2010	homologado
Pregão	096/09	WEBLOGIC	3/3/2010	15/3/2010	homologado
Pregão	019/10	Açúcar, café, água	4/3/2010	16/3/2010	homologado
consulta	023/10	PMQC PARANA	4/3/2010	18/3/2010	homologado
consulta	015/10	PMQC São Paulo (polo 3)	4/3/2010	16/3/2010	homologado
Pregão	021/10	Aquisição de envelopes	8/3/2010	18/3/2010	homologado
Pregão	022/10	Elaboração Projeto Básico	8/3/2010	18/3/2010	homologado
consulta	020/10	PMQC RIO GRANDE DO SUL	5/3/2010	17/3/2010	homologado
Pregão	065/09	TV LCD	19/2/2010	3/3/2010	homologado
Pregão	093/09	Sistema Vídeo Wall	16/3/2010	26/3/2010	homologado
consulta	030/10	PMQC MARANHÃO	18/3/2010	30/3/2010	homologado
<b>abr/10</b>					
Pregão	029/10	Serv. Engenharia (Av. R. Branco)	25/3/2010	12/4/2010	homologado
Concorrência	073/09	Piston Core Ceará	10/3/2010	26/4/2010	homologado
Pregão	031/10	Manut. Central Telef. BA	25/3/2010	27/4/2010	homologado
Consulta	033/10	PMQC CEARÁ	26/3/2010	8/4/2010	homologado
Pregão	027/10	Material Expediente	1/4/2010	14/4/2010	homologado
Pregão	039/10	Aquisição de Lacres-SFI	7/4/2010	19/4/2010	homologado
Consulta	034/10	PMQC ESPÍRITO SANTO	1/4/2010	14/4/2010	homologado
<b>mai/10</b>					
Concorrência	037/10	Serv. Especializ. Hidrocarbonetos	19/4/2010	27/5/2010	<i>fracassada</i>
Pregão	028/10	Aquisição de cartuchos	27/4/2010	7/5/2010	homologado
Pregão	016/10	solução de backup	29/9/2010	11/5/2010	homologado
Pregão	042/10	CRC da ANP	10/5/2010	20/5/2010	homologado
Pregão	032/10	Projeto Básico CPT	6/4/2010	16/4/2010	homologado
Pregão	018/10	Reprografia-ESP/SP	14/5/2010	26/5/2010	homologado
<b>jun/10</b>					
Pregão	049/10	Agência de Viagem	1/6/2010	14/6/2010	homologado
Pregão	048/10	Manut. Servidores	21/5/2010	2/6/2010	homologado
Pregão	036/10	Reprografia-ANP/RJ	4/6/2010	16/6/2010	homologado
Pregão	050/10	Telefonia Longa distância Nacional	31/5/2010	11/6/2010	homologado
Pregão	069/09	Segurança da Informação	4/6/2010	16/6/2010	homologado
Pregão	038/10	Manutenção Storage	9/7/2010	21/7/2010	homologado
Pregão	043/10	Sacos, frascos, tampas - SFI	4/6/2010	16/6/2010	homologado
Consulta	055/10	PMQC São Paulo (Polo 2)	10/6/2010	22/6/2010	homologado
Pregão	044/10	Serviço de Tradução	10/6/2010	23/6/2010	homologado
Consulta	054/10	PMQC Amazonas/Roraima	11/6/2010	23/6/2010	homologado
Pregão	045/10	Kit de Memória e adap. De rede	17/6/2010	29/6/2010	homologado
Pregão	053/10	Treinamento-Software	30/6/2010	12/7/2010	homologado
<b>jul/10</b>					
Pregão	056/10	Monitoramento de Preços	2/7/2010	14/7/2010	homologado
Pregão	079/09	Reforma de Sofás e cadeiras	13/7/2010	23/7/2010	homologado
Pregão	041/10	Caixas Plásticas Térmicas - SFI	28/7/2010	9/8/2010	homologado
<b>ago/10</b>					
Pregão	068/10	Serv. de Telefônica Comutada-SFA	3/8/2010	13/8/2010	homologado
Pregão	062/10	Serv. Manut. Em equip. Switch	13/8/2010	30/8/2010	homologado
Pregão	058/10	Aquisição de Notebook e Notebook	13/8/2010	26/8/2010	homologado
consulta	074/09	Sísmica Amazonas	13/8/2010	26/8/2010	homologado
<b>set/10</b>					
Pregão	067/10	Manut. Corr. E prev. Em No-break	16/8/2010	10/9/2010	homologado
Concorrência	017/10	Sísmica Marinha Baía Jacuí-pe	16/8/2010	30/9/2010	<i>fracassada</i>

Pregão <b>out/10</b>	066/10	Administração Veículos-SFI	15/9/2010	27/9/2010	homologado
Pregão	072/10	Reforma Prediais no ESA	6/10/2010	19/10/2010	<i>fracassada</i>
Pregão	076/10	Aquisição de cj teclado/Mouse	11/10/2010	22/10/2010	homologado
Pregão	077/10	Aquisição de Luvas	18/10/2010	29/10/2010	homologado
Consulta <b>nov/10</b>	060/10	Sísmica Bacia Acre	9/9/2010	21/10/2010	homologado
Pregão	040/10	Manut. E Suporte Storage Ne-tapp	18/10/2010	3/11/2010	homologado
Pregão	081/10	Aquisição de capas plásticas	12/11/2010	25/11/2010	homologado
Pregão	093/10	Reforma Prediais no ESA	16/11/2010	26/11/2010	homologado
Pregão <b>dez/10</b>	088/10	Antivírus McAfee	22/11/2010	2/12/2010	homologado
Pregão	075/10	Scanner	1/12/2010	13/12/2010	homologado
Pregão	074/10	Limpeza ESA/ANP	3/12/2010	15/12/2010	homologado
Pregão	080/10	Ampliação armaz. Storage Ne-tapp	9/12/2010	21/12/2010	homologado
Pregão	083/10	Aquisição de Leitores de C. Barras	13/12/2010	23/12/2010	em andamento
Pregão	063/10	Reforma ESP/ANP	16/12/2010	30/12/2010	<i>fracassada</i>
Concorrência	095/10	Sísmica Marinha do Jacuípe	4/11/2010	18/1/2011	á realizar
Pregão	094/10	Tecnologia da Informação	1/12/2010	21/1/2011	á realizar

Fonte: SFA/ANP

**Tabela 22.4. Resultado das licitações homologadas no exercício 2010**

PROCESSO	SABS	ÁREA	MODALIDADE	N.º DA LICITAÇÃO	OBJETO	VALOR ESTIMADO EM R\$	VALOR DE CONTRATAÇÃO EM R\$	% DE VARIAÇÃO
48610.012025/09-41	225/09	SBQ	Consulta	094/09	PMQC no Estado do Rio Grande do Norte	1.244.432,96	1.159.624,72	-6,82
48610.012026/09-95	226/09	SBQ	Consulta	095/09	PMQC no Estado da Paraíba	1.185.484,79	978.715,20	-17,44
48610.014548/09-21	210/09	NIN	Pregão Eletrônico	090/09	placas de rede , placas HBA para os servidores	237.509,49	124.654,33	-47,52
48610.003552/09-64	057/09	NIN	Pregão Eletrônico	052/09	Serviços técnicos especializados para o BDEP	4.548.234,47	5.565.048,20	22,36
48610.002701/09-78	46/09	SFA	Pregão Eletrônico	023/09	Carimbos	15.188,37	13.313,05	-12,35
48610.011785/09-31	212/09	SRH	Pregão Eletrônico	077/09	Curso de Introdução ao Geoprocessamento	72.733,34	43.500,00	-40,19
48610.014547/09-87	284/09	NIN	Pregão Eletrônico	089/09	Projeto Multimídia	116.215,96	49.679,00	-57,25
48610.005790/09-12	121/09	SDB	Pregão Eletrônico	062/09	Geoquímica Araripe	7.398.331,86	3.800.000,00	-48,64
48610.008703/09-71	165/09	ESA	Pregão Eletrônico	060/09	Telefonia DDD ESA	66.520,76	42.106,32	-36,70
48610.014393/09-23	270/09	SBQ	Consulta	097/09	PMQC RIO DE JANEIRO	3.613.212,74	3.004.291,93	-16,85
48610.014836/09-86	324/09	SBQ	Consulta	006/10	PMQC BAHIA	4.919.268,55	3.604.766,00	-26,72
48610.014694/09-57	317/09	SBQ	Consulta	012/10	PMQC Sergipe/Alagoas	1.639.789,99	1.343.596,00	-18,06
48610.015218/09-53	305/09	SBQ	Consulta	005/10	PMQC MATO GROSSO DO SUL	1.254.025,49	1.071.106,00	-14,59
48610.014837/09-21	321/09	SBQ	Consulta	007/10	PMQC MATO GROSSO	1.668.258,57	1.284.691,98	-22,99
48610.014532/09-19	311/09	SBQ	Consulta	024/10	PMQC Pará/Amapá	1.793.655,92	1.288.580,90	-28,16
48610.014690/09-79	315/09	SBQ	Consulta	010/10	PMQC Pernambuco	4.420.748,49	3.106.682,00	-29,72
48610.010203/09-07	160/09	NIN	Pregão Eletrônico	065/09	TV LCD 42"	194.997,88	106.405,00	-45,43
48610.000585/10-96	339/09	ESA	Pregão Eletrônico	022/10	Elaboração de Projeto Básico	131.891,67	31.000,00	-76,50
48610.002733/09-73	031/09	NIN	Pregão Eletrônico	030/09	Aquisição de Licenças Microsoft	2.316.682,86	1.794.301,00	-22,55
48610.011237/09-19	179/09	NIN	Pregão Eletrônico	096/09	Weblogic	1.050.341,44	834.360,00	-20,56
48610.014695/09-00	290/09	SBQ	Consulta	001/10	PMQC Minas Gerais (Pólo 1)	3.924.855,83	3.240.096,79	-17,45
48610.013164/09-91	221/09	SDP	Pregão Eletrônico	093/10	Videowall	335.078,42	198.261,00	-40,83
48610.001932/10-06	026/10	SFA	Pregão Eletrônico	019/10	Material de expediente (café, açúcar, água)	42.636,00	22.997,60	-46,06
48610.001248/10-16	033/10	SBQ	Consulta	033/10	PMQC Ceará	3.495.982,57	2.862.437,16	-18,12
48610.014691/09-13	314/09	SBQ	Consulta	020/10	PMQC Rio Grande do Sul	4.423.290,24	3.151.195,94	-28,76
48610.014693/09-11	308/10	SBQ	Consulta	009/10	PMQC Santa Catarina	4.424.813,37	2.925.516,45	-33,88
48610.014832/09-06	325/09	SBQ	Consulta	014/10	PMQC São Paulo (Pólo 4)	3.302.792,72	2.632.739,08	-20,29
48610.014838/09-75	329/09	SBQ	Consulta	030/10	PMQC Maranhão	1.393.554,40	1.131.394,78	-18,81
48610.014829/09-84	322/09	SBQ	Consulta	023/10	PMQC Paraná	4.710.366,95	3.397.418,71	-27,87
48610.014708/09-32	294/09	SBQ	Consulta	004/10	PMQC Minas Gerais (Pólo 2)	3.751.156,45	2.941.245,31	-21,59
48610.001894/10-83	025/10	SFA	Pregão Eletrônico	021/10	Aquisição de envelopes, capa de processo, etiquetas	81.580,00	35.355,50	-56,66
48610.000563/10-26	004/10	SBQ	Consulta	34/10	PMQC Espírito Santo	1.158.976,64	899.798,72	-22,36
48610.014974/09-65	309/09	SBQ	Consulta	011/10	PMQC Acre e Rondônia	1.663.015,66	1.140.710,28	-31,41
48610.015637/09-95	347/09	SFA	Pregão Eletrônico	029/10	Serv. Engenharia ANP - Av. Rio Branco)	1.443.519,64	1.439.100,00	-0,31
48610.004469/10-46	55/10	SFI	Pregão Eletrônico	039/10	Lacres de Segurança	43.800,00	28.800,00	-34,25
48610.014831/09-53		SBQ	Consulta	015/10	PMQC São Paulo (Pólo 3)	3.395.340,11	2.758.755,50	-18,75

48610.001610/ 10-59	022/10	ESP	Pregão Ele- trônico	018/10	Locação de Máquina co- piadora-ESP/ANP	42.678,00	14.994,00	-64,87
48610.003614/ 10-71	048/10	CPT	Pregão Ele- trônico	032/10	Projeto Básico - CPT	341.592,60	254.549,92	-25,48
48610.001929/ 10-84	023/10	SFA	Pregão Ele- trônico	027/10	Material de expediente	1.673.477,45	935.805,97	-44,08
48610.001836/ 10-50	015/10	NIN	Pregão Ele- trônico	016/10	Solução de backup	90.168,06	82.500,00	-8,50
48610.006411/ 10-37	073/10	NIN	Pregão Ele- trônico	048/10	Manutenção de Servido- res	107.018,76	13.800,00	-87,11
48610.001893/ 10-39	008/10	SFA	Pregão Ele- trônico	028/10	Aquisição de cartuchos	1.974.040,38	1.192.125,95	-39,61
48610.006888/ 10-12	107/10	SFA	Pregão Ele- trônico	050/10	Telefonia Longa distân- cia Nacional	217.026,60	186.327,00	-14,15
48610.005705/ 10-41	79/10	SBQ	Consulta	055/10	PMQC São Paulo (Pólo 2)	3.576.025,32	2.925.740,06	-18,18
48610.000824/ 10-16	007/10	ESP	Pregão Ele- trônico	031/10	Manut. corretiva e pre- ventiva Central Telef. Salvador	20.250,00	9.999,96	-50,62
48610.013161/ 09-58	235/09	SFA	Pregão Ele- trônico	036/10	Locação de 13 máq. Co- piadoras digitais ANP/RJ	562.936,97	156.000,00	-72,29
48610.014401/ 09-31	281/09	SBQ	Consulta	054/10	PMQC Amazo- nas/Roraima	1.781.985,79	1.295.809,80	-27,28
48610.006371/ 10-23	80/10	SFI	Pregão Ele- trônico	043/10	Fornecimento de Sacos e Fracos	118.289,67	98.130,00	-17,04
48610.006699/ 10-40	092/10	NIN	Pregão Ele- trônico	045/10	Fornecimento de Memó- ria RAM e Placa de Rede	225.163,00	95.320,00	-57,67
48610.005825/ 10-49	74/10	SPL	Pregão Ele- trônico	044/10	Prestação de Serviços de Tradução	23.587,50	16.300,00	-30,90
48610.005792/ 10-37	068/10	SFA	Pregão Ele- trônico	049/10	Agência de Viagem	7.912.008,48	7.136.631,65	-9,80
48610.011407/ 09-57	213/09	CRC	Pregão Ele- trônico	042/10	Serviço de Call Center	2.543.709,18	859.999,92	-66,19
48610.006412/ 10-81	84/2010	SRH	Pregão Ele- trônico	053/10	Treinamento de aplicati- vos Office	86.222,30	54.146,15	-37,20
48610.004639/ 10-92	051/10	NIN	Pregão Ele- trônico	038/10	Manutenção de Hardwa- re - Storage	107.898,24	66.000,00	-38,83
48610.012089/ 09-41	224/09	SFA	Pregão Ele- trônico	079/09	Reforma de cadeiras e poltronas	88.967,73	67.281,30	-24,38
48610.008846/ 09-34	320/09	NIN	Pregão Ele- trônico	069/09	Segurança da Informação	4.569.227,74	3.409.977,23	-25,37
48610.006998/ 10-84	105/10	CDC	Pregão Ele- trônico	056/10	Pesquisa de Mercado- Monitoramento de Pre- ços	7.112.119,56	2.799.999,90	-60,63
48610.005833/ 10-95	065/10	SFI	Pregão Ele- trônico	041/10	Caixas Térmicas para amostras de combustí- veis	35.989,10	24.899,70	-30,81
48610.008353/ 10-86	127/10	SFA	Pregão Ele- trônico	068/10	Serviços de Telefonia Fixa Local	2.107.574,18	1.145.046,60	-45,67
48610.008750/ 10-58	097/10	NIN	Pregão Ele- trônico	062/10	Serv. Manut. Em equip. Switch	179.081,88	37.020,00	-79,33
48610.013536/ 09-80	261/09	NIN	Pregão Ele- trônico	088/09	Drives de Fita	1.274.146,17	850.000,00	-33,29
48610.001890/ 10-03	003/10	SFI	Pregão Ele- trônico	066/10	Serviços de administra- ção e controle da frota de veículos-SFI	30.271,67	30.069,28	-0,67
48610.006844/ 10-92	94/10	NIN	Pregão Ele- trônico	058/10	Aquisição de Notebook e Netbook	1.259.802,66	911.347,80	-27,66
48610.009859/ 10-11	148/10	NIN	Pregão Ele- trônico	067/10	Manutenção de No- Break	369.666,08	300.810,00	-18,63
48610.005836/ 10-29	82/10	NIN	Pregão Ele- trônico	040/10	Conserto e Manutenção - Storage Netapp	148.275,45	115.462,82	-22,13
48610.012331/ 10-11	173/10	NIN	Pregão Ele- trônico	076/10	Aquisição de Teclados e Mouses	18.648,52	11.000,00	-41,01
48610.012900/ 10-28	196/10	SFI	Pregão Ele- trônico	077/10	Aquisição de Luvas	62.284,50	35.102,00	-43,64
48610.014481/ 10-69	211/10	SFA	Pregão Ele- trônico	081/10	Aquisição de Capas Plás- ticas	122.000,00	45.500,00	-62,70
48610.010782/ 10-13	159/10	ESA	Pregão Ele- trônico	093/10	Reforma no ESP	372.190,25	369.999,00	-0,59
48610.015185/ 10-85	216/10	NIN	Pregão Ele- trônico	088/10	Antivírus McAfee	102.805,23	54.920,00	-46,58
48610.010780/ 10-24	155/10	ESA	Pregão Ele- trônico	074/10	Serviço de Limpeza - ESA	44.019,86	24.292,02	-44,82
48610.011802/ 10-73	154 e 170/10	NIN/S DT	Pregão Ele- trônico	075/10	Aquisição de Scanner	17.036,19	11.010,05	-35,37
48610.007628/ 09-21	154/09	SDB	Concorrên- cia	073/09	Piston Core Ceará	25.593.630,67	12.707.800,00	-50,35
48610.005778/ 09-08	077/09	SDB	Consulta	060/10	Sísmica Acre	102.976.320,78	53.138.899,48	-48,40



48610.003044/ 09-86	062/09	SDB	Consulta	061/10	Sísmica Amazonas	159.394.316,55	79.999.999,77	-49,81
Total						402.760.737,67	229.536.861,78	-43,01

Fonte: SFA/ANP

## 22.2. GESTÃO FINANCEIRA

### *Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores*

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	19.503.778,67	Não se Aplica		
2009	2.419.885,32	289.194,14	2.109.347,33	21.343,85
2008	23,68	0,00	0,00	23,68
2004	21.320,17	0,00		21.320,17

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	130.462.935,77	Não se Aplica		
2009	126.031.027,66	21.071.573,24	97.086.660,40	7.872.794,02
2008	34.200.867,98	460.378,24	31.877.401,00	1.863.088,74
2007	17.790.871,34	4.136.721,12	11.473.040,69	2.181.109,53

Fonte: SFA/ANP

No exercício de 2010 com o contingenciamento financeiro sofrido, principalmente último trimestre houve um aumento na inscrição dos Restos a Pagar Processados. Outro fator de destaque foi o cancelamento de 21 milhões referentes ao PAC, através de acordo entre as partes. (Tal justificativa compete à área gestora do PAC). As despesas que foram efetivamente pagas no exercício de 2010 chegaram a um percentual de 77,22% em relação à inscrição de todos os Restos a Pagar.

Cabe ressaltar que a maioria das despesas inscritas em Restos a Pagar pertence às áreas finalísticas. Como exemplo, os estudos geológicos dependem de fatores climáticos; o processo fiscalizatório e de qualidade de combustíveis depende de fatores logísticos para a execução dos serviços.

Foram poucos os impactos decorrentes dos pagamentos dos Restos a Pagar no último exercício, tendo em vista que sua grande maioria foi vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, destinados a atender a Ação 2050 “Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural”. No exercício de 2009, essa Ação não sofreu com o contingenciamento financeiro. Já no exercício de 2010, os recursos financeiros vinculados a essa Ação, sofreram com o contingenciamento imposto pelos Órgãos Superiores, principalmente no último trimestre de 2010.

Cabe ressaltar que parte dos saldos referentes aos exercícios de 2007 e 2008 refere-se aos recursos do PAC.

**Gráfico 22.3. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da ANP**

Despesas Correntes por Grupo e Elemento								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 - Despesas de Pessoal</b>	109.029.757	125.926.052	108.884.757	125.926.052	145.000	-	107.767.562	124.052.177
11- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	87.936.208	100.538.157	87.936.208	100.538.157	-	-	87.936.208	100.351.718
13- OBRIGACOES PATRONAIS	17.832.013	20.389.801	17.832.013	20.389.801	-	-	16.714.818	18.765.537
01- APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.337.139	1.925.071	1.337.139	1.925.071	-	-	1.337.139	1.925.071
Demais Elementos do Grupo	1.924.396	3.073.023	1.779.396	3.073.023	145.000	-	1.779.396	3.009.851
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Elementos do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	327.862.778	279.834.557	207.336.352	159.209.689	120.526.426	120.624.868	206.344.199	141.916.585
39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	297.405.316	246.099.835	178.281.496	127.318.600	119.123.820	118.781.235	177.441.057	110.156.424
37- LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	8.878.561	10.035.871	8.877.183	9.230.422	1.378	805.449	8.877.183	9.230.422
14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	3.678.793	4.702.904	3.661.474	4.644.491	17.318	58.414	3.661.474	4.644.491
Demais Elementos do Grupo	17.900.108	18.995.947	16.516.198	18.016.176	1.383.910	979.771	16.364.484	17.885.248

Quanto às despesas do exercício no grupo 1 – Despesas de pessoal –, considerando as despesas empenhadas, podemos destacar o aumento de 12,53% em 2010 quando comparado a 2009.

No grupo 3 – Outras despesas correntes –, registramos uma redução cerca de 48 milhões para os valores empenhados. Grande parte dessa redução é devida ao elemento de despesa 39 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Tal fato deve-se ao contingenciamento imposto pelos Órgãos Superiores.

O elemento de despesa 37 – Locação de Mão de Obra teve um acréscimo de aproximadamente 11,53%, devido aos reajustes dos contratos firmados. Por se tratar de assunto específico da área de Recursos Humanos, entendemos que o responsável por aquela área deve se pronunciar sobre o assunto.

O elemento de despesa 14 – Diárias Pessoal Civil, aumentou sua demanda 21,78% em relação ao exercício de 2009, tendo em vista a chegada dos novos servidores concursados bem como o aumento no número de fiscalizações. Por se tratar de assuntos pertinentes a outras Superintendências, sugerimos o pronunciamento das mesmas.

**Tabela 22.5. Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da ANP**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	7.169.302	5.872.464	5.853.899	3.901.525	1.315.403	1.970.940	5.853.899	3.591.734
52- EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE	7.169.302	4.232.913	5.853.899	2.473.626	1.315.403	1.759.287	5.853.899	2.419.737
51- OBRAS E INSTALACOES	-	1.639.552	-	1.427.899	-	211.653	-	1.171.997
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Elementos do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Elementos do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Elementos do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 2010, o Grupo de Despesa 4-Investimentos, apresentou uma redução nas despesas empenhadas e executadas em relação ao exercício de 2009 de 18,09%. Essa redução deve-se a diminuição do crédito orçamentário referente ao grupo 4 na LOA em 2010. A agência investiu o orçamento deste grupo na modernização de seus recursos tecnológicos, bem como na ampliação de sua estrutura física, para melhor acomodação dos servidores. Outro fato gerador importante nos recursos de investimento foi reforma de dois andares para a expansão e acomodação de algumas Superintendências e dentre elas podemos citar como exemplo o CDI. Cabe ressaltar também que a ANP descentralizou recursos de capital para outros órgãos, que contribuíram no total da execução orçamentária da Agência.

Tabela 22.6. Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da ANP

Despesas por Modalidade de Contratação				
Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>	<b>273.575.803</b>	<b>222.466.127</b>	<b>273.575.803</b>	<b>101.395.008</b>
Convite	150.052	13.320	150.052	13.320
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	12.546.567	19.851.498	12.546.567	7.042.349
Pregão	87.021.455	66.914.527	87.021.455	58.904.162
Concurso	-	-	-	-
Consulta	173.857.729	135.686.782	173.857.729	35.435.177
Registro de Preços				
<b>Contratações Diretas</b>	<b>39.158.712</b>	<b>35.437.724</b>	<b>39.158.712</b>	<b>34.324.180</b>
Dispensa	24.368.237	21.245.892	24.368.237	20.889.416
Inexigibilidade	14.790.475	14.191.832	14.790.475	13.434.764
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>91.374</b>	<b>87.318</b>	<b>91.374</b>	<b>87.318</b>
Suprimento de Fundos	91.374	87.318	91.374	87.318
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>113.028.549</b>	<b>131.028.956</b>	<b>112.858.382</b>	<b>130.970.542</b>
Pagamento em Folha	109.029.757	125.926.052	108.876.907	125.926.052
Diárias	3.998.793	5.102.904	3.981.474	5.044.491
<b>Outros</b>			<b>131.235.724</b>	<b>153.230.759</b>

As despesas por modalidade de contratação pertencente ao grupo licitação demonstram a evolução de cada modalidade de acordo com sua execução ao longo do tempo. Cabe ressaltar que essas despesas englobam todas as Unidades Gestoras que receberam parcelas mediante transferências ou repasses pertinentes ao Orçamento da ANP. Como exemplo, podemos destacar a modalidade de contratação denominada Pregão. Na execução da ANP de 2010, foi empenhado o valor de 66,9 Milhões nessa modalidade. Se comparado ao exercício anterior, verificamos uma redução significativa de 20,1 Milhões, o que demonstra a eficiência nas licitações e uma melhor conscientização da Agência em relação aos gastos. Cabe ressaltar que existem recursos que são executados por outros Órgãos como CPRM e Marinha entre outros, e que a execução dos mesmos por aqueles Órgãos reflete na execução da ANP. As outras modalidades também têm, seguindo o mesmo critério de avaliação, sua execução em outras Unidades Gestoras.

No caso do grupo “Regime de Execução Especial – Suprimento de Fundos”, as despesas tiveram uma redução de 4,44% em relação ao ano de 2009.

A despesa com pagamento de pessoal aumentou em 13,83% em relação a 2009, devido à parcela do aumento acordado em 2008 bem como a progressão no plano de cargos e carreiras.

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA						
NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA	DESPESAS CORRENTES			
			CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	1- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
INTERNA	CONCEDIDOS	323030	Todas as Programáticas pertinentes ao Orçamento da ANP.	126.316.751,00		277.132.594,08
	RECEBIDOS	323031		126.316.751,00		277.132.594,08
EXTERNA	CONCEDIDOS	323030	28.846.0901.0005.0001 28.846.0901.00G5.0001	191.032,00		679.673,00
	RECEBIDOS	090032	28.846.0901.0005.0001 28.846.0901.00G5.0001	129.032,00		679.673,00
	RECEBIDOS	090034	28.846.0901.0005.0001 28.846.0901.00G5.0001	62.000,00		
	CONCEDIDOS	323031	25.753.0271.2379.0001 25.130.0271.2381.0001 25.125.0271.6197.0001 25.128.0271.4572.0001			15.841.909,14
	RECEBIDOS	495001	25.753.0271.2379.0001			475.778,85
	RECEBIDOS	772001	25.130.0271.2381.0001 25.125.0271.6197.0001			15.325.000,00
	RECEBIDOS	320002	25.128.0271.4572.0001			41.130,29
NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA	DESPESAS DE CAPITAL			
			CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	4- INVESTIMENTOS	5- INVERSÕES FINANCEIRAS	6- OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL
INTERNA	CONCEDIDOS	323030	Todas as Programáticas pertinentes ao Orçamento da ANP.	4.895.158,17		
	RECEBIDOS	323031		4.895.158,17		
EXTERNA	CONCEDIDOS	323031	25.130.0271.2381.0001 25.753.0271.2379.0001	517.200,00		
	RECEBIDOS	495001	25.753.0271.2379.0001	17.200,00		
	RECEBIDOS	772001	25.130.0271.2381.0001 25.125.0271.6197.0001	500.000,00		

No quadro de Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa as movimentações orçamentárias de natureza interna demonstram o percurso dos créditos orçamentários da ANP pertinentes ao OGU onde esses créditos orçamentários são concedidos à ANP através da UG 323030, que é a Unidade Orçamentária da ANP e descentralizados quase que totalmente para a UG 323031, Unidade Executora principal.

As movimentações de créditos de natureza externa representam os recursos repassados a outros órgãos, conforme tabela acima, para execução dos serviços pactuados/acordados entre a ANP e seus partícipes e/ou conveniados bem como o cumprimento de sentenças judiciais exaradas.

## 22.3. CONVÊNIOS

### 22.3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis			
CNPJ: 02313.6730002 08			
Informações sobre as transferências			
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pa
			Global
1	480385	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E EXTENSAO	12.000.000,00
1	480715	FUNDACAO NORTE RIO GRANDENSE DE PESQUISA	13.210.000,00
1	590555	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	R\$ 26.386.505,21
1	625147	Secretaria da Segurança Pública / CBM-GO	R\$ 500.000,00
1	629440	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	R\$ 4.478.000,00
1	628005	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARA	R\$ 300.000,00
1	575716	DIRETORIA DE ADM. DA MARINHA-SISTEMA PAIS	R\$ 30.000.000,00
1	636385	DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS	R\$ 21.408.000,00
1	635874	DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS	R\$ 48.330.000,00
1	636386	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO E RIO	R\$ 190.260,00
1	719919	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	R\$ 164.325,48
1	722420	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	R\$ 637.221,97
1	722427	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	R\$ 323.853,64
1	723177	FACULDADES CATOLICAS	R\$ 343.437,16
1	723207	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF	R\$ 477.948,45
1	731934	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA DO CI-DADAO	R\$ 960.000,00
1	731948	ASSOCIACAO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMATICA PURA E APLI-CADA	R\$ 137.705,91
1	731949	UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	R\$ 515.506,42
1	737307	SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOLOGIA	R\$ 72.150,00
1	738572	UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	R\$ 334.532,24
1	748368	INSTITUTO DE ESTUDOS PESQUISAS E PROJETOS DA UECE IEPRO	R\$ 39.648,34
1	748698	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	R\$ 286.161,07
1	749132	SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOFISICA	R\$ 14.934,91
1	749971	FUNDACAO MAURICIO GRABOIS	R\$ 78.947,37
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	R\$ 487.058,24
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	R\$ 1.171.718,08
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	R\$ 498.234,01
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	R\$ 614.694,32
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	R\$ 783.550,75
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	R\$ 765.540,60
4	-	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	R\$ 413.099,72
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	R\$ 376.298,12
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	R\$ 321.355,76

4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	R\$ 347.939,68
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	R\$ 448.243,62
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	R\$ 163.067,99
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	R\$ 295.119,22
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	R\$ 574.340,37
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	R\$ 490.115,34
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	R\$ 177.653,49
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	R\$ 759.775,06
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	R\$ 1.127.781,73
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	R\$ 827.768,69
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	R\$ 256.181,23
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	R\$ 1.354.319,72
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	R\$ 769.698,78
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	R\$ 378.529,14
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	R\$ 587.889,54
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	R\$ 449.715,46
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	R\$ 637.196,55
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	R\$ 205.248,12
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	R\$ 349.717,43
4	-	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	R\$ 349.717,43
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	R\$ 349.717,43
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	R\$ 349.717,43
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	R\$ 349.717,43
4	-	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	R\$ 349.717,43
4	-	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	R\$ 349.717,43
4	-	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	R\$ 349.717,43

Fonte:SFA/ANP

Legenda	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1- Convênio	1- Adimplente
2- Contrato de Repasse	2- Inadimplente
3- Termo de Parceria	3- Inadimplência Suspensa
4- Termo de Cooperação	4- Concluído
5- Termo de Compromisso	5- Excluído
	6- Rescindido
	7- Arquivado

## 22.3.2. RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA ANP NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível		
CNPJ: 02313.6730002 08		UG/GESTÃO: 323031/3205
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício	Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)

	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	41	14	24	R\$ 31.212.150,00	R\$ 25.761.261,26	R\$ 10.186.968,58
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	0	36	36	0	R\$ 16.722.528,74	R\$ 16.436.248,02
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	41	50	60	R\$ 31.212.150,00	R\$ 42.483.790,00	R\$ 26.623.216,60

Fonte: SFA/ANP

### 22.3.3. RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível					
CNPJ: 02313.6730002 08			UG/GESTÃO: 323031/3205		
Modalidade	Qtd. De instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	14		R\$ 67.160.379,84	R\$ 28.745.795,00	41,67%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	36		R\$ 33.158.776,76	R\$ 16.722.528,74	100%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	50		R\$ 100.319.156,60	R\$ 45.468.323,74	

Fonte: SFA/ANP



22.3.4. RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA ANP NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente								
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível								
CNPJ: 02313.6730002 08				UG/GESTÃO: 323031/3205				
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)				
				Convênios	Contratos de Repasse			
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		6	-			
		Montante Repassado		R\$ 545.680,62	-			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidades	0	-			
			Montante Repassado (R\$)	0	-			
		Contas NÃO prestadas	Quantidades	0	-			
			Montante Repassado (R\$)	0	-			
			2009	Contas prestadas		Quantidades	50	-
						Montante Repassado (R\$)	R\$ 42.483.790,00	-
Quantidades	0	-						
Contas NÃO prestadas		Montante Repassado (R\$)		0	-			
		Quantidades	0	-				
2008	Contas prestadas		Quantidades	41	-			
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 31.212.150,00	-			
			Quantidades	0	-			
	Contas NÃO prestadas		Montante Repassado (R\$)	0	-			
			Quantidades	0	-			
			Montante Repassado (R\$)	0	-			
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidades	0	-			
			Montante Repassado (R\$)	0	-			
			Quantidades	0	-			

Fonte: SFA/ANP

**22.3.5. VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE  
CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível					
CNPJ: 02313.6730002 08			UG/GESTÃO: 323031/3205		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			50	-
	Com prazo de análise ainda não vencido		Quantidade Aprovada	44	-
			Montante repassado (R\$)	R\$ 41.938.109,38	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	3	-
			Quantidade Reprovada	0	-
			Quantidade de TCE	0	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	6	-
			Montante repassado (R\$)	R\$ 545.680,62	-
2009	Quantidade de contas prestadas			50	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	50	-	
		Quantidade Reprovada	0	-	
		Quantidade de TCE	0	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	-	
		Montante repassado (R\$)	0	-	
2008	Quantidade de contas prestadas			41	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	41	-	
		Quantidade Reprovada	0	-	
		Quantidade de TCE	0	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante repassado	-	-	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	-	
		Montante repassado	0	-	

Fonte: SFA/ANP

### 22.3.6. ANÁLISE CRÍTICA:

No quadro detalhamento de transferências aponta o total de R\$ 179.269.010,94 já incluso neste montante a contrapartida pactuada de R\$ 10.231.096,81.

Destacamos que até 31/12/2010, os repasses totalizaram R\$ 93.407.091,45, observando que somente no exercício de 2010, repassamos integralmente R\$ 26.623.216,60 de acordo com os cronogramas dos convênios firmados e registrados regularmente e em conformidade com a legislação vigente.

Ressaltamos que os repasses das parcelas são efetuados após recepção das prestações de contas, e a apresentação do parecer técnicos e financeiros, atestando o objeto do convênio e a regularidade dos gastos.

Com a criação do Portal dos Convênios – SINCONV, seis convênios aguardam posicionamento do SERPRO e do Planejamento, devido a problemas para a inclusão de prestação de contas via Sistema.

### 22.4. CARTÕES DE CRÉDITO CORPORATIVO

*Tabela 22.7. Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG) e por Portador (Valores em R\$ 1,00)*

Código da UG1: 323031		Limite de Utilização da UG1: 142.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Carlos Alberto Magalhães da F. Silva	083.916.025-91	16.000,00	207,00	2.085,16	2.292,16
Noel Moreira dos Santos	206.816.665-87	8.000,00		1.384,30	1.384,30
Valdilene de Jesus	766.689.087-72	16.000,00	890,00	2.221,70	3.111,70
Sebastião da Silva	596.553.647-04	16.000,00		15.057,70	15.057,70
Reynaldo Cardone	183.639.898-00	16.000,00		7.170,57	7.170,57
Marcela Ribeiro Vianna	087.298.177-06	16.000,00	730,00	5.614,26	6.344,26
Francisco das Chagas Rocha	092.960.421-00	8.000,00		650,00	650,00
Severino Ferreira Silva	097.638.721-20	8.000,00		1.415,00	1.415,00
Emanuel Pedro Fernandes Batista	220.969.298-90	8.000,00		2.030,73	2.030,73
Paulo Perez Martins	778.056.747-67	8.000,00	122,40	510,00	632,40
Leonardo Portes Pinto	097.930.137-88	8.000,00		240,00	240,00
Ivandro Sant'ana	787.474.226-53	8.000,00	-	533,49	533,49
<b>Total utilizado pela UG1</b>			1.949,40	38.912,91	40.862,31

Código da UG2: 323030		Limite de Utilização da UG2:			80.000,00
Portador	CPF	Lim. Individual	Saque	Fatura	Total
Aderson Rodrigues Pessoa Junior	402.283.803-59	6.000,00	-	4.271,36	4.271,36
Antonio Justino Dias	225.421.831-04	8.000,00	-	6.645,56	6.645,56
Cristiane Brito Costa	601.928.441-72	4.000,00	-	2.013,56	2.013,56
Dewson Paulo Palmeira	007.558.898-60	16.000,00	-	8.143,77	8.143,77
Jose Claudio das Chagas	054.672.251-20	12.000,00	-	6.087,63	6.087,63
Juliana Lopes de Carvalho	995.471.041-87	3.500,00	-	197,76	197,76
Lilian Brito Bertoldi	004.701.701-58	2.000,00	-	423,40	423,40
Paulo Cesar Gonçalves de Oliveira	207.590.537-15	11.000,00	-	1.830,26	1.830,26
Pedro Raimundo da Silva	042.465.434-20	12.000,00	-	6.051,96	6.051,96
Silvio Frank Barbosa Rodrigues	062.750.044-79	2.000,00	-	740,00	740,00
Wilson Luiz Franca	470.592.227-15	12.000,00	-	7.099,92	7.099,92
<b>Total utilizado pela UG 2</b>			-	43.505,18	43.505,18
<b>Total utilizado pela UJ</b>			1.949,40	82.418,09	84.367,49
Fonte: SFA/ANP e SIAFI 2010 / Processos administrativos de concessão de SF					
Fonte: SFA/ANP e SIAFI					

**Tabela 22.8. Despesas com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)**

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	20	1.762,28	464	122.551,04	124.313,32
2009	1	782,60	496	93.168,97	93.951,57
2010	6	1.949,40	354	82.418,09	84.367,49

Fonte: SFA/ANP e SIAFI

#### OUTRAS INFORMAÇÕES:

. ITEM 3 – INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS - Não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos para o exercício de 2010.

. ITEM 14 – INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA - A ANP não tem Renúncia Tributária.

## 23. AÇÕES DE PLANEJAMENTO E PESQUISA

As ações da ANP relacionadas aos temas em epígrafe podem ser divididas em dois grupos: atividades e projetos. Atividades são ações realizadas com periodicidade definida. Alguns projetos, por sua vez, dependendo da sua natureza, passam a ser atividades de rotina da Superintendência após finalizados. Essas ações servem de subsídio para a atuação da Agência, no que tange ao cumprimento de suas atribuições previstas na Lei do Petróleo. Assim sendo, o impacto deste tipo de ação sobre o mercado e a sociedade se dá de forma indireta.

### 23.1. ATIVIDADES

Uma das atribuições da ANP é organizar e manter o acervo de informações e dados técnicos relativos às atividades da indústria do petróleo. Para tanto, uma das ferramentas utilizadas pela Agência é o Sistema de Informações de Movimentação de Produtos – SIMP. Os técnicos da ANP fazem continuamente a extração, a análise e a crítica dos dados acerca das movimentações dos produtores, importadores, exportadores e distribuidores de petróleo, derivados, gás natural e biocombustíveis enviadas através do SIMP. Assim, a ANP disponibiliza mensalmente esses dados estatísticos de produção, importação, exportação e vendas de petróleo e derivados, gás natural e biocombustíveis no sítio eletrônico da Agência.

Essas informações também servem para subsidiar o Anuário Estatístico da ANP, disponibilizado no sítio eletrônico da Agência e cuja versão referente ao ano de 2010 (ano base 2009) foi publicada para distribuição interna e externa. Com dados sobre a evolução da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis, o Anuário Estatístico da ANP é considerado uma fonte fundamental de informações sobre o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis tanto pelos mercados do setor quanto pelas instituições de ensino, pesquisa e pelo público em geral com interesse no tema.

O ano de 2010 marcou a publicação do primeiro número do *Oil, Natural Gas and Biofuels Statistical Yearbook*, uma versão resumida do Anuário, em inglês, destinada ao público estrangeiro. O livro apresenta dos dados mais relevantes referentes ao setor de petróleo, gás e biocombustíveis no Brasil e no exterior, e mostra a sua evolução nos últimos 10 anos.

Entre os informes e boletins da ANP com dados e análises sobre o setor de O&G e biocombustíveis, destaca-se o *Conjuntura & Informação*, publicação trimestral disponibilizada na internet e na intranet da ANP e enviada a uma lista de e-mails cadastrados. Ele sumariza algumas das principais informações de interesse da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis: preço da gasolina C, etanol hidratado, GLP e óleo diesel; produção nacional e mundial de petróleo e gás natural; cotação do barril do Brent e WTI; exportação e importação de petróleo bruto e derivados; distribuição dos royalties e participações especiais; novas Resoluções editadas pela Agência, notícias sobre a ANP publicadas na mídia impressa e um artigo técnico. O *Conjuntura & Informação* é disponibilizado pela ANP no seu sítio eletrônico e também enviado por e-mail aos leitores cadastrados.

Já o *Boletim Eletrônico* tem por objetivo fornecer, de forma resumida, os principais indicadores do setor de petróleo, derivados e gás natural. O Boletim, de frequência mensal, é disponibilizado na intranet e no sítio eletrônico da Agência.

O *Boletim Internacional*, cuja periodicidade é mensal, disponibiliza informações e análises acerca da conjuntura internacional do mercado de petróleo (preços, oferta, demanda, estoques e refino). O *Informe de Biocombustíveis*, publicado mensalmente, tem por objetivo fornecer informações mensais sobre o álcool e o biodiesel, no Brasil e no exterior. Para tanto são apresentados dados da cadeia produtiva destes biocombustíveis, informações sobre sua logística e distribuição, evolução de seus preços e de suas principais matérias-primas, assim como fatos relevantes ocorridos no mês - resultados de leilões realizados pela ANP e modificações na legislação sobre a matéria. Ambas as publicações são de circulação interna à Agência.

A ANP integra o GT de Segurança das Infraestruturas Críticas do País, coordenado pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (SAEI-GSIPR). A Agência participa do Subgrupo de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SGTSIC-PEGANCOR), que discute diretrizes e orientações para o acompanhamento e gerenciamento dos riscos e vulnerabilidades da infraestrutura do setor regulado pela ANP. Essa iniciativa é de suma importância para minimizar o risco de problemas de abastecimento de combustíveis nas diversas regiões do país, e também os riscos de impactos sociais, ambientais e econômicos de eventuais acidentes ou atentados contra elementos dessa infraestrutura. No ano de 2010, o GT desenvolveu o Plano Nacional de Infraestruturas Críticas que foi consolidado pelo Núcleo de Segurança das Infraestruturas Críticas (NSIC/GSIPR).

A Agência também fornece informações para outros órgãos/instituições. Para o Ministério das Minas e Energia (MME), a ANP subsidia a elaboração do Balanço Energético Nacional (BEN) e calcula mensalmente o Mercado Aparente Nacional. Adicionalmente, a base de dados mantida pela ANP constitui uma importante fonte de informação para organismos como a Organização Latino-Americana de Energia (Olade) e os Grupos de Trabalho do MERCOSUL.

A ANP dispõe de um banco de dados georreferenciado da infraestrutura de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis do país. Entre as atividades relacionadas ao Banco de Dados destacam-se a manutenção, a organização, a atualização e o armazenamento de dados, de forma a gerar recursos visuais (principalmente mapas e equivalentes) utilizados como apoio à elaboração de estudos e à tomada de decisões de diversas áreas finalísticas, assim como de órgãos externos (IBAMA, MMA e MME). Esse banco de dados também subsidia os Fóruns de Claros e de GLP e o Grupo de Segurança de Infraestrutura da Presidência da República (GT-GSIPR).

A ANP esteve presente nos principais eventos do setor, nos quais seus servidores apresentaram trabalhos técnicos. No Congresso Anual da *International Association of Energy Economics* (IAEE), realizado no Brasil pela primeira vez, na cidade do Rio de Janeiro, a ANP esteve presente com os artigos “PSAs in Brazilian Pre-salt: Are they reasonable?” e “The Changing Role of Natural Gas in South America”. No Rio Oil & Gas foram apresentados os trabalhos “Estruturas de Mercado e Regulação: Impactos sobre a Eficiência Econômica no Setor de Combustíveis”, “Fundamentos da Demanda de GLP” e “Perspectivas de Oferta de GLP no Brasil até 2015”.

Dando cumprimento à atribuição de articular-se com outros órgãos reguladores do setor energético, a ANP organizou a reunião anual da Associação de Reguladores Ibero-Americanos de Energia – ARIAE, nos dias 28, 29 e 30 de abril, em Salvador. Estiveram presentes na reunião representantes da Espanha, de Portugal, do México, Peru, Guatemala, Uru-

guai, Colômbia, República Dominicana, Honduras, Panamá, Costa Rica, Chile, Equador, Argentina, Nicarágua e Venezuela. Fundada em 2001, a ARIAE visa a promover a cooperação entre as entidades com atribuição de regulação do setor de energia nos países da península ibérica e da América Latina. Os objetivos da associação são a cooperação técnica, a formação de pessoal e a troca de informações e conhecimento entre as instituições de regulação afins. Seu escopo de cooperação abrange a energia elétrica, o gás natural, o petróleo e seus derivados e os biocombustíveis.

Nos dias 4 e 5 de novembro, a ANP também promoveu a IIIª Reunião Anual da Associação de Reguladores de Energia dos Países da Língua Oficial Portuguesa – RELOP, no Escritório Central da Agência, com a presença de representantes da ANEEL, da ARE de Cabo Verde, do CNELEC de Moçambique, da ERSE de Portugal e da IRSE de Angola.

Essa associação tem por finalidade a cooperação entre as entidades com atribuição de regulação do setor de energia nos países de língua portuguesa, a saber, Brasil, Portugal, Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo Verde.

### 23.2. PROJETOS

Os projetos em andamento visam a subsidiar o cumprimento das atribuições da ANP no que tange à garantia do suprimento em todo o território nacional e à proteção dos consumidores quanto a preço e qualidade.

Nesse sentido, merece destaque o desenvolvimento de modelos econométricos de projeção de demanda de curto prazo de QAV e de diesel. Outro projeto importante diz respeito ao levantamento de dados e elaboração de estatísticas de estoques estratégicos por Unidade da Federação (UF) e por segmento da cadeia logística. Estes cálculos permitem quantificar o estoque em termos do número de dias de cobertura para cada UF no fechamento do mês. As primeiras estimativas foram elaboradas para os estoques das distribuidoras, uma vez que os dados de estoque das refinarias e da TRANSPETRO no SIMP ainda não estão disponíveis.

Com a normalização do envio das declarações da PETROBRAS/ABAST e TRANSPETRO, previstas para o 1º trimestre de 2011, será possível quantificar e publicar mensalmente os valores dos estoques de cobertura por UF.

O projeto Relação entre Preço, Qualidade e Vínculo Contratual Revendedor/Distribuidora no Mercado de Revenda de Gasolina C tem por objetivo verificar de que forma essas variáveis se relacionam com a ocorrência de não-conformidade, com base no universo de postos fiscalizados pela ANP.

Outro projeto envolve a estimação do impacto das mudanças do novo marco regulatório do setor nas receitas destinadas à P&D e à C&T, assim como na arrecadação dos órgãos governamentais contemplados pela distribuição de participações governamentais prevista na Lei do Petróleo.

A SPP possui três indicadores de desempenho: Emissão de Relatórios e Informações Mensais (SPP1), Emissão do Informe Conjuntura & Informação (SPP2) e Emissão do Anuário Estatístico (SPP3).

O indicador SPP1, que tinha como meta 90%, obteve o resultado de 90,4%, o que significa que os relatórios e informações mensais foram disponibilizados ao público alvo, em média, antes das datas previstas para as suas emissões.

O indicador SPP2, por sua vez, de periodicidade trimestral, teve a sua meta estabelecida em 100%, e apresentou como resultado 100%. Nesse caso, o *Conjuntura & Informação* foi emitido até a data prevista (dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro).

Finalmente, para o indicador SPP3, estabeleceu-se uma meta de 100%, devido à importância desta publicação tanto internamente como para o público externo. A meta de disponibilizar o Anuário Estatístico no *sítio eletrônico* da Agência até o final de setembro também foi atingida.

---

Haroldo Borges Rodrigues Lima  
Diretor Geral



## 24. ANEXO A – ACOMPANHAMENTO DO PPA 2008 – 2011

No âmbito de Plano Plurianual 2008/2011 (PPA 2008/2011), a ANP foi responsável pela gerência do programa 0271 – Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis. Tem por objetivo tratar de duas situações-problema que são enunciadas nas atribuições da ANP constantes no inciso I do artigo 8º da Lei do Petróleo:

- ✓ a garantia de suprimento de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis e;
- ✓ a proteção dos interesses dos consumidores, quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

As ações desenvolvidas no enfrentamento dessas situações problema refletem, portanto, o conjunto de atribuições da ANP.

As atividades econômicas afetadas pelo programa 0271 – Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis tiveram efeitos sobre a obtenção de dados técnicos, realização de serviços de geologia e geofísica nas bacias sedimentares brasileiras; exploração e a produção de hidrocarbonetos, o transporte de petróleo, gás natural, derivados e biocombustíveis, o refino de petróleo, a produção de biocombustíveis, a distribuição, a revenda e a comercialização de combustíveis derivados de petróleo e biocombustível.

Nas próximas seções, serão apresentados sumariamente os atributos e os resultados físicos e financeiros do Programa e das Ações em 2009. Nos capítulos seguintes, a partir da apresentação dos resultados, da ANP, tomando como referência as unidades organizacionais, em especial as ligadas às atividades finalísticas, são mostrados os resultados das ações de forma mais detalhada, procurando contextualizar esses resultados e apresentar outros que, apesar de não contribuírem de forma direta com a obtenção dos resultados físicos do PPA, são de grande importância para o desempenho das ações e, principalmente para o cumprimento das competências institucionais da Agência.

### 24.1. PROGRAMA 0271 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

O objetivo do programa é garantir as condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade.

Com o intuito de aproximar a avaliação do programa das ações sob as quais a ANP tem intervenção mais efetiva foram estabelecidos cinco indicadores de desempenho, a saber: Área Total Concedida de Bacias Sedimentares Brasileiras; Grau de Qualidade nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento; Reservas de Gás Natural; Reserva de Petróleo e Taxa de Incremento da Capacidade Autorizada para a Atividade de Produção de Biodiesel.

Nesta seção serão apresentados esses indicadores e ações do programa, seus atributos bem como a evolução.

#### 24.1.1. INDICADORES DO PROGRAMA

##### a. ÁREA TOTAL CONCEDIDA NAS BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS

Índice Início PPA: 304.502 (12/12/2006)

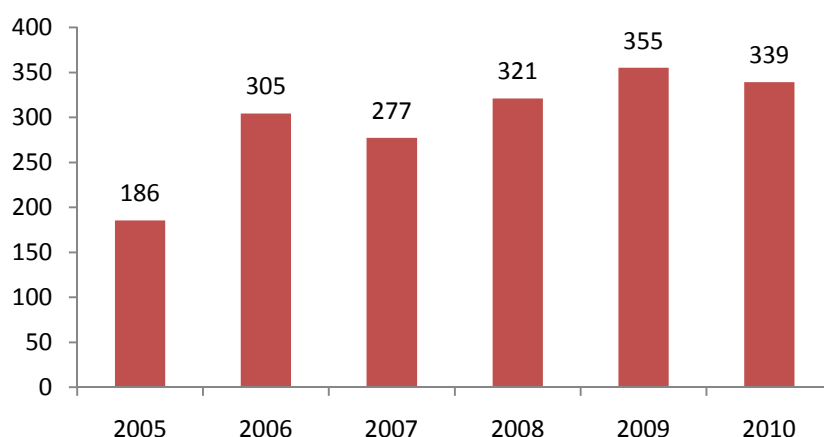
Unidade de Medida: Km<sup>2</sup>

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Área total concedida (blocos exploratórios, campos de produção e acumulações marginais) ao final do ano de apuração.

Gráfico 24.1.

Gráfico 24.2. Área de Bacias Sedimentares Concedidas (Milhares de Km<sup>2</sup>)



Fonte: SigPLAN

##### b. GRAU DE QUALIDADE DOS PRODUTOS NOS DIVERSOS AGENTES ECONÔMICOS DO ABASTECIMENTO.

Índice Início PPA: 94% (31/07/2003)

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade de produto pesquisado em conformidade e a quantidade total de produto pesquisado.

Índice Apurado Referente ao Ano de 2010 (semestral):

1º Semestre 2010: 97,7%

2º Semestre 2010: 97,7%

##### c. RESERVAS DE GÁS NATURAL

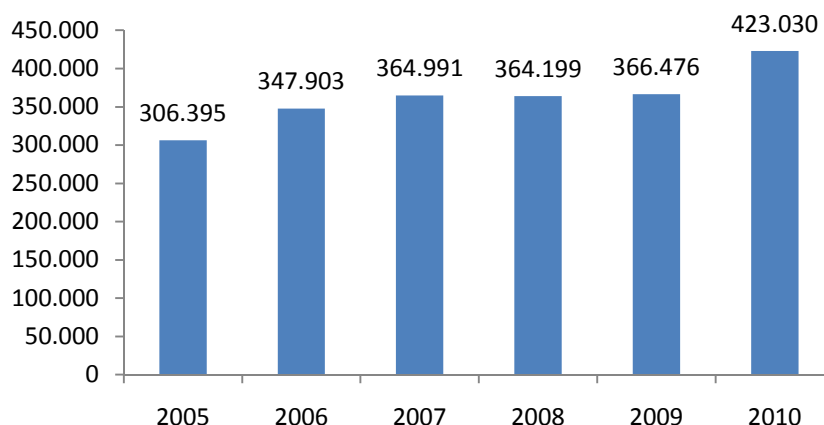
Índice Início PPA: 347.903,010 (31/12/2006)

Unidade de Medida: milhões de m<sup>3</sup>

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Reserva provada de gás natural ao final do ano de apuração.

Gráfico 24.3. Reservas Provadas de Gás Natural (Milhões de m<sup>3</sup>)



Fonte: SIGPLAN e SDP/ANP

d. INDICADOR: RESERVAS DE PETRÓLEO

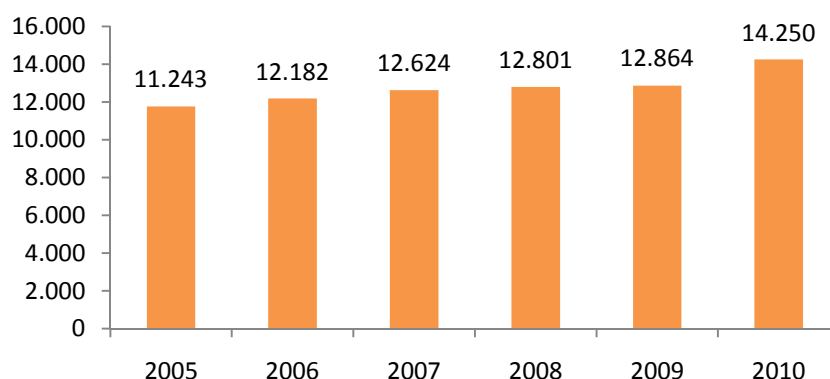
Índice Início PPA: 12.181,620 (12/12/2006)

Unidade de Medida: milhões de barris

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Reserva provada de petróleo ao final do ano de apuração.

Gráfico 24.4. Reservas Provadas de Petróleo (Milhões de barris)



Fonte: SIGPLAN e SDP/ANP

e. TAXA DE INCREMENTO DA CAPACIDADE AUTORIZADA PARA A ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE BIODIESEL

Unidade de Medida: Percentagem

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Volume total autorizado no fim do período de apuração menos o volume total autorizado até o início do período da apuração, sobre a diferença entre a demanda total de biodiesel (1) no período de apuração e a demanda total de biodiesel do período anterior à apuração. Considera-se como demanda total de biodiesel: 2% do volume do óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional, conforme § 1º, do artigo 2º, da Lei n.º 11.097, de 13 de janeiro de 2005, durante o período de apuração.

Índice Apurado Referente ao Ano de 2010: 97%

## 24.2. AÇÕES

**Tabela 24.1. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas**

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
25	301	0271	20CW.0001	A	N/A	Unidade	-	-	520
25	122	0271	2000.0001		N/A	-	-	-	0
25	301	0271	2004.0001		N/A	Unidade	1.133	1.211	1.184
25	365	0271	2010.0001		N/A	Unidade	51	88	77
25	331	0271	2011.0001		N/A	Unidade	187	177	182
25	306	0271	2012.0001		N/A	Unidade	656	736	743
25	753	0271	2050.0001		N/A	Km²	923.000	322.000	1.300.000
25	753	0271	2379.0001		N/A	Tbyte	1.812	2.092,43	2.060
25	130	0271	2380.0001		N/A	Unidade	80	40	80
25	130	0271	2381.0001		N/A	Unidade	699	774	792
25	665	0271	2388.0001		N/A	Unidade	37	38	37
25	125	0271	2391.0001		N/A	Unidade	25.176	28.382	30.000
25	753	0271	2393.0001		N/A	Unidade	112.918	118.718	120.000
25	128	0271	4572.0001		N/A	Unidade	760	682	920
25	131	0271	4641.0001		N/A	-	-	-	0
25	125	0271	6197.0001		N/A	Unidade	2.028	2.475	2.158
25	125	0271	6594.0001		N/A	Unidade	9.000	8.841	9.000
25	125	0271	6596.0001		N/A	Unidade	144	323	147
25	122	0271	8785.0001		N/A	-	-	-	0
25	122	0271	09HB.0001		N/A	-	-	-	0
25	122	0271	10TP.0053		N/A	% de execução física	40	-	55

Fonte: SIGPlan

### 24.2.2. 09HB - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

**Finalidade:** Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

**Descrição:** Pagamento da contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

**Unidade Responsável:** Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

**Dados Físicos e Financeiros (não há previsão de execução física na LOA)**

	Físico	Financeiro						
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.287.014	1.287.014	2.302
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.240.036	1.240.036	2.524.748
Março	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.471.515	1.471.515	1.471.515
Abril	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.237.717	1.237.717	1.237.717
Maio	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.293.893	1.293.893	1.293.893
Junho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.325.315	1.325.315	1.325.315
Julho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.422.816	1.422.816	1.422.816
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.432.364	1.432.364	6.613
Setembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.940.475	1.940.475	3.366.227
Outubro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.501.099	1.501.099	1.501.099
Novembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	2.962.709	2.962.709	2.962.709
Dezembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1.624.264	1.624.264	0
Totais	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	18.739.216	18.739.216	17.114.953
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	0	0	0	15.286.392	18.829.392		99,52	

Fonte: SIGPLAN

### 24.2.3. 10TP – MODERNIZAÇÃO ESTRUTURAL DO CENTRO DE PESQUISA E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

**Finalidade:** modernizar e aperfeiçoar a Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas, que controla a qualidade dos produtos derivados de petróleo sujeitos a fiscalização e propõe especificações técnicas e métodos de análise, assegurando que os combustíveis e lubrificantes cheguem ao consumidor conforme as especificações adequadas.

**Descrição:** modernização e aperfeiçoamento da estrutura física do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas para a recepção de novos equipamentos e dos ambientes laboratoriais para proporcionar melhores condições de uso e salubridade

**Unidade Executora:** SBQ

**Situação Atual:** o processo licitatório da contratação do projeto básico foi iniciado em setembro de 2008. O pregão será realizado ainda no início de janeiro de 2009.

**Dados Físicos e Financeiros**

**Produto (unidade de medida):** projeto executado (% de execução física)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0	0,000	0,000	0	0	0
Fevereiro	0,000	0,000	0	0,000	0,000	0	0	0
Março	0,000	0,000	0	0,000	0,000	0	0	0
Abril	0,000	0,000	0	0,000	0,000	0	0	0
Maio	0,000	0,000	0	0,000	0,000	0	0	0
Junho	0,000	0,000	0	0,000	0,000	254.550	0	0
Julho	0,000	0,000	0	0,000	0,000	0	0	0
Agosto	0,000	0,000	1,18	0,000	0,000	0	32.288	32.288
Setembro	0,000	0,000	0	0,000	0,000	0	0	0
Outubro	0,000	0,000	1,89	0,000	0,000	0	51.520	0
Novembro	0,000	0,000	0	0,000	0,000	0	0	0
Dezembro	0,000	0,000	2,2	0,000	0,000	0	60.107	51.520
Totais	0,000	0,000	5,27	0,000	0,000	254.550	143.914	83.807
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	55	55	9,58	1.500.000	1.500.000		9,59	

Fonte: SIGPLAN

### 24.2.4. 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

**Descrição:** A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido, se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nessa ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000) essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e ad-

ministrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Dados Físicos e Financeiros (não há previsão de execução Física na LOA)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	9.798.247	8.882.491	8.619.591
Fevereiro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	18.314.225	10.367.180	10.341.520
Março	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	9.652.591	13.539.959	13.206.634
Abril	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	21.013.528	11.048.667	11.535.753
Maio	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	18.491.166	11.930.716	11.917.761
Junho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	10.399.214	15.150.496	15.155.030
Julho	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	12.086.188	13.068.402	12.935.509
Agosto	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	7.431.626	14.365.758	14.066.729
Setembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	11.484.103	14.593.315	14.421.356
Outubro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	11.071.638	13.200.096	12.785.042
Novembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	14.551.032	14.267.745	13.869.827
Dezembro	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	22.371.622	21.597.546	21.169.191
Totais	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	166.665.180	162.012.370	160.023.942
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execu- ção	LOA	LOA + Crédi- tos		% Execução	
	0	0	0	155.962.022	173.662.022		93,29	

Fonte: SIGPLAN

#### 24.2.5. 2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

Unidade Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): pessoa beneficiada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	1.207,00	0	0	7.777	7.777	7.777
Fevereiro	0	0	1.215,00	0	0	15.507	7.115	7.115
Março	0	0	1.219,00	0	0	500.000	76.105	76.105
Abril	0	0	1.215,00	0	0	30.000	162.547	162.547
Maio	0	0	1.225,00	0	0	0	82.444	82.444
Junho	0	0	1.230,00	0	0	0	83.552	83.552
Julho	0	0	1.381,00	0	0	0	4.521	4.521
Agosto	0	0	1.091,00	0	0	5.201	81.350	81.350
Setembro	0	0	1.106,00	0	0	265.004	84.065	84.065
Outubro	0	0	1.192,00	0	0	2	67.007	67.007
Novembro	0	0	1.240,00	0	0	2.743	99.926	99.926
Dezembro	0	0	1.242,00	0	0	196.743	161.832	161.832
Totais	0	0	1.242,00	0	0	1.022.976	918.240	918.240
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Crédi- tos		% Execução	
	1.184,00	1.184,00	104,9	1.022.976	1.022.976		89,76	

Fonte: SIGPLAN

#### 24.2.6. 2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Finalidade: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.

Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

Unidade Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): criança atendida (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	102	0	0	7.320	7.320	7.320
Fevereiro	0	0	101	0	0	7.342	7.342	7.342
Março	0	0	101	0	0	7.159	7.159	7.159
Abril	0	0	98	0	0	5.902	5.902	5.902
Maio	0	0	100	0	0	7.222	7.222	7.222
Junho	0	0	100	0	0	7.057	7.057	7.057
Julho	0	0	99	0	0	8.009	8.009	8.009
Agosto	0	0	103	0	0	8.448	8.448	8.448
Setembro	0	0	105	0	0	8.678	8.678	8.678
Outubro	0	0	106	0	0	8.665	8.665	8.665
Novembro	0	0	106	0	0	10.017	10.017	10.017
Dezembro	0	0	112	0	0	6.776	-858	-858
Totais	0	0	112	0	0	92.595	84.961	84.961
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	77	77	145,45	74.320	97.453		87,18	

Fonte: SigPLAN

#### 24.2.7. 2011 – AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Finalidade: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): servidor beneficiado (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	169	0	0	14.304	14.304	14.304
Fevereiro	0	0	169	0	0	19.840	19.840	19.840
Março	0	0	159	0	0	21.567	21.567	21.567
Abril	0	0	157	0	0	19.880	19.880	19.880
Maio	0	0	157	0	0	19.548	19.548	19.548
Junho	0	0	80	0	0	1.011	1.011	1.011
Julho	0	0	83	0	0	8.459	8.459	8.459
Agosto	0	0	86	0	0	9.428	9.428	9.428
Setembro	0	0	86	0	0	9.122	9.122	9.122
Outubro	0	0	86	0	0	8.561	8.561	8.561
Novembro	0	0	86	0	0	8.080	8.080	8.080
Dezembro	0	0	86	0	0	135.313	9.519	9.519
Totais	0	0	86	0	0	275.112	149.319	149.319
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	182	182	47,25	275.112	275.112		54,28	

Fonte: SIGPLAN

24.2.8. 2012 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Finalidade: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

Unidade Executora: SRH

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): servidor beneficiado (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	736	0	0	108.353	108.353	108.353
Fevereiro	0	0	734	0	0	338.211	338.211	338.211
Março	0	0	730	0	0	221.665	221.665	221.665
Abril	0	0	730	0	0	222.138	222.138	222.138
Maio	0	0	730	0	0	221.395	221.395	221.395
Junho	0	0	731	0	0	221.132	221.132	221.132
Julho	0	0	741	0	0	230.083	230.083	230.083
Agosto	0	0	745	0	0	227.876	227.876	227.876
Setembro	0	0	742	0	0	224.255	224.255	224.255
Outubro	0	0	738	0	0	222.321	222.321	222.321
Novembro	0	0	738	0	0	223.481	223.481	223.481
Dezembro	0	0	734	0	0	279.842	223.482	223.482
Totais	0	0	734	0	0	2.740.752	2.684.392	2.684.392
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	743	743	98,79	1.309.890	2.740.752		97,94	

Fonte: SIGPLAN

24.2.9. 2050 – SERVIÇOS DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA APLICADOS À PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Finalidade: Gerar dados e informações técnicas para orientar as decisões estratégicas da ANP quanto ao direcionamento dos futuros esforços exploratórios a serem realizados nas bacias sedimentares brasileiras.



Descrição: Realização de estudos, levantamentos e serviços de geologia e geofísica, voltados à melhor compreensão da evolução de bacias sedimentares, definição dos principais sistemas petrolíferos atuantes e identificação de áreas e blocos com interesse exploratório para oferta em futuras licitações públicas da ANP.

Unidade Executora: SDB

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): área avaliada (Km<sup>2</sup>)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	0	0	0	0	0
Março	0	0	0	0	0	0	0	0
Abril	0	0	0	0	0	0	0	0
Maio	0	0	0	0	0	19.512.063	0	0
Junho	0	0	0	0	0	4.877.250	0	0
Julho	0	0	10.000,00	0	0	0	2.023.786	2.023.786
Agosto	0	0	10.000,00	0	0	0	2.068.230	2.068.230
Setembro	0	0	2.500,00	0	0	36.982.650	577.903	577.903
Outubro	0	0	6.500,00	0	0	0	853.645	853.645
Novembro	0	0	3.000,00	0	0	0	1.125.856	307.776
Dezembro	0	0	22.000,00	0	0	65.846.699	6.155.556	526.776
Totais	0	0	54.000,00	0	0	127.218.662	12.804.975	6.358.115
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	1.300.000,00	1.300.000,00	4,15	296.400.000	296.400.000		4,32	

Fonte: SIGPLAN

#### 24.2.10. 2379 – GESTÃO DO ACERVO DE INFORMAÇÕES SOBRE BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS E DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Finalidade: Organizar e manter atualizados e acessíveis os conhecimentos sobre o potencial produtivo das bacias sedimentares brasileiras e sobre as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Descrição: Administração e atualização do acervo de todos os dados e informações sobre bacias sedimentares brasileiras, bem como daqueles oriundos de estudos promovidos pela própria ANP e dos levantamentos de dados não-exclusivos autorizados pela Agência, envolvendo estruturação e armazenamento de dados em banco de dados próprio para disponibilização de informações aos agentes econômicos e aos demais setores da sociedade.

Unidade Executora: SDT

Comentários: No ano de 2007, baseou-se em dados em gigabytes – sísmica pós-processada armazenada no Petrobank – Banco de dados de exploração e Produção. No ano de 2008, houve mudança de metodologia de coleta de dados, passando a ser utilizado o acervo total de dados sísmicos armazenados no BDEP (sísmica pós-processada e pré-processada), em terabytes, o que mudou sensivelmente a dimensão de escala dos dados.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): informação armazenada (Tbyte)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	3.147,77	0	0	21.481	423	423
Fevereiro	0	0	3.178,49	0	0	93.989	27.593	17.294
Março	0	0	3.178,50	0	0	872.887	861.056	868.066
Abril	0	0	3.199,72	0	0	1.434.162	694.985	682.152
Maio	0	0	3.209,96	0	0	7.978.363	1.286.223	1.199.711
Junho	0	0	3.212,85	0	0	640.428	1.182.745	1.177.358
Julho	0	0	3.212,91	0	0	-511.660	1.697.716	1.700.065
Agosto	0	0	3.213,25	0	0	-268.742	810.436	915.765

Setembro	0	0	3.222,93	0	0	323.097	1.455.423	102.833
Outubro	0	0	3.223,67	0	0	3.333.058	1.342.607	1.879.079
Novembro	0	0	3.223,75	0	0	-540.404	2.942.659	2.901.429
Dezembro	0	0	3.223,68	0	0	3.090.210	3.372.516	3.320.410
Totais	0	0	3.223,68	0	0	16.466.868	15.674.381	14.764.584
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	2.060,00	2.060,00	156,49	18.555.000	18.555.000		84,48	

Fonte: SIGPLAN

#### 24.2.11. 2380 – OUTORGA DE CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

**Finalidade:** Oferecer oportunidades para implantação de novos empreendimentos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no País.

**Descrição:** Realização de licitações de direitos de exploração de blocos delimitados nas bacias sedimentares, objetivando firmar contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

**Unidade Executora:** SPL

**Comentários:** Em novembro de 2007, ocorreu a Nona Rodada de Licitações com 117 blocos exploratórios arrematados, dos quais 102 contratos de concessão foram assinados em 2008 e estão relacionados a 108 blocos arrematados (certame encerrado). Também foram assinados em 2008 três contratos de concessão da Sétima Rodada de Licitações (certame encerrado). A Décima Rodada de Licitações ocorreu em 18/12/2008, tendo sido arrematados 54 blocos dos 130 ofertados. A assinatura dos contratos de concessão está prevista para o mês de abril de 2009.

**Dados Físicos e Financeiros**

**Produto (unidade de medida):** concessão outorgada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	0	0	0	38.500	7.452	7.452
Fevereiro	0	0	0	0	0	20.000	7.427	7.427
Março	0	0	0	0	0	-5.000	5.222	5.222
Abril	0	0	0	0	0	10.000	10.413	10.413
Maio	0	0	0	0	0	15.000	23.525	23.525
Junho	0	0	0	0	0	200.000	129.991	129.991
Julho	0	0	2	0	0	796.380	60.922	60.922
Agosto	0	0	0	0	0	-113.980	696.442	696.370
Setembro	0	0	0	0	0	27.843	39.392	39.463
Outubro	0	0	0	0	0	166.538	129.906	114.726
Novembro	0	0	0	0	0	11.402	43.331	58.511
Dezembro	0	0	0	0	0	36.608	43.369	43.369
Totais	0	0	2	0	0	1.203.291	1.197.392	1.197.392
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	80	80	2,5	2.019.000	2.019.000		59,31	

Fonte: SIGPLAN

#### 24.2.12. 2381 – GESTÃO DAS CONCESSÕES PARA EXPLORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

**Finalidade:** Assegurar o fiel cumprimento dos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

**Descrição:** Gestão dos contratos de concessão para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, mediante monitoramento e fiscalização

das atividades executadas pelos agentes econômicos, incluindo o controle das participações governamentais.

Unidades Executoras: SEP, SDP, SPG

Comentários: O aumento no número de blocos se dá pela assinatura de novos contratos de concessão. A redução ocorre pela devolução de blocos ou declaração de comercialidade. Neste último caso, o número de campos aumenta. O cálculo do total é feito através da média aritmética dos valores dos meses, conforme critério estabelecido pelos responsáveis pelo preenchimento das informações.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): concessão controlada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	772	0	0	140.526	72.894	72.894
Fevereiro	0	0	755	0	0	146.687	104.966	53.880
Março	0	0	754	0	0	67.754	99.225	150.311
Abril	0	0	753	0	0	337.261	82.015	82.015
Mai	0	0	750	0	0	2.780.496	113.604	94.772
Junho	0	0	755	0	0	1.216.504	145.906	129.438
Julho	0	0	754	0	0	3.800.000	4.430.349	2.394.257
Agosto	0	0	754	0	0	5.887	1.219.737	3.287.099
Setembro	0	0	755	0	0	59.377	401.437	405.467
Outubro	0	0	757	0	0	88.470	952.740	477.514
Novembro	0	0	756	0	0	45.012	364.726	839.952
Dezembro	0	0	755	0	0	4.407.235	4.722.858	2.338.363
Totais	0	0	755	0	0	13.095.209	12.710.457	10.325.962
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
SEP/SDP/SPG	792	792	95,33	17.869.031	17.869.031		71,13	

Fonte: SIGPLAN

#### 24.2.13. 2388 – REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E DA DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E BI-OCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: Estabelecer regras disciplinares das atividades dos agentes econômicos que atuam nos diversos segmentos da indústria do petróleo e do gás natural, bem como nas atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool combustível.

Descrição: Elaboração de atos normativos relativos às atividades de exploração, produção e desenvolvimento de petróleo e gás natural, bem como às atividades de refino, transporte, importação, exportação, distribuição e revenda.

Unidade Executora: SEC

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): norma publicada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	3	0	0	34.000	3.675	3.675
Fevereiro	0	0	2	0	0	75.450	14.172	14.172
Março	0	0	1	0	0	58.000	41.691	40.522
Abril	0	0	3	0	0	20.000	42.027	42.027
Mai	0	0	5	0	0	825.000	86.898	86.898
Junho	0	0	7	0	0	40.000	177.833	178.418
Julho	0	0	5	0	0	13.241	91.365	91.365
Agosto	0	0	3	0	0	28.635	265.035	265.620
Setembro	0	0	6	0	0	-2.277	29.479	29.479
Outubro	0	0	7	0	0	-167.573	127.925	126.757
Novembro	0	0	3	0	0	76.967	80.192	80.192
Dezembro	0	0	8	0	0	-16.542	16.224	17.392
Totais	0	0	53	0	0	984.901	976.517	976.517
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	

#### 24.2.14. 2391 – FISCALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: Assegurar aos consumidores condições adequadas de qualidade e preço dos derivados de petróleo e biocombustíveis comercializados no País.

Descrição: Fiscalização das atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis, envolvendo programas de monitoramento da qualidade dos produtos e dos preços praticados em âmbito nacional, bem como realização de auditorias e outras ações especiais voltadas ao cumprimento dos regulamentos técnicos e aos padrões de qualidade definidos pela ANP.

Unidade Responsável: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Unidades Executoras: SFI, SBQ

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): fiscalização realizada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	1.025,00	0	0	552.374	386.913	386.913
Fevereiro	0	0	1.902,00	0	0	6.213.178	2.553.933	2.374.052
Março	0	0	2.875,00	0	0	2.672.572	2.898.505	2.233.423
Abril	0	0	2.959,00	0	0	9.863.991	1.895.304	2.738.861
Maio	0	0	2.895,00	0	0	17.480.604	4.296.047	3.253.204
Junho	0	0	2.409,00	0	0	-3.304.082	2.630.877	3.008.416
Julho	0	0	2.913,00	0	0	-1.190.571	6.037.771	5.381.606
Agosto	0	0	2.498,00	0	0	2.603.692	6.462.476	7.372.515
Setembro	0	0	2.508,00	0	0	-1.533.326	1.465.120	1.425.713
Outubro	0	0	2.120,00	0	0	937.730	4.456.167	1.608.957
Novembro	0	0	2.209,00	0	0	-92.618	588.900	722.667
Dezembro	0	0	1.445,00	0	0	8.833.045	8.446.132	7.281.822
Totais	0	0	27.758,00	0	0	43.036.590	42.118.146	37.788.149
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	30.000,00	30.000,00	92,53	52.105.624	52.105.624		80,83	

Fonte: SIGPLAN

#### 24.2.15. 2393 – OUVIDORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO

Finalidade: Manter canais de comunicação permanentes com consumidores e agentes econômicos.

Descrição: Recebimento de denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, pedidos de informação, elogios e agradecimentos dos consumidores, analisá-los e informar os respectivos resultados às partes interessadas; promover a orientação dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos e serviços do mercado regulado pela ANP; desenvolver estudos e pesquisas que identifiquem tendências no mercado de consumo dos produtos e serviços de interesse da ANP; encaminhar as demandas dos consumidores individuais ou representados coletivamente por entidades públicas ou privadas de defesa de seus direitos e interesses, comunicando-se com os mesmos em nome da ANP; estabelecer a comunicação da ANP com os órgãos de defesa, proteção e orientação dos consumidores.

Unidade Executora: CRC

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): solicitação atendida (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	11.209,00	0	0	104.872	40.278	40.278
Fevereiro	0	0	10.759,00	0	0	251.968	237.087	237.087
Março	0	0	12.928,00	0	0	620.040	429.224	429.224
Abril	0	0	10.098,00	0	0	800.000	45.040	45.040
Maio	0	0	10.477,00	0	0	0	431.149	431.149
Junho	0	0	9.137,00	0	0	-20.158	271.191	271.191
Julho	0	0	9.299,00	0	0	1.000	977	977
Agosto	0	0	9.471,00	0	0	362.410	226.429	138.450
Setembro	0	0	10.105,00	0	0	2	37.276	125.255
Outubro	0	0	10.105,00	0	0	-8.032	227.269	35.301
Novembro	0	0	10.105,00	0	0	-127.508	37.191	37.191
Dezembro	0	0	10.105,00	0	0	492.534	338.185	458.487
Totais	0	0	123.798,00	0	0	2.477.129	2.321.296	2.249.629
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
CRC	120.000,00	120.000,00	103,17	4.069.894	4.069.894		57,04	

Fonte: SIGPLAN

#### 24.2.16. 4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

**Finalidade:** Promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

**Descrição:** Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

**Unidade Executora:** SRH

**Dados Físicos e Financeiros**

**Produto (unidade de medida):** servidor capacitado (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	8	0	0	9.612	750	750
Fevereiro	0	0	56	0	0	178.190	31.751	31.751
Março	0	0	135	0	0	304.905	196.943	196.943
Abril	0	0	135	0	0	124.172	152.058	150.491
Maio	0	0	59	0	0	147.582	177.698	179.265
Junho	0	0	37	0	0	162.402	133.340	133.340
Julho	0	0	33	0	0	247.565	152.690	152.690
Agosto	0	0	60	0	0	223.328	144.530	140.780
Setembro	0	0	50	0	0	300.718	196.997	172.822
Outubro	0	0	35	0	0	448.371	192.713	204.830
Novembro	0	0	25	0	0	170.539	161.667	135.297
Dezembro	0	0	1	0	0	607.944	1.031.266	912.289
Totais	0	0	634	0	0	2.925.328	2.572.404	2.411.249
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	920	920	68,91	3.500.000	3.500.000		73,5	

Fonte: SIGPLAN

#### 24.2.17. 4641 – PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA

**Finalidade:** Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.

**Descrição:** A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobili-

zação ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

Unidade Executora: SCI

Dados Físicos e Financeiros

	Físico			Financeiro				
	Não há previsão de execução Física na LOA			Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	0	0	0	167.142	167.142	167.142
Fevereiro	0	0	0	0	0	1.105.173	495.837	495.837
Março	0	0	0	0	0	96.410	566.068	357.642
Abril	0	0	0	0	0	1.500.000	106.400	312.599
Maio	0	0	0	0	0	0	201.425	203.651
Junho	0	0	0	0	0	100.000	292.175	292.175
Julho	0	0	0	0	0	531.276	1.477.091	1.470.047
Agosto	0	0	0	0	0	0	193.863	200.907
Setembro	0	0	0	0	0	0	0	0
Outubro	0	0	0	0	0	0	0	0
Novembro	0	0	0	0	0	0	0	0
Dezembro	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000
SIGPLAN: 25/03/2010				LOA	LOA + Créditos		% Execução	
				3.500.000	3.500.000		100	

Fonte: SIGPLAN

#### 24.2.18. 6197 – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES INTEGRANTES DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

Finalidade: Assegurar que as instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis (autorizadas pela ANP) estejam adequadas do ponto de vista da sua segurança operacional, permitindo a oferta desses produtos no mercado.

Descrição: Fiscalização das instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, quanto ao cumprimento dos regulamentos estabelecidos pela ANP.

Unidades Executoras: SRP e SCM

Comentários: O número de fiscalizações apresentadas representa as ações de fiscalização da Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural - SRP e da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo seus Derivados e Gás Natural - SCM. Ressalta-se que parte das ações de fiscalização das instalações monitoradas pela SCM é feita mediante convênio com o Departamento de Portos e Costas – DPC, da Marinha do Brasil.

Dados Físicos e Financeiros

Produto (unidade de medida): instalação fiscalizada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	203	0	0	70.000	22.077	22.077
Fevereiro	0	0	219	0	0	0	15.811	15.811
Março	0	0	288	0	0	115.768	3.416	3.416
Abril	0	0	250	0	0	10.000	9.473	9.473
Maio	0	0	252	0	0	1.531.425	1.451.524	156.320
Junho	0	0	241	0	0	147.560	29.713	1.324.917
Julho	0	0	283	0	0	1.363.302	119.170	119.170
Agosto	0	0	265	0	0	-56.860	928.799	928.340
Setembro	0	0	235	0	0	428.239	385.024	382.432
Outubro	0	0	245	0	0	741.079	429.825	432.877
Novembro	0	0	262	0	0	78.977	222.796	222.796
Dezembro	0	0	174	0	0	2.125.991	2.470.662	970.662
Totais	0	0	2.917,00	0	0	6.555.480	6.088.291	4.588.291
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	

	2.158,00	2.158,00	135,17	6.663.880	6.663.880		91,36
--	----------	----------	--------	-----------	-----------	--	-------

Fonte: SIGPLAN

#### 24.2.19. 6594 – AUTORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO E REVENDA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E BIOCOMBUSTÍVEIS

**Finalidade:** Controlar a entrada de novos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis.

**Descrição:** Outorga de autorização para participação dos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis.

**Unidade Executora:** SAB

**Dados Físicos e Financeiros**

**Produto (unidade de medida):** autorização outorgada (unidade)

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	682	0	0	20.000	2.746	2.746
Fevereiro	0	0	1.729,00	0	0	15.000	13.495	13.495
Março	0	0	1.148,00	0	0	40.000	14.977	14.345
Abril	0	0	848	0	0	20.000	34.727	34.727
Maio	0	0	1.150,00	0	0	20.000	16.837	16.837
Junho	0	0	774	0	0	30.000	20.531	21.162
Julho	0	0	1.063,00	0	0	25.000	29.486	29.486
Agosto	0	0	974	0	0	37.681	54.017	54.017
Setembro	0	0	1.179,00	0	0	-1.023	17.434	17.434
Outubro	0	0	506	0	0	17.472	15.829	15.829
Novembro	0	0	1.048,00	0	0	18.902	18.793	18.793
Dezembro	0	0	1.104,00	0	0	236.404	222.294	222.294
Totais	0	0	12.205,00	0	0	479.435	461.164	461.164
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Créditos	% Execução	LOA	LOA + Créditos		% Execução	
	9.000,00	9.000,00	135,61	1.200.000	1.200.000		38,43	

Fonte: SIGPLAN

#### 24.2.20. 6596 – AUTORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES INTEGRANTES DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL

**Finalidade:** Assegurar a outorga de autorizações aos agentes interessados em construir e operar instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, além de outorgar a autorização para o exercício de atividades correlatas, através de atos formais expedidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

**Descrição:** Outorga de autorização para participação de agentes econômicos nas atividades de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis (ou outras atividades correlatas) desde que estes cumpram os requisitos legais estabelecidos para seu ingresso, estes identificados nos atos normativos publicados pela ANP.

**Unidade Executora:** SCM e SRP

**Dados Físicos e Financeiros**

**Produto (unidade de medida):** autorização outorgada

	Físico			Financeiro				
	Prev. Inicial	Prev. Corrigida	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrigido	Empenhado	Realizado	Valor Pago
Janeiro	0	0	31	0	0	18.000	2.663	2.663
Fevereiro	0	0	25	0	0	55.000	7.944	7.944
Março	0	0	25	0	0	-5.000	17.853	17.853
Abril	0	0	30	0	0	40.000	37.481	37.481
Maio	0	0	34	0	0	10.000	14.868	14.868
Junho	0	0	20	0	0	53.000	23.253	23.253
Julho	0	0	41	0	0	11.000	22.618	22.618

Agosto	0	0	26	0	0	7.980	26.921	26.921
Setembro	0	0	30	0	0	18.132	41.846	41.846
Outubro	0	0	31	0	0	9.797	9.200	9.200
Novembro	0	0	22	0	0	24.958	30.606	30.606
Dezembro	0	0	32	0	0	41.384	46.894	46.894
Totais	0	0	347	0	0	284.252	282.148	282.148
SIGPLAN: 25/03/2010	LOA	LOA + Crédi- tos	% Execução	LOA	LOA + Crédi- tos		% Execução	
	147	147	236,05	300.000	300.000		94,05	

Fonte: SIGPLAN



## 25. ANEXO B – INDICADORES DE DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DA ANP PARA 2010

O presente relatório integra o projeto de Indicadores de Desempenho da ANP, iniciado em 2006, cuja finalidade é estabelecer indicadores a serem utilizados para a avaliação do desempenho e acompanhamento das atividades da ANP. Este projeto atende a uma série de objetivos, a saber:

- ✓ aprimorar o **Relatório de Gestão da ANP** com as metas acordadas e os resultados alcançados dos Indicadores.
- ✓ servir como **instrumento de gestão** da Diretoria da ANP para avaliar a atuação das Unidades Organizacionais.
- ✓ atender às Decisões do **Tribunal de Contas da União - TCU** nº 243/2001 – Segunda Câmara e nº 553/2002 – Segunda Câmara e demandas da **Controladoria Geral da União - CGU**.
- ✓ dar mais transparência aos processos e à atuação da ANP.

Em 2009 foi realizada revisão do conjunto de indicadores, com o intuito de aperfeiçoar os indicadores formulados em 2007 e criar novos indicadores de eficiência, por solicitação da CGU. Foram definidos 46 indicadores, dos quais sete de eficiência e o restante de eficácia.

A CGU também solicitou a criação de indicadores de efetividade que, no entanto, não foram desenvolvidos pela ausência de planejamento estratégico da ANP. Tão logo a ANP tenha estabelecido suas metas, a SPP procederá à elaboração de indicadores de efetividade para avaliar a sua evolução.

Os resultados alcançados em 2010 são apresentados a seguir, bem como a comparação com os resultados obtidos em 2009 e 2008 (quando houver). Dos 46 indicadores criados em 2010, foram apurados 40 indicadores de 20 unidades organizacionais. Três indicadores foram descartados pelas áreas e outros três não foram mensurados.

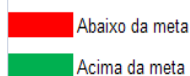
## 25.1. RESULTADOS

Tabela 25.1. Indicadores apurados no período

Unid. Org.	Indicador	Meta	2010
1 CDC	Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido	100%	100,0%
2 CDC	Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido (eficiência)	90%	99,0%
3 CDC	Índice de acompanhamento do contrato da pesquisa de preços dos combustíveis	90%	95,0%
4 CMA	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade (eficiência)	80%	92,9%
5 CMA	Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais	80%	43%
6 CSO	Número de auditorias de segurança operacional.	100%	100,0%
7 CRC	Consultas Respondidas pelo CRC/SCI	75%	n.i
8 NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	99,7%
9 NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP	98%	97,5%
10 SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. De Prod. Deriv. De Petróleo Analisados	70%	96,6%
11 SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Comb. Autom. Analisados	70%	91,8%
12 NFP	Inspeções de Medição	43%	22%
13 SBQ	Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC (eficiência)	75%	95,8%
14 SBQ	Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país.	90%	95,6%
15 SBQ	Índice de atendimento de manifestações do CRC	70%	85,4%
16 SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	80%	100,0%
17 SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	100,0%
18 SCI	Comunicação com a Imprensa	80%	99,7%
19 SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	97,5%
20 SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. E Transf. E-mitidos	80%	100,0%
21 SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	85%	99,9%
22 SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	20%	34,1%
23 SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100,0%
24 SDP	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores (eficiência)	90%	86%
25 SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	100%
26 SDT	Tempo de resposta à solicitação de dados.	80%	96%
27 SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90%	97,9%

28	SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP (eficiência)	30 18	22 23
29	SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	80%	100%
30	SFI	Índice de ações de fiscalização	100%	100,0%
31	SFI	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1a instância	100%	100,0%
32	SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties	100%	100,0%
33	SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	n.i	n.i
34	SPL	Índice de Qualificação de Empresas (eficiência)	n.i	n.i
35	SPP	Emissão de Relatórios e Informações Mensais (eficiência)	90%	90%
36	SPP	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	100%	100,0%
37	SPP	Emissão do Anuário Estatístico	100%	100,0%
38	SRH	Índice de Execução orçamentária do PAC	100%	83,6%
39	SRH	Execução do PAC anual	80%	89,2%
40	SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	92,5%
41	SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	30%	33,6%
42	SRP	Índice de Análise de Informações Declaradas	80%	85,6%
43	SDB	Fiscalização de projetos	100%	100,0%

Legenda:



Fonte: SPP/ANP

Cabe ressaltar que os indicadores de eficiência levaram em consideração somente a variável tempo na consecução das atividades.

Dos 43 indicadores apurados pela ANP, apenas quatro apresentaram resultados abaixo da meta estipulada.

Dentre eles, o *Inspeções de medição, do NFP*, que tinha como meta 43%, atingiu apenas 22%. Existem 517 instalações onde são realizadas medições fiscais (130) ou de apropriação (387) no Brasil, e as atividades de fiscalização do NFP foram concentradas em instalações onde são realizadas medições fiscais. Desta forma, não foi atingida a meta estabelecida em três trimestres de 2010. Assim, o NFP sugere que o indicador seja revisto, pois a principal atividade que o NFP deve realizar é garantir a fidedignidade dos volumes de petróleo e gás natural produzidos, reportado através do Boletim Mensal de Produção. Desta forma, as atividades do NFP são concentradas em instalações de medição fiscal, e não nas medições de apropriação, sendo que estas últimas representam em números mais do que o triplo de instalações de medição fiscal.

Por sua vez, o Índice de Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD's) dos campos produtores, indicador de eficiência da SDP, tem como meta 90%, e chegou a 86%, um pouco abaixo do planejado. Foram analisados 28 documentos técnicos, sendo que oito PD's foram reprovados. No 1º semestre de 2010, foram analisados quatro PD's em menos de quatro meses; outros três PD's tiveram sua análise entre quatro e cinco meses; e dois PD's entre cinco e

seis meses. No 2º semestre, seis PD's foram analisados em menos de quatro meses; três PD's foram analisados entre quatro e cinco meses; e oito PD's entre cinco e seis meses. Outros dois PD's, embora tenham sido analisados dentro do prazo de seis meses, somente foram aprovados pela Diretoria Colegiada alguns dias após o prazo. Para corrigir os pontos críticos (1-Data da entrada do PD; 2-Solicitações oriundas das análises e demora na resposta; 3-Tramitação para aprovação pela Diretoria colegiada, 4-Definição do marco temporal para contagem do prazo), a SDP acredita que é preciso fazer um maior controle no fluxo dos processos para permitir um melhor acompanhamento dos prazos, e que este indicador seja aprimorado.

Já o **Índice de Execução Orçamentária do PAC**, que tinha como meta utilizar 100% dos recursos orçamentários para a capacitação de servidores, não conseguiu atingir esse resultado, tendo gasto apenas 85,9% do montante destinado a este fim. A SRH apontou como pontos críticos para o cumprimento da meta dificuldades para licitar cursos *in-company* e planejamento das áreas organizacionais para liberação de seus servidores para realização de treinamentos.

Adicionalmente, o **Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais**, da CMA, atingiu 43% da meta de 80%. De acordo com a CMA, o tempo de análise por parte da CMA é profundamente afetado pela ausência de instrução adequada do processo por parte da área solicitante. Por isso, para melhorar o seu desempenho, sugere que haja reforço da orientação para instrução processual adequada por parte da SEP, de forma que o concessionário incorpore toda a documentação necessária para a análise.

Os únicos indicadores não apurados foram os de **Eficiência na Qualificação das Empresas** e o **Índice de Consultas Respondidas**, da SPL, fato para o qual não foram apresentadas justificativas. Por sua vez, o indicador da CRC (**Consultas Respondidas pelo CRC/SCI**) não foi apurado em 2010, em função de um problema técnico. Os dados relativos aos indicadores eram extraídos por meio de relatório gerencial gerado pelo sistema utilizado na Central de Atendimento. Houve, no segundo semestre de 2010, licitação e consequente contratação de outra prestadora de serviço para os atendimentos realizados pela Central com a troca de sistema. Assim, a base de dados utilizada anteriormente precisou migrar para o ambiente da nova prestadora do serviço a fim de incorporar essas informações e utilizá-las de forma a atender uma gama de informações gerenciais necessárias, entre elas as do indicador de desempenho do CRC. No entanto, por problemas de ordem técnica, a migração dessa base ainda não ocorreu integralmente, impossibilitando a mensuração do indicador.

Por sua vez, a Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO alterou a medição de suas atividades, excluindo os indicadores de **Inspeções e Auditorias de Integridade Estrutural**, pois, de acordo com a área, eles não são mais aplicáveis por se tratarem de atividades finalizadas em julho de 2009. Assim, o indicador apurado trata da fiscalização da situação de segurança operacional das unidades produtivas integrantes da indústria do petróleo e gás natural, de acordo com a Resolução 43/2007, que institui o regime de segurança operacional para unidade marítima de produção e perfuração. O indicador já criado tem como meta a realização de 50 auditorias por ano. A SDB também solicitou a exclusão do indicador **Estudo em blocos exploratórios**, já que o mesmo depende essencialmente da realização de rodadas, o que não ocorreu nos últimos dois anos.

Por último, a SFI também não fará a medição do **Indicador do percentual de infrações sobre as ações de fiscalização**. Esse indicador deveria orientar o Planejamento no sentido de focar as ações de fiscalização com maior probabilidade de irregularidades, buscando assim a eficiência dessas ações. No entanto, na prática, ele gerou muitas infrações de pequena relevância, desviando assim o foco do Planejamento. A SFI programa suas ações baseada em

denúncias recebidas de órgãos públicos, como Poder Judiciário e Ministério Público, via CRC e indicadores do Programa de Monitoramento de Qualidade dos Combustíveis. Como a ANP deve atender aos anseios de outros órgãos públicos e da sociedade, essas denúncias devem ser atendidas. Porém, nem sempre essas possuem fundamento, principalmente as denúncias advindas do CRC.

## 25.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, analisa-se o resultado de 2010 em comparação com os obtidos nos três anos anteriores (2007, 2008 e 2009). Nas seções seguintes, com o intuito de facilitar a compreensão dos resultados, os indicadores serão apresentados de acordo com a seguinte classificação: *Upstream*, *Midstream*, *Downstream*, Áreas-meio e Geral (composta por SPP, CDC e CMA, cujo escopo de atuação perpassa todos os segmentos da cadeia de P&G).

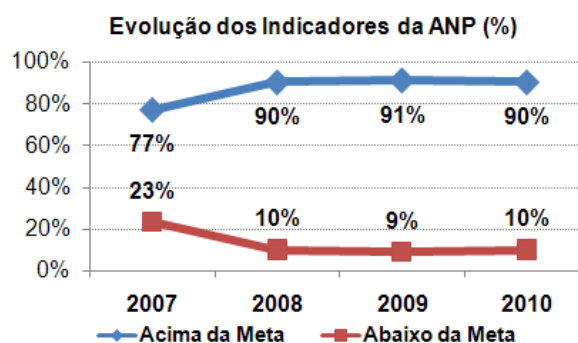
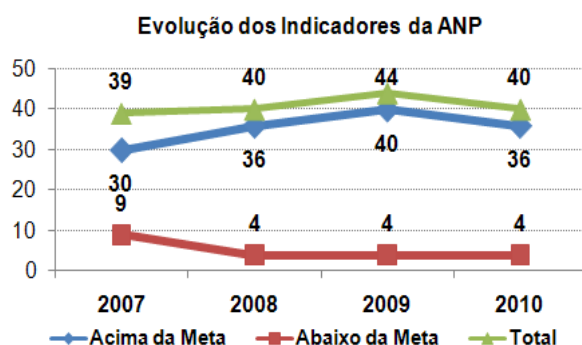
Tabela 25.2. A tabela a seguir sintetiza os resultados dos indicadores, por área.

	2007		2008		2009		2010	
	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta	Acima da Meta	Abaixo da Meta
<i>Upstream</i>	11	3	13	2	14	0	10	2
<i>Midstream</i>	4	1	5	0	5	0	5	0
<i>Downstream</i>	4	1	6	0	7	2	7	0
Áreas-meio	6	2	7	1	7	1	7	1
Geral	5	2	5	1	7	1	7	1
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>9</b>	<b>36</b>	<b>4</b>	<b>40</b>	<b>4</b>	<b>36</b>	<b>4</b>

Fonte: SPP/ANP

## 25.3. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES EM RELAÇÃO AOS ANOS ANTERIORES

Em 2010, os indicadores de desempenho da ANP apresentaram, em geral, resultados similares aos alcançados em 2009 e 2008 e superiores aos de 2007.



	2007		2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<i>Resultados acima da meta</i>	31	67%	36	90%	40	87%	36	84%
<i>Resultado abaixo da meta</i>	9	20%	4	10%	4	9%	4	9%
<i>Resultados não informados</i>	6	13%	0	0%	2	4%	3	7%

<i>Total</i>	<b>46</b>	<b>100%</b>	<b>40</b>	<b>100%</b>	<b>46</b>	<b>100%</b>	<b>43</b>	<b>100%</b>
--------------	-----------	-------------	-----------	-------------	-----------	-------------	-----------	-------------

---

O número de indicadores acima da meta em 2010 foi igual ao de 2008, porém abaixo ao de 2009. Os resultados abaixo da meta (quatro) foram iguais aos alcançados nos últimos dois anos. Assim como em 2009, em 2010 a SPL não enviou os dados de seus dois indicadores.

As tabelas a seguir apresentam a comparação dos resultados de cada indicador medido. O anexo do documento apresenta gráficos de evolução do desempenho dos indicadores no período 2007-2010.

	Unid. Org.	Indicador	Meta	2007	Meta	2008	Meta	2009	Meta	2010	Variação	Evolução
1	CDC	Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido	-	-	-	-	100 %	100,0 %	100 %	100,0 %	0,0%	Estável
2	CDC	Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido (eficiência)	-	-	-	-	90%	96,3%	90%	99,0%	2,7%	Estável
3	CDC	Índice de acompanhamento do contrato da pesquisa de preços dos combustíveis	90%	96,9%	90%	100,0 %	90%	93,7%	90%	95,0%	1,3%	Estável
4	CMA	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade (eficiência)	-	-	-	-	80%	86,0%	80%	92,9%	6,9%	Melhorou
5	CMA	Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais	-	-	-	-	80%	58%	80%	43%	-15,4%	Piorou
6	CSO	Número de auditorias de segurança operacional.	-	-	-	-	-	-	100 %	100,0 %	-	-
7	CRC	Consultas Respondidas pelo CRC/SCI	70%	85,1%	70%	85,6%	75%	92,7%	75%	n.i	-	-
8	NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	99,9%	98%	98,2%	98%	99,7%	98%	99,7%	0,0%	Estável
9	NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação iSIMP	98%	99,8%	98%	98,1%	98%	99,3%	98%	97,5%	-1,8%	Estável
10	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. De Prod. Deriv. De Petróleo Analisados	70%	-	70%	96,7%	70%	94,5%	70%	96,6%	2,1%	Estável
11	SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Comb. Autom. Analisados	70%	50,5%	70%	82,3%	70%	78,1%	70%	91,8%	13,7%	Melhorou
12	NFP	Inspeções de Medição	22%	55,4%	43%	100,0 %	43%	59,0%	43%	22%	-37,0%	Piorou
13	SBQ	Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC (eficiência)	-	-	-	-	75%	81,3%	75%	95,8%	14,5%	Melhorou
14	SBQ	Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país.	-	-	-	-	90%	37,3%	90%	95,6%	58,3%	Melhorou
15	SBQ	Índice de atendimento de manifestações do CRC	-	-	-	-	70%	80,5%	70%	85,4%	4,9%	Melhorou
16	SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	80%	71,6%	80%	97,6%	80%	97,7%	80%	100,0 %	2,3%	Estável
17	SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	80,0%	80%	100,0 %	80%	83,3%	80%	100,0 %	16,7%	Melhorou
18	SCI	Comunicação com a Imprensa	80%	100,0 %	80%	99,9%	80%	100,0 %	80%	99,7%	-0,3%	Estável
19	SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	98,8%	90%	99,0%	90%	94,0%	90%	97,5%	3,5%	Melhorou
20	SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. E Transf. Emitidos	80%	40,0%	80%	100,0 %	80%	100,0 %	80%	100,0 %	0,0%	Estável
21	SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	30%	73,9%	30%	88,5%	85%	99,0%	85%	99,9%	0,9%	Estável
22	SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	5%	16,2%	10%	16,4%	20%	21,8%	20%	34,1%	12,3%	Melhorou
23	SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100 %	100,0 %	100 %	100,0 %	100 %	100,0 %	100 %	100,0 %	0,0%	Estável

24	SDP	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores (eficiência)	-	-	-	-	90%	96,4%	90%	86%	-10,5%	Piorou
25	SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	85%	80%	85%	80%	87%	80%	100%	12,7%	Melhorou
26	SDT	Tempo de resposta à solicitação de dados.	-	-	-	-	80%	87%	80%	96%	9,3%	Melhorou
27	SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90%	93,7%	90%	92,2%	90%	98,1%	90%	97,9%	-0,2%	Estável
28	SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP (eficiência)	-	-	-	Média	30	26	30	22	-	-
			-	-	-	DP	18	18	18	23	-	-
29	SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	60%	55,6%	100%	99,7%	80%	99%	80%	100%	0,9%	Estável
30	SFI	Índice de ações de fiscalização	-	-	-	-	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
31	SFI	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância	-	-	-	-	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
32	SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
33	SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	90%	87,5%	90%	94,2%	n.i	n.i	n.i	n.i	-	-
34	SPL	Índice de Qualificação de Empresas (eficiência)	90%	95,7%	90%	96,0%	n.i	n.i	n.i	n.i	-	-
35	SPP	Emissão de Relatórios e Informações Mensais (eficiência)	-	-	-	-	90%	91%	90%	90%	-0,6%	Estável
36	SPP	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	95%	95,0%	95%	100,0%	95%	99,5%	100%	100,0%	0,5%	Estável
37	SPP	Emissão do Anuário Estatístico	90%	100,0%	90%	100,0%	90%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável
38	SRH	Índice de Execução orçamentária do PAC	-	-	-	-	100%	85,9%	100%	83,6%	-2,3%	Estável
39	SRH	Execução do PAC anual	-	-	-	-	80%	93,6%	80%	89,2%	-4,4%	Piorou
40	SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	97,3%	90%	95,8%	90%	94,2%	90%	92,5%	-1,7%	Estável
41	SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	15%	47,5%	30%	40,2%	30%	38,7%	30%	33,6%	-5,1%	Piorou
42	SRP	Índice de Análise de Informações Declaradas	80%	94,5%	80%	92,5%	80%	85,8%	80%	85,6%	-0,2%	Estável
43	SDB	Fiscalização de projetos	-	-	-	-	100%	100,0%	100%	100,0%	0,0%	Estável



Os critérios utilizados para definir se os indicadores apresentaram melhora, permaneceram estáveis ou pioraram foram:

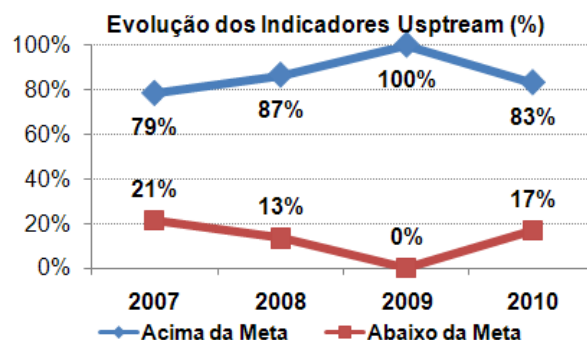
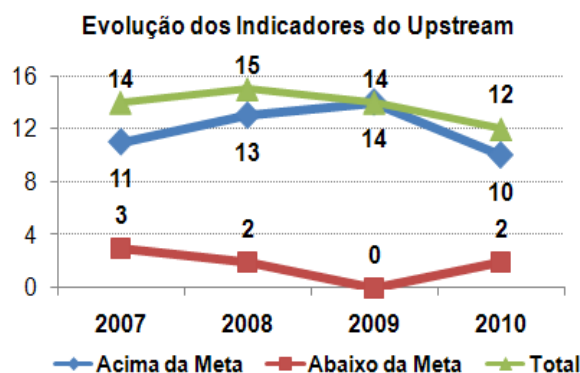
- ✓ Melhora: o indicador melhorou se seu índice apresentou variação positiva acima de 3% em 2010 em relação a 2009;
- ✓ Estável: indicadores que variaram menos de 3% no período;
- ✓ Piora: o indicador piorou se seu índice apresentou variação negativa acima de 3% em 2010 em relação a 2009.

Houve melhora dos índices em 10 indicadores, 23 se mantiveram estáveis e cinco tiveram desempenho inferior, configurando uma situação geral de aperfeiçoamento das atividades das áreas em 2010 em relação a 2009.

### 25.3.1. UPSTREAM

Os indicadores do *Upstream* são compostos pelos indicadores das seguintes unidades organizacionais: CSO, NFP, SDP, SDB, SDT, SEP, SPG e SPL.

Em 2010, estas unidades mediram 12 indicadores, com dois resultados abaixo da meta. Vale lembrar que, além destes, a SPL possui dois indicadores que não foram apurados em 2010.



	2007		2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	12	71%	13	87%	14	88%	10	71%
Resultado abaixo da meta	3	18%	2	13%	0	0%	2	14%
Resultados não informados	2	12%	0	0%	2	13%	2	14%
<b>Total Upstream</b>	<b>17</b>	<b>88%</b>	<b>15</b>	<b>100%</b>	<b>16</b>	<b>88%</b>	<b>14</b>	<b>86%</b>

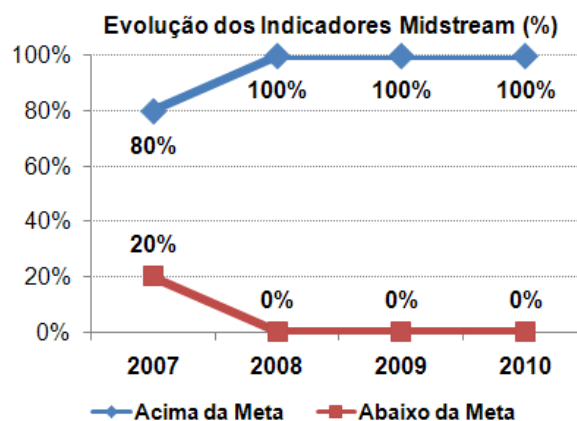
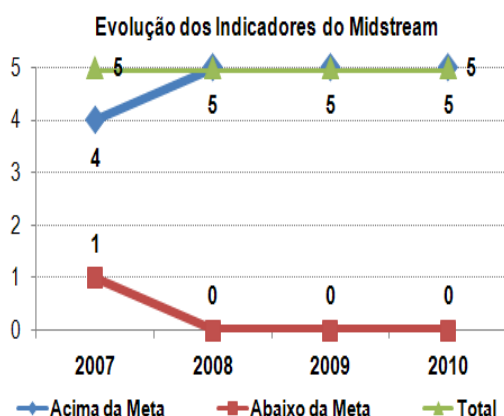
Unid. Org.	Indicador	2009		2010	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
CSO	Número de auditorias de segurança operacional.	-	-	100%	100%
NFP	Inspeções de Medição	43%	59%	43%	22%
SDP	Controle de Boletins Mensais de Produção (BMP)	85%	99%	85%	100%
SDP	Ações Diretas de Fiscalização da Equipe da SDP	20%	22%	20%	34%
SDP	Análise do Boletim Anual de Reservas (BAR)	100%	100%	100%	100%

SDP	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores	90%	96%	90%	86%
SDT	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP	80%	85%	80%	100%
SDT	Tempo de resposta à solicitação de dados.	80%	87%	80%	96%
SEP	Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitorada pela SEP	90%	98%	90%	98%
SEP	Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP	30 15	26 18	30 18	22 23
SPG	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties	100%	100%	100%	100%
SDB	Fiscalização de projetos	100%	100%	100%	100%
SPL	Índice de Consultas Respondidas pela SPL	n.i	n.i	n.i	n.i
SPL	Índice de Qualificação de Empresas	n.i	n.i	n.i	n.i

Fonte: SPP/ANP

### 25.3.2. MIDSTREAM

Os indicadores do *Midstream* são compostos pelos indicadores das seguintes unidades organizacionais: SCM e SRP. Todos apresentaram valores acima da meta em 2010.



		2007		2008		2009		2010
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	4	80%	5	100%	5	100%	5	100%
Resultado abaixo da meta	1	20%	0	0%	0	0%	0	0%
Total Midstream	5	100%	5	100%	5	100%	5	100%

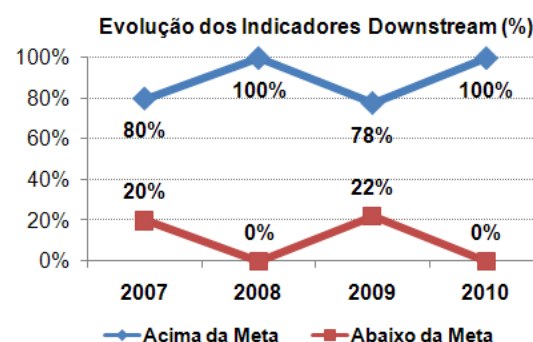
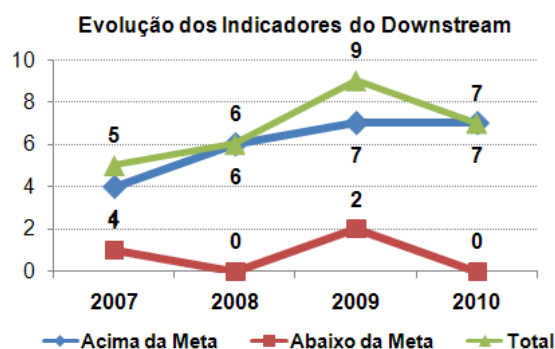
Unid. Org.	Indicador	2009		2010	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
SCM	Índice de Processos Analisados pela SCM	90%	94,0%	90%	97,5%
SCM	Índice de Relatórios de Vistoria em Inst. De Transp. E Transf. Emitidos	80%	100,0%	80%	100,0%
SRP	Índice de Análise de Processos da SRP	90%	94,2%	90%	92,5%

SRP	Índice de Fiscalização de Instalações	30%	38,7%	30%	33,6%
SRP	Índice de Análise de Informações Declaradas	80%	85,8%	80%	85,6%

Fonte: SPP/ANP

### 25.3.3. DOWNSTREAM

Os indicadores do *Downstream* são compostos pelas seguintes unidades organizacionais: CRC, SAB, SBQ, SFI.



	2007		2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	5	71%	6	100%	7	78%	7	88%
Resultado abaixo da meta	1	14%	0	0%	2	22%	0	0%
Resultados não informados	1	14%	0	0%	0	0%	1	13%
Total Downstream	7	86%	6	100%	9	100%	8	88%

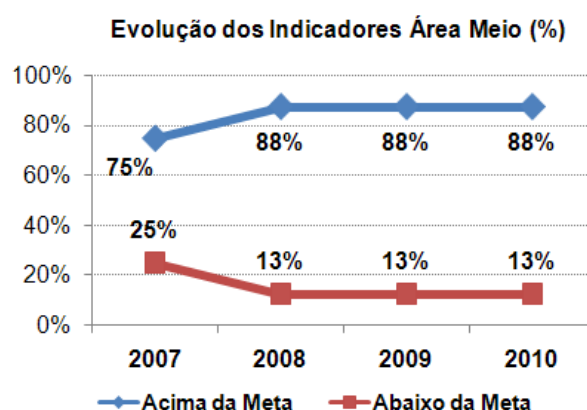
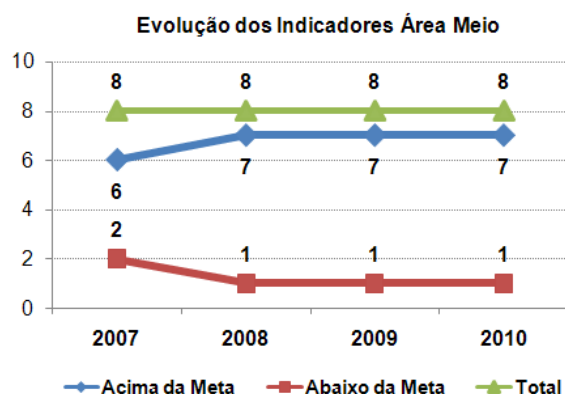
Unid. Org.	Indicador	2009		2010	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
CRC	Manifestações Respostadas pelo CRC	75%	92,7%	n.i	n.i
SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Dist. De Prod. Deriv. De Petróleo Analisados	70%	94,5%	70%	96,6%
SAB	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Comb. Autom. Analisados	70%	78,1%	70%	91,8%
SBQ	Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC	75%	81,3%	75%	95,8%
SBQ	Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país.	90%	37,3%	90%	95,6%
SBQ	Índice de atendimento de manifestações do CRC	70%	80,5%	70%	85,4%
SFI	Índice de ações de fiscalização	100%	100,0%	100%	100,0%
SFI	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância	100%	100,0%	100%	100,0%

Fonte: SPP/ANP

Ao contrário de 2009, todos os indicadores de *Downstream* apurados em 2010 apresentaram resultados acima da meta, com destaque para a evolução do indicador da SBQ de *Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país*.

#### 25.3.4. ÁREAS-MEIO

Os indicadores das Áreas-meio são compostos pelas seguintes unidades organizacionais: NIN, SCI, SFA e SRH.



	2007		2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	6	75%	7	88%	7	88%	7	88%
Resultado abaixo da meta	2	25%	1	13%	1	13%	1	13%
Total Área Meio	8	100%	8	100%	8	100%	8	100%

Unid. Org.	Indicador	2009		2010	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
NIN	Indicador de Disponibilidade do SIGEP	98%	99,7%	98%	99,7%
NIN	Indicador de Disponibilidade da Aplicação i-SIMP	98%	99,3%	98%	97,5%
SCI	Comunicação com Públicos Institucionais	80%	97,7%	80%	100,0%
SCI	Participação nos Principais Eventos do Petróleo, GN e Biocombustíveis	80%	83,3%	80%	100,0%
SCI	Comunicação com a Imprensa	80%	100,0%	80%	99,7%
SFA	Índice de Controle e Utilização dos Recursos Orçamentários e Financeiros	80%	99,0%	80%	99,9%
SRH	Índice de Execução orçamentária do PAC	100%	85,9%	100%	83,6%
SRH	Execução do PAC anual	80%	93,6%	80%	89,2%

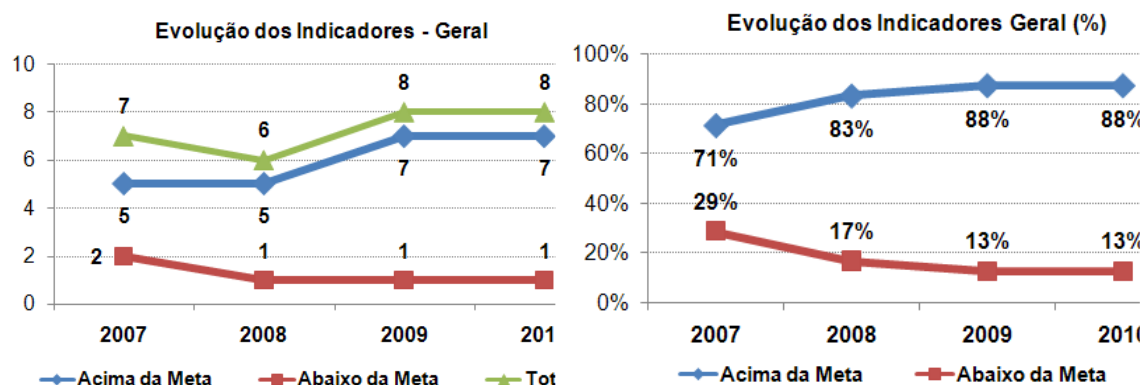
Fonte: SPP/ANP

Assim como em 2009, apenas o indicador da SRH *Índice de Execução orçamentária do PAC* não atingiu o esperado. Apesar disso, sabe-se que a meta de utilização de 100% dos recursos orçamentários disponibilizados para capacitação é extremamente ambiciosa e difícil de ser alcançada. De acordo com a área, os pontos críticos para o cumprimento da meta são as dificuldades para licitar cursos in-company e planejamento das áreas organizacionais para liberação de seus servidores para realização de treinamentos. Além disso, seria contratada uma Pós-Graduação com o Instituto de Economia da UFRJ, que foi aprovada em Reunião de Diretoria. Porém, houve problema no momento da celebração do contrato porque a UFRJ realizou a proposta, mas a contratação

seria feita através da Fundação José Bonifácio, o que inviabilizou o curso no ano passado. O custo previsto era de R\$ 360.000,00.

#### 25.3.5. GERAL

A atuação destas unidades organizacionais envolve todos os segmentos da indústria (CDC, CMA e SPP).



	2007		2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Resultados acima da meta	4	44%	5	83%	7	88%	7	88%
Resultado abaixo da meta	2	22%	1	17%	1	13%	1	13%
Resultados não informados	3	33%	0	0%	0	0%	0	0%
Total Geral	9	67%	6	100%	8	100%	8	100%

Unid. Org.	Indicador	2009		2010	
		Meta	Resultado	Meta	Resultado
CDC	Índice de Notas Técnicas Elaboradas	100%	100,0%	100%	100,0%
CDC	Índice de Atos de Concentração Elaborados	90%	96,3%	90%	99,0%
CDC	Índice de Análise de Preços dos Combustíveis	90%	93,7%	90%	95,0%
CMA	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade	80%	86,0%	80%	92,9%
CMA	Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais	80%	58%	80%	43%
SPP	Emissão de Relatórios e Informações Mensais	90%	91%	90%	90%
SPP	Emissão do Informe Conjuntura & Informação	95%	99,5%	100%	100,0%
SPP	Emissão do Anuário Estatístico	90%	100,0%	100%	100,0%

Fonte: SPP/ANP

Assim como em 2009, apenas o indicador da CMA *Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade* não atingiu seu obje-

tivo. De acordo com a área, a ausência de instrução adequada do processo por parte da área solicitante (SEP) afeta o trabalho da coordenadoria. Por isso, para melhorar o seu desempenho, sugere que haja reforço da orientação para instrução processual adequada por parte da SEP, de forma que o concessionário incorpore toda a documentação necessária para a análise.

#### 25.4. CONCLUSÕES

Em geral, os resultados apresentados para os indicadores em 2010 foram semelhantes aos resultados dos dois últimos anos, com 90% dos indicadores apresentando resultados acima da meta. A ANP obteve 36 indicadores acima da meta e quatro abaixo, sendo que 10 alcançaram melhores resultados, 23 se mantiveram estáveis e cinco pioraram. Outros dois indicadores foram medidos pela primeira vez em 2010. Seis indicadores de eficiência foram apurados e apresentaram resultados superiores às metas estipuladas.

Após a revisão geral em 2009, 2010 foi o ano de ajustes pontuais em alguns indicadores. A SFI e a SDB excluíram um indicador cada, e a CSO trocou dois indicadores por um que reflete melhor as atividades atuais da área.

Por fim, recomenda-se que seja obrigatória a participação de todas as unidades organizacionais da Agência, com a definição de pelo menos um indicador, uma vez que, por determinação dos órgãos de controle interno e externo, os indicadores são parte integrante do Relatório de Gestão que a ANP apresenta anualmente. Por essa razão, a ausência de resultados de algum indicador do conjunto previamente aprovado pela Diretoria Colegiada sempre gera a necessidade de apresentação de justificativas para a sua não apuração.

## 25.5. FICHAS DOS INDICADORES

### 25.5.1. CDC - ÍNDICE DE DOCUMENTOS ELABORADOS SEM PRAZO PRÉ-ESTABELECIDO

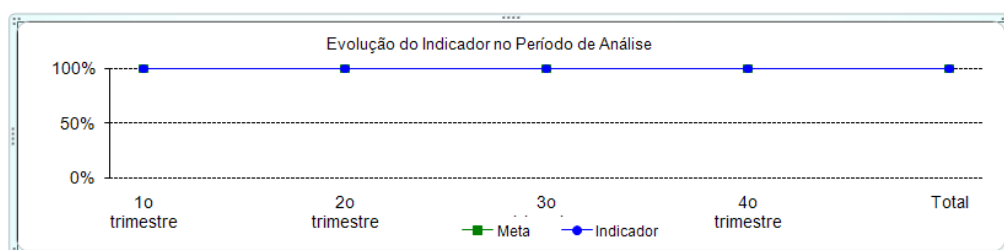


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Defesa da Concorrência - CDC
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Trimestral
Crítério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Aumentar a eficácia da análise das demandas correlatas à defesa da concorrência
Nome do Indicador	Índice de documentos elaborados sem prazo pré-estabelecido
Conceituação	Esse indicador mostra a relação entre o número de documentos sem prazo pré-estabelecido (Notas Técnicas, Pareceres, Ofícios etc.) para efetuar análise referente à defesa da concorrência e o número de documentos sem prazo pré-estabelecido enviados à Coordenadoria.
Objetivo do indicador	Mensurar as respostas às demandas das diversas instituições (SDE/MJ, Ministério Público, PROCONs, Câmaras Estaduais e Municipais, Associações de Classe e outras), além das unidades internas da ANP, mediante a elaboração de documentos.
Limitações	Algumas análises são efetuadas com base no Levantamento de Preços – ANP e, portanto, os municípios e os períodos a serem avaliados dependem da abrangência da pesquisa de preços. Eventualmente, esta Coordenaria pode ter dificuldades na obtenção de dados/informações disponíveis em outras unidades organizacionais da ANP.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Número de documentos sem prazo pré-estabelecido elaborados dividido pelo número de documentos sem prazo pré-estabelecido enviados à Coordenadoria.

#### Evolução do Indicador

Trimestre	1o trimestre	2o trimestre	3o trimestre	4o trimestre	Total
Documentos demandados	107	104	140	116	467
Documentos respondidos	107	104	140	116	467
Meta	100%	100%	100%	100%	100%
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

Não há

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações



## 25.5.2. CDC – ÍNDICE DE DOCUMENTOS ELABORADOS COM PRAZO PRÉ-ESTABELECIDO

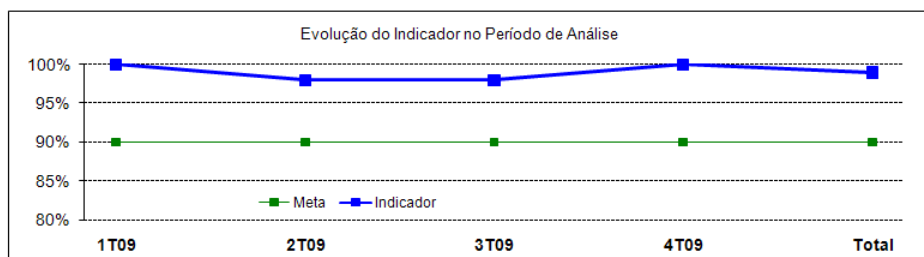


### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Defesa da Concorrência - CDC
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficiência
Foco	Aumentar a eficiência da análise das demandas com prazo da Coordenadoria (análise de Defesa da Concorrência, informe quinzenal de preços de petróleo e derivados no mercado internacional).
Nome do Indicador	Índice de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido
Conceituação	Esse indicador mostra a relação entre o número de documentos elaborados com prazo pré-estabelecido (Notas Técnicas, Pareceres, Ofícios, Informe Quinzenal etc.) no âmbito da Coordenadoria e o número de documentos demandados com prazo pré-estabelecido de responsabilidade da Coordenadoria. Para o cálculo desse indicador serão considerados os documentos entregues no prazo, antes do prazo e depois do prazo, ponderando-os de acordo com a participação de cada um deles sobre o total. Aos documentos adiantados e atrasados serão concedidos bônus e ônus, respectivamente, de acordo com o tempo relativo de adiantamento ou atraso.
Objetivo do indicador	Mensurar as respostas às demandas das diversas instituições (Poder Judiciário, DPF-s, SDE/MJ, Ministério Público, PROCONs, Câmaras Estaduais e Municipais, Associações de Classe e outras), além das unidades internas da ANP, mediante a elaboração de documentos.
Limitações	Algumas análises são efetuadas com base no Levantamento de Preços – ANP e, portanto, os municípios e os períodos a serem avaliados dependem da abrangência da pesquisa de preços. Eventualmente, esta Coordenaria poderá ter dificuldades na obtenção de dados/informações disponíveis em outras unidades organizacionais da ANP. Nesses casos, a Coordenadoria irá suspender a contagem do prazo de elaboração do documento para fins do indicador e/ou solicitar dilação de prazo. O indicador não está considerando a complexidade na elaboração dos documentos.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	O somatório do produto das notas médias atribuídas a cada documento (de acordo com o critério de prazo) e suas ponderações (de acordo com suas participações em relação ao total dos documentos com prazo). Os bônus e ônus serão atribuídos a partir da nota de 90% referente aos documentos entregues exatamente no prazo, que corresponde à meta do indicador. Para os documentos entregues adiantados ou atrasados em até 10% do prazo será concedido um bônus/ônus de 2,5 pontos percentuais. Para os entregues adiantados ou atrasados em até 20% do prazo será concedido um bônus/ônus de 5 pontos percentuais. Para os entregues adiantados ou atrasados em até 30% do prazo será concedido um bônus de 7,5 pontos percentuais e um ônus de 10 pontos percentuais, respectivamente. Para os entregues adiantados ou atrasados em mais de 30% do prazo será concedido um bônus de 10 pontos percentuais e um ônus de 90 pontos percentuais, respectivamente.

#### Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%
Indicador	100%	98%	98%	100%	99,0%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

Os memorandos com prazo solicitando subsídios da CDC cujos prazos são de responsabilidade de outras unidades organizacionais da ANP não foram considerados.



### 25.5.3. CDC – ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DA PESQUISA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

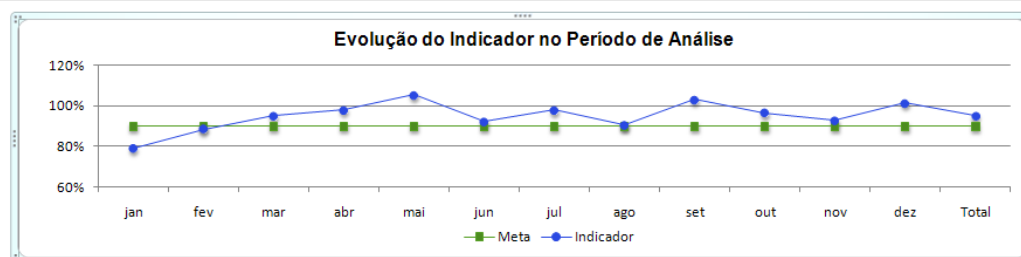


#### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Defesa da Concorrência - CDC
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Cidadãos e Sociedade
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Monitorar o mercado quanto ao preço dos combustíveis automotivos comercializados no país.
Nome do Indicador	Índice de acompanhamento do contrato da pesquisa de preços dos combustíveis
Conceituação	Estima a relação entre o número de resultados de análises processadas pela equipe de monitoramento da CDC, com vistas à disponibilização semanal no site da Agência, e os resultados fornecidos pela empresa de coleta de preços.
Objetivo do indicador	Acompanhar o comportamento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis, cumprindo determinação constante na Lei do Petróleo, em seu artigo oitavo, que atribuiu à ANP o papel de implementar, na sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo e gás natural, com ênfase na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos, além de orientar a atuação da área de fiscalização da ANP.
Limitações	A base de dados cadastrais de postos revendedores, principalmente de GLP, contém muitos dados defasados ou divergentes em relação aos encontrados em campo. Além disso, a pesquisa fica restrita aos municípios participantes do PLPMCC.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Número de coletas mensais de preços de combustíveis automotivos dividido pelo número previsto em contrato.

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Coletas Mensais Efetuadas	54187	60628	81464	67269	72324	79167	67123	77861	71248	66605	79855	70084	847815
Previsão em Contrato	68620	68620	85775	68620	68620	85775	68620	86084	69032	69032	86290	69032	894120
Indicador	79,0%	88,4%	95,0%	98,0%	105,4%	92,3%	97,8%	90,4%	103,2%	96,5%	92,5%	101,5%	95,0%



#### Análise dos Resultados

O indicador abaixo da meta prevista nos meses de janeiro e fevereiro é decorrente da implantação realizada pela nova empresa contratada pela ANP.

#### Pontos Críticos

Capacidade de fiscalização dos serviços prestados por empresa terceirizada responsável pela pesquisa de preços em virtude da periodicidade semanal da coleta dos dados.

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Após nova licitação, em agosto de 2010 entrou em vigor o novo contrato o qual implementou mais um indicador para comprovação do cumprimento do acordo de níveis de serviços referente à nova contratação

#### Observações

O indicador referente ao acompanhamento de preços na CDC está em fase de revisão, tendo em vista não refletir o efetivo desempenho das atividades desenvolvidas no ano de 2010

#### 25.5.4. CMA – ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES SOBRE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS POR PARTE DA SOCIEDADE

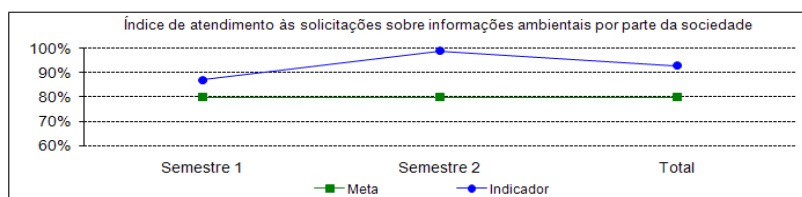


##### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Meio Ambiente	
Período de Análise	Janeiro - Dezembro 2010	
Frequência de Medição	Semestral	
Critério	Cidadãos e Sociedade	
Tipo de Indicador	Eficiência	
Foco	Atendimento às solicitações sobre informações a respeito dos aspectos ambientais da indústria de petróleo e gás oriundas da sociedade	
Nome do Indicador	Índice de atendimento às solicitações sobre informações ambientais por parte da sociedade	
Conceituação	Número de solicitações recebidas através do sistema de CRM, integralmente respondidas em prazo inferior a 15 dias após o seu recebimento pela CMA	
Objetivo do indicador	Oatendimento com qualidade e agilidade às demandas da sociedade sobre informações ambientais	
Limitações	Problemas de acesso ao sistema CRM; dificuldade na obtenção das informações solicitadas; capacitação inexistente da equipe em relação ao tema questionado	
Meta para o Período	80%	
Fórmula do Indicador	<b>Média do Tempo de Resposta</b>	<b>Indicador</b>
	mais de 60 dias	0%
	de 30 a 60 dias	25%
	30 dias	50%
	de 25 a 30 dias	60%
	de 20 a 25 dias	80%
	de 15 a 20 dias	85%
	15 dias	90%
	de 10 a 15 dias	95%
	menos de 10 dias	100%

##### Evolução do Indicador

Mês	Semestre 1	Semestre 2	Total
Meta	80%	80%	80,0%
Indicador	87%	99%	92,9%



##### Análise dos Resultados

As metas definidas foram atingidas em ambos semestres.

##### Pontos Críticos

##### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

##### Observações

25.5.5. CMA – ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DA SEP NO TOCANTE AOS PROCESSOS COM PENDÊNCIAS AMBIENTAIS

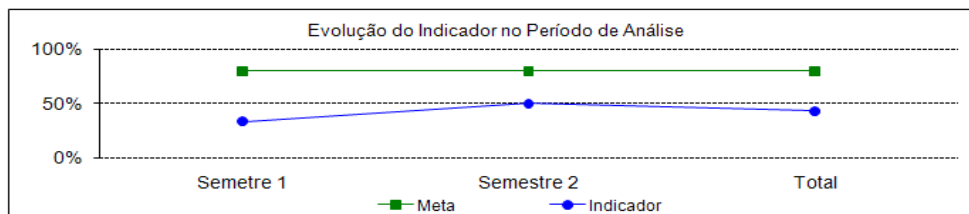


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Meio Ambiente
Período de Análise	Janeiro - Dezembro 2010
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Atendimento às solicitações da SEP para a avaliação de processos com pendências ambientais
Nome do Indicador	Índice de atendimento às solicitações da SEP no tocante aos processos com pendências ambientais
Conceituação	Número de solicitações demandadas pela SEP por avaliação de processos com pendências ambientais respondidas em prazo inferior a 30 dias após o seu recebimento pela CMA
Objetivo do indicador	Atendimento com qualidade e agilidade às solicitações da SEP para a avaliação de processos com pendências ambientais
Limitações	Dificuldades para elaborar resposta por conta do envio de documentação incompleta para a CMA e da demora de resposta por parte dos órgãos ambientais em caso de questionamentos por parte da CMA
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	$(\text{Número de solicitações respondidas em até 30 dias} / \text{Número de solicitações recebidas}) \times 100$

Evolução do Indicador

Semestre	Semestre 1	Semestre 2	Total
Meta	80,0%	80,0%	80,0%
Indicador	33,0%	50,0%	42,9%



Análise dos Resultados

Em ambos semestres, os resultados dos indicadores ficaram abaixo do esperado.

Pontos Críticos

O tempo de análise por parte da CMA é profundamente afetado pela ausência de instrução adequada do processo por parte da área solicitante.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Reforçar a orientação para instrução processual adequada por parte da SEP, de forma que o concessionário incorpore toda a documentação necessária para a análise.

Observações

## 25.5.6. CSO – FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL

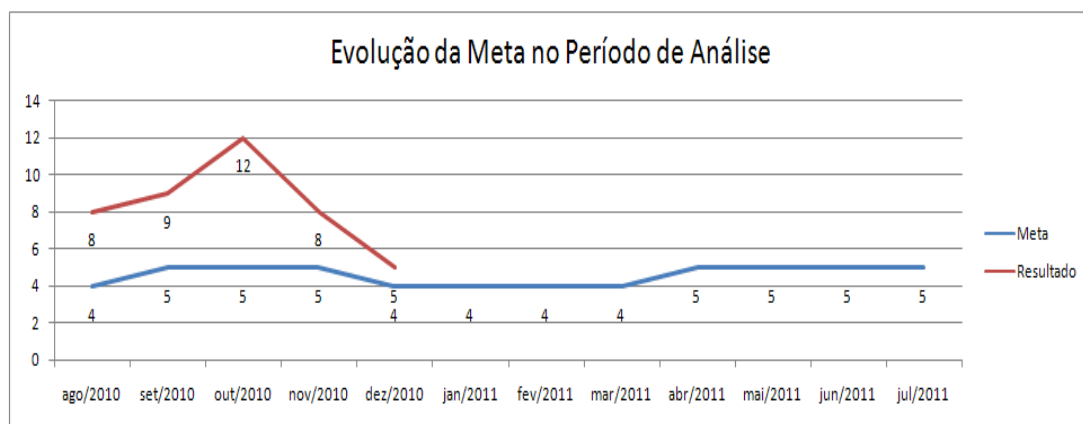


### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DAS METAS INTERMEDIÁRIAS

Unidade Organizacional Responsável	Coordenadoria de Segurança Operacional (CSO)
Ciclo de Avaliação	1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2011
Equipe de Trabalho	Aroldo Carneiro, Alex Garcia, Priscila Kazmierczak, Maximiliano de Almeida, Carlos Agenor, Raphael Queiroz, Raphael Moura, Victor Cesarino, Luiz Omena, Andre Canfora, Luciano Teixeira e Caroline Moraes
Meta Global Relacionada	Fiscalizar as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.
Ação	Fiscalizar a situação de segurança operacional das unidades produtivas integrantes da indústria do petróleo e gás natural.
Objetivo da Ação	Acompanhar a evolução das atividades de fiscalização da equipe da CSO para que os operadores não exponham a força de trabalho e o meio ambiente a níveis de risco não-toleráveis.
Indicador	Número de auditorias de segurança operacional.
Metodologia da Apuração e Fonte de Dados	Quantidade de auditorias realizadas pela equipe da CSO durante o Ciclo de Avaliação e a fonte de dados são as planilhas eletrônicas de planejamento e controle das auditorias.
Frequência de Medição	Anual
Meta prevista	50

#### Evolução do Indicador

Mês	ago/2010	set/2010	out/2010	nov/2010	dez/2010	jan/2011	fev/2011	mar/2011	abr/2011	mai/2011	jun/2011	jul/2011	Total
Meta	4	5	5	5	4	4	4	4	5	5	5	5	50
Resultado	8	9	12	8	5								42



#### Análise dos Resultados

#### Ações Necessárias para Correção ou Aprimoramento

#### Observações

## 25.5.7. NIN – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DO SISTEMA GERENCIAL DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO – SIGEP

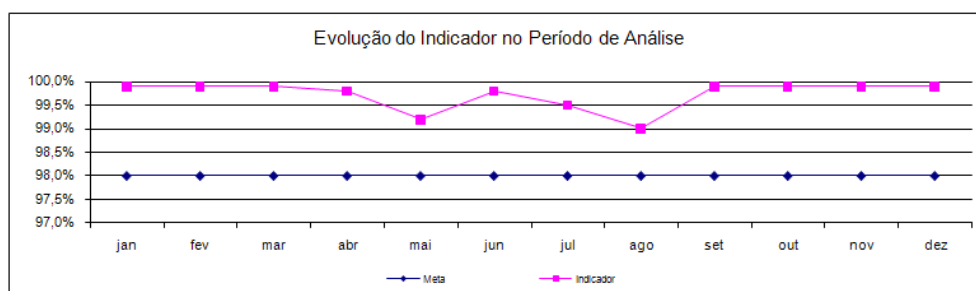


### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Superintendência Responsável	Núcleo de Informática - NIN
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2010
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumentar o grau de disponibilidade dos ativos e serviços de informática responsáveis pelo funcionamento da aplicação SIGEP e i-SIGEP
Nome do Indicador	Indicador de disponibilidade do Sistema Gerencial de Exploração e Produção - SIGEP
Conceituação	Estima o tempo em que a aplicação SIGEP está disponível tanto para a ANP, como para o público, através de seu módulo internet.
Objetivo do indicador	Verificar a disponibilidade do ambiente do aplicativo SIGEP e iSIGEP.
Limitações	Registro da indisponibilidade ter sido gerada por manutenções preventivas, ou por problemas externos ao NIN, como o link da internet, fornecido pela Embratel.
Meta para o Período	98%
Fórmula do Indicador	Quantidade de minutos do período menos a quantidade de minutos de indisponibilidade, dividido pela quantidade de minutos do período.
Frequência de Medição	Mensal

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%
Indicador	99,9%	99,9%	99,9%	99,8%	99,2%	99,8%	99,5%	99,0%	99,9%	99,9%	99,9%	99,9%	99,7%



#### Análise dos Resultados

OBS: (No caso de indicador abaixo de 98%)

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações

1- Para contagem dos minutos totais do período é considerada a disponibilidade de 24 horas, 7 dias por semana. Deste total são subtraídos os minutos parados para a realização das manutenções preventivas. Entende-se por manutenção preventiva a realização de cópias de segurança (backup), alterações de código das aplicações, atualizações de software, manutenção de equipamentos, entre outras;

25.5.8. NIN – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DA APLICAÇÃO I-SIMP

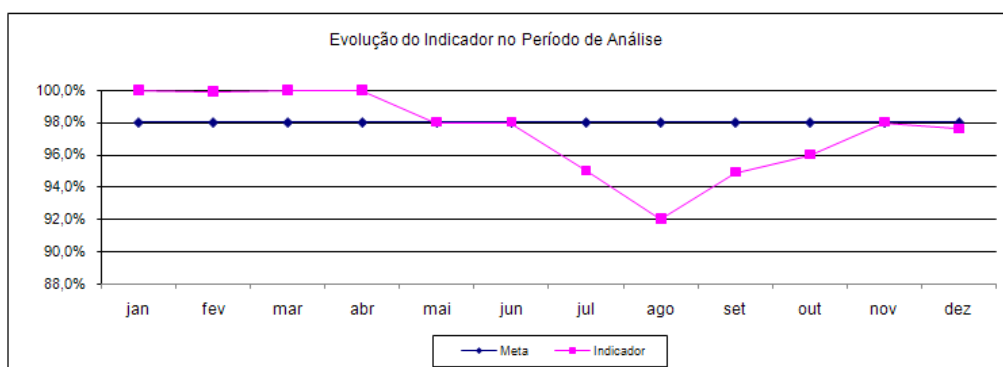


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Superintendência Responsável	Núcleo de Informática - NIN
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2010
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumentar o grau de disponibilidade dos ativos e serviços de informática responsáveis pelo funcionamento da aplicação iSimp - Módulo Internet do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos
Nome do Indicador	Indicador de disponibilidade da aplicação i-SIMP
Conceituação	Estima o tempo em que a aplicação iSimp está disponível para o público.
Objetivo do indicador	Verificar a disponibilidade do ambiente do aplicativo iSimp.
Limitações	Registro da indisponibilidade ter sido gerada por manutenções preventivas, ou por problemas externos ao NIN, como o link da internet, fornecido pela Embratel.
Meta para o Período	98%
Fórmula do Indicador	Quantidade de minutos do período menos a quantidade de minutos de indisponibilidade, dividido pela quantidade de minutos do período.
Frequência de Medição	Mensal

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%
Indicador	100,0%	99,9%	100,0%	100,0%	98,0%	98,0%	95,0%	92,0%	94,9%	96,0%	98,0%	97,6%	97,5%



Análise dos Resultados

OBS: (No caso de indicador abaixo de 98%)

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

1- Para contagem dos minutos totais do período é considerada a disponibilidade de 24 horas, 7 dias por semana. Deste total são subtraídos os minutos parados para a realização das manutenções preventivas. Entende-se por manutenção preventiva a realização de cópias de segurança (backup), alterações de código das aplicações, atualizações de software, manutenção de equipamentos, entre outras;

## 25.5.9. SAB - ÍNDICE DE PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO ANALISADOS

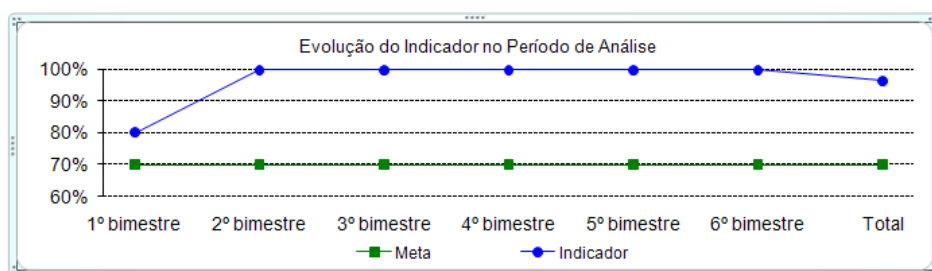


### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Abastecimento-SAB
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Bimestral
Critério	Processos
Foco	Aumentar a eficiência na resposta às demandas do mercado
Nome do Indicador	Índice de Pedidos de Autorização de Distribuição de Produtos Derivados de Petróleo Analisados
Conceituação	Expressa a relação existente entre o número de pedidos analisados dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, período entre a data do protocolo do requerimento para autorização do exercício da atividade de distribuição de produtos derivados de petróleo e a data da manifestação oficial (via ofício) e o número de pedidos recebidos. Em caso de atendimento do pedido, considera-se o período do protocolo do requerimento e a data do envio da ficha de delegação de competência (FDC) do Superintendente para a Diretoria.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência na análise de pedidos de autorização do exercício de atividade de distribuição de produtos derivados de petróleo e a eficácia da gestão interna.
Limitações	O levantamento deste indicador deve ser feito considerando o prazo de 60 dias para análise de processos de autorização. A contagem do tempo paralisa no momento em que são solicitados do agente econômico dados e informações necessários e não-constantemente ou inadequadamente prestados no processo, iniciando nova contagem de prazo a partir do recebimento da resposta do agente à solicitação. Caso não haja pendências, a contagem do tempo interrompe-se no momento em que o Superintendente envia a ficha de delegação de competência (FDC) para a Diretoria.
Meta para o Período	70%
Fórmula do Indicador	Número de pedidos analisados dentro do prazo dividido pelo Número de pedidos recebidos

#### Evolução do Indicador

Mês	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	5º bimestre	6º bimestre	Total
Meta	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
Pedidos Analisados	4	4	9	3	5	3	28
Pedidos Recebidos	5	4	9	3	5	3	29
Indicador	80,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	96,6%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

#### Observações



25.5.10. SAB - ÍNDICE DE PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE REVENDA  
VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS ANALISADOS

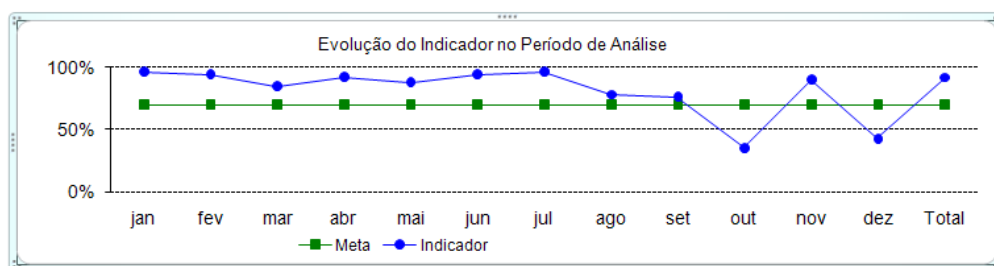


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Abastecimento-SAB
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Aumentar a eficiência na resposta às demandas do mercado
Nome do Indicador	Índice de Pedidos de Autorização de Revenda Varejista de Combustíveis Automotivos Analisados
Conceituação	Expressa a relação existente entre o número de pedidos analisados dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias, período entre a data do protocolo do requerimento para autorização do exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo e a data da manifestação da Superintendência (via ofício ou documento de devolução) e o número de pedidos recebidos. Em caso de atendimento do pedido, considera-se o período do protocolo do requerimento e a data do envio da ficha de delegação de competência (FDC) do Superintendente para a Diretoria.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência na análise de pedidos de autorização do exercício de atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos e a eficácia da gestão interna.
Limitações	O levantamento deste indicador deve ser feito considerando o prazo de 25 dias para análise de processos de autorização. A contagem do tempo paralisa no momento em que são solicitados do agente econômico dados e informações necessários e não constantes ou inadequadamente prestados no processo, iniciando nova contagem de prazo a partir do recebimento da resposta do agente à solicitação. Caso não haja pendências, a contagem do tempo interrompe-se no momento em que o Superintendente envia a ficha de delegação de competência (FDC) para a Diretoria.
Meta para o Período	70%
Fórmula do Indicador	Número de pedidos analisados dentro do prazo dividido pelo Número de pedidos recebidos

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
Pedidos Analisados	310	258	301	267	323	280	354	207	173	73	229	99	2.874
Pedidos Recebidos	322	274	353	288	367	296	366	265	226	205	253	231	3.446
Indicador	96,3%	94,2%	85,3%	92,7%	88,0%	94,6%	96,7%	78,1%	76,5%	35,6%	90,5%	42,9%	91,8%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações



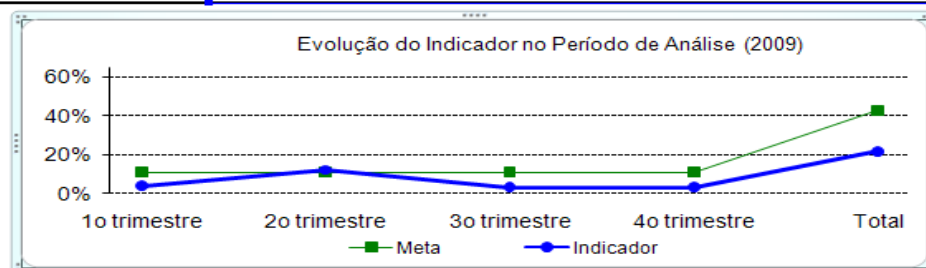


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Núcleo de Fiscalização da Produção - NFP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Foco	Processo de inspeção dos sistemas de medição das unidades de produção.
Nome do Indicador	Inspeções de Medição
Conceituação	Mede o percentual de inspeções dos sistemas de medição realizadas no período, incluindo inspeções de rotina e inspeções de adequação do sistema de medição.
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução das ações de inspeções realizadas pelo NFP.
Limitações	Impactado por restrições orçamentárias e quantitativo de pessoal
Meta para o Período	Inspecionar 43% das unidades de produção (Unidades Marítimas e Campos Terrestres)
Fórmula do Indicador	Número de inspeções realizadas no período dividido pelo número total de instalações existentes no Brasil

## Evolução do Indicador

Trimestre	1o trimestre	2o trimestre	3o trimestre	4o trimestre	Total
Meta	11%	11%	11%	11%	43%
Indicador	4%	12%	3%	3%	22%



## Análise dos Resultados

Existem 517 instalações onde são realizadas medições fiscais (130) ou de apropriação (387) no Brasil, as atividades de fiscalização do NFP foram concentradas em instalações onde são realizadas medições fiscais. Desta forma, não atingimos a meta estabelecida em três trimestres de 2010.

## Pontos Críticos

Dificuldade de realizar as inspeções no grande número de instalações onde são realizadas somente medições de apropriação da produção.

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

A partir de janeiro de 2011 a ANP passou a receber diariamente os dados de produção de petróleo e gás natural no país dos principais campos produtores, representam mais de 95% da produção nacional. Desta maneira será possível realizar ações de fiscalização mais eficientes e eficazes. Além de conseguirmos garantir a fiscalização de quase a totalidade do petróleo e gás natural produzidos.

## Observações

Este indicador deve ser revisto, pois a principal atividade que o NFP deve realizar é garantir a fidedignidade dos volumes de petróleo e gás natural produzidos reportado através do Boletim Mensal de Produção. Desta forma, as atividades do NFP são concentradas em instalações de medição fiscal, e não nas medições de apropriação, sendo que estas últimas representam em número do instalações mais do que o triplo de instalações de medição fiscal.

25.5.12. SBQ – ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO DO BOLETIM DE MONITORAMENTO DO PMQC

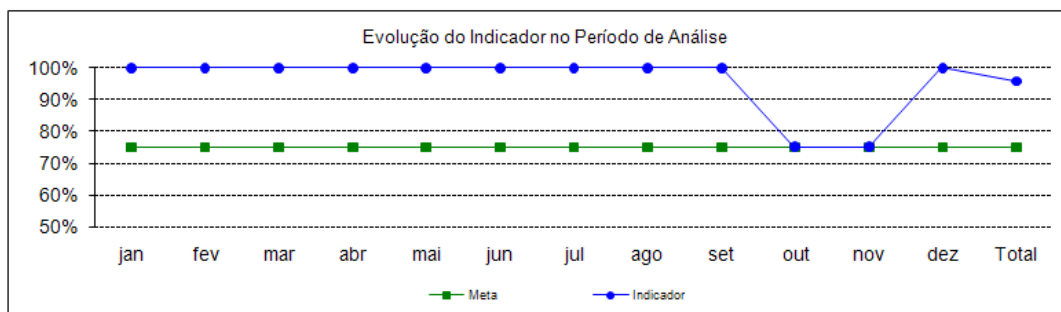


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos - SBQ
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Disponibilizar o resultado do Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC
Nome do Indicador	Índice de publicação do Boletim de Monitoramento do PMQC
Conceituação	Avalia a eficiência da Superintendência em publicar, no mês subsequente ao mês monitorado, o Boletim de Monitoramento do PMQC na internet.
Objetivo do indicador	Disponibilizar à sociedade e ao mercado de combustíveis / lubrificantes, no menor intervalo de tempo possível, o levantamento dos indicadores gerais de qualidade dos combustíveis comercializados no País e a identificação de focos de não-conformidade, além de orientar a atuação da área de fiscalização da ANP e conveniados.
Limitações	Os dados a serem utilizados na elaboração do Boletim de Monitoramento provêm das instituições contratadas para o PMQC, que são encaminhados à ANP até o dia 10 do mês subsequente ao mês monitorado.
Meta para o Período	75%
Fórmula do Indicador	Fator 4: publicação do Boletim até o dia 15 do mês Fator 3: publicação do Boletim até o dia 20 do mês Fator 2: publicação do Boletim até o dia 25 do mês Fator 1: publicação do Boletim até o dia 30 do mês Fórmula: ( número do fator / 4 ) x 100%

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Fator	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	4	46
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	75,0%	75,0%	100,0%	95,8%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

25.5.13. SBQ - ÍNDICE DE ANÁLISE DE REGISTROS DE ÓLEOS E GRAXAS LUBRIFICANTES

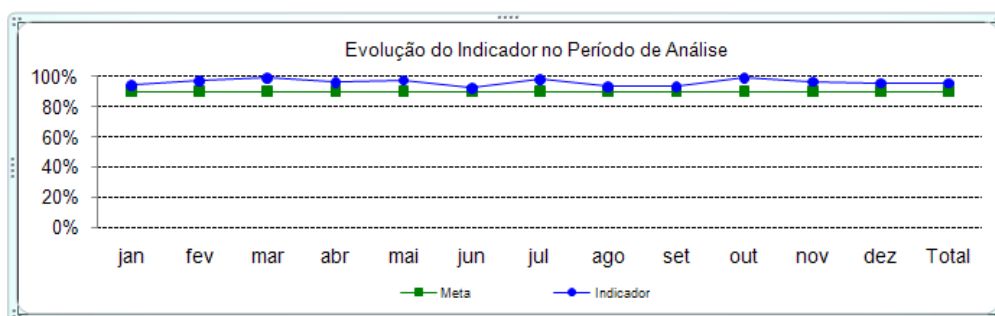


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos - SBQ
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processo
Foco	Avaliar a eficiência do procedimento de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país.
Nome do Indicador	Índice de análise de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos a serem comercializados no país.
Conceituação	Estima a relação entre o número de processos de solicitações de registros de óleos e graxas lubrificantes e aditivos para lubrificantes automotivos e a resposta de sua análise pela SBQ.
Objetivo do indicador	Apresentar a eficiência e produtividade da Superintendência na atividade de registro de produtos.
Limitações	Há o risco de haver entrada de grande número de processos no final do período, dificultando a análise dentro do período avaliado, podendo reduzir o indicador. Dessa forma, o período de medição de entrada dos processos será do dia 20 do mês anterior ao dia 19 do mês em referência, devendo o seu processamento (deferimento ou indeferimento) ocorrer até o último dia do mês em referência.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	$(\text{Número de pedidos de registros processados} / \text{Número de solicitações de registros protocolados}) \times 100\%$

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Processos analisados	372	378	378	391	342	383	197	549	286	164	199	268	3907
Processos protocolados	395	389	381	407	350	415	201	588	307	166	206	280	4085
Indicador	94,2%	97,2%	99,2%	96,1%	97,7%	92,3%	98,0%	93,4%	93,2%	98,8%	96,6%	95,7%	95,6%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

25.5.14. SBQ - ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE MANIFESTAÇÕES DO CRC

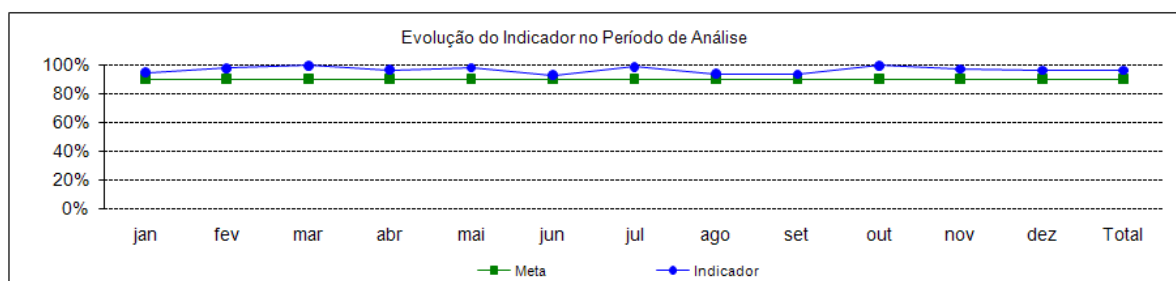


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos - SBQ
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Cidadãos e Sociedade
Foco	Monitorar o atendimento das manifestações ingressadas na SBQ por meio do CRC.
Nome do Indicador	Índice de atendimento de manifestações do CRC
Conceituação	Estima a relação entre o número de manifestações respondidas pelo número de manifestações ingressadas na Superintendência
Objetivo do indicador	Acompanhar a eficiência do atendimento mensal da SBQ às manifestações ingressadas por meio do CRC, visando atender o maior número possível de manifestações ingressadas em determinado mês.
Limitações	Há possibilidade de algumas manifestações ingressarem na SBQ, mas serem referentes às atividades de outras Superintendências. A Superintendência tem o prazo de 7 dias úteis para atender a manifestação. Dessa forma, o período de medição do ingresso de manifestações será do dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês em referência, devendo as respostas dessas manifestações ocorrer até o último dia do mês em referência.
Meta para o Período	70%
Fórmula do Indicador	$(\text{Número de manifestações respondidas} / \text{número de manifestações ingressadas}) \times 100\%$

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out*	nov	dez	Total
Meta	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
Manif. respondidas	36	44	43	25	33	17	30	24	13	-	29	29	323
Manif. Ingressadas	37	56	53	27	33	20	32	26	21	-	39	34	378
Indicador	97,3%	78,6%	81,1%	92,6%	100,0%	85,0%	93,8%	92,3%	61,9%		74,4%	85,3%	85,4%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

\* no mês de outubro, houve migração do sistema do CRC. Por conta disso, os interlocutores passaram por um período de treinamento e as manifestações não foram encaminhadas.

25.5.15. SCI – PARTICIPAÇÃO NOS PRINCIPAIS EVENTOS DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

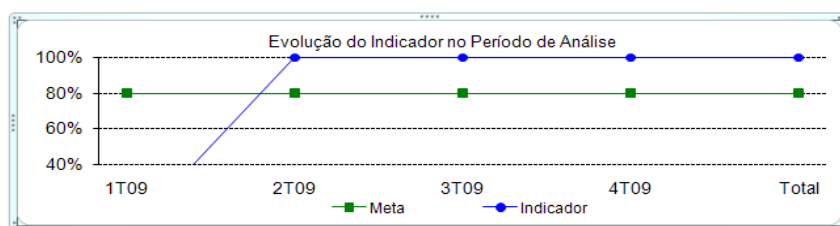


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional - SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a capacidade de comunicação institucional da ANP através da participação nos principais eventos da indústria regulada, prevenir potenciais conflitos por meio de ações de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com agentes econômicos do setor e demais órgãos públicos e manter comunicação efetiva com a sociedade.
Nome do Indicador	Participação nos principais eventos do petróleo, gás natural e biocombustíveis.
Conceituação	Avalia a capacidade de a ANP se fazer representar nos principais eventos de petróleo e gás natural com estande para atendimento a consultas e divulgação de informações. Os principais eventos são: 1. Internacionais: 1.1. Offshore Technology Conference (OTC), 1.2. World Petroleum Congress (WPC), 1.3. Rio Oil & Gas, 1.4. Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica (SBGF), 1.5. Rio Pipeline Conference & Exposition, 1.6. Niterói Fenashore e 1.7. Brazil Onshore; e 2. Nacionais: 2.1. Congresso Brasileiro de Energia e 2.2. Expo Postos e Conveniências Obs: O "SindTRR" foi excluído da relação dos principais eventos, pois não disponibiliza mais espaço para a montagem de estandes.
Objetivo do indicador	Medir a eficácia e promover o aperfeiçoamento das ações de comunicação institucional, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e no Plano de Alinhamento Estratégico aprovado na Reunião de Diretoria nº 407, de 17/10/2006.
Limitações	1. Verbas: limites de verbas destinadas às participações em eventos e ao transporte e às diárias de servidores afetam o desempenho neste indicador.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de eventos em que a ANP participou dividido pelo número de principais eventos elencados para o período considerado.

Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%
No de eventos em que a ANP participou		1	3	2	6
No de principais eventos no período		1	3	2	6
Indicador	#DIV/0!	100%	100%	100%	100,0%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

## 25.5.16. SCI – COMUNICAÇÃO COM A IMPRENSA

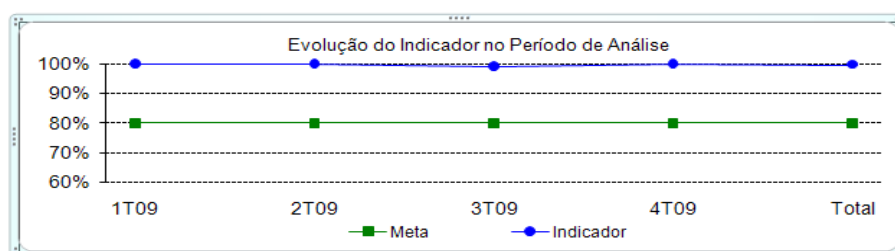


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional - SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a capacidade de comunicação institucional da ANP através da imprensa, prevenir potenciais conflitos por meio de ações de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com agentes do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, demais órgãos públicos e a sociedade e manter comunicação efetiva com a sociedade.
Nome do Indicador	Comunicação com a imprensa
Conceituação	Avalia a comunicação com órgãos de imprensa, em tempo hábil. Define-se como "tempo hábil" até 2 dias úteis depois do fato objeto da comunicação ou da solicitação, desde que a iniciativa ou a resposta esteja sob a total responsabilidade da SCI/AI. Foram selecionados como principais fatos objeto de comunicação à imprensa as Rodadas de Licitações, as audiências públicas sobre novas regulamentações e sobre as Rodadas, os fóruns regionais, a realização de estudos geológicos e geofísicos de bacias sedimentares e o balanço trimestral de ações de fiscalização e qualidade dos combustíveis.
Objetivo do indicador	Medir a eficácia e promover o aperfeiçoamento das ações de comunicação com a imprensa, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e no Plano de Alinhamento Estratégico aprovado na Reunião de Diretoria nº 407, de 17/10/2006.
Limitações	1. A comunicação com a imprensa depende, muitas vezes, de consultas a outras áreas da Agência. Assim, somente será considerado o tempo das ações enquanto elas estiverem sob a total responsabilidade da SCI/AI.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de ações de comunicação com órgãos de imprensa em tempo hábil dividido pelo número de manifestações recebidas e fatos objeto de comunicação.

## Evolução do Indicador

Trimestre	1T09	2T09	3T09	4T09	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%
Nº de ações de comunicação	458	356	386	298	1498
Nº de manifestações recebidas	458	356	390	298	1502
Indicador	100%	100%	99%	100%	100%



## Análise dos Resultados

## Pontos Críticos

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

## Observações



## 25.5.17. SCI – COMUNICAÇÃO COM PÚBLICOS INSTITUCIONAIS

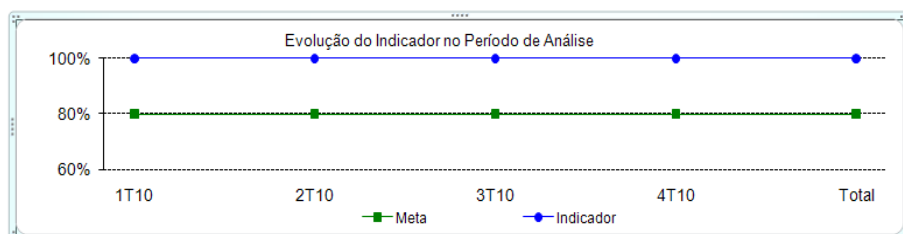


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional - SCI
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Cidadãos e sociedade
Foco	Aumentar a capacidade de comunicação institucional da ANP com seus públicos institucionais e prevenir potenciais conflitos por meio de ações de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com entidades representativas do setor privado e demais órgãos públicos.
Nome do Indicador	Comunicação com públicos institucionais
Conceituação	Avalia a comunicação com os públicos institucionais da ANP, em tempo hábil. Define-se como "tempo hábil" o prazo estipulado para a resposta a Requerimentos de Informação do Congresso Nacional ou, em geral, até 10 dias úteis depois da solicitação de outras instituições ou dos principais fatos objeto de comunicação externa, desde que a resposta ou a iniciativa esteja sob a total responsabilidade da SCI. Foram relacionados como os principais fatos objeto de comunicação institucional as Rodadas, as audiências públicas das Rodadas de Licitações, os fóruns regionais, as novas publicações, a realização de estudos geológicos e geofísicos de bacias sedimentares e os Boletins da Qualidade dos combustíveis.
Objetivo do indicador	Medir a eficácia e promover o aperfeiçoamento das ações de comunicação com públicos institucionais, tendo em vista as atribuições contidas no Decreto 2.455/98 e no Plano de Alinhamento Estratégico aprovado na Reunião de Diretoria nº 407, de 17/10/2006.
Limitações	A comunicação com públicos institucionais depende, muitas vezes, de consultas a outras unidades da Agência. Assim, somente será considerado o tempo das ações enquanto elas estiverem sob a total responsabilidade da SCI.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de ações de comunicação com públicos institucionais em tempo hábil dividido pelo número de manifestações recebidas e fatos objeto de comunicação.

## Evolução do Indicador

Trimestre	1T10	2T10	3T10	4T10	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%
Número de ações de comunicação em tempo hábil	3	3	3	3	12
Número de manifestações recebidas e fatos objeto de comunicação	3	3	3	3	12
Indicador	100%	100%	100%	100%	100,0%



## Análise dos Resultados

## Pontos Críticos

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

## Observações

O público institucional, dependendo dos assuntos, será selecionado dentre os membros do Congresso Nacional, Governadores de Estado, Assembléias Legislativas, Prefeituras, entre outros.

## 25.5.18. SCM - ÍNDICE DE PROCESSOS ANALISADOS PELA SCM

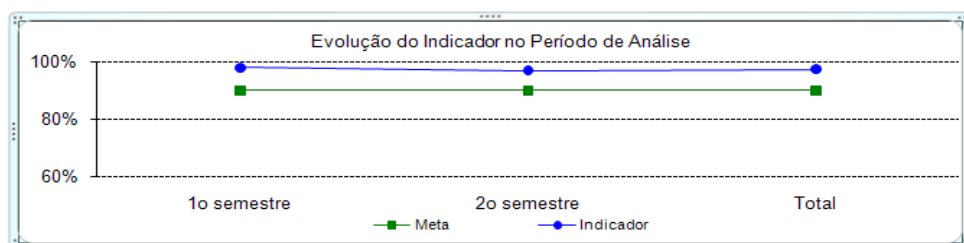


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus derivados e Gás Natural - SCM
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Produtividade
Foco	Aumentar a Eficácia de Análise de Processos de Autorização.
Nome do Indicador	Índice de Processos Analisados pela SCM
Conceituação	Estima o quantitativo de processos recebidos e analisados dentro do prazo preestabelecido nas Resoluções e Portarias ANP.
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia da Superintendência durante o processo de análise dos pedidos de autorização encaminhados à área, considerando o atendimento (por parte dos agentes) dos requisitos e dos prazos (por parte da SCM) estabelecidos nas Resoluções e Portarias ANP.
Limitações	Cabe destacar que o levantamento deste indicador deve considerar o prazo estipulado em cada Resolução/Portaria ANP, para cada processo de análise de processos de autorização. Ressalta-se, ainda, que a contagem deste tempo é paralisada no momento em que é finalizada a avaliação pelo corpo técnico da área e é enviado Ofício ao agente econômico constando as pendências existentes no seu processo (exemplo: (i) dados/informações necessários e não remetidos; (ii) documentos enviados e que são considerados incompletos e/ou inadequados). Logo, tendo por base essas limitações, não é possível realizar a mensuração deste indicador mensalmente, e sim semestralmente, conforme mencionado no item "Frequência de Medição".
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Número de processos analisados dentro do prazo estipulado pelas Resoluções e Portarias ANP no período dividido pelo número de Processos recebidos no período

## Evolução do Indicador

Mês	1o semestre	2o semestre	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	98,0%	97,0%	97,5%



## Análise dos Resultados

Tanto quanto 2009, o ano de 2010 caracterizou-se pela elevada demanda de processos de autorizações na área de gás natural, tendo sido plenamente cumprida a meta prevista tanto para o 1º semestre quanto para o 2º. Cabe ressaltar ao longo do ano, a SCM ficou sem dois especialistas responsáveis pela análise de processos de autorizações.

## Pontos Críticos

Quantitativo de servidores compatível com a demanda.

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Garantir o ingresso de servidores na área, de modo a equalizar a relação quantidade de processos e servidores envolvidos no processo.

## Observações

Para efeitos de mensuração deste indicador, serão considerados os pedidos ou documentações complementares recebidas entre o dia 01.01.10 e:

- (i) 30/09/2010, para a Portaria ANP n.º 170/98 (90 dias para análise);
- (ii) 31/10/2010, para as Portarias ANP n.º n.º 243/2000 e n.º 118/2000 (60 dias para análise);
- (iii) 31/11/2010, para a Portaria ANP n.º 170/2002 (30 dias para análise).

A definição destas datas limites são necessárias, considerando como fim do período de análise o dia 31/12/2010.



25.5.19. SCM – ÍNDICE DE RELATÓRIOS DE VISTORIA EM INSTALAÇÕES DE TRANSPORTE E TRANSFERÊNCIA EMITIDOS

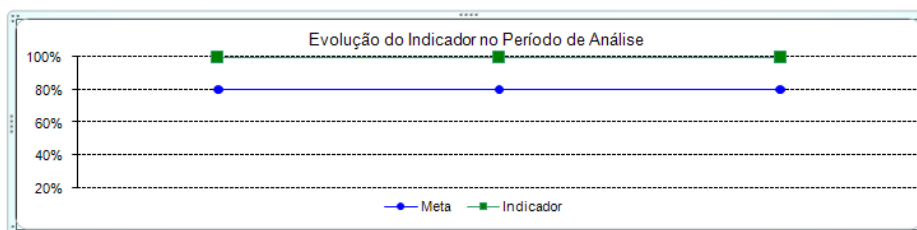


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus derivados e Gás Natural - SCM
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Processos
Foco	Segurança Operacional de Instalações de Transporte e Transferência de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis Autorizadas pela SCM.
Nome do Indicador	Índice de Relatórios de Vistoria em Instalações de Transporte e Transferência Emitidos
Conceituação	Estima o percentual de relatórios de vistoria emitidos em até 30 dias da data da vistoria, frente ao número de vistorias efetuadas.
Objetivo do indicador	Aferir a produtividade e eficiência do processo de vistoria de instalações quanto aos aspectos de segurança operacional, através da emissão de relatório de vistoria dentro do período estipulado.
Limitações	Entende-se como vistorias/inspeções técnicas a serem realizadas nas instalações de transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis aquelas que são realizadas para: (i) concessão de autorização de operação; (ii) verificação de aspectos relacionados com a segurança operacional (de cunho preventivo); (iii) fiscalização de incidentes. Neste caso, as ações que são passíveis de planejamento são aquelas identificadas nos itens (i) e (ii), sendo estas, portanto, as ações objeto do acompanhamento deste indicador. Cabe ressaltar, ainda, que este indicador não afere a quantidade de vistorias que serão efetuadas no período e sim, tão somente, a quantidade de relatórios emitidos em função das vistorias/inspeções realizadas.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de Relatórios de Vistoria Emitidos no Período de 30 dias a partir da data da Vistoria dividido pelo Número de Vistorias Realizadas.

Evolução do Indicador

Semestre	1o semestre	2o semestre	Total
Meta	80,0%	80,0%	80,0%
Relatórios de Vistoria Emitidos < 30 dias	21	22	43
Vistorias Realizadas	21	22	43
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%



Análise dos Resultados

Diante dos dados apresentados, não houve qualquer ponto crítico para efetuar a tarefa objeto deste indicador, tendo sido emitidos todos os relatórios no período esperado.

Pontos Críticos

Não Há

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Não Há

Observações

Os relatórios a serem contabilizados para aferição deste indicador estarão referenciados as vistorias/inspeções realizadas entre 01/01/2010 e 31/12/2010. Apesar da necessidade de que haja ao menos 30 dias, a SCM conseguiu emitir o último relatório de vistoria realizado no dia 17/12/2010 em 24/12/2010, o que permitiu considerar o fim do período de análise o dia 31/12/2010. Cabe ressaltar que há casos de em uma mesma instalação ter dois tipos de vistoria uma cumprimento de requisitos para outorga de Autorização de Operação para um tanque em caso de ampliação e outra para Termo de Compromisso (Transpetro e Petrobras).

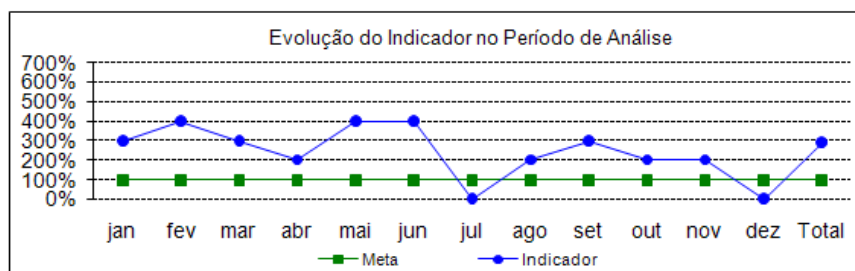


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SDB
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Busca acompanhar o projetos em andamento licitados pela Superintendência.
Nome do Indicador	Fiscalização de projetos
Conceituação	Busca acompanhar o projetos em andamento licitados pela Superintendência.
Objetivo do indicador	Fiscalizar os projetos licitados pela Superintendência.
Limitações	Não há
Meta para o Período	Uma fiscalização por mês
Fórmula do Indicador	Número de fiscalizações realizadas no mês dividido pela meta definida para fiscalizações

## Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
Indicador	3,0	4,0	3,0	2,0	4,0	4,0	0,0	2,0	3,0	2,0	2,0	0,0	290%



## Análise dos Resultados

A SDB cumpriu com o objetivo proposto de fiscalizar os contratos sob sua responsabilidade, sendo realizadas no ano de 2010, 29 fiscalizações de campo.

## Pontos Críticos

Como pontos críticos para a realização das fiscalizações podemos mencionar falta de capacitação dos servidores que realizam as fiscalizações, a carência de funcionários e falta de regulamentação em relação ao regime de trabalho dos servidores que realizam fiscalização.

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Para corrigir os pontos críticos seria necessário a contratação de novos servidores, realização de cursos sobre fiscalização e orientação do SRH sobre o regime de trabalho dos servidores que realizam fiscalização.

## Observações

Para o mês de julho o indicador sinaliza que não foram realizadas fiscalizações, todavia fiscalizações que se iniciaram no final de junho se estenderam ao mês de julho. No mês de dezembro não foi realizadas fiscalizações em função da falta de funcionários disponíveis.

25.5.21. SDP – CONTROLE DOS BOLETINS MENSAIS DE PRODUÇÃO (BMP)

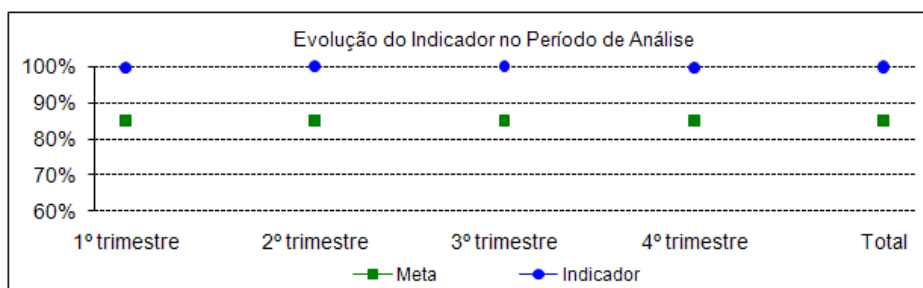


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro
Frequência de Medição	Trimestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Aumentar o controle da produção de hidrocarbonetos
Nome do Indicador	Controle dos Boletins Mensais de Produção (BMP)
Conceituação	O BMP é um documento que apresenta a produção mensal realizada de hidrocarbonetos
Objetivo do indicador	Aferir a eficácia da SDP no acompanhamento e controle de produção
Limitações	Carga fora do prazo; Produção em TLD e Planos de Avaliação
Meta para o Período	85%
Fórmula do Indicador	Número de BMP's analisados em um mês dividido pelo número de BMP's recebidos

Evolução do Indicador

Trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Meta	85%	85%	85%	85%	85,0%
Indicador	99,8%	100,0%	100,0%	99,8%	99,9%



Análise dos Resultados

Atualmente esta atividade está totalmente incorporada na rotina dos servidores da SDP, que tem realizado as análises em sua totalidade.

Pontos Críticos

O ponto crítico continua sendo a carga dos dados pelo concessionário fora do prazo previsto, o que pode acarretar a falta de análise por exemplo de meses anteriores.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

A implantação no SIGEP de um sistema de validação de carga dos BMP's fora de um prazo estipulado, findo o qual não será possível sua aceitação.

Observações

A apresentação dos BMP's tem previsão expressa nos contratos de concessão

25.5.22. SDP – AÇÕES DIRETAS DE FISCALIZAÇÃO DA EQUIPE DA SDP

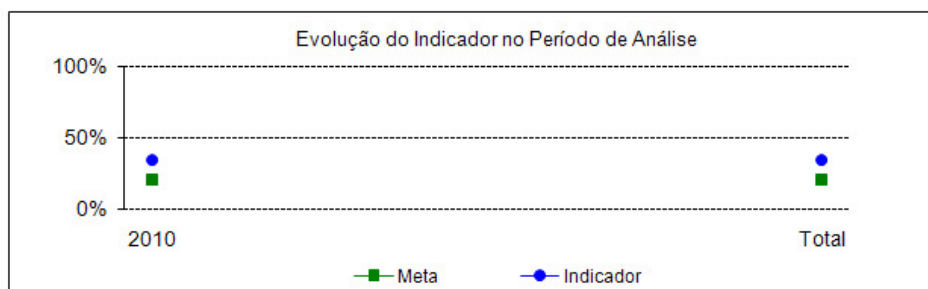


**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a dezembro
Frequência de Medição	anual
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Aumentar a atuação da fiscalização nas instalações em fase de produção de hidrocarbonetos
Nome do Indicador	Ações diretas de fiscalização da equipe da SDP
Conceituação	Controle efetivo da produção de hidrocarbonetos no país
Objetivo do indicador	Verificação das condições de operação das instalações quanto aos padrões legais
Limitações	Rotina de atividades internas dos servidores, dependência da logística dos concessionários, distância entre as instalações marítimas
Meta para o Período	20%
Fórmula do Indicador	Número de instalações em fase de produção inspecionadas anualmente dividido pelo número de campos em fase de produção naquele ano.

**Evolução do Indicador**

Ano	2010	Total
Meta	20,0%	20,0%
Indicador	34,1%	34,1%



**Análise dos Resultados**

Houve um maior planejamento de ações de fiscalização com frequência mensal, melhorando o desempenho em relação ao ano anterior. Foram fiscalizadas 127 instalações (campos e UEP) em um universo de 372 concessões que se encontravam na fase de produção no início de 2010.

**Pontos Críticos**

1) Rotina de atividades internas dos servidores; 2) Dependência da logística dos concessionários; 3) distâncias entre instalações marítimas.

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

Melhorar planejamento das atividades; autonomia financeira para realização de fiscalizações.

**Observações**

A Portaria nº 160 de 2004 no art. 27, V, define a atividade de fiscalização como atribuição da SDP.

## 25.5.23. SDP – ANÁLISE DO BOLETIM ANUAL DE RESERVAS (BAR)

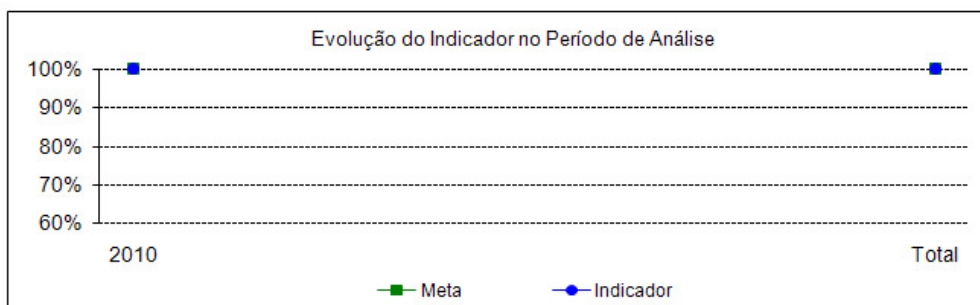


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Responsável	
Período de Análise	janeiro a dezembro
Frequência de Medição	anual
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficácia
Foco	Controle mais eficaz das reservas de hidrocarbonetos
Nome do Indicador	Análise dos Boletins Anuais de Reservas (BAR)
Conceituação	Estima a eficácia na análise, através da quantidade de BAR analisados dentro do prazo de 30 dias
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução das reservas de hidrocarbonetos considerando as novas descobertas, as reavaliações e a produção acumulada.
Limitações	O concessionário deverá carregar as informações corretamente no sistema dentro do prazo.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Número de boletins analisados dentro do prazo, dividido pelo número de boletins recebidos

## Evolução do Indicador

Ano	2010	Total
Meta	100%	100,0%
Indicador	100%	100,0%



## Análise dos Resultados

Como ocorre anualmente o resultado atingido, conforme a meta estabelecida, deve-se a um esforço concentrado de análise do BAR pelo corpo técnico da SDP, tendo em vista a necessidade de publicar anualmente a evolução das reservas nacionais de hidrocarbonetos. Foram analisados entre janeiro e fevereiro de 2010 os Boletins Anuais de Reservas dos 363 campos que carregaram seus dados no SIGEP.

## Pontos Críticos

1) prazo para análise e publicação (30 dias) 2) carga adequada e dentro do prazo pelos concessionários

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

O prazo tem previsão legal, só pode ser mudado se houver revisão da Portaria, já o carregamento dos dados no SIGEP pelos concessionários prossegue em contínuo aperfeiçoamento.

## Observações

A Portaria nº 009/2000 estabelece os prazos para entrega dos BAR's e posterior divulgação sobre as reservas de hidrocarbonetos realizada pela ANP.



25.5.24. SDP - ANÁLISE DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO (PD)  
DOS CAMPOS PRODUTORES

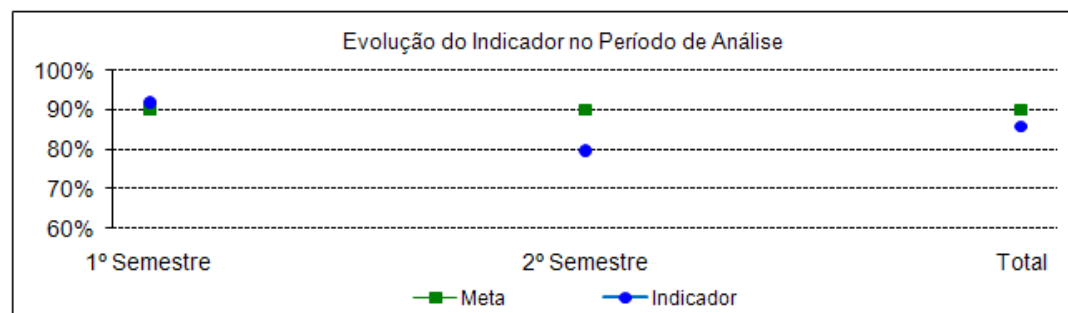


**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO**

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Desenvolvimento e Produção - SDP
Período de Análise	Janeiro a dezembro
Frequência de Medição	Semestral
Critério	Processos
Tipo de Indicador	Eficiência
Foco	Eficiência nas análises dos Planos de Desenvolvimento
Nome do Indicador	Análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos produtores
Conceituação	O PD é o documento que contém as informações técnicas necessárias para a verificação das condições de desenvolvimento de um campo produtor.
Objetivo do indicador	Garantir o desenvolvimento do campo de acordo com as melhores práticas da indústria do petróleo.
Limitações	Devido a complexidade da atividade desenvolvida, um eventual envio de PD's para um técnico em um mesmo intervalo de tempo, comprometeria o indicador.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Percentual de PD's analisados dentro de um certo prazo multiplicado pelo valor do indicador referente aquele prazo.

**Evolução do Indicador**

Semestre	1º Semestre	2º Semestre	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	92,2%	79,5%	85,9%



**Análise dos Resultados**

Em 2010 foram analisados 26 Planos de Desenvolvimento e 2 Planos de Reabilitação de Jazidas, que tem o mesmo procedimento do PD, só que para campos marginais, totalizando 28 documentos técnicos analisados, sendo que 8 Planos de Desenvolvimento foram reprovados e o restante aprovados. No 1º semestre de 2010 foram analisados 4 PD's em menos de 4 meses, outros 3 PD's com análise entre 4 e 5 meses e 2 PD's entre 5 e 6 meses. No 2º semestre 6 PD's foram analisados em menos de 4 meses, 3 PD's foram analisados entre 4 e 5 meses, 8 PD's foram analisados entre 5 e 6 meses. Outros 2 PD's embora tenham sido analisados dentro do prazo de 6 meses, somente foram aprovados pela Diretoria Colegiada alguns dias após este prazo.

**Pontos Críticos**

1) Data da entrada do PD; 2) Solicitações oriundas das análises e demora na resposta; 3) Tramitação para aprovação pela Diretoria colegiada, 4) definição do marco temporal para contagem do prazo

**Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos**

Fazer um maior controle no fluxo dos processos para permitir um melhor acompanhamento dos prazos. Acreditamos que este indicador ainda precisa ser aprimorado.

**Observações**

A lei 9478/97, art. 26, §2º, estabelece o prazo de 180 dias para análise dos Planos de Desenvolvimento, porém propomos para medir a eficiência prazos menores, onde 4 meses ou menos correspondem a 100% de eficiência, de 4 a 5 meses correspondem a 90% de eficiência, de 5 a 6 meses correspondem a 80% de eficiência e mais de 6 meses 0% de eficiência.

25.5.25. SDT - ÍNDICE DE DADOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS NO BDEP  
- iBDEP

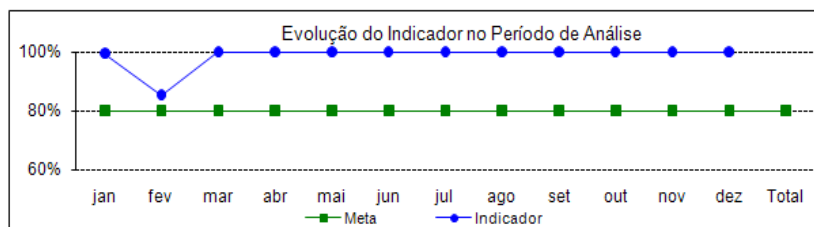


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos - SDT
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumento constante do volume de dados técnicos públicos e privados de E&P
Nome do Indicador	Índice de Dados Públicos Disponíveis no BDEP - iBDEP
Conceituação	Estima a relação entre os dados públicos de Exploração e Produção (E&P) disponíveis no BDEP para os agentes internos e externos à ANP que efetivamente estão avaliados e armazenados, e a totalidade dos dados públicos de E&P recebidos pelo BDEP.
Objetivo do indicador	Avaliar a eficiência do processo de organização e manutenção do acervo de dados técnicos relativos às atividades reguladas de E&P, conforme prevê a Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997)
Limitações	A medição fica restrita aos dados técnicos recebidos pelo BDEP.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	$iBdep = \frac{\text{Espaço de memória em bytes ocupado pelos dados públicos de E\&P disponíveis no BDEP}}{\text{Espaço de memória em bytes ocupado pela totalidade de dados públicos de E\&P recebidos pelo BDEP}}$

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
Indicador	99,1%	99,4%	85,3%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



Análise dos Resultados

A grande quantidade de dados sísmicos, que compõem o índice, que se tornaram públicos a partir de abril levou a superação da meta

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

25.5.26. SDT - TEMPO DE RESPOSTA À SOLICITAÇÃO DE DADOS.  
IADM = ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

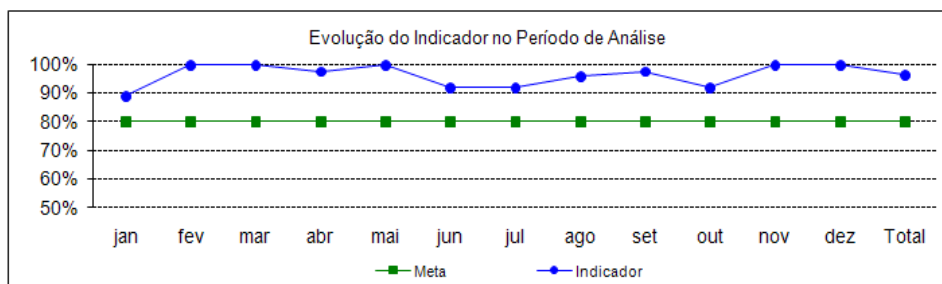


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos - SDT
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos de solicitação de dados
Foco	Aumento da eficiência no atendimento à solicitação de dados
Nome do Indicador	Tempo de resposta à solicitação de dados. iADM = índice de Eficiência Administrativa.
Conceituação	Acompanhar o tempo gasto entre a entrada da solicitação de dados na ANP-SDT e a resposta final.
Objetivo do indicador	Medir o tempo gasto entre a entrada de solicitação de dados na SDT e o envio da primeira resposta.
Limitações	Os vários trâmites internos da solicitação, com o pedido indo para o BDEP e voltando; as solicitações de informações adicionais à empresa.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	$iADM = (n^{\circ} \text{ de solicitações atendidas no período de 20 dias} / n^{\circ} \text{ de solicitações recebidas no mês}) * 100$

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%	80%
Indicador	88,9%	100,0%	100,0%	97,6%	100,0%	92,0%	92,0%	95,8%	97,6%	92,1%	100,0%	100,0%	96,3%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações



25.5.27. SEP – iPOÇOS - ÍNDICE DAS ATIVIDADES DE PERFURAÇÃO DE POÇOS MONITORADOS PELA SEP

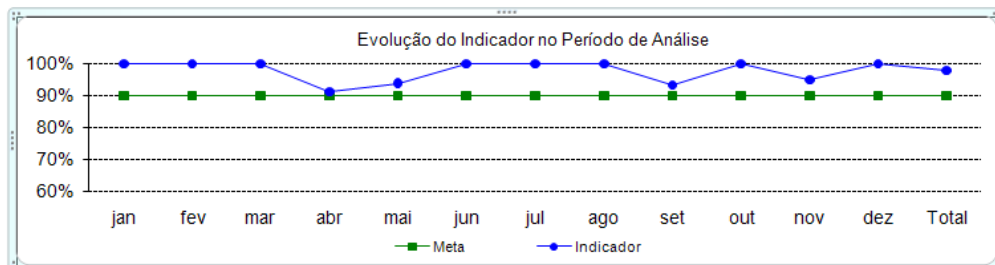


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SEP - Superintendência de Exploração
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Medir a eficácia no monitoramento e gestão das atividades de perfuração de poços através da carga das informações das Comunicações de Início de Perfuração de Poço (CIPP) no SIGEP.
Nome do Indicador	iPoços - Índice das Atividades de Perfuração de Poços Monitoradas pela SEP
Conceituação	Afere a eficiência de análise e carga das informações referentes as atividades de perfuração de poços no SIGEP, dos documentos enviados pelos Concessionários a SEP.
Objetivo do indicador	Verificar o cumprimento das atividades de perfuração de poços previstas no contrato de concessão de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.
Limitações	Não conformidades nos documentos recebidos.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	1-Número de Notificações de Codificação de Poço (NCDP) enviadas ao Concessionário dentro do prazo de 7 dias / total de CIPP's recebidas.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%	91,2%	93,8%	100,0%	100,0%	100,0%	93,3%	100,0%	95,0%	100,0%	97,9%



Análise dos Resultados

O cadastro de poços no sistema vem funcionando de forma eficiente, como pode ser visto pelos índices. A comunicação de início de perfuração (CIPP) é recebida por correio eletrônico, normalmente remetido diretamente a partir da sonda, e diariamente a caixa de entrada é checada na ANP, para o poço ser cadastrado. Deste modo, é difícil que haja casos que ultrapassem o prazo regulamentar.

Pontos Críticos

Envio de CIPP's com dados errados pelo operador é a principal fonte de problemas. Mesmo nesses casos normalmente a situação é resolvida dentro dos 7 dias regulamentares de prazo, esclarecendo-se os dados corretos e cadastrando-se o poço no sistema SIGEP.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Não há

Observações

## 25.5.28. SEP - iPad - ÍNDICE DOS PLANOS DE AVALIAÇÃO DE DESCOBERTA

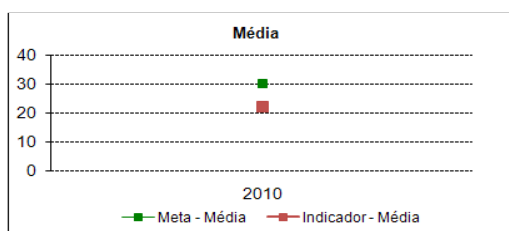


### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Exploração - SEP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Medir a eficiência de análise dos Planos de Avaliação de Descoberta (PA) através de pareceres técnicos.
Nome do Indicador	iPAD - Índice dos Planos de Avaliação de Descoberta Avaliados na SEP
Conceituação	Afere a eficiência de análise dos Planos de Avaliação de Descoberta através de pareceres técnicos dentro dos prazos estabelecidos pelo Contrato de Concessão de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.
Objetivo do indicador	Verificar a eficiência da Superintendência no cumprimento de sua atribuição.
Limitações	PA's com não conformidades.
Meta para o Período	Média (M) menor ou igual a 30 dias e desvio-padrão (D) menor que $(45 - M)/1,28$ , ou seja, segundo a fórmula do desvio-padrão, 90% dos PA's devem ser analisados em até 45 dias.
Fórmula do Indicador	A fórmula é descrita segundo os passos a seguir: 1- O tempo a ser considerando ( $t_i$ ) é aquele decorrido entre a data de protocolo da versão aceita da proposta do PA e a data da assinatura do Parecer Técnico que o analisa, medido em dias inteiros. 2- Desconsideram-se os 10% de Planos de Avaliação com maior tempo de análise, tendo em vista possibilidade de problemas diversos. 3- Calcula-se a média (M) de acordo com a fórmula $M = \sum t_i / NPA$ e o desvio padrão (D) de acordo com a fórmula $[\sum (t_i - M)^2 / (NPA - 1)]^{1/2}$ , onde NPA é o número de PA's analisados no período, e comparam-se os valores calculados com as metas.

#### Evolução do Indicador

Ano	2010
Meta - Média	30,0
Indicador - Média	22,0
Meta - desvio-padrão	18,0
Indicador - desvio-padrão	22,6



#### Análise dos Resultados

Percebe-se que a média está dentro da meta. No entanto, o desvio-padrão está mais alto que a meta, o que indica que, apesar de a média estar dentro do desejável, há alguns pontos razoavelmente afastados dela, tanto a mais quanto a menos. Considera-se que tal ocorrência está dentro da normalidade, visto que há PA's com maior complexidade que os outros, o que demanda maior tempo de análise.

#### Pontos Críticos

Os pontos críticos estão na própria rotina de trabalho da SEP, e na análise geológica relativa ao PA. Quanto ao primeiro aspecto, como cada técnico responsável pela análise possui outras atribuições dentro da Superintendência, em determinados momentos precisa priorizar tarefas mais urgentes. Ressalta-se, no entanto, que apesar de o desvio-padrão não ter atingido a meta, dos 17 PA's submetidos, apenas em 1 (5,9%) a emissão do Parecer Técnico ultrapassou o prazo contratual de 60 dias, que poderia ser um índice de eficiência. Além disso, citado como no item anterior, PA's com tempo de análise muito inferior a média também ajudam a puxar o desvio-padrão para cima, prejudicando o atingimento da meta. Quanto ao outro aspecto, os PA's mais complexos, ou os mais significativos do ponto de vista de importância exploratória, requerem maiores análises, incluindo aí o auxílio de programas computacionais nas estações de trabalho. Deste modo, naturalmente sua análise toma um tempo maior que o desejado. Por fim, a fórmula elaborada para a meta do desvio-padrão considera a distribuição normal dos tempos de análise. No entanto, na prática, isso não se verifica. Analisando-se diretamente os dados, sem usar a fórmula, 82,3% dos PA's foram analisados dentro de 45 dias, quando a meta, a partir da qual a fórmula foi elaborada, era de 90%.

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Considera-se que não há necessidade de correção destes pontos críticos, pois são inerentes à regulação da atividade exploratória. Talvez deva-se ajustar as fórmulas de apuração da meta para os próximos anos, visto que, como informado acima, a distribuição dos tempos de análise dos PA's foge da distribuição normal, que baseou a obtenção da fórmula do desvio-padrão.

#### Observações

Considera-se que não há sentido em realizar a apuração deste índice mensalmente, visto que a quantidade de amostras para qualquer análise estatística seria muito pequena, invalidando qualquer análise deste tipo. Deste modo, fez-se apenas a apuração anual, período em que o número de PA's submetidos para análise já é mais considerável. No caso, foram 17 PA's.

## 25.5.29. SFA - ÍNDICE DE CONTROLE E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

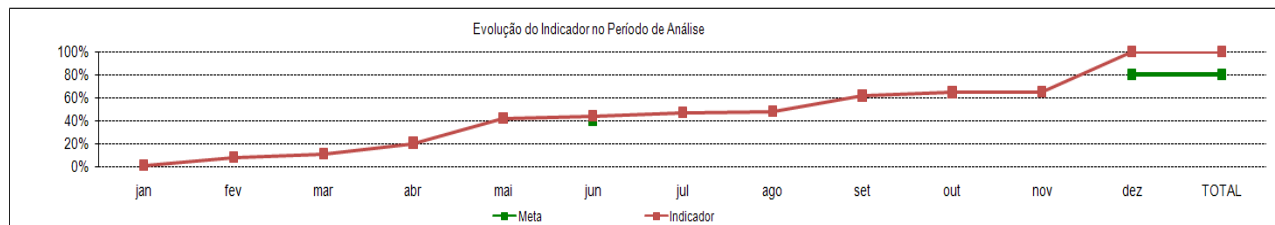


### FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa - SFA
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2010
Critério	Processos
Frequência de Medição	Semestral
Foco	Estabelecer os procedimentos necessários relativo ao controle, análise e acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Orçamento Geral da União, destinado à ANP. Cumprindo rigorosamente a legislação vigente, através dos instrumentos de execução orçamentária (LOA; DECRETO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA; INSTRUÇÕES NORMATIVAS; CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO), dando maior agilidade ao processo logístico que envolve as diversas áreas da Agência.
Nome do Indicador	Índice de controle e utilização dos recursos orçamentários.
Conceituação	Efetuar a sistematização da execução do orçamento da Agência, com o intuito de possibilitar o seu acompanhamento pela Diretoria Colegiada sobre as execuções do orçamento e situação financeira da Agência, bem como atender de forma eficaz toda a estrutura organizacional da ANP, realizar e controlar contratos e convênios.
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia em gerir os recursos orçamentários atendendo as várias demandas: projeto e desenvolvimento, obtenção, armazenamento, transporte, distribuição, reparação, manutenção e evacuação de material (para fins operativos ou administrativos); recrutamento, incorporação, instrução, transporte, bem-estar, evacuação, e aquisição ou construção, reparação, manutenção e operação de instalações e acessórios, contrato ou prestação de serviços, objetivando que seja empregado de forma útil no decorrer do exercício, e na sua totalidade, para que não haja sobras de caixa, e que venha ocasionar em contingenciamento para o próximo período financeiro.
Limitações	Devido a não liberação do limite orçamentário, recursos financeiros em sua totalidade e também alguns contingenciamentos, o apoio logístico a toda estrutura organizacional da ANP, tem uma queda significativa nos meses de JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO, onde procura-se priorizar as atividades essenciais de funcionamento e finalísticas da Agência.
Meta para o Período	80% para o exercício, sendo 40% do valor anual empenhado no primeiro semestre e 40% no segundo semestre
Fórmula do Indicador	Valor total dos empenhos emitidos até o final do exercício financeiro, dividido pelo Limite Orçamentário recebido pelo Ministério de Minas e Energia aprovado para a Agência.

#### Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Meta						40%						80%	80%
Empenhos Emitidos	3714096	19785442	7479125	28133958	61647481	5295459	9491898	2576735	38264407	8543312	1678174	99096935	R\$ 285.707.021,64
Limite Autorizado	285875613	285875613	285875613	285875613	285875613	285875613	285875613	285875613	285875613	285875613	285875613	285875613	R\$ 285.875.612,98
Indicador	1%	8%	11%	21%	42%	44%	47%	48%	62%	65%	65%	100%	99,94%



#### Análise dos Resultados

#### Pontos Críticos

#### Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observação-Frequência de Medição com informação mensal e apuração semestral

## 25.5.30. SFI - ÍNDICE DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

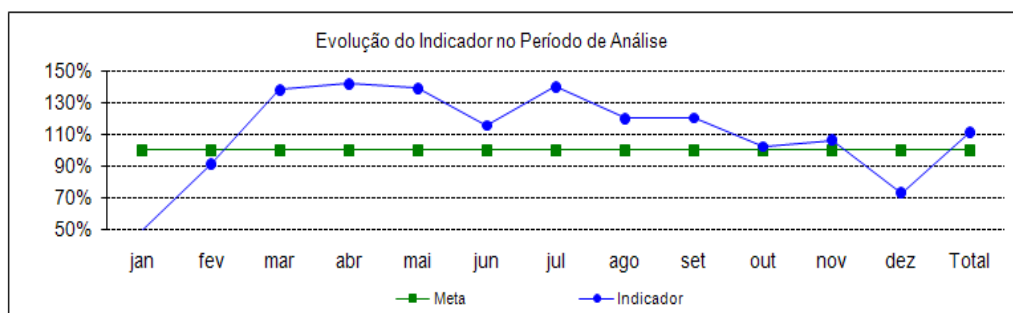


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	
Foco	Ações de Fiscalização
Nome do Indicador	Índice de ações de fiscalização
Conceituação	Estima o percentual de atendimento da meta estipulada para o número de ações de fiscalização
Objetivo do indicador	Realizar o maior número de ações de fiscalização, com o objetivo de dar maior visibilidade da ANP para a sociedade
Limitações	Possíveis restrições orçamentárias e de infra-estrutura
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Ações de Fiscalização dividido pela Meta de Ações

## Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta de Ações	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	2083	25000
Ações de Fiscalização	1026	1903	2875	2961	2896	2409	2914	2501	2508	2127	2218	1519	27857
Meta	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Indicador	49,2%	91,3%	138,0%	142,1%	139,0%	115,6%	139,9%	120,0%	120,4%	102,1%	106,5%	72,9%	111,4%



## Análise dos Resultados

## Pontos Críticos

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

## Observações

25.5.31. SFI - ÍNDICE DO JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM 1ª INSTÂNCIA

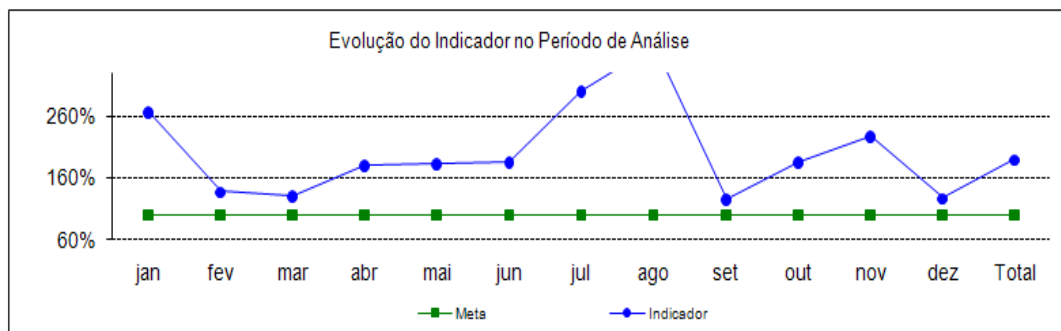


HAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	
Foco	Julgamento dos processos administrativos em 1ª instância
Nome do Indicador	Índice do Julgamento de Processos Administrativos em 1ª instância
Conceituação	Julgar o mesmo quantitativo de processos administrativos que são instaurados pelos autos de infração
Objetivo do indicador	Manter o fluxo de processos administrativos controlado, sem a formação de estoque de processos a serem julgados em 1ª instância
Limitações	Quantidade de processos instaurados e de julgadores destes processos
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Decisões dividido por Novos Processos

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Novos Processos	150	359	399	348	557	611	369	318	665	472	305	383	4936
Processos Julgados	398	492	518	628	1020	1127	1108	1189	831	872	690	486	9359
Meta	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Indicador	265,3%	137,0%	129,8%	180,5%	183,1%	184,5%	300,3%	373,9%	125,0%	184,7%	226,2%	126,9%	189,6%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

## 25.5.32. SPG - ÍNDICE DE CÁLCULO E DISTRIBUIÇÃO DE ROYALTIES

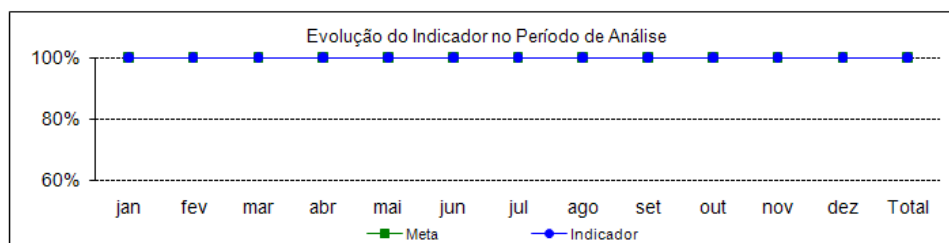


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Controle das Participações Governamentais - SPG
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Processos
Foco	Efetuar todos os cálculos e as distribuições de Royalties visando a otimização no menor prazo possível.
Nome do Indicador	Índice de Cálculo e Distribuição de Royalties
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento aos prazos internos para cálculo e distribuição de Royalties.
Objetivo do indicador	Verificar a agilidade quanto à apuração, análise e distribuição dos valores dos royalties.
Limitações	Dependência de informações externas e de impedimentos processuais (liminares) e outros de ordem operacional relacionados ao desenvolvimento de um sistema, para cálculo dos royalties, e sua manutenção.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Indicador = $100 - (Am + Ae)$ se $dm + de > 38$ , então $Am + Ae = (dm + de) - 38$ ; se $dm + de \leq 38$ , então $Am + Ae = 0$ . Onde: Am = dias de atraso na distribuição aos municípios; Ae = dias de atraso na distribuição aos estados; dm = dia de distribuição aos municípios (24º dia do mês); de = dia de distribuição aos estados (14º dia do mês).

## Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Indicador	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%



## Análise dos Resultados

Janeiro/10: dm= 25/01/2010 e de= 14/01/2010. Fevereiro/10: dm= 22/02/2010 e de= 11/02/2010. Março/10: dm= 19/03/2010 e de= 11/03/2010. Abril/10 dm= 20/04/2010 e de= 13/04/2010. Maio/10 dm= 21/05/2010 e de= 13/05/2010. Junho/10 dm= 25/06/2010 e de= 11/06/2010. Julho/10. dm= 20/07/2010 e de= 12/07/2010. dm= 20/08/2010 e de= 12/08/2010. dm= 21/09/2010 e de= 13/09/2010. dm= 21/10/2010 e de= 13/10/2010. dm= 22/11/2010 e de= 11/11/2010. dm= 10/12/2010 e de= 17/12/2010.

## Pontos Críticos

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

## Observações

Considera-se como DIA DE DISTRIBUIÇÃO, para efeito do cálculo deste indicador, a data do envio do arquivo DAF603C ao Banco do Brasil.



## 25.5.33. SPP – EMISSÃO DE RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES MENSAIS

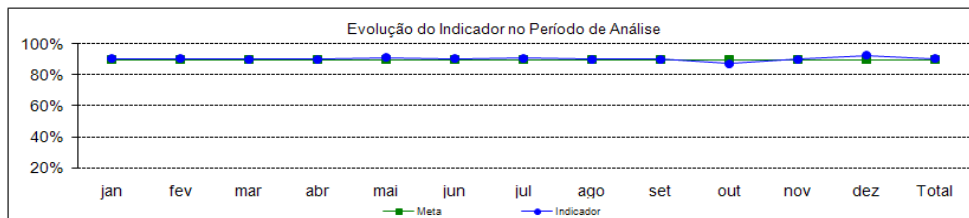


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional	Superintendência de Planejamento e Pesquisa - SPP
Responsável	Janeiro a dezembro de 2010
Período de Análise	mensal
Frequência de Medição	Informação e Conhecimento
Critério	Emissão dos relatórios e informações de frequência mensal, pela SPP, dentro dos prazos estipulados neste indicador.
Foco	Eficiência
Tipo de Indicador	Emissão de Relatórios e Informações Mensais
Nome do Indicador	Mensura a eficácia no atendimento aos prazos internos para divulgação dos seguintes relatórios ou informações: ( i ) Boletim Eletrônico; ( ii ) Boletim Internacional (iii) Dados Estatísticos Mensais; (iv) Boletim de Biocombustíveis.
Conceituação	Verificar a eficiência e regularidade no que se refere à análise dos dados e emissão dos relatórios e informações pela SPP nos prazos definidos neste indicador.
Objetivo do indicador	Todos os relatórios acima mencionados dependem de informações externas à SPP (tanto de outras unidades organizacionais da ANP, quanto órgãos externos) e, portanto, para que tais relatórios sejam emitidos nos prazos definidos neste indicador é de suma importância que as informações estejam disponibilizadas para a Superintendência de forma integral, sem erros e no prazo correto.
Limitações	90%
Meta para o Período	Indicador = Média ( $I_i$ ), onde $i = a, b, c, d$ $a = 90 + x/100 - y/100$ , a = Boletim Eletrônico $b = 90 + x/100 - y/100$ , b = Boletim Internacional $c = 90 + x/100 - y/100$ , c = Dados Estatísticos Mensais $d = 90 + x/100 - y/100$ , d = Boletim de Biocombustíveis Onde: x = dias úteis que antecederam a data prevista de emissão do documento; e y = dias úteis que ultrapassaram a data prevista de emissão do documento.

## Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Indicador Boletim Eletrônico	92%	92%	88%	91%	95%	92%	93%	90%	90%	79%	90%	92%	90%
Indicador Boletim Internacional	90%	90%	90%	90%	90%	90%	91%	90%	90%	90%	89%	94%	90%
Indicador Dados Estatísticos	90%	91%	92%	90%	91%	90%	90%	90%	90%	90%	92%	90%	91%
Indicador Boletim de Biocombustíveis	91%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	95%	91%
Indicador	91%	91%	90%	90%	92%	90,5%	91,0%	90,0%	90,0%	87,3%	90,3%	92,8%	90,4%



## Análise dos Resultados

## Pontos Críticos

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

O Boletim do Gás foi excluído do cálculo do indicador, já que a SCM se tornou responsável por sua edição, a partir de 2009.

## Observações

Nome do Relatório	Frequência	Prazo	Meio de Divulgação
Boletim Eletrônico	mensal	até o dia 20	email
Boletim Internacional	mensal	até o fim do mês	email
Boletim de Biocombustíveis	mensal	até o fim do mês	email
Dados Estatísticos	mensal	até o dia 10	site da ANP

Para efeitos deste Indicador, os relatórios ou informações serão considerados como "EMITIDOS" quando os mesmos estiverem disponibilizados para o seu público alvo através do meio de divulgação constante da tabela acima.

Os dias adiados e atrasados serão calculados a partir do número de dias úteis.

**Os dados e informações referentes aos Dados Estatísticos, possuem as seguintes características:**

Os dados de vendas têm por base a Resolução 17/2004

Os dados de produção de petróleo e gás natural tem por base o Decreto Federal 2.705 de 1998 que obriga as produtoras a informarem os dados até o dia 15 do mês subsequente.

Os dados de processamento de petróleo e gás natural e produção de derivados têm por base a Resolução 17/2004.

As informações de importações e exportações de petróleo, derivados e gás natural têm como fonte a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Os dados estão disponíveis no site por volta do dia 15 do mês subsequente.

25.5.34. SPP - EMISSÃO DO INFORME CONJUNTURA & INFORMAÇÃO

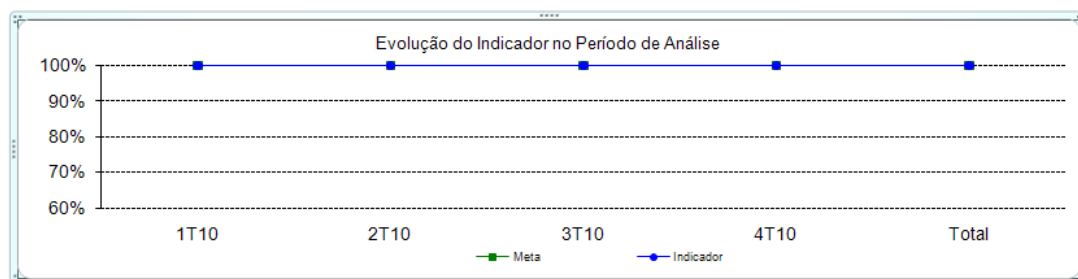


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Planejamento e Pesquisa - SPP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	trimestral
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Emitir o Informe Conjuntura & Informação dentro dos prazos estipulados neste indicador.
Nome do Indicador	Emissão do Informe Conjuntura & Informação
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento aos prazos internos para divulgação do Informe Conjuntura & Informação
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia e regularidade no que se refere à análise dos dados e emissão do referido Informe nos prazos definidos neste indicador.
Limitações	O Informe em questão possui informações externas à SPP (tanto de outras unidades organizacionais da ANP, quanto órgãos externos) e, portanto, para que o mesmo seja emitido nos prazos definidos neste indicador é de suma importância que as informações estejam disponibilizadas para a Superintendência de forma integral, sem erros e no prazo correto.
Meta para o Período	0,95
Fórmula do Indicador	Indicador = 100 - ACI
	Se ACI = 90 então Indicador = zero.
	Onde:
	ACI = dias de atraso que excederem a data prevista para a emissão do Conjuntura e Informação

Evolução do Indicador

Mês	1T10	2T10	3T10	4T10	Total
Meta	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Dias de Atraso Conjuntura & Informação	0	0	0	0	0
Indicador	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



Análise dos Resultados

Pontos Críticos

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Observações

O Informe Conjuntura & Informação é emitido trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro. As informações constantes do Informe possuem defasagem de 15 a 75 dias, dependendo da informação. Para efeitos deste indicador, o Informe será considerado emitido quando do envio de email, através da conta Conjuntura e Informação, para o público externo. O prazo limite para envio do Informe é o dia 15 de cada mês de sua emissão.



## 25.5.35. SPP - EMISSÃO DO ANUÁRIO ESTATÍSTICO

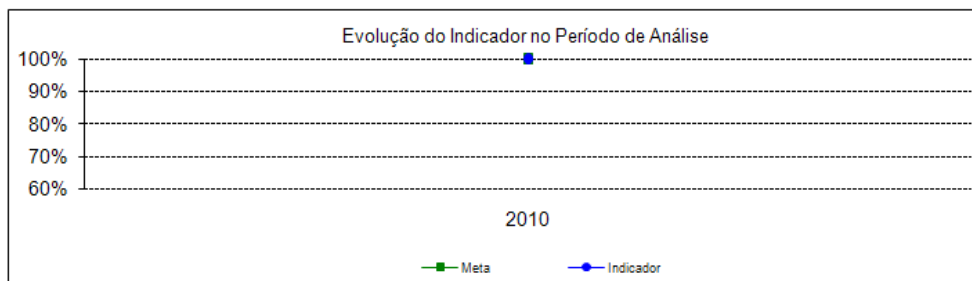


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Planejamento e Pesquisa - SPP
Período de Análise	Janeiro a dezembro de 2010
Frequência de Medição	anual
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Emissão do anuário estatístico pela SPP dentro do prazo estipulado neste indicador.
Nome do Indicador	Emissão do Anuário Estatístico
Conceituação	Mensura a eficácia no atendimento ao prazo para divulgação do Anuário Estatístico
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia e regularidade no que se refere à análise dos dados e emissão do Anuário Estatístico no prazo definido neste indicador.
Limitações	O Anuário Estatístico depende de informações externas à SPP (tanto de outras unidades organizacionais da ANP, quanto órgãos externos) e, portanto, para que o relatório seja emitido no prazo definido neste indicador é de suma importância que as informações estejam disponibilizadas para a Superintendência em sua integridade e no prazo correto.
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Quantidade de gráficos e tabelas disponibilizados no site da ANP até o final de setembro, dividido pela quantidade de gráficos e tabelas previstos para o Anuário Estatístico do ano.

## Evolução do Indicador

Mês	2010
Meta	100,0%
Indicador	100%



## Análise dos Resultados

O anuário foi disponibilizado no site da ANP no início de agosto.

## Pontos Críticos

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

## Observações

O Anuário Estatístico é emitido anualmente, no mês de setembro. As informações constantes do Anuário se referem ao período de janeiro a dezembro do ano anterior.

## 25.5.36. SRH – ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PAC

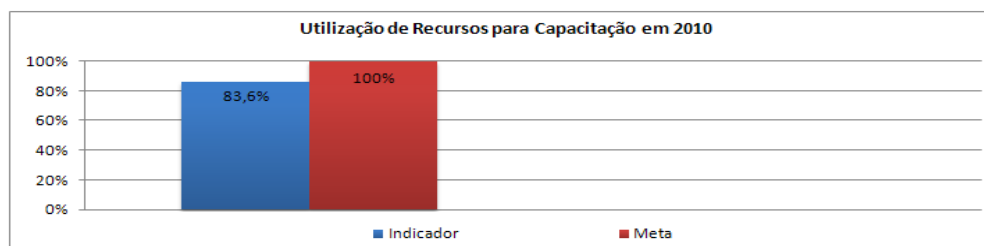


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Recursos Humanos - SRH
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2010
Frequência de Medição	Anual
Critério	Pessoas
Foco	Aproveitamento dos recursos disponíveis para promover a capacitação dos servidores da ANP
Nome do Indicador	Índice de Execução orçamentária do PAC
Conceituação	Mede o percentual de recursos utilizados para Capacitação com relação ao que fora disponibilizado.
Objetivo do indicador	Acompanhar a utilização de recursos disponibilizados no Plano Anual de Capacitação
Limitações	O indicador é impactado diretamente por dificuldades para licitar cursos
Meta para o Período	100%
Fórmula do Indicador	Total gasto em capacitação dividido pela verba disponibilizada para tanto

## Evolução do Indicador

Ano	2010
Meta	100,0%
Valor gasto com Capacitação	R\$ 2.925.327,67
Valor disponibilizado para Capacitação	R\$ 3.500.000,00
Indicador	83,6%



## Análise dos Resultados

A ANP utilizou 83,6 % dos recursos destinados à capacitação dos servidores.

## Pontos Críticos

Dificuldades para licitar cursos in-company e planejamento das áreas organizacionais para liberação de seus servidores para realização de treinamentos. Além disso, seria contratada uma Pós-Graduação com o Instituto de Economia da UFRJ que foi aprovada em Reunião de Diretoria, porém tivemos um problema no momento da celebração do contrato em função da UFRJ ter realizado a proposta, mas na realidade a contratação seria através da Fundação José Bonifácio, o que inviabilizou o curso no ano passado. O custo previsto era de R\$ 360.000,00.

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Faremos reuniões periódicas com todas as superintendências da agência para acompanhar a utilização da verba do Plano Anual de Capacitação e garantir que nossa meta seja cumprida. Serão encaminhados relatórios apontando qual é o valor ainda disponível para tanto e quais servidores ainda não foram treinados.

## Observações

## Conceitos do Indicador:

## Servidores abrangidos:

- I - Servidores com cargo efetivo do Quadro de Pessoal.
- II - Procuradores Federais.
- III - Servidores Nomeados para Cargo Comissionado Sem Vínculo.
- IV - Servidor Requisitado.
- V - Servidor em Exercício Provisório.
- VI - Pessoal Técnico em Regime de Contrato por Tempo Determinado.

**Capacitação:** Cursos Presenciais; Pós-Graduação; Eventos à distância; Aprendizagem em serviço; Intercâmbio ou estágios; Seminários, Congressos, Encontros Técnicos, Conferências, Palestras, Workshops e outros eventos similares; Outras Atividades Congêneres.

**Legislação:** IN 007/06; Lei nº 10.871, de 21 de maio de 2004, parágrafo único, inciso IV do art. 13. Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

## 25.5.37. SRH – EXECUÇÃO DO PAC ANUAL

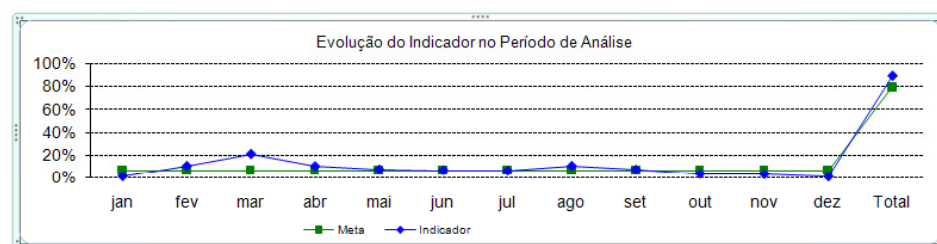


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	Superintendência de Recursos Humanos - SRH
Período de Análise	Janeiro a Dezembro de 2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Pessoas
Foco	Promover a capacitação dos servidores da ANP ao longo do tempo.
Nome do Indicador	Execução do PAC anual
Conceituação	Mede o percentual de servidores da ANP que participaram de eventos de capacitação no período analisado.
Objetivo do indicador	Acompanhar a quantidade de servidores capacitados para o desempenho das atividades a eles atribuídas, de acordo com o Plano Anual de Capacitação da Agência.
Limitações	O indicador é impactado diretamente por restrições orçamentárias.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de servidores capacitados, de acordo com o Plano Anual de Capacitação, dividido pelo número de servidores da Agência. Nos dados mensais, cada servidor é computado apenas no primeiro mês no qual é treinado.

## Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	6,7%	80,0%
Servidores Capacitados	10	83	165	81	58	52	49	84	57	27	25	8	699
Servidores da Agência	782	781	779	781	776	781	791	791	796	785	784	782	783
Indicador	1,3%	10,6%	21,2%	10,4%	7,5%	6,7%	6,2%	10,6%	7,3%	3,4%	3,2%	1,0%	89,2%



## Análise dos Resultados

A SRH / ANP treinou 699 servidores em 2010, o que corresponde a 89,2% do quantitativo de pessoal atual. De acordo com os Relatórios de Participação em Cursos e Eventos Científicos (RPATs), os cursos foram bem aproveitados, os temas foram integrados às atividades profissionais desenvolvidas e serviram como ferramentas de atualização e ampliação de conhecimento adquirido. Os cursos *in company* demonstraram a capacidade de promover maior interação e integração dos servidores da Agência, principalmente o DGOS – Desenvolvimento de Gestores Operacionais e Supervisores que realizou como trabalho final uma apresentação para ANP sobre os temas de Comunicação, Planejamento Estratégico, Sustentabilidade e Análise do Impacto Regulatório, trabalhos estes de alta qualidade e aplicável em nossa realidade. Os debates promovidos ao final das atividades foram de grande importância na troca de experiências entre os órgãos envolvidos no desenvolvimento dos trabalhos.

## Pontos Críticos

A dificuldade na contratação de cursos com temas comuns como Informática, temas administrativos, etc. Para a realização de uma licitação, necessitamos de um prazo de aproximadamente 4 meses e infelizmente este ano tivemos graves problemas com a contratada vencedora do certame para prestação de serviços nos escritórios regionais e sede, gerando cancelamentos e aplicação de penalidades.

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

A experiência e a prática são fundamentais tanto para agilizar o processo quanto a novas formas de cobrança para evitarmos os problemas apresentados.

## Observações

## Conceitos do Indicador:

## Servidores abrangidos:

- I - Servidores com cargo efetivo do Quadro de Pessoal
- II - Procuradores Federais
- III - Servidores Nomeados para Cargo Comissionado sem Vínculo
- IV - Servidor Requisitado
- V - Servidor em Exercício Provisório

**Capacitação:** Cursos Presenciais; Pós-Graduação; Eventos à distância; Aprendizagem e serviço; Seminários, Congressos, Encontros Técnicos, Conferências, Palestras, Workshops e outros eventos similares; Outras Atividades Congêneres.

Legislação: IN 007/06; Lei n 10.871, de 21 de maio de 2004, parágrafo único, inciso IV do art. 13.

Decreto n 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

25.5.38. SRP – ÍNDICE DE ANÁLISE DE INFORMAÇÕES DECLARADAS

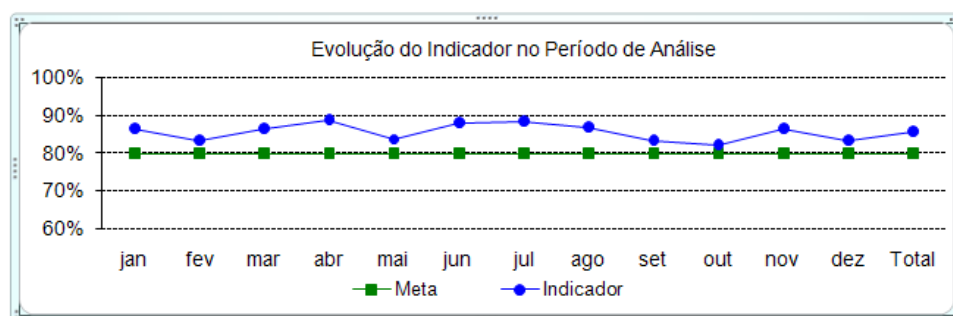


FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SRP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro/2010
Frequência de Medição	Mensal
Critério	Informação e Conhecimento
Foco	Aumentar a qualidade de análise das informações declaradas pelos Agentes Econômicos, por meio do Demonstrativo de Produção e Movimentação de Produtos - DPMP e do Demonstrativo de Controle de Produtos Processados - DCPD e do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos - SIMP.
Nome do Indicador	Índice de Análise de Informações Declaradas
Conceituação	Estima o número de análises realizadas para verificar a conformidade das informações declaradas mensalmente pelos Agentes Econômicos, por meio do SIMP e do DCPD.
Objetivo do indicador	Verificar se as informações declaradas pelos Agentes Econômicos estão sendo analisadas corretamente e dentro do prazo de 15 dias, a contar da data de recebimento das mesmas.
Limitações	Impactado pela funcionalidade do sistema de recebimento das informações e fica restrito aos dados declarados pelos Agentes Econômicos no período.
Meta para o Período	80%
Fórmula do Indicador	Número de Declarações Analisadas dentro do prazo dividido pelo Número de Declarações Recebidas.

Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%
Indicador	86,5%	83,3%	86,5%	88,9%	83,6%	88,1%	88,3%	86,8%	83,3%	82,2%	86,4%	83,3%	85,6%



Análise dos Resultados

O indicador retrata que a análise das declarações recebidas dentro do prazo, pela SRP, está atendendo a meta estipulada.

Pontos Críticos

A análise dos dados é prejudicada pelo aplicativo de extração de dados, que é uma ferramenta extremamente precária para lidar com volumes de dados muito grandes. O aplicativo i-SIMP permite que os agentes cometam erros no preenchimento dos campos, o que aumenta a quantidade de inconsistências observadas nos dados recebidos.

Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

Implantação de um aplicativo de extração de dados mais eficiente e o desenvolvimento de relatórios de dados consolidados. Desenvolvimento de uma nova versão do aplicativo de remessa de dados.

Observações

## 25.5.39. SRP – ÍNDICE DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES

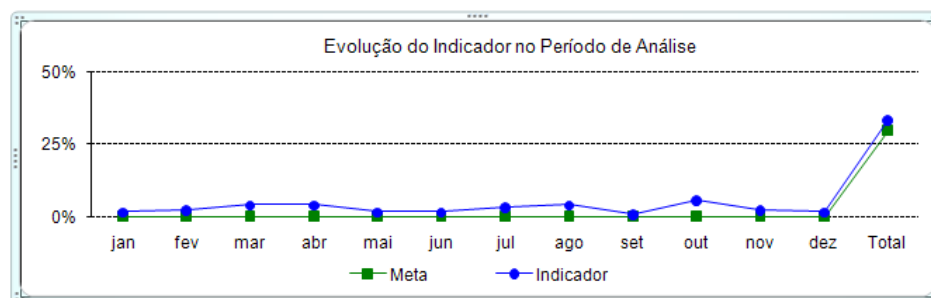


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SRP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro/2010
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Cumprir, com mais eficácia, a atividade de fiscalização das atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.
Nome do Indicador	Índice de Fiscalização de Instalações.
Conceituação	Estima o grau de cumprimento da atividade de fiscalizações em concordância com o número de instalações autorizadas para refino, processamento de gás natural, produção de biocombustíveis, produção de solventes, produção de combustíveis por centrais petroquímicas e formulação de combustíveis.
Objetivo do indicador	Verificar se a Superintendência está acompanhando e fiscalizando "in loco" as atividades dos Agentes Econômicos autorizados, de acordo com as prescrições das Portarias e Resoluções aplicáveis.
Limitações	Impactado por restrições orçamentárias.
Meta para o Período	30%
Fórmula do Indicador	Número de Fiscalizações realizadas dividido pelo Número de Instalações Autorizadas.

## Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	30,0%
Indicador	1,64%	2,46%	4,10%	4,10%	1,64%	1,64%	3,28%	4,10%	0,82%	5,74%	2,46%	1,64%	33,61%



## Análise dos Resultados

## Pontos Críticos

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

## Observações

Refinarias: 19  
 Unidades de Processamento de Gás Natural: 30  
 Plantas produtoras de Biodiesel: 66  
 Formuladores de Combustíveis: 01  
 Centrais Petroquímicas: 03  
 Produtores de Solventes: 03  
 TOTAL DE INSTALAÇÕES AUTORIZADAS: 122  
 META: Vistoriar 35 instalações por ano.

## 25.5.40. SRP – ÍNDICE DE ANÁLISE DE PROCESSOS DA SRP

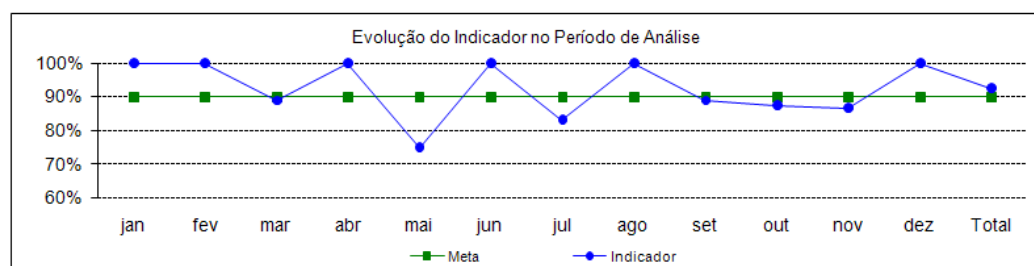


## FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

Unidade Organizacional Responsável	SRP
Período de Análise	Janeiro a Dezembro/2010
Frequência de Medição	Anual
Critério	Processos
Foco	Aumentar a eficácia de análise de processos de autorização.
Nome do Indicador	Índice de Análise de Processos da SRP
Conceituação	Estima o número de processos analisados dentro do prazo, conforme prescrito nas Resoluções e Portarias ANP (vide observações).
Objetivo do indicador	Verificar a eficácia quanto ao processo de análise de pedidos de autorização de empresas ou consórcio de empresas, atendendo as prescrições das Resoluções e Portarias ANP (vide observações).
Limitações	O levantamento deste indicador deve ser feito considerando o prazo estipulado em cada Resolução ou Portaria ANP, para análise de processos de autorização. A contagem do tempo paralisa no momento em que são solicitados do Agente Econômico dados e informações necessários e não-constantes ou inadequadamente prestados no processo, iniciando nova contagem de prazo a partir do recebimento da resposta do agente à solicitação.
Meta para o Período	90%
Fórmula do Indicador	Número de Processos Analisados dentro do Prazo Estipulado pelas Resoluções e Portarias ANP dividido pelo Número de Processos Recebidos no Período

## Evolução do Indicador

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Meta	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
Indicador	100,0%	100,0%	88,9%	100,0%	75,0%	100,0%	83,3%	100,0%	88,9%	87,5%	86,7%	100,0%	92,5%



## Análise dos Resultados

## Pontos Críticos

## Ações Necessárias para Correção dos Pontos Críticos

## Observações

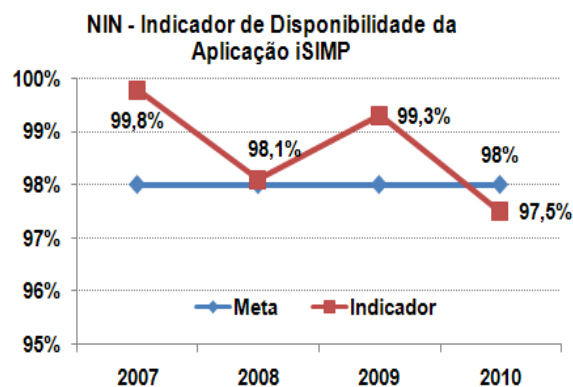
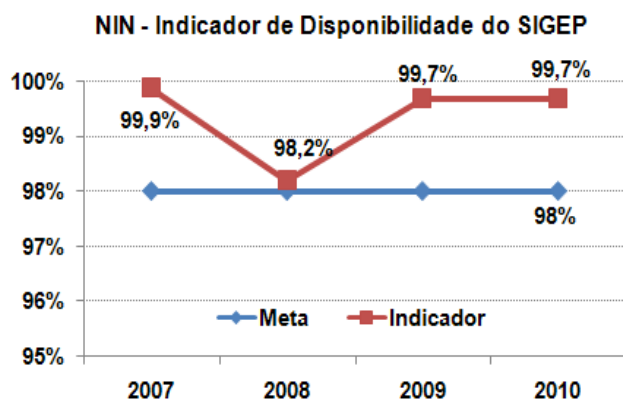
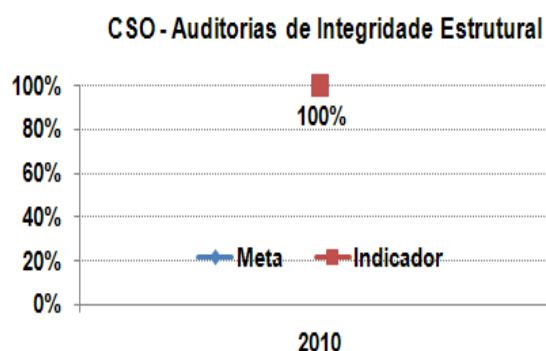
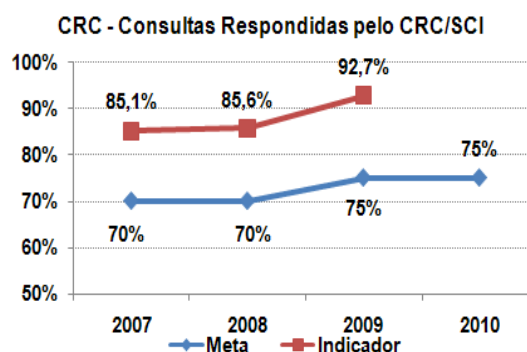
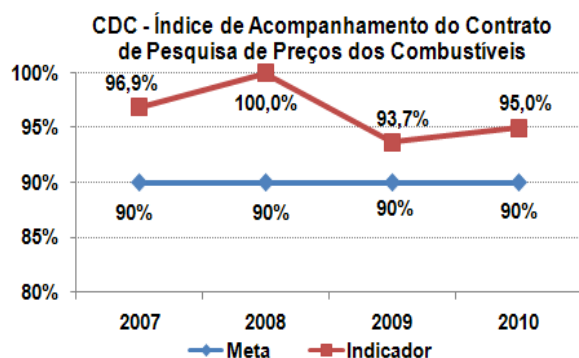
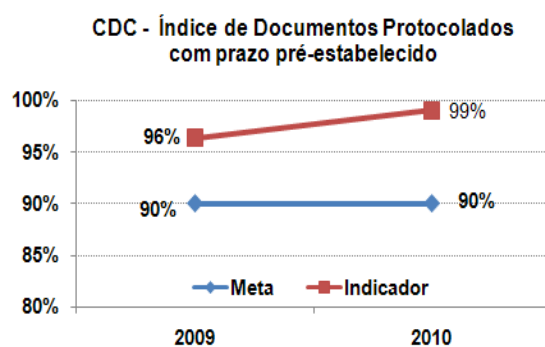
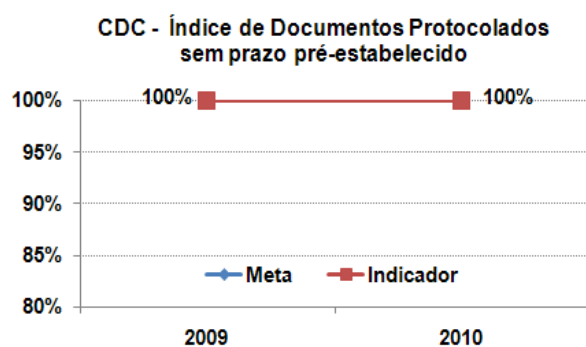
Para efeitos de mensuração deste indicador, serão considerados os pedidos ou documentações complementares recebidas entre o dia 01.01.10 e:

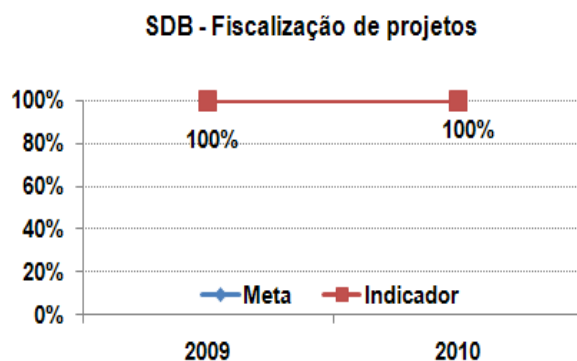
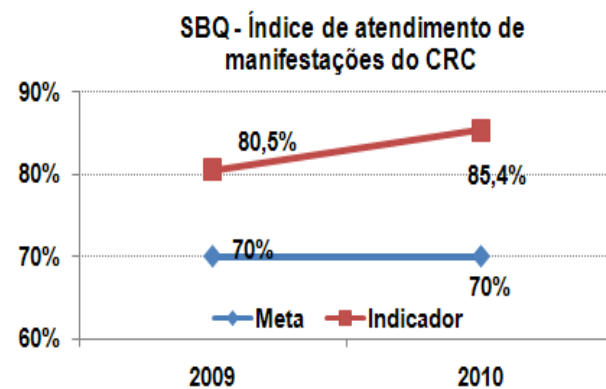
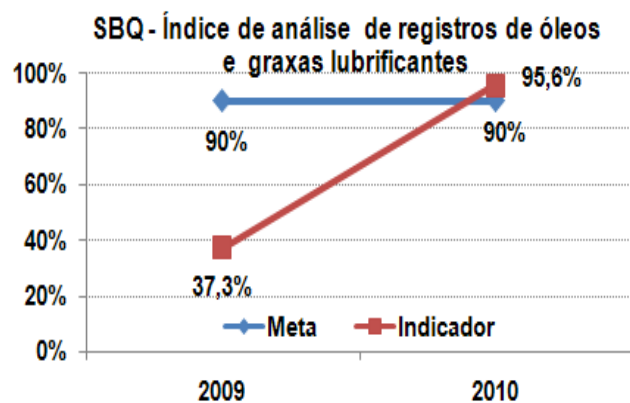
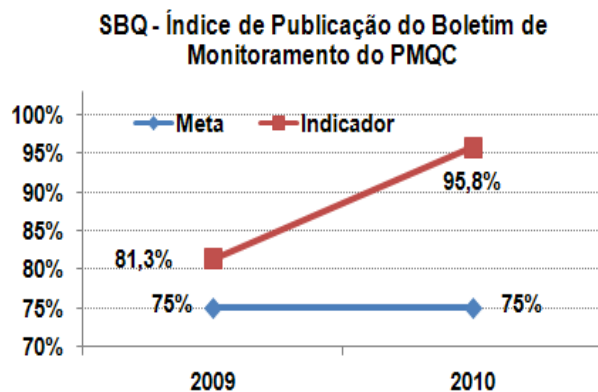
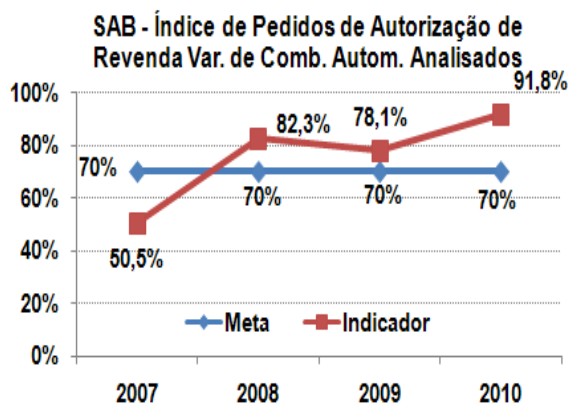
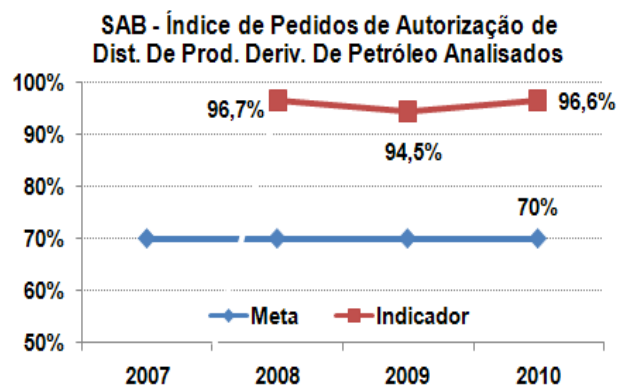
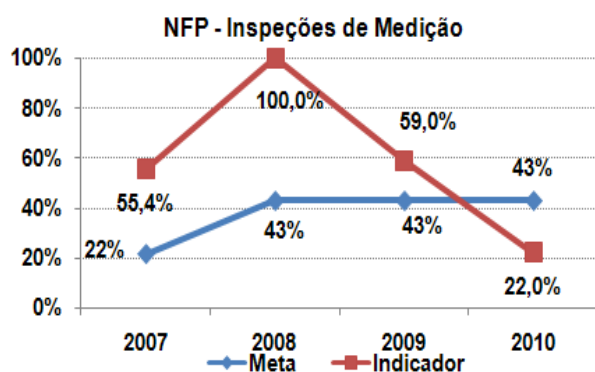
- 31.08.10, para a Portaria ANP n.º 318/2001 (120 dias para análise);
- 30.09.10, para as Portarias ANP n.º 28/1999 (revogada em 11.06.10) e n.º 316/2001 (90 dias para análise);
- 31.10.10, para as Portarias ANP n.º 84/2001, n.º 317/2001, n.º 243/2000 e n.º 118/2000 (60 dias para análise); e
- 14.11.10, para a Resolução ANP n.º 25/2008 (45 dias para análise para autorização de construção, 30 dias para autorização de operação e 30 dias para autorização de comercialização); e
- 14.11.10, para a Resolução ANP n.º 16/2010 (45 dias para análise para autorização de construção e 30 dias para autorização de operação). (Esta resolução substituiu a Portaria ANP n.º 28/1999 e entrou em vigor em 11.06.10)

Estes prazos são necessários pois o fim do período de análise é em 31.12.10.

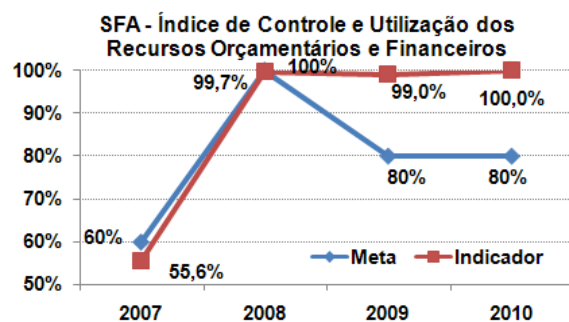
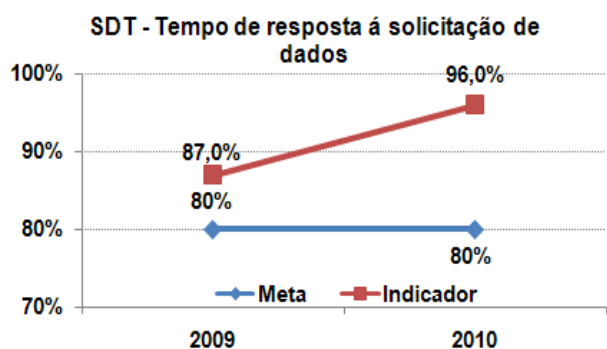
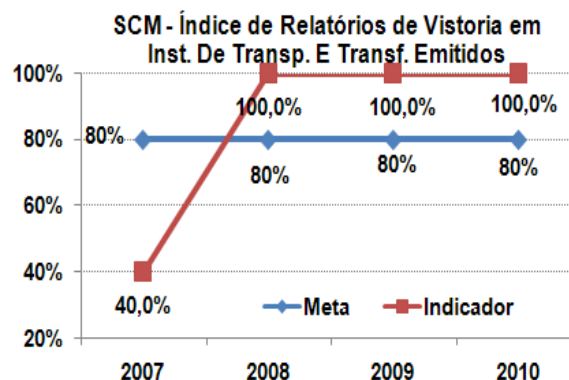
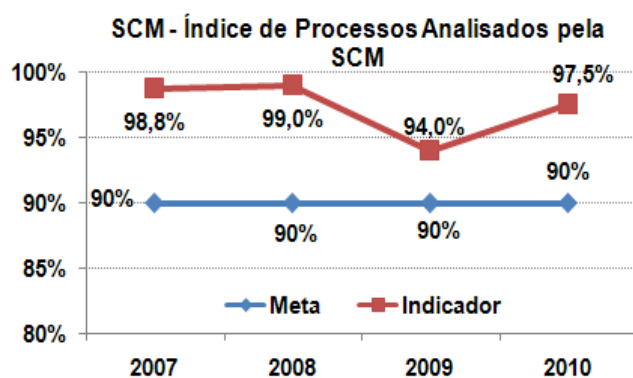
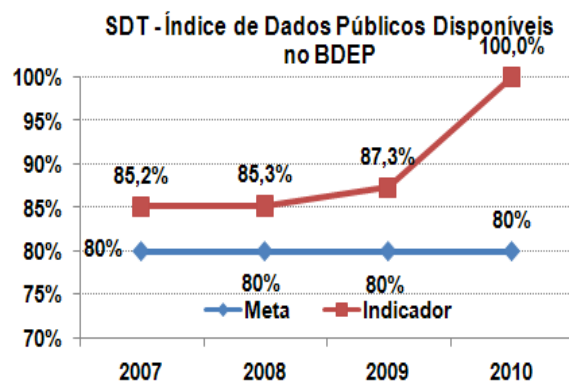
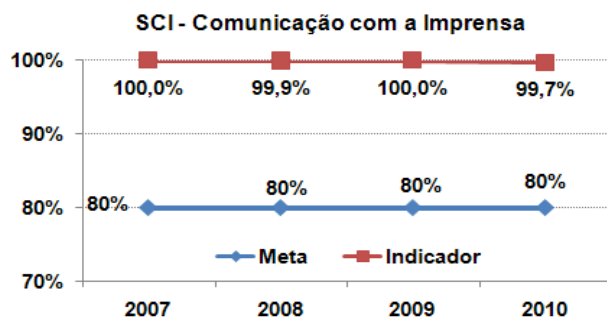
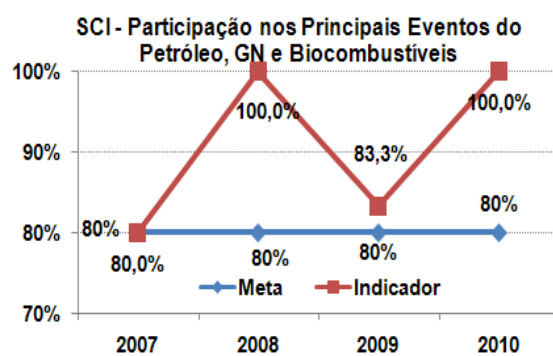
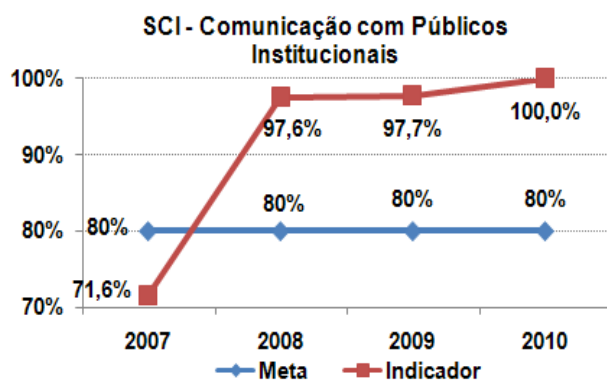


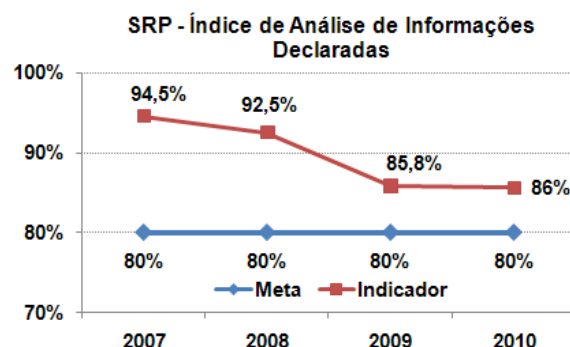
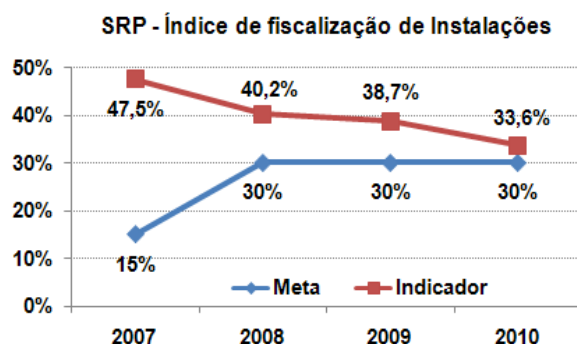
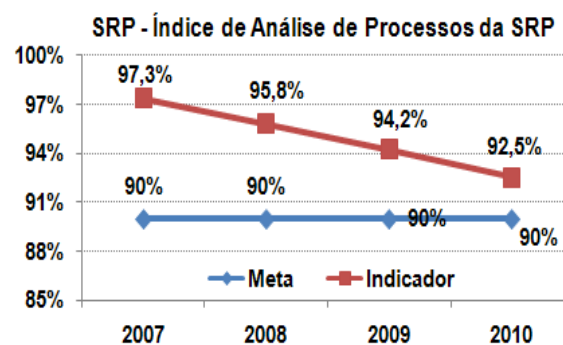
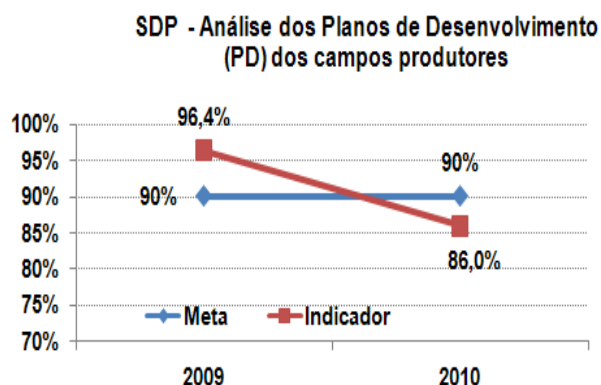
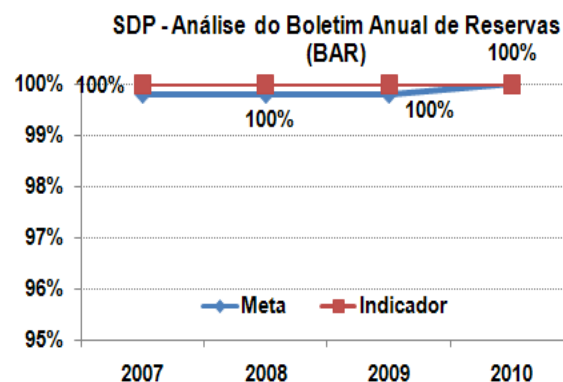
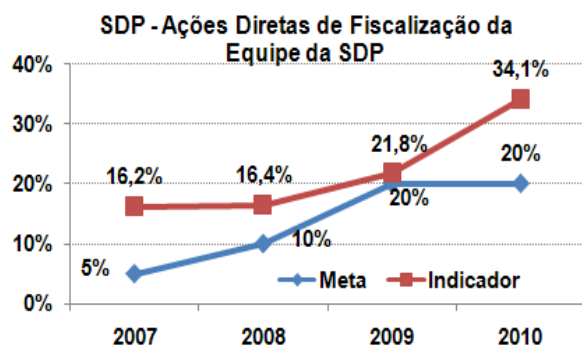
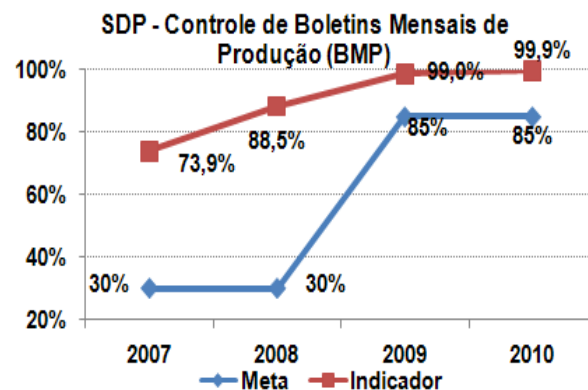
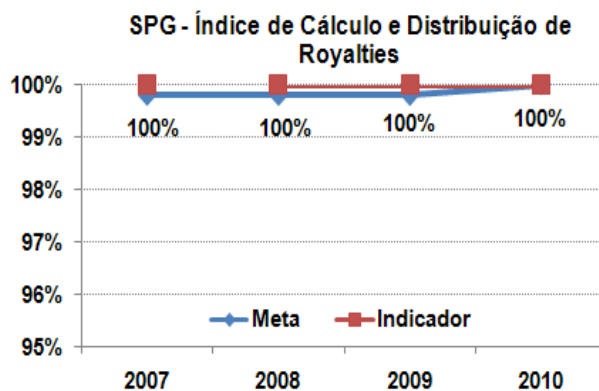
## 25.6. GRÁFICOS DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES

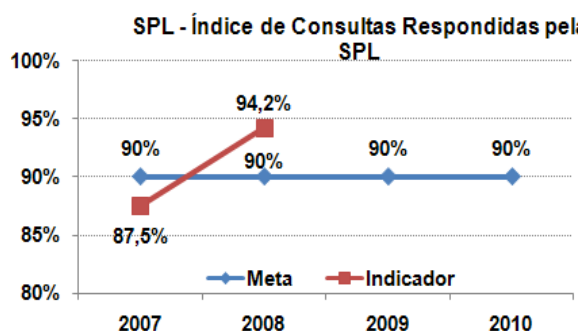
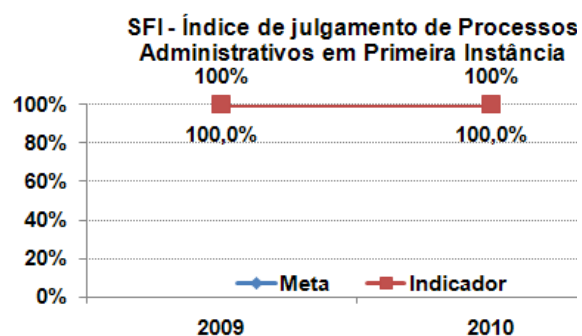
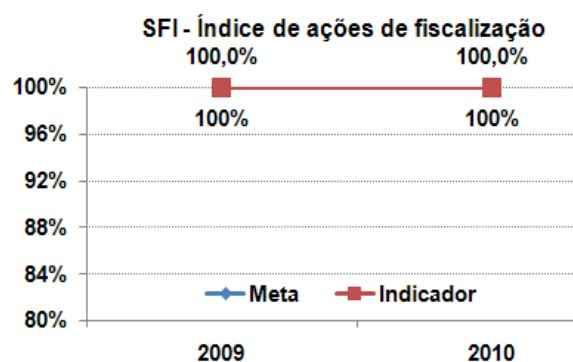
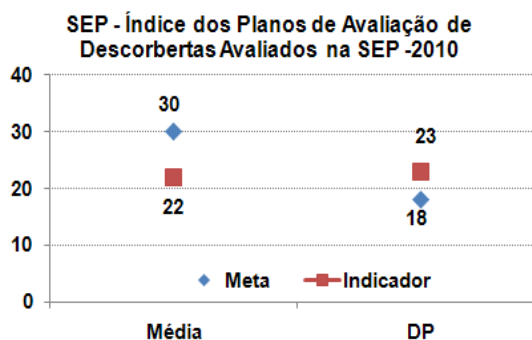
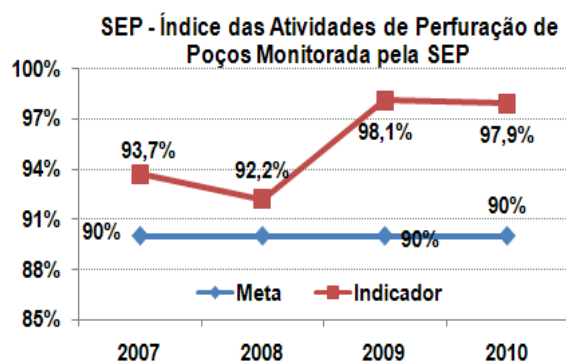
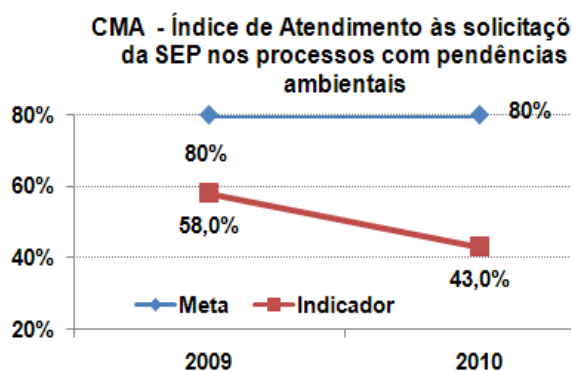
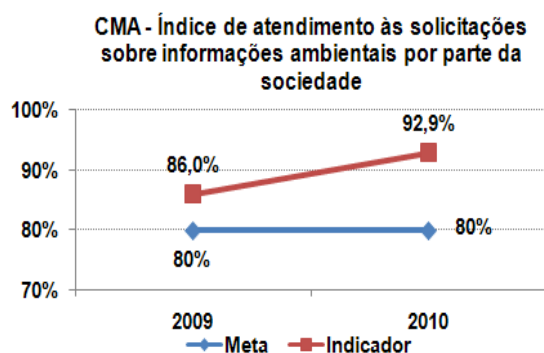


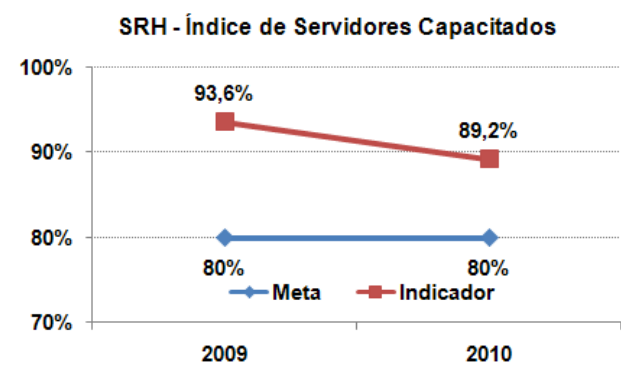
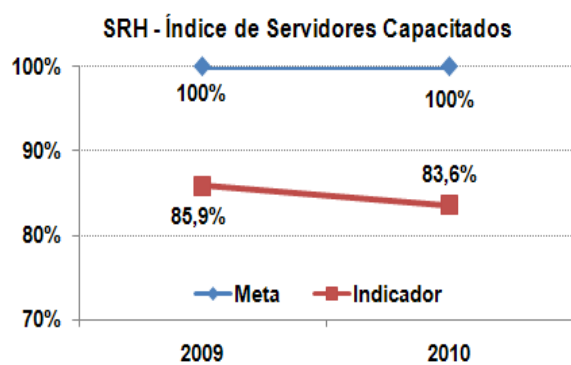
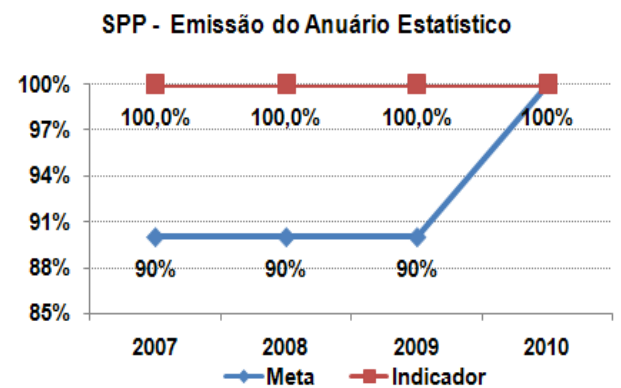
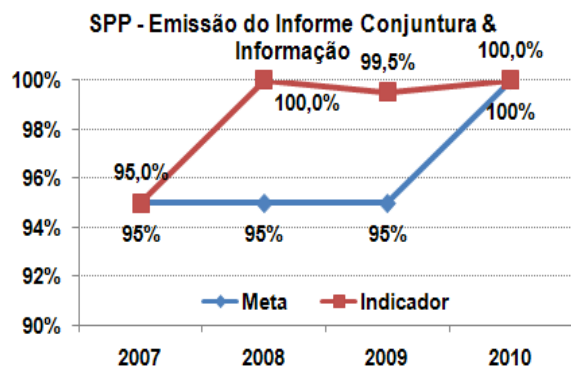
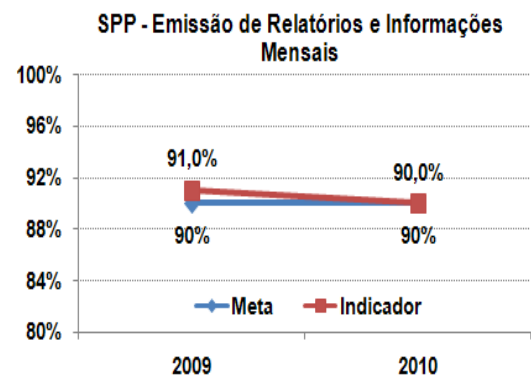
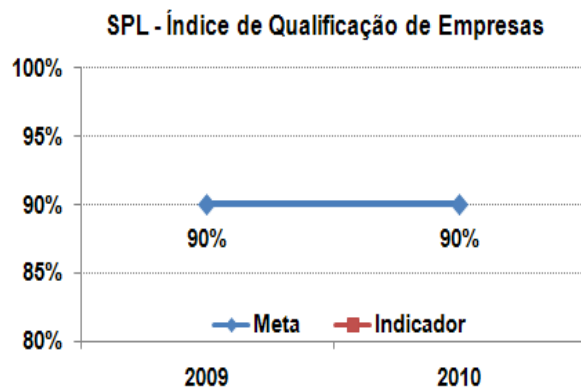












26. ANEXO C – ITEM 10 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010

Tabela 26.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Reutilização de papel e solicitação de documentos via e-mail.		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		

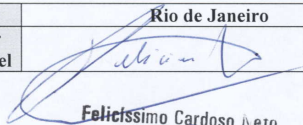
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Através de orientações promovidas pela Superintendência de Recursos Humanos na Intranet, campanhas de antitabagismo.		X			
Considerações Gerais: 1) Questionário respondido pela Coordenação de Aquisições; 2) A Coordenação de Aquisições não participa da elaboração dos Termos de Referência, sendo responsabilidade esta das áreas solicitantes dos bens/serviços.					

27. ANEXO D – ITEM 12 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Tabela 27.1. Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	10 servidores e 200 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100%(cem por cento)				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: O presente questionário foi respondido pela área técnica, o Núcleo de Informática (NIN) desta Agência.					

28. ANEXO E – CÓPIA DA DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis			323031
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	18 de janeiro de 2011
Contador Responsável		CRC n°	026364/0-0

Felício Cardoso Neto  
Contador  
CRC/RJ 026364/0-0



**29. ANEXO F – CÓPIA DA DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS NO SIASG E SINCONV.**



**DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

Declaramos que as informações acerca dos contratos administrativos provenientes dos pregões eletrônicos promovidos por esta Autarquia, bem como dos seus termos aditivos, e os dados referentes aos convênios celebrados por esta Agência que exigem repasses financeiros, encontram-se disponíveis e devidamente atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, respectivamente.

Acrescentamos, por oportuno, que os contratos e termos aditivos decorrentes de outras modalidades de licitação, tais como Consulta, Concorrência, Tomada de Preços ou Convite, não estão disponíveis no SIASG, mas sim no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Elísia Santos', is positioned above the printed name of the signatory.

Elísia Rodrigues dos Santos  
**Superintendente Adjunto de Gestão Financeira e Administrativa**

### 30. ANEXO G – DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

ANP / SRH

ROL DE RESPONSÁVEIS DA ANP

#### DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

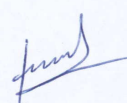
(Item 8 Anexo II – Parte A - Conteúdo geral por natureza jurídica – DN 107/2010)

Declaro, para os devidos fins que, de acordo com a Lei nº 8.730 de 10 de novembro de 1993, os integrantes do Rol de Responsáveis desta Agência, encontram-se em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendimentos Exercício 2010 ou a Autorização de Acesso, conforme abaixo:

Nº	UN	NOME	DESLIGA- MENTO DA ANP	DOCUMENTO ENTREGUE	LOTAÇÃO	EFETIVO EXERCÍCIO	CPF
1	DIR-3	ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO		Autorização de Acesso	RJ	07/11/08	340225893-53
2	AUD	ANTONIO CARLOS NEVES DE MATTOS		Autorização de Acesso	RJ	29/01/01	375537550-87
3	SFA	CELSO MIGUEL CATARINO RIBEIRO		Autorização de Acesso	RJ	30/08/06	651660607-25
4	SFA	CEZAR CARAM ISSA		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	05/06/00	405956097-91
5	SFA	DANIELA DA COSTA HAMPSHIRE DE ARAUJO		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	01/09/06	042689087-65
6	SFA	FABIO JOSE CARNEIRO FLORENTINO		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	21/08/08	022421654-61
7	SFA	FELICISSIMO CARDOSO NETO		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	01/03/02	256806507-97
8	DG	HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	12/12/03	046751185-34
9	SFA	HELOISA MARCIA NOGUEIRA DE SOUZA		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	15/10/98	440200157-91
10	EDF	JOÃO ANDERSON ALVES DE JESUS		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	DF	19/08/98	146045741-20
11	EDF	LUIS AUGUSTO ARAÚJO MARQUES		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	DF	01/03/05	124308975-04
12	DIR-2	MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBIARD		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	26/08/08	673612937-00
13	EDF	MANOEL POLYCARPO DE CASTRO NETO		Autorização de Acesso	DF	01/03/06	328001933-87
14	SFA	MARCELO COSTA DAMASO		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	03/01/06	042529787-00
15	SFA	MARIA CRISTINA DA COSTA E SILVA		Autorização de Acesso	RJ	02/02/09	666333387-91
16	SFA	MARIA IGNEZ FAUSTINO LIMA		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	21/12/05	299197707-87
17	DIR-1	NELSON NARCISO FILHO	22/06/10	Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	23/06/06	444531837-04
18	EDF	OSWALDO GONÇALVES NETO		Autorização de Acesso	DF	28/11/05	646442781-49
19	EDF	PAULO CESAR GONÇALVES DE OLIVEIRA		Autorização de Acesso	DF	02/12/98	207590537-15
20	SRH	SOFIA STANISLAWA SADKOWSKI ARDO		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	08/12/03	476779887-68
21	EDF	ULISSES MARQUES ALVES		Autorização de Acesso	DF	27/08/99	268737021-53
22	SFA	VALDILENE DE JESUS		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	10/06/98	76689087-72
23	DIR-4	VICTOR DE SOUZA MARTINS		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	07/03/07	282995667-20
24	SFA	WILHELSON VIEIRA DE JESUS		Declaração IR - Exe 2010/Ano Cal. 2009	RJ	07/12/05	052439527-61
25	SFA	WILSON DE MELO		Autorização de Acesso	RJ	12/02/99	774167167-72

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2011.

Sofia S. Sadkowski Ardo  
Superintendente de Gestão de Recursos Humanos

  
Eugenio Fortes  
Gerência Executiva  
ANP/SRH/RJ Mat 1204734

ROL DE RESPONSÁVEIS 2011 - RELAÇÃO.xlsm

*31. ANEXO H – RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO*

**Item 16 A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno**

**RELATÓRIO DE GESTÃO nº 245.301**

Item do Relatório de Auditoria: 3.1.3.3 – Convênios de Obras e Serviços

**Constatação 006**

**Recomendação: 001**

- 1.1) Descrição: Aprimorar o fluxo de fornecimento de informações e documentos que permitam a adequada avaliação e análise, pelos órgãos de controle, das prestações de contas dos convênios e termos de cooperação assinados com a DPC.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda.
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: As áreas técnicas da Agência foram orientadas a aprimorarem o fluxo das informações e das documentações constantes a serem anexadas às prestações de contas dos Convênios e Termos de Cooperação assinados com a Diretoria de Portos e Costas - DPC. As áreas responsáveis consideram que a recomendação está atendida. Contudo, dentro do interesse de melhor adequar os procedimentos de controles internos desta Agência, está sendo preparado o procedimento para sistematização dos documentos a serem anexados à prestação de contas, a partir de abril/2011.

**Recomendação: 002**

- 1.1) Descrição: A ANP deve apresentar à CGU-Regional/RJ, até 31/07/2010, a memória de cálculo referente aos quantitativos e valores que compõem o custo unitário das perícias técnicas objeto do termo de cooperação nº 635.874, bem como os comparativos com os preços de mercado pesquisados, de modo a propiciar a análise da proposta da ANP de alteração do produto esperado e, conseqüentemente, da forma de prestar contas.
- 1.1) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: Em atendimento a recomendação, a CSO, encaminhou as seguintes informações:

Em relação aos quantitativos:

Tendo como base o número de unidades marítimas de perfuração, produção e armazenagem de petróleo em operação nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, bem como aquelas que entrarão em operação nos próximos anos, foi estimado por parte da Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO, o número de perícias técnicas a serem realizadas mensalmente pela Marinha, da seguinte forma:

Número de perícias a serem realizadas						
	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO
MÊS	2008	2009	2010	2011	2012	2013
JAN		60	70	80	90	100
FEV		60	70	80	90	100
MAR		60	70	80	90	100
ABR		60	70	80	90	100
MAI		60	70	80	90	100
JUN		60	70	80	90	100
JUL		60	70	80	90	100
AGO		60	70	80	90	100
SET		60	70	80	90	100
OUT		60	70	80	90	100
NOV		60	70	80	90	100
DEZ	33	60	70	80	90	100
SUB-TOTAL	33	720	840	960	1080	1200
TOTAL	4833					

A. Em relação aos valores que compõem o custo unitário das periciais técnicas.

Foram estimados pela Diretoria de Portos e Costas da Marinha – DPC, os seguintes valores:

Natureza da despesa		Concedente	Proponente
Código	Especificação		
339.014	diárias	R\$ 500.000,00	Para permitir a execução das perícias técnicas
339.015	diárias militar	R\$ 250.000,00	Para permitir a execução das perícias técnicas
339.030	material de consumo	R\$ 2.000.000,00	Destinado a aquisição de material de expediente, de segurança individual e de manutenção, para permitir o funcionamento das atividades de perícias técnicas
339.033	passagens	R\$ 100.000,00	Para permitir o deslocamento de inspetores navais para a realização das perícias técnicas
339.039	serviço de terceiros (pessoa jurídica)	R\$ 33.580.000,00	Para execução da folha de pagamento dos inspetores navais contratados, manutenção das embarcações e viaturas que os atendem e suas instalações terrestres de trabalho
449.052	material permanente	R\$ 11.900.000,00	Destinado a aquisição e atualização de material de informática usado no Sistema de Vistorias e Inspeções - SISGEVI, material de uso individual dos inspetores navais, compra de embarcações, viaturas utilizadas nos seus deslocamentos, motores de embarcações, equipamentos de medição, visando a prontificação dos meios necessários para a realização das perícias técnicas
TOTAL GERAL		R\$ 48.330.000,00	META FÍSICA PREVISTA: REALIZAÇÃO DE 4.833 PERÍCIAS TÉCNICAS

Valor por perícia: R\$ 48.330.000,00/4833 = R\$ 10.000,00

B. Em relação aos comparativos com os preços de mercado pesquisados.

Conforme dados retirados do processo nº 48610.002625/2009-09 (LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ÀS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL OFFSHORE), que contempla um serviço similar ao prestado pela DPC, foram apresentados os seguintes valores à época da licitação (outubro de 2009):

Valores relativos a uma verificação		
Sociedade Classificadora	Zona 1	Zona 2
Galena	R\$ 39.177,00	R\$ 39.471,00
RBNA	R\$ 25.903,82	R\$ 26.554,60
DNV	R\$ 33.436,30	R\$ 36.225,52
BV	R\$ 28.000,00	R\$ 23.250,00
<b>Média</b>	<b>R\$ 31.629,28</b>	<b>R\$ 31.375,28</b>

Dessa forma , observa-se que é economicamente vantajoso para a ANP aceitar o valor cobrado pela DPC. Recomendação atendida.

### **Recomendação: 003**

- 1.1) Descrição: Aprimorar os Planos de Trabalho e as prestações de contas dos termos de cooperação vigentes de modo a garantir a adequação dos recursos necessários ao cumprimento dos objetos pactuados.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A Coordenadoria de Segurança Operacional (CSO), está em elaboração à revisão dos planos de trabalho e das prestações de contas dos Termos de Cooperação para atender os ajustes necessários para adequá-los a nova sistemática de acompanhamento e fiscalização dos objetos pactuados, por meio dor número de perícias realizadas,conforme proposta da CGU e aceita pela ANP.

Ressalta-se que os planos de trabalho dos termos de cooperação estão consonantes com o objeto pactuado no que diz respeito à execução técnica dos instrumentos avençados, abordando de forma clara quais são os objetivos a serem atingidos e que atualmente não existe nenhuma lacuna referente à execução dos termos de cooperação.

Conforme previsto na recomendação nº 004, o convênio nº 575.716 esta para ser rescindido e será transformado em Termo de Cooperação, em razão disso, o prazo apresentado pela ANP, levou em consideração a adequação dos três termos de cooperação. A previsão para atendimento é 30/04/2011.

### **Recomendação: 004**

- 1.1) Descrição: Avaliar a conveniência e oportunidade de rescindir o convênio nº 575.716 e firmar o respectivo termo de cooperação, observados os dispositivos previstos na Portaria Interministerial nº 127/2008, visando otimizar os procedimentos internos da ANP.

1.2) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: Concor-  
da

1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: Foi elaborada a Proposta de Ação – Proposta de Ação nº 1218/2010, que está em análise nas áreas técnicas da Agência para posterior aprovação da Diretoria Colegiada. O objeto da PA é rescindir o convênio nº 575716 e concomitantemente, firmar com a DPC, o Termo de Cooperação com o mesmo objeto, adequando-o aos ditames da Portaria Interministerial nº 127/08 e transferida para a CSO a responsabilidade técnica do Termo Cooperação, esse procedimento visa otimizar os procedimentos internos, pois a Coordenação já desempenha essas funções com os outros dois Termos celebrados com a Marinha. Previsão para atendimento até 30/04/2011.

### **Recomendação: 005**

1.1) Descrição: Fazer constar nas prestações de contas os documentos técnicos suficientes para evidenciar a efetividade do atingimento dos objetos pactuados nos termos de cooperação assinados.

1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda

1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: Em razão da recomendação da CGU a CSO apensará ao processo de prestação de contas o parecer técnico, demonstrando que o objeto do Termo de Cooperação está sendo atingido na íntegra, permitindo que a área financeira analise o processo de prestação de contas para aprovação sob o ponto de vista contábil.

A CSO detém em sua guarda, todos os documentos técnicos que evidenciam o atendimento e a efetividade do cumprimento dos objetos pactuados nos Termos de Cooperação. Em razão da recomendação, a CSO sempre que possível, analisará a necessidade de acrescentar novos documentos ao processo de prestação de contas, para que fique caracterizado de forma mais clara o atingimento dos objetos pactuados.

### **Constatação 007**

#### **Recomendação: 001**

1.1) Descrição: Buscar, nas prestações de contas do trimestre subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores, a compensação do valor correspondente ao somatório das despesas pagas com recursos de convênios e dos valores repassados por intermédio de termos de cooperação, correspondentes aos produtos apresentados, conforme previsto nos respectivos Planos de Trabalho, observadas as prerrogativas do órgão concedente de reorientar ações, e de acatar, ou não, justificativas com relação às disfunções porventura havidas na execução.

- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: Concor-  
da
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A re-  
comendação em tela refere-se a repasses a Diretoria de Portos e Costas  
da Marinha do Brasil, a qual está informada e orientada a atender a pre-  
sente recomendação.

## **Constatação 008**

### **Recomendação: 001**

- 1.1) Descrição: Enquanto restar vigente convênio firmado junto à DPC, da  
Marinha do Brasil, orientá-la a individualizar, nos contratos de compras  
e/ou prestações de serviços celebrados, os objetos a serem executa-  
dos, vinculando-os aos respectivos convênios.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: Concor-  
da
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A re-  
comendação foi repassada para a DPC e houve contatos telefônicos  
complementando as informações e orientando-a. Informamos que foi  
agendada uma reunião entre os representantes da ANP e da DPC para  
que de maneira mais intensa sejam trocadas as idéias e colocada em  
ata específica sobre o assunto. Na citada reunião foi apresentada minuta  
de procedimento para o encaminhamento de documentos relativos à  
prestação de contas no âmbito do convênio nº 575716. O prazo proposto  
é em função da rescisão do Convênio e da celebração do Termo de Co-  
operação.

### **Recomendação: 002**

- 1.1) Descrição: Na análise das prestações de contas, a ANP deve verificar a  
compatibilidade entre a descrição e a natureza dos serviços prestados,  
com aqueles previstos nos convênios assinados.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: Concor-  
da
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: Na aná-  
lise das prestações de contas feitas pela área técnica e pela área finan-  
ceira é verificada a compatibilidade entre a descrição e a natureza dos  
serviços prestados. Conforme demonstrado durante a auditoria de ges-  
tão do exercício de 2009, ao existirem dúvidas dessa natureza, a ANP  
de maneira formal ou informal, solicita a DPC informações complementa-  
res para saneamento das dúvidas eventualmente levantadas. Em razão  
da recomendação, esses procedimentos serão aprimorados. Salienta-



mos que com a adoção do ponto de controle por meio das perícias executadas, haverá uma redução significativa nos documentos a serem apresentados na prestação de contas e na eventualidade de dúvidas surgidas.

### **Recomendação: 003**

- 1.1) Descrição: Agilizar as alterações nos planos de trabalho e na forma de prestação de contas dos termos de cooperação, de modo a evitar que a documentação apresentada pela Marinha continue inadequada à real comprovação do cumprimento do objeto acordado.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação a recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: Salientamos que o entendimento da área técnica da Agência sempre foi no sentido de que a documentação constante do processo de prestação de contas considerando eventuais dúvidas suscitadas está compatível e adequada ao objeto pactuado. Contudo, em razão da recomendação, a área técnica considera que é sempre salutar aprimorar os procedimentos e verificar a melhor adequação dos seus controles internos, o que foi feito pela CSO.

Baseados na memória de cálculo dos quantitativos e valores apresentados, que compõem o custo unitário das perícias técnicas objeto do termo de cooperação, serão adaptados os planos de trabalho, com o objetivo de se adequar a nova sistemática de acompanhamento e fiscalização dos termos de cooperação, que será feito por meio do controle das perícias executadas dentro do cronograma mensal previsto no plano de trabalho, aferindo dessa forma, de maneira mais simples a compatibilidade entre a descrição e a natureza dos serviços prestados, com aqueles previstos nos termos de cooperação.

A área técnica considera que a documentação constante nas prestações de contas está adequada ao cumprimento do objeto acordado.

### **Constatação 009**

#### **Recomendação: 001**

- 1.1) Descrição: A ANP deve aprimorar o Plano de Trabalho dos termos de cooperação de modo a atuar, adequadamente, no planejamento, no acompanhamento e na fiscalização desses termos firmados, visando o pleno atendimento dos objetivos pactuados.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: Concorda
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: Considerando as providências a serem implementadas no item anterior, a

CSO irá agilizar as modificações citadas, tendo o prazo para atendimento para abril de 2011.

#### **Recomendação: 002**

- 1.1) Descrição: A ANP deve efetuar a transferência de recursos somente àquela Unidade Gestora que figura como conveniente nos convênios/termos de cooperação avençados.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: Concor-  
da
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A área de execução da SFA/FINANCEIRO informou que irá intensificar os seus controles, evitando a ocorrência que gerou a recomendação acima.

#### **Constatação 010**

##### **Recomendação: 001**

- 1.1) Descrição: A ANP, na condição de órgão concedente em convênios e/ou termos de cooperação firmados, deve observar e cumprir os dispositivos previstos nos arts. 56 e 60, da Portaria Interministerial nº 127/2008, especialmente no que tange à tempestividade na cobrança, junto aos convenientes, das prestações de contas pertinentes e à análise das prestações de contas, nos prazos legalmente previstos, de modo a garantir a continuidade na execução dos ajustes firmados.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: Concor-  
da
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A área de execução da SFA/FINANCEIRO informou que irá intensificar os seus controles, evitando a ocorrência que gerou a recomendação acima.

##### **Recomendação: 002**

- 1.1) Descrição: A ANP deve promover e atualizar os registros pertinentes no SIAFI/SICONV referentes à liberação, comprovação e aprovação das prestações de contas dos convênios/termos de cooperação nºs 575716, 636385, e 635874, em estrita observância ao que prevêm os arts. 56 e 60, da Portaria Interministerial nº 127/2008.
- 1.2) Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: Concor-  
da
- 1.3) Providências adotadas e setor responsável pela implementação: A área responsável pelas prestações de contas adotou procedimentos para o atendimento da recomendação.

## 32. ANEXO I – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU

**Quadro A.15.1 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU**  
(Item 12.1 parte A do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 107/2010)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	010.797/2007-8	1447/2010-Plenário	9.6	DE	200/2010-TCU/SECOB-1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>9.6. Determinar à Agência Nacional do Petróleo que:</p> <p>9.6.1. realize auditoria nas informações enviadas pelas distribuidoras de asfaltos das regiões Norte e Centro-Oeste, nos termos do art. 2º da Resolução ANP 27/2008;</p> <p>9.6.2. encaminhe ao TCU, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as estruturas de formação de preços de distribuição de produtos asfálticos, segregadas por unidade da federação e região geográfica e nacionalmente consolidadas, assim como o resultado da auditoria de que trata o subitem anterior.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Coordenadoria de Defesa da Concorrência – CDC – Auditoria Interna – AUD					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Auditoria com colaboração da Coodenadoria de Defesa da Concorrência – CDC realizou auditoria especial sobre as informações enviadas pelas distribuidoras de asfaltos das regiões Norte e Centro-Oeste, nos termos do art. 2º da Resolução ANP 27/2008;</p> <p>A CDC encaminhou para a Auditoria Interna, por meio da Nota Técnica nº 54/CDC, o estudo técnico contendo as estruturas de formação de preços de distribuição de produtos asfálticos, por unidade da federação e região geográfica do país.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>As áreas responsáveis da ANP sobre o assunto têm ciência do Acórdão.</p> <p>Foi enviado a Secretaria de Obras – SECOB o Ofício nº 060/2010/AUD de 22/10/2010</p>					

atendendo o item 9.6.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SI-ORG</b>
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	005.542/2006-0	2055/2010-Plenário	9.2	DE	Of. 438/2010-TCU/SEFID
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SI-ORG</b>
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>9.2. determinar à Agência Nacional de Petróleo – ANP, com fulcro no art. 43, I, da Lei Orgânica do TCU-LOTUCU c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU-RITCU, encaminhe ao Tribunal de Contas da União a cópia dos extratos dos contratos de concessão das áreas de Espigão, Oeste Canoas e São João, por ocasião da sua celebração, no prazo previsto na IN nº 27/98 do TCU, art 8º, inciso IV, ou comunique a este Tribunal a ocorrência de situação diversa;</p> <p>9.3. arquivar o processo.</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SI-ORG</b>
Superintendência de Promoção de Licitações – SPL.					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Por meio do Ofício nº 063/2009/AUD, a Auditoria Interna encaminhou cópia da Resolução nº 35 de 6 de novembro de 2009 a qual altera o inciso IV do artigo 3º da Resolução ANP nº 27/2008, dando cumprimento a determinação do Egrégio Tribunal.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					

Por meio do Ofício nº 037/2010/AUD de 13/09/2010, foi encaminhado ao TCU, os procedimentos finais, concluindo a Segunda Rodada de Licitações para Áreas Inativas com Acumulações Marginais, ficando atendido o item 9.2.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	021.340/2006-3	2142/2010-Plenário	9.16	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>9.16.determinar à Agência Nacional do Petróleo - ANP que:</p> <p>9.16.1. amplie o universo de entidades pesquisadas com a finalidade de fixação de preço de referência para as licitações do PMQC, considerando a possibilidade de verificar também os preços praticados junto a laboratórios particulares, bem como se certifique de que a composição de preço dos respectivos serviços consista em um valor justo e proporcional ao trabalho a ser realizado;</p> <p>9.16.2. adote a mesma orientação contida na alínea anterior por ocasião da celebração de aditivos que envolvam dispêndios financeiros à ANP, na busca de obtenção de maior economia aos cofres públicos;</p> <p>9.16.3. questione e exija retificação dos preços contratados quando, em atendimento à</p>					

solicitação da ANP para instruir processo de renovação de outros contratos, a instituição integrante do PMQC apresentar cotação de preços em valores inferiores àqueles praticados pela própria prestadora de serviços na sua área de atuação, a exemplo do ocorrido com a UNICAMP em relação às cotações apresentadas para a renovação do Contrato n.º 7.013/05 (da FURB de Santa Catarina) e com a FAURGS, também para a renovação do referido contrato de Santa Catarina;

9.16.4. abstenha-se de convidar somente aquelas entidades que já participavam do Programa desde sua implementação, ou seja, as entidades integrantes da Rede de Laboratórios Credenciados, pois tal procedimento caracteriza direcionamento da licitação e burla aos princípios licitatórios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e isonomia;

9.16.5. divulgue em veículos de grande circulação nacional os editais licitatórios dessa Agência, principalmente os serviços do PMQC, em atenção ao princípio da publicidade norteador de todas as licitações públicas;

9.16.6. exija das licitantes dessa Agência que, ao decidirem formar parceria com outras entidades (inclusive fundações de apoio), apresentem a respectiva proposta instruída com documentos assinados por todos os entes envolvidos, especialmente nos ajustes firmados no âmbito do PMQC, bem como defina com precisão as obrigações de cada contratada no termo correspondente, em cumprimento ao disposto no item 9.2.2 do Acórdão n.º 862/2003-TCU-2ª Câmara – Sessão de 29/05/2003 – Ata n.º 19/2003 (contas da ANP de 2000) e ao previsto no art. 54, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, de forma a evitar o ocorrido no Contrato n.º 4.028/04, bem como se abstenha de denominar as contratadas como sendo uma única pessoa jurídica, a exemplo de “UFPR/FUNPAR”, tendo em vista a individualização dos entes, em atenção aos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, insertos no art. 3º, da Lei n.º 8.666/93;

9.16.7. cumpra o disposto no art. 16, inciso III, do Regulamento para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços da ANP, aprovado por meio da Portaria/ANP n.º 223/2000, no sentido de adjudicar e homologar licitações que tenham, comprovadamente, o número mínimo de 5(cinco) propostas válidas;

9.16.8. atente para o disposto no art. 60, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, no sentido de orientar as contratadas dessa Agência para que, em caso de término de vigência dos respectivos termos, sejam suspensos os correspondentes serviços até que seja celebrado termo aditivo e/ou novo contrato;

9.16.9. abstenha-se de orientar as instituições integrantes do PMQC, e dos demais programas geridos por essa Agência, de celebrar contratos com o único objetivo de viabilizar o pagamento de serviços prestados à ANP sem cobertura contratual;

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SI-ORG
Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos – SBQ.	
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	

Por meio do Memorando nº 152/2010/AUD para o Diretor Geral, Diretores e SBQ, a Auditoria Interna encaminhou cópia do Acórdão nº 2.142/2010/Plenário, para conhecimento e providências cabíveis. Embora, tenhamos ciência que as áreas técnicas envolvidas no atendimento da determinação contida no item 9.16 tomaram as providências necessárias para o atendimento do item, não houve, após a data do referido Acórdão, nenhum procedimento licitatório que necessitasse a aplicação das determinações.

#### **Síntese dos resultados obtidos**

Com relação ao subitem 9.16.7, a ANP interpôs Embargo de Declaração e o Tribunal deliberou a aceitação das razões expostas e deu provimento ao pedido da Agência, tornando insubsistente o subitem citado, por meio do Acórdão nº 3.147/2010. As demais determinações foram acatadas.

#### **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	009.643/2009-5	2317/2010-Plenário	9.6	DE/RE	Of. 411/2010-TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>9.2. recomendar à ANP que adote medidas para:</p> <p>9.2.1. sistematizar as fiscalizações periódicas necessárias para conferir a continuidade das operações das instalações de apoio às atividades de exploração e produção, tanto de petróleo quanto de gás natural (porto, oficinas de manutenção e fabricação, armazéns e almoxarifados, escritório e aeroporto), que tenham sido consideradas no processo de enquadramento de municípios como beneficiários de royalties;</p> <p>9.2.2. elaborar planejamento anual de auditorias nas informações prestadas, pelas concessionárias, no Demonstrativo da Apuração da Participação Especial.</p> <p>9.3. determinar à ANP que inclua no Relatório de Gestão de 2010, a ser encaminhado ao Tribunal, informações sobre o resultado dos trabalhos da comissão de sindicância instaurada pela Portaria nº 95/2009, prorrogada pela Portaria nº 108/2009, para apurar fatos e irregularidades noticiados nos autos dos Processos nºs 48610.010538/2006–74, 48610.011427/2007–66, 48610.008956/2006–18, 48610.004816/2008–16 e 48610.004997/2009–61.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Controle das Participações Governamentais – SPG e Corregedoria – CRG					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Por meio do Ofício nº 053/2010/AUD de 29/10/2010, foi informado ao TCU as medidas que foram adotadas pela Agência para atendimento das recomendações/determinações constantes do Acórdão.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>As áreas responsáveis sobre o assunto tomaram ciência do teor do acórdão e providenciaram o atendimento.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a ado-					



ção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SI-ORG</b>
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	033.386/2008-1	2799/2010-Plenário	9.6	RE	Of. 517/2010-TCU/SEFID
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SI-ORG</b>
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>9.6. recomendar, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP que adote as medidas necessárias para que o serviço de relacionamento da Agência com os usuários dos serviços por ela regulados atenda aos requisitos do Decreto n.º 6.523/2008, especialmente aos de acessibilidade do serviço e de acompanhamento e resolução de demandas, definidos nos arts. 5º, 6º e 17, caput, desse normativo.</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SI-ORG</b>
Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional – SCI.					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Por meio do Ofício nº 057/2010/AUD de 17/12/2010, foi informado ao TCU as medidas que foram adotadas pela Agência para atendimento dos esclarecimentos/informações constantes do Acórdão.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A área responsável sobre o assunto tomou ciência do teor do acórdão e providenciou o atendimento.</p>					

<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	020.510/2008-7	3570/2010-2ª Câmara	1.5	DE	Of. 327/2010-TCU/SECEX-9
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5. Determinações: à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP que:</p> <p>1.5.1. atue de forma sistemática e efetiva no planejamento, acompanhamento e fiscalização da execução dos convênios que vier a celebrar, observando o art. 51 e seguintes da Portaria Interministerial n.º 127/2008 e o Decreto nº 6.170/2007, em especial atentando para os seguintes pontos:</p> <p>1.5.1.1. designação de servidor responsável pelo acompanhamento do convênio;</p> <p>1.5.1.2. registro de todas as ocorrências relacionadas à sua execução;</p> <p>1.5.1.3. natureza e conformidade das despesas realizadas de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, o qual deve</p>					

contemplar as metas quantitativas e qualitativas, especialmente a estimativa dos recursos financeiros e a especificação dos bens, serviços e obras necessários à execução do objeto conveniado;

1.5.2. alerte os convenientes para o cumprimento do art. 49, caput e §§ 1º, 2º e 3º da Portaria Interministerial n.º 127/2008, assegurando-se da observância das Leis n.º 8666/1993 e 10.520/2002, bem como informe sobre a necessidade do conveniente efetuar a comprovação de pagamentos de despesas relativas a convênios diferentes mediante a emissão, para cada um deles, de documentos fiscais distintos, não sendo admitida a realização de despesas em datas anteriores e posteriores às suas vigências;

1.5.3. exija dos convenientes o cumprimento dos requisitos de formalização e apresentação das prestações de contas dos ajustes, contemplando o original ou cópia autenticada da 1ª via dos documentos comprobatórios das despesas pagas com recursos do convênio (faturas, recibos, notas fiscais), contendo nome do conveniente, número do convênio, assinatura e carimbo do agente competente responsável pelo atesto de recebimento dos bens e/ou serviços adquiridos, em local que não inviabilize a leitura de dados dos documentos;

1.5.4. não aprove prestações de contas cujas despesas não estejam previstas no Termo de Convênio e/ou no Plano de Trabalho, exigindo a apresentação de todos os documentos comprobatórios elencados pela legislação pertinente em vigor, devendo os mesmos permanecer à disposição dos órgãos de controle interno e externo;

1.5.5. observe os ditames do Acórdão n.º 2731-2008-TCU-Plenário, em especial, seu item 9.4.1, abstendo-se de realizar repasses diretamente para Fundações de Apoio a Instituições Federais de Ensino Superior, em convênios com objetivos de fomentar a pesquisa científica ou tecnológica, passando a firmar os ajustes diretamente com as Instituições de Ensino Superior;

1.5.6. adote providências imediatas, informando-as nas próximas contas, para ajustar os objetos dos convênios 480715, firmado com a FUNPEC-RN, e 480385, firmado com a FAPEX-BA, de modo que os convenientes passem a ser as Instituições Federais de Ensino Superior a eles correspondentes, em conformidade com o Acórdão 2731/2008-TCU-Plenário.

#### **Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SI-ORG</b>
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA e Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO.	

#### **Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:**

Por meio do Memorando n.º 125/2010/AUD encaminhado para o Diretor Geral e Diretores e Memorando n.º 126/2010/AUD para a SFA/ADM e CSO, a Auditoria Interna encaminhou cópia do Acórdão n.º 3.570/2010/TCU-Segunda Câmara, referente à Prestação de Contas – Exercício 2007, para conhecimento e providências cabíveis, solicitando que as áreas técnicas adotem os procedimentos necessários para o atendimento as determinações e caso considerassem haver alguma impossibilidade de atendimento, que fosse informado a Auditoria para adoção dos procedimentos previstos na Lei Orgânica do TCU. As determinações foram implementadas a exceção da 1.5.6 que, conforme Acórdão n.º 2.231/2010/TCU-Plenário, teve seu prazo para atendimento postergado até 31/12/2010.

#### **Síntese dos resultados obtidos**

As áreas responsáveis sobre o assunto tomaram ciência do teor do acórdão e providenciaram o atendimento.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	022.631/2009-0	1895/2010-Plenário	9.1	DE	Of. 480/2010-TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-

	ORG
ANP	25.281
<b>Descrição da Deliberação:</b>	
<p>9.1 determinar à Agência Nacional de Águas, à Agência Nacional de Aviação Civil, à Agência Nacional do Cinema, à Agência Nacional de Energia Elétrica, à Agência Nacional de Petróleo, à Agência Nacional de Saúde, à Agência Nacional de Telecomunicações, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao Banco Central do Brasil, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, à Comissão de Valores Mobiliários, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e à Superintendência de Seguros Privados que:</p> <p>9.1.1 procedam ao levantamento e à identificação de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no CADIN, sob sua responsabilidade, providenciando a devida inscrição e comunicando ao Tribunal de Contas da União as medidas adotadas, no prazo de 60 dias, contados da ciência desta deliberação;</p> <p>9.1.2. procedam ao levantamento de processos que, em virtude dos prazos legais, sofram maiores riscos de prescrição, adotando as providências legais cabíveis nas instâncias administrativas (inscrição dos créditos em dívida ativa e no Cadin) e judiciais (ajuízamento das respectivas ações de execução), com vistas a obstar prejuízos ao Tesouro Nacional, comunicando ao Tribunal de Contas da União as medidas adotadas, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência desta deliberação;</p> <p>9.1.3 encaminhem a este Tribunal, no prazo de 60 dias, contados da ciência deste Acórdão, relatório informando a quantidade de multas canceladas ou suspensas em instâncias administrativas próprias, os valores associados a estas multas, e os percentuais de cancelamento e suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente, no período entre 2005 e 2009;</p> <p>9.1.4 encaminhem a este Tribunal, no prazo de 60 dias, contados da ciência desta deliberação, os esclarecimentos pertinentes sobre as possíveis causas das falhas e deficiências informadas no Relatório e no Voto que fundamentam este Acórdão, ensejadoras das determinações constantes nos subitens 9.1.1 a 9.1.3, retro;</p> <p>9.2. determinar à Agência Nacional de Aviação Civil, à Agência Nacional do Cinema, à Agência Nacional de Energia Elétrica, à Agência Nacional de Petróleo, à Agência Nacional de Saúde, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Agência Nacional de Transportes Terrestres, ao Banco Central do Brasil, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, à Comissão de Valores Mobiliários, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e à Superintendência de Seguros Privados que procedam à verificação dos seus mecanismos de cobrança administrativa, com vistas à identificação de melhorias que possam contribuir para o aumento da eficácia e do desempenho na arrecadação proveniente das multas aplicadas, cujo percentual de recolhimento situou-se abaixo de 50% de 2005 a 2009, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência desta deliberação, os esclarecimentos pertinentes sobre as possíveis causas dessa deficiência, bem como as conclusões e providências adotadas em virtude da presente determinação.</p>	

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SI-ORG</b>
Superintendência de Fiscalização do Abastecimento – SFI – Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA DF.	
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
O TCU, por meio do Acórdão 2.832/2010-Plenário, prorrogou por mais sessenta dias o prazo para o atendimento do Acórdão 1.817/2010 – Plenário.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Por meio do Ofício nº 056/2010/AUD, de 01 de dezembro de 2010 foi encaminhado ao TCU, os esclarecimentos/informações solicitados, atendendo o item 9.1 e 9.2.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	013.025/2005-8	4917/2010-2ª Câmara	1.9	DE	Of. 438/2010-TCU/SECEX-9
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>1.9. Determinar à ANP para que inclua no instrumento pelo qual a Agência outorga bolsa de estudos para a formação e capacitação de recursos humanos e para incentivo à execução de projetos de pesquisa científica e tecnológica a obrigatoriedade de os bolsistas devolverem os valores recebidos como bolsa de estudos, em caso de desistência ou da não conclusão do curso no prazo acordado (subitem: 4.2.23 e 4.2.24 da instrução de fl. 320 do Vol. 1).</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Coordenadoria de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos – CTC.					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Por meio do Memorando nº 157/2010/AUD para o Diretor Geral e Diretores, a Auditoria Interna encaminhou cópia do Acórdão nº 4.917/2010-Segunda Câmara. A Coordenadoria de Tecnologia e Formação de RH atendeu a determinação.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>A determinação esta atendida, pois foi incluída no instrumento a cláusula.</p>					

<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

**Quadro A.15.2 - Relatório das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.**

(Item 12.2 parte A do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 107/2010)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	026.559/2008-5	1611/2010-Plenário	9.1	DE	Of. 359/2010-TCU/SEFID
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
9.1. determinar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis que, caso resolva dar prosseguimento à Terceira Rodada de Licitações de Áreas Inativas contendo acumulações marginais, reencaminhe a este Tribunal de Contas da União os documentos previstos no art. 7º, I, da Instrução Normativa TCU nº 27/1998, devidamente atualizados.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Superintendência de Promoção de Licitações – SPL.					



<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>
<p>Por meio do Memorando nº 118/2010/AUD de 14/07/2010, a Auditoria Interna encaminhou ao Diretor Geral, Diretores e Superintendência de Promoção de Licitações – SPL, cópia do Acórdão nº 1.611/2010/TCU-Plenário, referente ao acompanhamento da terceira Rodada de Áreas Inativas contendo acumulações marginais, pois o entendimento das áreas técnicas é que antes do início da Terceira Rodada de Licitações de Áreas Inativas, deverá haver uma revisão e atualização dos normativos. Atualmente encontra-se em análise na Diretoria Colegiada as Propostas de Ação nº 1.493 com proposta de retomada das licitações e a Proposta de Ação nº 1.494 com proposta de atualização e revisão dos normativos.</p>
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
<p>A determinação foi acatada, entretanto, ela esta pendente de implementação, pois não houve o prosseguimento da Terceira Rodada.</p>
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	019.209/2007-9	3895/2010-2ª Câmara	1.5.3	DE	Of. 352/2010-TCU/SECEX-9
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5.3. Determinar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP que:</p>					

1.5.3.1. ao realizar procedimentos licitatórios ou ao promover contratações diretas, quer por dispensa quer por inexigibilidade de licitação, realize, quando couber, consulta de preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, desde que tais preços encontrem-se atualizados, em cumprimento ao caput do artigo 70 da Constituição da República e aos artigos 26, parágrafo único e 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93, anexando as pesquisas aos procedimentos licitatórios;

1.5.3.2. quando a liberação de recursos oriundos de convênios ocorrer em 3 (três) ou mais parcelas, a terceira deverá ficar condicionada à apresentação de prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada, e assim sucessivamente, em obediência ao art. 21, § 2º da IN/STN nº 01/97;

1.5.3.3. providencie, de forma tempestiva e completa, os dados e informações solicitados pelas equipes de auditoria do controle interno, a fim de viabilizar a adequada realização dos trabalhos de auditoria, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, conforme estabelecido no §1º do art. 26 da Lei nº 10.180/2001;

1.5.3.4. adote providências, informando-as ao Tribunal nas próximas contas, para que seja realizado o ressarcimento do valor de R\$ 13.762,70, referente a despesas com inspeções de plataformas, realizados por meio do convênio nº 417867, firmado com o Departamento de Portos e Costas da Marinha do Brasil, uma vez que não houve comprovação dessas despesas.

#### **Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SI-ORG</b>
Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA e Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO.	

#### **Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:**

Por meio do Memorando nº 131/2010/AUD para o Diretor Geral e Diretores e Memorando nº 132/2010/AUD para a CPL, SFA/ADM e CSO, a Auditoria Interna encaminhou cópia do Acórdão. Todas as áreas responsáveis foram cientificadas das determinações.

A ANP, por meio do Ofício nº 02/2011/SFA/FINANCEIRO, cientificou a Marinha do Brasil – Diretoria de Portos e Costas/DPC. O DPC concordou em realizar o ressarcimento, contudo, solicitou que a ANP encaminhasse documentação complementar sobre o assunto.

#### **Síntese dos resultados obtidos**

<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP					25.281
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	019.585/2009-3	6210/2010-1ª Câmara	1.6	RE	Of. 492/2010-TCU/SECEX-9
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SI-ORG
ANP					25.281
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6. Recomendar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP que:</p> <p>1.6.1. adote providências para dotar a Auditoria Interna de pessoal qualificado, e em número suficiente, para cumprir suas atribuições a contento;</p> <p>1.6.2. adote providências para que os Relatórios Anuais de Auditoria Interna-RAINT contemplem os aspectos da IN-CGU 1/2007, apresentando, de forma detalhada e conclusiva: a análise crítica sobre os indicadores de gestão e os resultados da Agência; as recomendações da Auditoria Interna e da Diretoria Colegiada; as recomendações dos órgãos de controle, incluindo a descrição das providências adotadas, os responsáveis por implementá-las e as justificativas pela eventual não implementação das recomendações.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SI-ORG
Auditoria Interna – AUD.					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Por meio do Memorando nº 166/2010/AUD para o Diretor Geral, Diretores, Secretaria Executiva e Comissão Permanente de Licitação, a Auditoria Interna encaminhou cópia do Acórdão nº 6.210/2010-Primeira Câmara. Conforme reunião realizada com representante da Auditoria Interna e da SRH, está previsto, quando do próximo concurso da ANP, o aumento do número de servidores na Auditoria Interna. O RAINT que está em elaboração pela Auditoria Interna já prevê o atendimento do subitem 1.6.2.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
O RAINT 2010 elaborado pela Auditoria Interna prevê o atendimento do subitem 1.6.2.					

<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
A recomendação 1.6.1 depende para sua implementação da realização de novo concurso público.

**Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das Recomendações da CGU.**  
(Item 12.3 parte A do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 107/2010)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	245.301	Constatação 006	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001: Aprimorar o fluxo de fornecimento de informações e documentos que permitam a adequada avaliação e análise, pelos órgãos de controle, das prestações de contas dos convênios e termos de cooperação assinados com a DPC.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SI-ORG
Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO.			
Síntese da providência adotada:			
As áreas técnicas da Agência foram orientadas a aprimorarem o fluxo das informações e das documentações constantes a serem anexadas às prestações de contas dos Convênios e Termos de Cooperação assinados com a Diretoria de Portos e Costas - DPC. As áreas responsáveis consideram que a recomendação está atendida. Contudo, dentro do			

interesse de melhor adequar os procedimentos de controles internos desta Agência, está sendo preparado o procedimento para sistematização dos documentos a serem anexados à prestação de contas.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Atendida a recomendação.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	245.301	Constatação 006	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 002: A ANP deve apresentar à CGU-Regional/RJ, até 31/07/2010, a memória de cálculo referente aos quantitativos e valores que compõem o custo unitário das perícias técnicas objeto do termo de cooperação nº 635874, bem como os comparativos com os preços de mercado pesquisados, de modo a propiciar a análise da proposta da ANP de alteração do produto esperado e, conseqüentemente, da forma de prestar contas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SI-ORG
Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO.			

**Síntese da providência adotada:**

Em atendimento a recomendação a CSO esta encaminhando as seguintes informações:

Em relação aos quantitativos:

Tendo como base o número de unidades marítimas de perfuração, produção e armazenagem de petróleo em operação nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, bem como aquelas que entrarão em operação nos próximos anos, foi estimado por parte da CSO, o número de perícias técnicas a serem realizadas mensalmente pela Marinha, da seguinte forma:

Número de perícias a serem realizadas entre 2008 a 2013 = 4833

Em relação aos valores que compõem o custo unitário das perícias técnicas:

Foram estimados pela DPC valores relativos a diárias, diárias militar, material de consumo, passagens, serviço de terceiros (pessoa jurídica), material permanente, totalizando R\$ 48.330.000,00.

Meta física prevista: realização de 4.833 perícias técnicas

Valor por perícia: R\$ 48.330.000,00 / 4833 = **R\$ 10.000,00**

Em relação aos comparativos com os preços de mercado pesquisados.

Conforme dados do anexo, retirados do processo 48610.002625/2009-09, (LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ÀS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL OFFSHORE), que contempla um serviço similar ao prestado pela DPC, foram apresentados os seguintes valores à época da licitação (Outubro de 2009):

Valores relativos a uma verificação		
Sociedade Classificadora	Zona 1	Zona 2
Galena	R\$ 39.177,00	R\$ 39.471,00
RBNA	R\$ 25.903,82	R\$ 26.554,60
DNV	R\$ 33.436,30	R\$ 36.225,52
BV	R\$ 28.000,00	R\$ 23.250,00
<b>Média</b>	<b>R\$ 31.629,28</b>	<b>R\$ 31.375,28</b>

Dessa forma, observa-se que é economicamente vantajoso para ANP aceitar o valor cobrado pela DPC.

**Síntese dos resultados obtidos**

A CGU considerou a recomendação atendida.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	245.301	Recomendação 006	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 003: Aprimorar os Planos de Trabalho e as prestações de contas dos termos de cooperação vigentes de modo a garantir a adequação dos recursos necessários ao cumprimento dos objetos pactuados.			
Providências Adotadas			



<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SI-ORG</b>
Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO.	
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
<p>Está em elaboração à revisão dos planos de trabalho e das prestações de contas dos Termos de Cooperação para atender os ajustes necessários para adequá-los a nova sistemática de acompanhamento e fiscalização dos objetos pactuados, por meio dor número de perícias realizadas, conforme proposta da CGU e aceita pela ANP.</p> <p>Ressalta-se que os planos de trabalho dos termos de cooperação estão consonantes com o objeto pactuado no que diz respeito à execução técnica dos instrumentos avençados, abordando de forma clara quais são os objetivos a serem atingidos e que atualmente não existe nenhuma lacuna referente à execução dos termos de cooperação.</p> <p>Conforme previsto na recomendação nº 004, o convênio nº 575716 esta para ser rescindido e será transformado em Termo de Cooperação, em razão disso, o prazo apresentado pela ANP, levou em consideração a adequação dos três Termos de Cooperação.</p>	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
A área responsável atendeu a recomendação.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SI-ORG</b>
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP			25.281
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	245.301	Constatação 006	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SI-ORG</b>
ANP			25.281
<b>Descrição da Recomendação:</b>			

Recomendação 004: Avaliar a conveniência e oportunidade de rescindir o convênio nº 575716 e firmar o respectivo termo de cooperação, observados os dispositivos previstos na Portaria Interministerial nº 127/2008, visando otimizar os procedimentos internos da ANP.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SI-ORG</b>
Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO.	
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
Foi elaborada a Proposta de Ação – Proposta de Ação nº 1218/2010, que está em análise nas áreas técnicas da Agência para posterior aprovação da Diretoria Colegiada. O objeto da PA é rescindir o convênio nº 575716 e concomitantemente, firmar com a DPC, o Termo de Cooperação com o mesmo objeto, adequando-o aos ditames da Portaria Interministerial nº 127/08 e transferida para a CSO a responsabilidade técnica do Termo Cooperação, esse procedimento visa otimizar os procedimentos internos, pois a Coordenação já desempenha essas funções com os outros dois Termos celebrados com a Marinha.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Considerando as providências a serem implementadas a CSO irá agilizar as modificações citadas e considera que a recomendação está dentro do prazo previsto para sua implantação.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SI-ORG</b>
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP			25.281
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>

5	245.301	Constatação 006	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SI-ORG</b>
ANP			25.281
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendação 005: Fazer constar nas prestações de contas os documentos técnicos suficientes para evidenciar a efetividade do atingimento dos objetos pactuados nos termos de cooperação assinados			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SI-ORG</b>
Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO.			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
<p>Em razão da recomendação da CGU a CSO apensará ao processo de prestação de contas o parecer técnico, demonstrando que o objeto do Termo de Cooperação está sendo atingido na íntegra, permitindo que a área financeira analise o processo de prestação de contas para aprovação sob o ponto de vista contábil.</p> <p>A CSO detém em sua guarda, todos os documentos técnicos que evidenciam o atendimento e a efetividade do cumprimento dos objetos pactuados nos Termos de Cooperação. Em razão da recomendação, a CSO sempre que possível, analisará a necessidade de acrescentar novos documentos ao processo de prestação de contas, para que fique caracterizado de forma mais clara o atingimento dos objetos pactuados.</p>			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
A CSO considera a recomendação atendida.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SI-ORG</b>
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP	25.281

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	245.301	Constatação 007	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 001: Buscar, nas prestações de contas do trimestre subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores, a compensação do valor correspondente ao somatório das despesas pagas com recursos de convênios e dos valores repassados por intermédio de termos de cooperação, correspondentes aos produtos apresentados, conforme previsto nos respectivos Planos de Trabalho, observadas as prerrogativas do órgão concedente de reorientar ações, e de acatar, ou não, justificativas com relação às disfunções porventura havidas na execução.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SI-ORG
Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO.			
Síntese da providência adotada:			
<p>A recomendação em tela refere-se aos repasses a Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil, a qual está informada e orientada a atender a presente recomendação.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
A CSO considera a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	245.301	Constatação 008	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 001: Enquanto restar vigente convênio firmado junto à DPC, da Marinha do Brasil, orientá-la a individualizar, nos contratos de compras e/ou prestações de serviços celebrados, os objetos a serem executados, vinculando-os aos respectivos convênios.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SI-ORG
Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO.			
Síntese da providência adotada:			
<p>A recomendação foi repassada para a DPC e houve contatos telefônicos complementando as informações e orientando-a. Informamos que foi agendada uma reunião entre os representantes da ANP e da DPC para que de maneira mais intensa sejam trocadas as idéias e colocada em ata específica sobre o assunto. Na citada reunião foi apresentada minuta de procedimento para o encaminhamento de documentos relativos à prestação de contas no âmbito do convênio nº 575716. O prazo proposto é em função da rescisão do Convenio e da celebração do Termo de Cooperação.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>Considerando as providências a serem implementadas, a CSO considera a recomendação atendida.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SI-ORG</b>
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	245.301	Constatação 008	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SI-ORG</b>
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 002: Na análise das prestações de contas, a ANP deve verificar a compatibilidade entre a descrição e a natureza dos serviços prestados, com aqueles previstos nos convênios assinados.</p>			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SI-ORG</b>
Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO.			
Síntese da providência adotada:			
<p>Na análise das prestações de contas feitas pela área técnica e pela área financeira é verificada a compatibilidade entre a descrição e a natureza dos serviços prestados. Conforme demonstrado durante a auditoria de gestão do exercício de 2009, ao existirem dúvidas dessa natureza, a ANP de maneira formal ou informal, solicita a DPC informações complementares para saneamento das dúvidas eventualmente levantadas. Em razão da recomendação, esses procedimentos serão aprimorados. Salientamos que com a adoção do ponto de controle por meio das perícias executadas, haverá uma redução significativa nos documentos a serem apensados na prestação de contas e na eventualidade de dúvidas surgidas.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>Considerando as providências a serem implementadas, a CSO considera a recomendação atendida.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	245.301	Constatação 008	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 003: Agilizar as alterações nos planos de trabalho e na forma de prestação de contas dos termos de cooperação, de modo a evitar que a documentação apresentada pela Marinha continue inadequada à real comprovação do cumprimento do objeto acordado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SI-ORG
Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO.			
Síntese da providência adotada:			

<p>Salientamos que o entendimento da área técnica da Agência sempre foi no sentido de que a documentação constante do processo de prestação de contas considerando eventuais dúvidas suscitadas está compatível e adequada ao objeto pactuado. Contudo, em razão da recomendação, a área técnica considera que é sempre salutar aprimorar os procedimentos e verificar a melhor adequação dos seus controles internos, o que foi feito pela CSO.</p> <p>Baseados na memória de cálculo dos quantitativos e valores apresentados, que compõem o custo unitário das perícias técnicas objeto do termo de cooperação, serão adaptados os planos de trabalho, com o objetivo de se adequar a nova sistemática de acompanhamento e fiscalização dos termos de cooperação, que será feito por meio do controle das perícias executadas dentro do cronograma mensal previsto no plano de trabalho, aferindo dessa forma, de maneira mais simples a compatibilidade entre a descrição e a natureza dos serviços prestados, com aqueles previstos nos termos de cooperação.</p> <p>A área técnica considera que a documentação constante nas prestações de contas está adequada ao cumprimento do objeto acordado.</p>
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Considerando as providências a serem implementadas, a CSO irá agilizar as modificações citadas e considera a recomendação atendida.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicom bustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	245.301	Constatação 009	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001: A ANP deve aprimorar o Plano de Trabalho dos termos de cooperação de modo a atuar, adequadamente, no planejamento, no acompanhamento e na fiscalização desses termos firmados, visando o pleno atendimento dos objetivos pactuados.			



Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SI-ORG
Coordenadoria de Segurança Operacional – CSO.	
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
Considerando as providências a serem implementadas no item anterior, a CSO irá agilizar as modificações citadas e considera a recomendação atendida.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	245.301	Constatação 009	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281

<b>Descrição da Recomendação:</b>	
Recomendação 002: A ANP deve efetuar a transferência de recursos somente àquela Unidade Gestora que figura como conveniente nos convênios/termos de cooperação avençados.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SI-ORG</b>
Coordenadoria Financeira – SFA FIN.	
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
A área de Execução da SFA/FINANCEIRO informa que irá intensificar os seus controles, evitando a ocorrência que gerou a recomendação acima e considera a recomendação atendida.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SI-ORG</b>
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP	25.281
<b>Recomendações do OCI</b>	
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	245.301	Constatação 010	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 001: A ANP, na condição de órgão concedente em convênios e/ou termos de cooperação firmados, deve observar e cumprir os dispositivos previstos nos arts. 56 e 60, da Portaria Interministerial nº 127/2008, especialmente no que tange à tempestividade na cobrança, junto aos convenientes, das prestações de contas pertinentes e à análise das prestações de contas, nos prazos legalmente previstos, de modo a garantir a continuidade na execução dos ajustes firmados.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SI-ORG
Coordenadoria Financeira – SFA FIN.			
Síntese da providência adotada:			
<p>A área de Execução da SFA/FINANCEIRO informa que irá intensificar os seus controles, evitando a ocorrência que gerou a recomendação acima e considera a recomendação atendida.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SI-ORG</b>
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	245.301	Constatação 010	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SI-ORG</b>
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 002: A ANP deve promover e atualizar os registros pertinentes no SIA-FI/SICONV referentes à liberação, comprovação e aprovação das prestações de contas dos convênios/termos de cooperação nºs 575716, 636385, e 635874, em estrita observância ao que prevêm os arts. 56 e 60, da Portaria Interministerial nº 127/2008.</p>			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SI-ORG</b>
Coordenadoria Financeira – SFA FIN			
Síntese da providência adotada:			
<p>A área responsável pelas prestações de contas adotou procedimentos para o atender a recomendação.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

**Quadro A.15.4 – Situação das Recomendações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.**

(Item 12.4 parte A do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 107/2010)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SI-ORG
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis – ANP			25.281
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1			
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SI-ORG
ANP			25.281
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SI-ORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Não há pendências.

**33. ANEXO J – DEMONSTRATIVO ANÁLITICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

(Item 4 – Parte C – Anexo II – DN/TCU 107/2010)

Empresa Leiaute Comunicação e Propaganda Ltda.  
Contrato nº 1082/07-ANP-002.274

	Programa de Trabalho	Dotação Orçamentária	Valor do Contrato	Vigência do Contrato	Beneficiário	Valor
Publicidade Institucional	X	X	X	X	X	X
Publicidade Legal	X	X	X	X	X	X
Publicidade Mercadológica	X	X	X	X	X	X
Publicidade de Utilidade Pública	25.131.0275.4641.0001	R\$ 3.500.000,00	R\$ 7.700.000,00	Aditivo nº 03 - 17/08/2010 a 16/08/2011	X	X
Patrocínios	X	X	X	X	X	X

Observação:

- 1) A ANP não faz publicidade institucional, nem mercadológica;
- 2) A publicidade legal está a cargo da Secretaria executiva;
- 3) A ANP não concede patrocínios e/ou apoios institucionais e financeiros por meio de contrato de publicidade.

34. ANEXO K – ITEM 11 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Tabela 34.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União-UG: 323031

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF – Rio de Janeiro	12	12
	município 1: Rio de Janeiro	12	12
	---	-	-
	---	-	-
	---	-	-
	---	-	-
	---	-	-
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: SpiuNet

Tabela 34.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros - UG:323031

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF Rio de Janeiro	03	03
	Município: Rio de Janeiro	03	03
	---	---	---
	UF São Paulo	03	02
	Município: São Paulo	03	02
	---	---	---
	UF Bahia	03	03
	Município: Salvador	03	03
Subtotal Brasil		09	08
EXTERIOR	PAÍS 1	---	---

<b>OR</b>	cidade 1	---	---
	cidade 2	---	---
	cidade “n”	---	---
	<b>PAÍS “n”</b>	---	---
	cidade 1	---	---
	cidade 2	---	---
	cidade “n”	---	---
<b>Subtotal Exterior</b>		---	---
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>09</b>	<b>08</b>

Fontes:

Rio de Janeiro – Contratos nº 9108/08-ANP-005.357 e nº 4131/09-ANP-000.651

São Paulo – Contratos nº 4047/03-ANP-007.547, nº 9007/09-ANP-004.410 e nº 9006/09-ANP-004.410

Salvador – Contratos nº 4.014/04-ANP-000.255 e nº 4.121/09-ANP-005.277

*Tabela 34.3. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da ANP - 2010*

UG	RIP	Re-gi-me	Estado de Con-servação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imó-vel	Instala-ções
323031	<u>6001.02</u> <u>845.500-</u> <u>3</u>	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2002	11.344.373,70	-	-
323031	6001 02848.50 0-0	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2002	11.344.373,70	-	-
323031	6001 02850.50 0-0	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2002	11.344.373,70	-	-
323031	6001 02852.50 0-1	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2002	11.344.373,70	-	-
323031	6001 02854.50 0-2	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2002	11.344.373,70	-	-
323031	6001 02856.50 0-3	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2002	11.344.373,70	-	-
323031	6001 02858.50 0-4	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2002	11.344.373,70	-	-
323031	6001 02860.50 0-5	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2002	11.344.373,70	-	-
323031	6001 02862.50 0-6	21	Muito bom	11.344.373,70	26/09/2002	11.344.373,70	-	-



323031	6001 02864.50 0-7	21	Muito bom	11.344. 373,70	26/09/ 2002	11.344.3 73,70	-	-
323031	6001 02866.50 0-8	21	Muito bom	11.344. 373,70	26/09/ 2002	11.344.3 73,70	-	-
323031	6001 02868.50 0-9	21	Muito bom	11.344. 373,70	26/09/ 2002	11.344.3 73,70	-	-
<b>Total</b>							<b>R\$ 9.694757,11</b>	

Fonte: SPIUnet

OBS: As despesas com Manutenção no exercício se referem ao total de cotas condominiais pagas no exercício de 2010, conforme documentação processo nº 48610.9567/2001

#### 34.2. ANÁLISE CRÍTICA – GESTÃO DE IMOBILIZADOS SOB RESPONSABILIDADE DA ANP- ESCRITÓRIO CENTRAL - UG 323031

No município do Rio de Janeiro a ANP é proprietária de 11 andares no prédio em que está localizado o Escritório Central (EC) e 50% do edifício-garagem anexo ao prédio do Escritório.

Os imóveis foram reformados após sua aquisição e passaram a oferecer um ambiente moderno e funcional. São dotados de toda infraestrutura recomendada para uso dos servidores da ANP, contribuindo assim para a realização das suas atividades institucionais.

Encontram-se em excelente estado de conservação, sendo as despesas com a manutenção predial realizadas através do condomínio, o qual é compartilhado com a Transpetro, proprietária dos outros 11 andares existentes no prédio, assim como dos 50% restantes do edifício garagem.

Adicionalmente a ANP é locatária de 03 pavimentos localizados no prédio adjunto ao EC. A locação destes andares no prédio vizinho se fez necessária com a posse de novos servidores após o último concurso público e o concomitante incremento das atividades regulatórias exercidas pela ANP.

Em 2010 o Escritório Regional de São Paulo (ESP) passou a ocupar dois imóveis locados, em prédio comercial, em substituição do imóvel anteriormente locado. A nova sede do ESP compreende um andar inteiro, incluindo os respectivos mezaninos, oferecendo instalações modernas e seguras, sendo assim mais compatíveis com as necessidades das operações regionais.

O Escritório Regional de Salvador (ESA) ocupa atualmente uma sala locada em prédio comercial. Adicionalmente, tendo em vista o aumento do número de servidores nomeados após o concurso de 2008 assim como a intensificação das atividades institucionais regionais, outras duas salas em um mesmo andar foram locadas. Após a finalização das adaptações/ reformas nas instalações, o ESA será realocado no novo andar e encerrará o contrato antigo.

*Tabela 34.4. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união - ug: 323030*

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ
------------------------	---

		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	1	1
	Brasília-DF	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SFA/EDF

*Tabela 34.5. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros - ug: 323030*

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	0	0
	Brasília-DF	0	0
Subtotal Brasil		0	0
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		0	0

Fonte: SFA/EDF

*Tabela 34.6. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da ANP*

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
323030	9701164565002	12	Muito Bom	14.791.498,46	20/6/2000	-	88.245,06	55.660,28
<b>Total</b>							<b>88.245,06</b>	<b>55.660,28</b>

Fonte: SPIUnet

#### ANÁLISE CRÍTICA – GESTÃO DE IMOBILIZADOS SOB RESPONSABILIDADE DA ANP-UG 323030

A sede da ANP se localiza em Brasília-DF, ocupando o prédio denominado Conjunto Oziel de Almeida Costa, com área total construída de 24.231,23m<sup>2</sup>, composto por:

- Prédio denominado Edifício do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas – CEPAT, composto de 01 subsolo, 01 andar térreo e 01 terraço, com área total construída de 2.822,89m<sup>2</sup>.
- Prédio denominado Edifício Sede, composto de casa de máquinas enterradas, 01 subsolo, andar térreo e 04 pavimentos, com área total construída de 13.204,64m<sup>2</sup>.
- Prédio denominado Prédio anexo ao Edifício Sede, composto de casa de bombas, enterradas juntamente com reservatório enterrado, 01 subsolo, andar térreo, 2

pavimentos e casa de máquinas elevada, com área total de construção total de 8.203,70m2. Este imóvel destina-se a atividade própria da Unidade Gestora, com muito bom estado de conservação.

**ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010**

**Estrutura de controles internos da UJ**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade					X

instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Considerações gerais:</p> <p>Os procedimentos adotados para preenchimento do quadro foram por meio de realização de reuniões, coordenadas pela Auditoria, junto aos segmentos da Agência, que englobam a regulação do Downstream e Upstream. Também foram realizadas reuniões com outras áreas que tem sua atuação relacionada aos diversos itens abordados, tais como a SEC, COR, SCI SFA, AUD etc. Todos os resultados das reuniões foram considerados e seus resultados compiladas no preenchimento do quadro.</p>					